



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

PAULO JOSÉ DE SANTANA

**AÇÃO COLETIVA E AGROECOLOGIA: os caminhos da
mobilização social para a construção de uma política pública
municipal em Bonito/PE**

RECIFE

2023

PAULO JOSÉ DE SANTANA

**AÇÃO COLETIVA E AGROECOLOGIA: os caminhos da
mobilização social para a construção de uma política pública
municipal em Bonito/PE**

Tese e produtos finais apresentados ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, como requisitos para a obtenção do título de Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, em associação ampla de instituições de ensino superior (UNIVASF, UFRPE e UNEB).

Linha de Pesquisa II: Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Dubeux Gervais
Co-orientador Interno: Prof. Dr. Luciano Pires de Andrade
Co-orientador Externo: Prof. Dr. José Nunes da Silva

RECIFE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S232Paulo José de Santana, Paulo José de
o José AÇÃO COLETIVA E AGROECOLOGIA: Os caminhos da mobilização social para a construção de uma
dea política pública municipal em Bonito/PE / Paulo José de Santana. - 2023.
253 f. : il.

Orientadora: Ana Maria Dubeux .
Coorientadora: Luciano Pires de Andrade.
Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em
Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, Recife, 2023.

1. Ação coletiva. 2. construção do conhecimento agroecológico. 3. território. 4. transição agroecológica.
5. políticas públicas. I. , Ana Maria Dubeux, orient. II. Andrade, Luciano Pires de, coorient. III. Título

CDD 630.2745

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

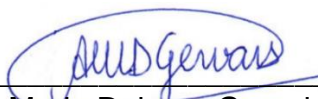
FOLHA DE APROVAÇÃO
PAULO JOSÉ DE SANTANA

AÇÃO COLETIVA E AGROECOLOGIA: os caminhos da
mobilização social para a construção de uma política pública
municipal em Bonito/PE

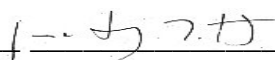
Tese e produtos finais apresentados ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, como requisitos para a obtenção do título de Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, em associação ampla de instituições de ensino superior (UNIVASF, UFRPE e UNEB).

Aprovado em: 25 de julho de 2023.

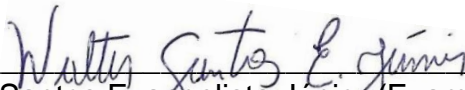
Banca Examinadora



Prof. Dra. Ana Maria Dubeux Gervais (Orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)



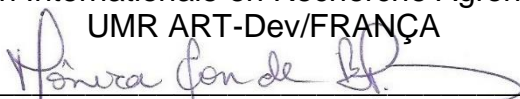
Prof. Dr. Jorge Luiz Schirmer de Mattos (Examinador Interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)



Prof. Dr. Walter Santos Evangelista Júnior (Examinadora Interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)



Prof. Dr. Eric Pierre Sabourin (Examinador Externo)
Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Dével,
UMR ART-Dev/FRANÇA



Prof. Dra. Mônica Cox de Brito Pereira (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Dedico este estudo as minhas filhas Lara e Lais e a minha esposa Cris. E as gerações de agricultoras e agricultores familiares que pesquisam experiências, discutem propostas e praticam a Agroecologia como filosofia de vida.

AGRADECIMENTOS

Um projeto de tese desta natureza não se faz no singular, mas essencialmente no plural, com muitas pessoas envolvidas. A gratidão é um gesto de reconhecimento da aprendizagem coletiva, e com essa convicção deixo genuinamente esse gesto:

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), pelo acerto na direção do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), na proposição de estudos e debates necessários a construção de caminhos para transição agroecológica nos territórios;

Ao meu time de orientadores Profa. Dra. Ana Dubeux, Prof. Dr. Luciano Pires e Prof. Dr. José Nunes, gratidão pela confiança e discernimento construído nos caminhos trilhados desta tese. Em especial, a Profa. Dra. Ana Dubeux pelo carinho dedicado a construção do projeto política da Agroecologia em sua terra natal – Bonito/PE;

A Profa. Dra. Júlia Benzaquen, Profa. Dra. Mônica Cox, Profa. Dra. Cynthia Xavier, ao, Prof. Dr. Jorge Mattos, Prof. Dr. Eric Sabourin e o Prof. Dr. Ericê Correia por somarem com valiosas contribuições na banca de qualificação e defesa de tese;

Ao Prof. Dr. Walter Evangelista, pela sua disponibilidade e aprendizagens partilhadas durante o acompanhamento de muitas das ações na construção do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito, por meio da extensão universitária;

Ao Prof. Dr. Hernande Pereira, pelo apoio e disponibilidade no mapeamento dos mananciais hídricos de Bonito, um dos poucos municípios de Pernambuco a ter um patrimônio hídrico de 270 nascentes;

Ao prefeito de Bonito Sr. Gustavo Adolfo, pela abertura institucional em construir a Política e o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito, e pela autoria na criação da Lei da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito. E ao Sr. Pinheiro pelo apoio ao projeto de desenvolvimento de Bonito com sensibilidade nas questões ambientais;

Aos Secretários (as) municipais de Bonito, Sr. José Marcos (Agricultura), Prof. Maria Elza (Educação e Cultura), Sra. Izabel Celina (Assistência Social), Sra. Julieta Farias (Saúde), Sr. Carlos Henrique (Turismo) e Sra. Joelma Teodoro (Meio Ambiente). A professora Mireli Silva (Departamento de Educação Ambiental) e a Marcos Augusto (coordenador de projeto ambiental) pela sensibilidade e abertura em

apoiarem a agroecologia como projeto político de desenvolvimento do município a partir do seu lugar na função pública exercida;

Ao vereador Paulo Sérgio, pela posição política em apoiar a Agroecologia a partir da Câmara Municipal de Vereadores, pela sua autoria na Lei que instituiu a semana municipal de comemoração da agroecologia. Pelo reconhecimento público a mim conferido em VOTO DE APLAUSO pelos relevantes serviços de Agroecologia prestados ao município de Bonito. O voto foi aprovado por unanimidade e subscrito pelos vereadores José Holanda e Anacléia de Azevedo;

A assessora técnica da Câmara de Vereadores a Sra. Anayran Santos pelo plantão dado as questões de interlocução das demandas pela Agroecologia no Poder Legislativo de Bonito/PE;

A Sra. Mocinha, pelo apoio, quanto coordenadora do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Bonito/PE;

Ao filósofo e teólogo Abdalaziz de Moura, pelo referencial teórico e metodológico da Pedagogia de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS), fonte de inspiração e base teórica desenvolvida nesta pesquisa de tese;

Ao Pároco Padre Sivonaldo da paróquia de Bonito e ao Pastor Jalmir da congregação de pastores da Assembleia de Deus de Bonito, que tocados pela agroecologia passaram a sensibilizar os seus seguidores;

As equipes que somaram na escuta e sistematização dos Seminários de sensibilização, formação e da Audiência Pública desenvolvidas em Bonito: Paula de Sá, Mônica Virgínia, Mireli Silva, Natasha Himelfarlo, Rhaynara Affonso, Antônio Ramos e Roberto Arrais;

As organizações: Coletivo Aimirim, Instituto de Pesquisa Agronômicas de Pernambuco (IPA), Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC/UFRPE), Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP), Escola de Agroecologia do SERTA e a Associação de Produtores e Produtoras Rurais Vida Agroecológica, pela prioridade dada a Agroecologia no âmbito de suas ações e projetos desenvolvidos no município de Bonito;

A rede de técnicos de Agroecologia em Bonito, por terem acreditado na sua capacidade de anunciar a Agroecologia como filosofia de vida. Agradeço pelo carinho e acolhida em suas residências;

As produtoras e produtores agroecológicos de Bonito, por sustentarem o projeto autogestionário do Mercado da Vida, com a missão de ampliar a consciência agroecológica a população do território;

A Marcela, Miguel e Aryane pela acolhida em seu lar, pela missão de semear a agroecologia como projeto de vida, que teve partida exponencial em Bonito;

A Maria Augusta (Conhecida carinhosamente como Dona Lica), agricultora anfitriã e seu filho Jucélio (O mudo) da comunidade colônia japonesa. A cada encontro muita acolhida e aprendizagem com os seus longos contos de história no chão do trabalho da vida rural sobre a agroecologia;

Aos colegas Valdiane, Ivone, Lourdes, Janaína, Anderson e Germano, pelo apoio a chegada no doutorado, pelas longas horas de debates e reflexão sobre nossos projetos de vida, em busca de uma sociedade mais justa, ecológica e solidária;

As 18 turmas de estudantes de Agroecologia da Escola do Serto, durante minha passagem no doutorado, tive a chance de partilhar projeto de tese, acolher sugestões e receber apoio em tantas das agendas, depoimentos, mutirões e práticas agroecológicas desenvolvidas durante a construção da política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito;

As técnicas (o) de Agroecologia Duda, Lara, Anina, Leila e Danilo, pelos longos debates sobre as ações agroecológica em Bonito. E a Daniel e Felipe, pelas sementes agroecológicas semeadas durante sua passagem em Bonito;

Ao time de apoio a minha candidatura ao processo de seleção do programa PPGADT (2019): Iraci Helena, Janaína Santana, Ana Lucia, Luciana Luzia, Bruna Lima e Adelma Anita. Os esforços na juntada da documentação foram determinantes para eu chegar até aqui;

Ao colega educador Laurent Benisty, francês voluntário do Curso Técnico em Agroecologia, pelo apoio em me substituir nas aulas e mutirões do curso, me liberando para frequentar as aulas do doutorado na UFRPE;

Ao meu pai José, agricultor “conhecido como Morão” (*in memoriam*) e a minha mãe, Dona Maria, costureira. Agradeço pela proteção, cuidado e disciplina a mim conferido em seus ensinamentos. Aos meus irmãos Gordo e Morão, assim conhecidos. E a meu tio pai Pedro (*in memoriam*), dedico parte dessa trajetória de vida a vocês;

Aos colegas do doutorado (entrada 2019), carinhosamente conhecidos como “turma do teste”. Sou testemunha do esforço de cada um (a), para se manter e vencer os exigíveis do programa como primeira turma.

**A todos (as),
GRATIDÃO.**

“Aprender de cor é aprender com o coração, com paixão, com sentimento, com ternura, com gosto, com carinho”. Abdalaziz de Moura.

RESUMO

Esta tese analisa o processo de construção da política pública municipal de agroecologia no município de Bonito-PE, a partir das estratégias de transição agroecológica, da ação coletiva e da incidência dos atores sociais e entes públicos que contribuíram para o avanço do conhecimento agroecológico e o fortalecimento da identidade territorial agroecológica no município. O estudo teve um enfoque interdisciplinar, cuja abordagem foi qualitativa com complementos quantitativos, apoiando-se na metodologia da Pedagogia de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS). O município de Bonito, localizado na região do Agreste, interior do Estado de Pernambuco figura entre as experiências que vem acumulando no contexto estadual resultados significativos, sobretudo nos últimos sete anos (2015 – 2022) em termos de transição agroecológica. Os resultados indicam que a construção do conhecimento agroecológico derivou de uma ação coletiva de territorialização da Agroecologia impulsionada pelos agricultores/as, organizações da sociedade civil, poder legislativo, gestão pública e instituições de ensino, pesquisa e extensão, que colaboraram no delineamento de estratégias importantes para a transição agroecológica ao longo dos anos e que se materializaram na construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica no município. Entendemos que esta iniciativa transcende a esfera político-administrativa da gestão pública municipal, anuncia a construção de um projeto sócio político no qual a ação coletiva foi o ponto de partida, em função de um propósito maior, comum, partilhado fazendo com que as demandas marginais da sociedade fossem ouvidas e priorizadas nas políticas públicas, de modo a satisfazer seus anseios e simultaneamente avançar na consolidação da preservação e conservação do meio ambiente.

Palavras-Chave: Ação coletiva; construção do conhecimento agroecológico; território; transição agroecológica; políticas públicas.

ABSTRACT

This thesis analyzes the process of construction of municipal public policy on agroecology in the municipality of Bonito-PE, based on agroecological transition strategies, collective action and the influence of social actors and public entities that contributed to the advancement of agroecological knowledge and the strengthening the agroecological territorial identity in the municipality. The study had an interdisciplinary approach, whose approach was qualitative with quantitative complements, relying on the methodology of Pedagogy to Support Sustainable Development (PEADS). The municipality of Bonito, located in the Agreste region, in the interior of the State of Pernambuco, is among the experiences that have accumulated significant results in the state context, especially in the last seven years (2015 – 2022) in terms of agroecological transition. The results indicate that the construction of agroecological knowledge derived from a collective action of territorialization of Agroecology driven by farmers, civil society organizations, legislative power, public management and teaching, research and extension institutions, which collaborated in the design of important strategies for the agroecological transition over the years and which materialized in the construction of the Policy and Municipal Plan for Agroecology and Organic Production in the municipality. We understand that this initiative transcends the political-administrative sphere of municipal public management, announcing the construction of a socio-political project in which collective action was the starting point, in function of a greater, common, shared purpose, making marginal demands of society were heard and prioritized in public policies, in order to satisfy their desires and simultaneously advance in the consolidation of the preservation and conservation of the environment.

Keywords: Collective action; construction of agroecological knowledge; territory; agroecological transition; public policy.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- ASPECTO MULTIDIMENSIONAL COMPLEMENTAR AO PROCESSO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA.....	48
QUADRO 2 - CARACTERÍSTICAS DAS TERRITORIALIDADES EM BONITO.	64
QUADRO 3 - AMOSTRA DOS PRODUTOS CULTIVADOS PELAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DE BASE AGROECOLÓGICA.....	83
QUADRO 4 - AGROTÓXICO, CLASSIFICAÇÃO, CULTURA AGRÍCOLA E FUNÇÃO DE USO PELOS AGRICULTORES/AS DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DE BONITO.	96
QUADRO 5 - FERTILIZANTE, CLASSIFICAÇÃO, CULTURA AGRÍCOLA, E FUNÇÃO DE USO PELOS AGRICULTORES/AS DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DE BONITO.	97
QUADRO 6 - DESENHO METODOLÓGICO DA APLICAÇÃO DA PEDAGOGIA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PEADS) PARA CONSTRUÇÃO DA LEI E DO PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA EM BONITO – PE.....	104
QUADRO 7 - CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA PARA OS AGRICULTORES/AS, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E GESTORES PÚBLICOS DO TERRITÓRIO.	107
QUADRO 8 - ESTRATÉGIAS DESTINADAS A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA NOS MUNICÍPIOS.	109
QUADRO 9 - DESCRIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E AÇÕES DESENVOLVIDAS DE APOIO A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA EM BONITO.	112
QUADRO 10 - PROJETOS COM ENGAJAMENTO DO PESQUISADOR A PARTIR DO PROJETO DE TESE.	122
QUADRO 11 - RELAÇÃO DOS CONTEÚDOS CIRCULADOS SOBRE A PESQUISA E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DE BONITO.	125

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- AMOSTRA DOS ATORES SOCIAIS PARTICIPANTES DAS ENTREVISTAS DE PESQUISA.	60
TABELA 2 - UNIDADES PRODUTIVAS, CÉDULA DA TERRA E CRÉDITO FUNDIÁRIO EM BONITO.	66
TABELA 3 - FAMÍLIAS ASSENTADAS NOS PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA EM BONITO.	66
TABELA 4 - SERVIÇOS DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM BONITO.	74
TABELA 5 - RELAÇÃO DAS TECNOLOGIAS IMPLEMENTADAS COM RECURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO.	116
TABELA 6 - PUBLICAÇÕES REALIZADAS DURANTE O PROCESSO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR.....	127

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - DIMENSÕES TEÓRICAS REFLETIDAS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E AÇÃO NO TERRITÓRIO.	28
FIGURA 2 - MAPA DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS E NORMATIVAS ESTADUAIS QUE FORTALECEM A AGROECOLOGIA.	44
FIGURA 3 - ARTICULAÇÃO ENTRE A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO E A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO TERRITÓRIO.....	50
FIGURA 4 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BONITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO.	53
FIGURA 5 - MUNICÍPIOS COM IDENTIFICAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES ORGÂNICOS VINCULADOS AS ORGANIZAÇÕES DE CONTROLE SOCIAL NO TERRITÓRIO DE PERNAMBUCO.	69
FIGURA 6 - NÚMERO DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS VINCULADOS AS ORGANIZAÇÕES DE CONTROLE SOCIAL (OCS) NA REGIÃO DO AGRESTE COM ÊNFASE NO MUNICÍPIO DE BONITO.	69
FIGURA 7 - CARTA IMAGEM DOS PONTOS DE MANANCIAS HÍDRICOS EM BONITO.	72
FIGURA 8: AÇÕES COLETIVAS E ESTRATÉGICAS DE APOIO AO PROCESSO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DO TERRITÓRIO DE BONITO.....	77
FIGURA 9 - REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS REUNIÕES DA UNIVERSIDADE E AGRICULTORES E AGRICULTORAS DA ASSOCIAÇÃO VIDA AGROECOLÓGICA.	79
FIGURA 10 - REGISTRO FOTOGRÁFICO DA FORMAÇÃO TÉCNICA DE PROFISSIONAIS EM AGROECOLOGIA NO SÍTIO DONA CREUSA E PAULO FULÔ E VISITA A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA MATA DA CHUVA.....	80
FIGURA 11 - REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS INSTALAÇÕES DO MERCADO DA VIDA NO CENTRO DE BONITO.....	82
FIGURA 12 - REGISTRO FOTOGRÁFICO DA ATUALIZAÇÃO DOS CERTIFICADOS DE CADASTRO DOS AGRICULTORES/AS NA ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL - VIDA AGROECOLÓGICA.	84
FIGURA 13 - REGISTRO FOTOGRÁFICO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA.....	87
FIGURA 14 - REGISTRO FOTOGRÁFICO DE ARTICULAÇÃO EM REDES EXISTENTES NO TERRITÓRIO IDENTIFICADAS COMO POTENCIAIS NA AGROECOLOGIA.....	89
FIGURA 15 - REGISTRO DE TELA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE BONITO.	90
FIGURA 16 - REGISTRO FOTOGRÁFICO DA DISCUSSÃO COM GESTORAS E COORDENADORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE BONITO.	93
FIGURA 17- REGISTRO FOTOGRÁFICO DO ENCONTRO COM OS PRODUTORES E CONSUMIDORES DO MERCADO DA VIDA.	94
FIGURA 18- REGISTRO FOTOGRÁFICO DO ENCONTRO COM ASSOCIAÇÕES RURAIS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE BONITO.	95
FIGURA 19 - REGISTRO FOTOGRÁFICO DO ENCONTRO COM A REDE DE TURISMO DE BONITO.	98
FIGURA 20 - REGISTRO FOTOGRÁFICO DO ENCONTRO COM PROFISSIONAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.	99

FIGURA 21 - PROCESSO METODOLÓGICO DAS ETAPAS DA PEDAGOGIA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PEADS).	102
FIGURA 22 - ESTRATÉGIAS DE UM PLANO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO TERRITÓRIO.	111
FIGURA 23 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS DIMENSÕES TEMÁTICAS ALCANÇADAS NO TERRITÓRIO.	115
FIGURA 24 - REGISTRO FOTOGRÁFICO AÇÕES DE EXTENSÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO NO TERRITÓRIO DE BONITO.	116
FIGURA 25 - TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E POLÍTICAS PÚBLICAS.	119
FIGURA 26 - REGISTRO SEMINÁRIO PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE AGROECOLOGIA DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO.	120
FIGURA 27 - REGISTRO DO COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA.	121
FIGURA 28 - REGISTRO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ARARIPINA.	121
FIGURA 29 - REGISTRO DA LEI DA SEMANA MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA.	186

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM	Associação Brasileira de Municípios
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ASA	Articulação do Semiárido
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BEXT	Bolsa de Extensão
BET	Bacia de Evapo Transpiração
CEES	Conselho Estadual de Economia Solidária
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Conselho de Ética em Pesquisa
CEPAN	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste
CIADT	Congresso Internacional de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
CONSEMAS	Conselho Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
COOPAGEL	Cooperativa dos Profissionais em Atividades Gerais
CFES	Centro de Formação em Economia Solidária
CDRS	Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEO	Centro de Especialidade em Odontologia
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CPOrg	Comissão de Produção Orgânica
CPT	Comissão da Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada em Assistência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar
DM	Diabetes Mellitus
ECOSOL	Economia Solidária
FETAPE	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Pernambuco
FCHE	Faculdade de Ciências Humanas Esuda
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
HAS	Hipertensão Arterial Sistêmica
IBGE	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCUBACOOP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

IPA	Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco
ITERPE	Instituto de Terra e Reforma Agrária de Pernambuco
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCP	Movimento Camponês Popular
MMTR-NE	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MMC	Movimento de Mulheres Camponês
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MS	Ministério da Saúde
MTC	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo
NAC	Núcleo de Agroecologia e Campesinato
NEASFPE	Núcleo de Estudos em Agroecologia do Agreste e Sertão de Pernambuco
OCS	Organização de Controle Social
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA	Programa Nacional de Aquisição de Alimentos
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPA	Plano Plurianual
PNPIC	Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares
PNPMF	Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos
PNASAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PE	Pernambuco
PEADS	Pedagogia de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável
PETI	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PMAPO	Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica
PLMAPO	Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica
PPGADT	Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
PT	Partido dos Trabalhadores
RDC	Resolução de Diretoria Colegiada
SARA	Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco
SDRA	Secretaria de Desenvolvimento Rural de Araripina
SEADET	Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial

SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SERTA	Serviço de Tecnologia Alternativa
SUS	Sistema Único de Saúde
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
UBS	Unidade Básica de Saúde
UC	Unidade de Conservação
UFAPE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UPs	Unidades Produtivas
UPAE	Unidade Pública de Atendimento Especializado
UPE	Universidade de Pernambuco
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco

SUMÁRIO

FOLHA DE ROSTO.....	i
FICHA CATALOGRÁFICA.....	ii
FOLHA DE APROVAÇÃO.....	iii
DEDICATÓRIA.....	iv
AGRADECIMENTOS.....	v
EPÍGRAFE.....	ix
RESUMO.....	x
ABSTRACT.....	xi
LISTA DE QUADROS.....	xii
LISTA DE TABELAS.....	xiii
LISTA DE FIGURAS.....	xiv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xvi
BREVE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR.....	xxii
1 INTRODUÇÃO.....	24
2 REFERENCIALTEÓRICO.....	28
2.1 A AÇÃO COLETIVA E IDENTIDADE TERRITORIAL.....	30
2.2 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM DESAFIO SÓCIO-POLÍTICO PARA O FORTALECIMENTO DA AGROECOLOGIA NOS TERRITÓRIOS.....	34
2.3TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	45
3 OBJETIVOS.....	51
3.1 OBJETIVO GERAL.....	51
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	52
4 MATERIAL E MÉTODOS.....	52
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO.....	53
4.2 DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	54
4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES NA PESQUISA.....	60
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	63
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE BONITO.....	63
5.2 A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA EM BONITO.....	75
5.2.1 <i>Processo de Elaboração da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica</i>	86
5.3 O CONHECIMENTO QUE GERA APRENDIZAGEM NA CONSTRUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NO TERRITÓRIO PARA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA.....	100
5.3.1 <i>O Papel do Pesquisador Engajado e a Síntese do Processo</i>	117
5.3.2 <i>Publicações e o Alcance da Comunicação desta Pesquisa Piloto</i>	124
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS.....	131
APÊNDICE.....	140

APÊNDICE A.....	140
TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE	140
APÊNDICE B.....	141
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE	141
APÊNDICE C.....	143
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO PARA OS SUJEITOS POLÍTICOS.....	143
APÊNDICE D.....	144
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO PARA OS AGRICULTORES/AS.....	144
ANEXO	147
ANEXO I: CERTIFICADO DE VOTO DE APLAUSO DA CÂMARA MUNICIPAL VEREADORES DE BONITO/PE ..	147
ANEXO II: PAUTA ELABORADA PELO 6º GRITO DA TERRA EM PERNAMBUCO	148
ANEXO III: DECRETO QUE INSTITUI A COMISSÃO ESTADUAL PARA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA E DO PLANO DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA DE PERNAMBUCO.....	157
ANEXO IV: RELAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DE BONITO	160
ANEXO V: RELAÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE BONITO.....	162
ANEXO VI: PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DESENVOLVIDOS NO TERRITÓRIO DE BONITO	164
ANEXO VII: LEI N 1.257/2021 QUE INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA DE BONITO	168
ANEXO VIII: LEI N 1.258/2021 QUE INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA DE BONITO	175
7 PRODUTOS FINAIS DA TESE.....	177
7.1 LEI MUNICIPAL DA POLÍTICA AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA DE BONITO	177
7.2 PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA DE BONITO	187
1. APRESENTAÇÃO	191
2. CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE BONITO	194
2.1. BONITO E AS CARACTERÍSTICAS DE SEU TERRITÓRIO	194
3. DIAGNÓSTICO	199
3.1. EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE.....	200
3.2. CONSUMO CONSCIENTE E AGROECOLOGIA.....	204
3.3. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	207
3.4. DESENVOLVIMENTO, ECONOMIA E MEIO AMBIENTE	211
3.5. SAÚDE, ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E MEIO AMBIENTE	213
4. METODOLOGIA DESENVOLVIDA NA CONSTRUÇÃO DO PLANO	216
4.1. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA EM BONITO.....	217
4.2. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA EM BONITO.....	222
5. EIXOS TEMÁTICOS, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AÇÕES DO PLANO.....	225
5.1. EIXO I: EDUCAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO.....	226
5.2. EIXO II: TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA, PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO	229
5.3. EIXO III: TURISMO E LAZER DE BASE AGROECOLÓGICA	234

5.4. EIXO IV: SAÚDE, INCLUSÃO SOCIAL E AGROECOLOGIA	236
5.5. EIXO V: MEIO AMBIENTE E AGROECOLOGIA	239
6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	242
6.1. CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO	242
6.2. ESPAÇO COLETIVO DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO	244
6.3. ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA	245
7. REFERÊNCIAS.....	246
8. ANEXO	248
8.1 ANEXO I: RELAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DE BONITO	248
8.2 ANEXO II: RELAÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE BONITO	251

BREVE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR

Sou Paulo Santana, educador popular, casado e pai de duas filhas. Filho de costureira e agricultor, em um núcleo familiar composto por cinco membros, fui o único a alcançar o Ensino Superior na família. Nasci na zona rural de Lagoa de Itaenga, Sítio Goitá, propriedade da Usina Petribú. No ano de 1989, por força arbitrária da usina, minha família foi expulsa da parcela de terra, tida como meeiro, área que cultivava produção agrícola e pecuária. Aos sete anos de idade, quando ainda criança, tive negada a chance de desfrutar dos privilégios e afazeres da vida rural.

Quando jovem, minhas preocupações e atuação profissional se alinharam ao movimento Estadual de Economia Solidária (ECOSOL), o que passou a ser minha base política de militância social na agricultura familiar e na construção de processos autogestionários de apoio a transição agroecológica em comunidades rurais do Nordeste. Passei a integrar o Fórum e o Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES), contribuí com a territorialização da política pública do Centro de Formação em Economia Solidária (CFES) do Nordeste, o Conselho Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco (CONSEMAS), a Coordenação da Comissão da Produção Orgânica de Pernambuco (CPOrg-PE), o Núcleo de Estudos em Agroecologia do Agreste e Sertão de Pernambuco (NEASPE) pela Universidade Federal de Pernambuco (campus Agreste) e na direção do Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA).

Quando Coordenador de extensão e docente da Escola de Agroecologia do SERTA, atuei na construção de conhecimento interdisciplinar das disciplinas de Economia Solidária, Introdução à História da Agricultura Familiar e Logística e Negócio na Agricultura Familiar. Fui sócio fundador da Acreditar – Capital Humano e Transformação Social e atual sócio fundador do Instituto Abdalaziz de Moura.

Sou formado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Humanas Esuda (FCHE), especializado em Gestão de Cooperativas pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável pela Universidade de Pernambuco (UPE).

Em Bonito, minha trajetória de atuação profissional inicia em 2015 com a formação de agricultores/as em nível técnico de Agroecologia. Foram cerca de 20 técnicos/as formados/as, profissionais qualificados, que passaram a refletir a

realidade e, com base nela, contribuírem para a ação, por meio de processos participativos, na extensão de práticas necessárias à transição agroecológica.

Em 2019, com o ingresso no Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), com a orientação da Profa. Dra. Ana Maria Dubeux Gervais, Prof. Dr. Luciano Pires Andrade e o Prof. Dr. José Nunes da Silva, passei a dar continuidade de forma mais sistemática à construção da Agroecologia, que há sete anos vem acontecendo no município, contribuindo, por meio da ação coletiva na pesquisa e no apoio metodológico, com os processos de construção do conjunto de diretrizes que desencadeou a elaboração da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica no território de Bonito.

Me sinto assim, feliz de ter contribuído para que Bonito desse um importante passo na construção da Política e Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, tornando-se o primeiro município em Pernambuco a construir diferentes estratégias, necessárias ao processo de transição agroecológica, impulsionado pela ação coletiva de incidência política de agricultores e agricultoras familiares, organizações da sociedade civil, gestão pública, poder legislativo e entidade de pesquisa, ensino e extensão presentes no território.

Essa experiência conferiu a mim, enquanto pesquisador, o reconhecimento público no ano de 2021, VOTO DE APLAUSO (anexo I), pela Câmara Municipal de Vereadores pelos relevantes serviços de Agroecologia prestados ao município de Bonito.

1 INTRODUÇÃO

No século XXI, é notável a movimentação da sociedade em função de causas sociais. No Brasil, esse fenômeno é observado amplamente desde a esfera nacional aos contextos peculiares dos territórios comunitários, das questões ligadas à periferia ao enfrentamento das economias neoliberais, do colapso ecológico à militância pela constituição de políticas sociais e ambientais, necessárias à transição agroecológica.

“Esses assuntos ganham importância espacial devido à enorme expansão e diversidade crescente dos movimentos sociais na atualidade [...]” (TARROW, 2009, p. 18). Em sua obra, o autor destaca a onda de novas formas de confronto que se espalhou pelo mundo, de uma região a outra, registrado nas quatro primeiras décadas do século XX. Tarrow (2009, p. 18) ressalta que:

Inicialmente vimos os movimentos pelos direitos civis e os estudantis, depois os ecológicos, feministas e pela paz, primeiro nos Estados Unidos e depois na Europa Ocidental, as lutas pelos direitos humanos nos sistemas autoritários e semiautoritários, o extremismo religioso islâmico e judaico no Oriente Médio e a militância hindu na Índia, e, mais recentes certamente, a violência contra os imigrantes na Europa Ocidental, o fundamentalismo cristão nos Estados Unidos e o nacionalismo ético nos Bálcãs e na ex-União Soviética.

Nesse sentido, a “participação social é inerente à natureza social do indivíduo, tendo acompanhado sua evolução desde a tribo e o chão dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje” (DÍAZ BORDENAVE, 1994, p. 17).

Essas circunstâncias marcaram as lutas e transformações pela ação coletiva no século, pois impulsionam o diálogo coletivo com os problemas do território, tornando-os em possíveis ações, estratégias que mobilizam a capacidade dos atores para a reversão de tais problemas. Toro e Werneck (2004) acrescentam que:

Como a ordem social é criada por nós. O agir ou não agir de cada um contribui para a formação e consolidação da ordem em que vivemos. Em outras palavras, o caos que estamos atravessando na atualidade não surgiu espontaneamente. Esta desordem que tanto criticamos também foi criada por nós. Portanto e antes de converter a discussão em um juízo de culpabilidades, se fomos capazes de criar o caos, também podemos sair dele (TORO; WERNECK, 2004, p. 17).

“O Estado, ao criar as condições para sua expansão, cria também as condições para as organizações sociais se manifestarem e construírem pautas reivindicativas que podem abalar a própria organização do Estado Nacional” (SILVA, 2018, p. 66). Logo, a ação coletiva se apresenta como estratégia necessária, o que pode favorecer a construção de políticas públicas indutoras ao desenvolvimento do território.

Na última década, os movimentos camponeses têm conseguido influenciar mais a elaboração de políticas de desenvolvimento para a agricultura, pecuária, mercado, indústria, educação, saúde, habitação, etc. Ou seja, este conjunto forma as políticas de desenvolvimento territorial, disputando com as corporações capitalistas, denominadas de agronegócio (FERNANDES, 2015, p.19).

Os interesses coletivos alimentam a racionalidade e ancoram a luta e a ação coletiva, o que parece ser a estratégia mais acertada no sentido de elevar o descontentamento da sociedade a uma pauta de luta pela reversão de um paradigma social, em busca da transição para uma epistemologia decolonial¹ no território (MIGNOLO, 2017). “Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhado” (TORO; WERNECK, 2004, p.13).

A ação coletiva não é uma via de mão única, muito menos de mão dupla. Há interesses múltiplos que permeiam as interações sociais no interior das ações coletivas, muito embora, frequentemente, as ações coletivas sejam apresentadas como um conflito em torno de duas posições antagonicas [...] (SILVA, 2018, p. 63).

A dimensão coletiva parece ser importante para alavancar um processo de ruptura estrutural atrelada à lógica de desenvolvimento linear e urbano-industrial², cujo enfoque maior tem sido o desenvolvimento econômico, implementado sobretudo pelo poder público, o que parece desencadear sérias consequências ao território, quando distanciada das questões sociais, ambientais, culturais e climáticas.

É necessário refletir sobre a importância da ação coletiva no sentido de consolidar questões sociais, ambientais, culturais e climáticas no território como dimensões inerentes ao processo de desenvolvimento, tendo como pano de fundo a afirmação da Agroecologia.

Para Caporal (2015), a trajetória social dos atores inseridos no território tem uma relevância decisiva na incidência social da transição agroecológica:

¹ Teoria do pensamento pós-moderno, que imprime uma racionalidade crítica sobre a imposição da Europa na dominação da civilização ocidental. Essa conceituação decorre historicamente das invasões europeias sobre a formação das Américas e do Caribe e o tráfico massivo de africanos escravizados (MIGNOLO, 2017).

² Lógica exponencial de desenvolvimento disseminado pela revolução industrial, questionada na atualidade pela centralidade no progresso econômico do crescimento da indústria no território, se distanciando das questões sociais, ambientais e culturais. Como consequência desse processo, segundo Furtado (1996, p. 9), “as grandes metrópoles modernas, com seu ar irrespirável, crescente criminalidade, deterioração dos serviços públicos, fuga da juventude na agricultura, surgiram como um pesadelo no sonho de progresso linear em que se embalavam os teóricos do crescimento”.

[...] por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca por uma maior racionalização econômica-produtiva, com base nas especificidades biofísica de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais nas suas próprias relações e em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (CAPORAL, 2015, p. 286).

A experiência do município de Bonito é algo que tem se destacado nesse sentido em Pernambuco, pois vem acumulando, sobretudo nos últimos sete anos, resultados significativos em termos de transição agroecológica por meio de ações envolvendo atores e organizações sociais em parceria com entes públicos. Localizado no interior do Estado de Pernambuco, Bonito está distante aproximadamente 140 km da capital, Recife.

Segundo o Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN) (2017b), ao longo dos seus 184 anos de emancipação, o município tem se destacado no cenário estadual pelas riquezas naturais, por sua abundante produção de águas para as bacias hidrográficas dos rios Una e Sirinhaém e por ainda manter parte do seu território coberto com Mata Atlântica (12,91%).

Existem no município cerca de 270 pontos de mananciais hídricos, (GEOSERE/UFRPE, 2022), o que equivale a um território com 500,96 ha de recursos hídricos. Tal abundância em mananciais abastece não apenas Bonito, mas também outras cidades da região, motivo pelo qual é considerada a Terra das Águas e uma das sete maravilhas de Pernambuco.

Apesar dessa riqueza natural expressa pelas matas e águas em Bonito, persiste um modelo de fazer agricultura baseado no agronegócio, cujas consequências são bem conhecidas na literatura: a) plantio ou criação sem diversidade (monocultura); b) utilização intensiva de agrotóxicos e fertilizantes químicos; c) desmatamento e queimadas; d) tratamento inadequado dos resíduos; e) mercantilização das sementes; f) contaminação e destruição dos microrganismos do solo; e g) má utilização da água e contaminação dos lençóis freáticos (ALTIERI, 2012).

Essas problemáticas são recorrentes no município de Bonito, ressaltando-se a dificuldade do poder público em ressignificar essa realidade, não apenas pela ausência de recursos governamentais, o que ainda é um campo de disputa no orçamento público, mas em termos estratégicos no sentido de priorizar a Agroecologia como projeto político social principal para promover uma melhor qualidade de vida à população, de modo a imprimir uma outra estratégia de desenvolvimento para o território. Razão pela qual tornou-se imprescindível o desenvolvimento de estudos e pesquisas que contribuam

para identificar diferentes estratégias de mitigação desses danos socioambientais, já que o aumento nos níveis de degradação supõe um aumento nos níveis de vulnerabilidade das populações e do território.

Sendo assim, a partir do segundo semestre de 2019, iniciamos um processo de estudo e pesquisa institucionalizada pelo Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) em Bonito, com vistas a desenvolver ações junto à população para a elaboração da Política e do Plano Municipal de Agroecologia no município. Com esse vínculo, foi possível conciliar as atividades de atuação profissional, que vem sendo desenvolvida desde 2016 em Bonito, com processo da escrita de tese no PPGADT.

A investigação inicial identificou pistas concretas da construção da Agroecologia a partir do impulso de ações coletivas, envolvendo diferentes atores de organizações sociais tanto públicas quanto privadas, cujas estratégias fizeram emergir a Agroecologia como política pública nas instâncias do município de Bonito. Esse fato colocou o município numa posição de destaque nacionalmente dado ao seu pioneirismo no processo em curso de municipalização da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), em vigor no Brasil desde agosto de 2012 (BRASIL, 2012).

Tratou-se, contudo, de um processo de deslocamento do foco da PNAPO do âmbito federal para estados e municípios que, em Pernambuco, iniciou com a criação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PERNAMBUCO, 2021), com desdobramentos se estenderam ao nível municipal, no caso de Bonito.

E foi com essa perspectiva que emergiu este estudo, cujo propósito foi analisar as estratégias de transição agroecológica, da ação coletiva e da incidência das organizações que contribuíram para o processo de construção da política pública municipal de agroecologia, em curso em Bonito – PE, refletindo sobre seus rumos, mas também aprofundando as estratégias que vêm sendo adotadas pelos (as) agricultores (as) camponeses, organizações sociais e públicas no território a partir da abordagem da ação coletiva com a participação popular. Daí espera-se que o presente trabalho contribua para que outros municípios possam construir processos semelhantes no sentido de regulamentar e adaptar a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO) à vigente em nível nacional e estadual ao processo de ampliação dos níveis de sustentabilidade que deve, em primeira instância, nascer com o envolvimento dos (as) agricultores (as) camponeses (as) e organizações sociais no âmbito territorial.

2 REFERENCIALTEÓRICO

As discussões apresentadas a seguir, articula bases teóricas contextualizadas com o processo de construção do conhecimento agroecológico resultante da ação coletiva, da incidência dos atores públicos e privados e suas organizações e das diferentes estratégias de transição agroecológica com vistas ao fortalecimento da identidade territorial agroecológica no município de Bonito-PE. Isto é, tais bases teóricas, revelam-se fundamentais para refletir sobre a experiência de Bonito, enquanto dimensão peculiar da pesquisa, mas sobretudo como aporte metodológico para a construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (Figura 1).

Figura 1 - Dimensões teóricas refletidas no processo de desenvolvimento da pesquisa e ação no território.



Fonte: O Autor (2023).

O fluxograma acima explicita a ideia de que a ação coletiva faz emergir a identidade territorial de uma realidade, que incide na construção de políticas públicas para o desenvolvimento rural, tendo como base a transição agroecológica, cujo aprofundamento resulta na construção do conhecimento agroecológico, que por sua vez irá retroalimentar o processo de engajamento de famílias camponesas, organizações

sociais, entidades de pesquisa, ensino e extensão articulado à gestão pública e o poder legislativo local.

Para tanto, estudar a territorialização da Agroecologia implica refletir sobre a concretização de diferentes estratégias de agricultores camponeses e de suas territorialidades aliadas a campos teóricos que dialogam com a realidade pesquisada. A Figura 1 representa graficamente os elementos das cinco categorias teóricas analisadas que, de alguma maneira, ajudaram a refletir sobre o estudo de tese e que contribuíram direta ou indiretamente na construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica.

Uma das categorias teórica estudada foi a identidade do “território” (CRUZ, 2006; SANTOS; SILVEIRA, 2006), como dimensão necessária à construção da identidade agroecológica articulada a categoria da “ação coletiva” (SILVA, 2018; DUQUE; MELLO; ARAÚJO, 2012; ALVES; BURSZTYN; CHACON, 2015), que a partir de uma discussão sociológica, ajudou a compreender que a transformação social acontece no Estado com o impulso da sociedade (agricultores e agricultoras camponesas, organizações da sociedade civil, poder legislativo, gestão pública e instituições de ensino, pesquisa e extensão).

Outras duas categorias teóricas importantes em nossa análise foi as políticas públicas, ressaltando o papel do Estado e seu dever na sua construção e fomento (SECCHI, 2013; FERNANDES, 2015; TARROW, 2009; SCHMITT *et al.*, 2017; MOREIRA; JOMALIS; ALMEIDA, 2021), sobretudo, as que se relacionam com a agricultura familiar no âmbito da Política de Agroecologia e Produção Orgânica.

Por fim, o campo teórico da “transição agroecológica” (CAPORAL, 2015; COSTABEBER; MOYANO, 2000) e a “construção do conhecimento agroecológico”, sobretudo quando observadas na relação que estabelecem no território (COTRIM; DAL SOGLIO, 2016). Essa relação possibilita que os atores e organizações sociais atuem a partir do seu contexto, dos seus desafios e conhecimentos existentes, ressignificando as aprendizagens na quebra de paradigmas ao construir estratégias coletivas de desenvolvimento do território (MOURA, 2003).

Esses elementos ajudam a refletir criticamente sobre o papel dos agricultores e agricultoras de base agroecológica, organizações da sociedade civil, instituições de ensino, pesquisa e extensão e a gestão pública, em termos de territorialização da Agroecologia. Isso revela a ação coletiva como estratégia que impulsionar à gestão

pública municipal, que, por si só, não tem se apresentado suficiente para protagonizar a Agroecologia como ação prioritária de execução das políticas públicas no território.

A força popular da ação coletiva dos atores e das organizações do território, articulada ao compromisso da iniciativa privada pode ajudar no direcionamento das decisões políticas com indicativos de prioridades na estrutura política administrativa da gestão pública, assegurando, no orçamento, investimentos em ações de promoção da transição agroecológica do território.

2.1 A Ação Coletiva e Identidade Territorial

O termo ação coletiva tem fundamentos teóricos na sociologia, que revela a movimentação da sociedade em função de causas sociais. “A ação coletiva, como todas as atividades humanas, é dependente de formas de coordenação, produto de uma construção social que, por sua vez, requer um longo processo de organização” (ALVES; BURSZTYN; CHACON, 2015, p. 415).

Na atualidade, esse fenômeno tem sido observado amplamente desde a esfera nacional aos conflitos políticos, sociais, culturais, ambientais e econômicos dos territórios. “Uma ação coletiva põe em evidência cisões estruturais, sociais e culturais que antes não eram visíveis, eram vozes que não eram ouvidas, indivíduos que não eram vistos e que passam a ser vistos e ouvidos” (SILVA, 2018, p. 85).

Para Boudon *et al.* (1990), ação coletiva significa ação comum que visa atingir fins compartilhados. Nas palavras de Bentley (1949), “grupo e interesse são inseparáveis”. Logo a ação coletiva passa a ser necessária na medida em que existe um propósito de ação, no qual atores e organizações sociais, entes públicos e iniciativa privada passam em conjunto agir a partir de ideias comuns compartilhadas.

Participação, nos termos de Díaz Bordenave (1994), significa “fazer parte, tomar parte e ter parte” de uma ação para reversão de um problema social. Essa concepção, na prática, converge com a racionalidade da luta, que, ancorada pelas suas razões, reivindica a mitigação de uma circunstância, seja ela identificada na dimensão ambiental, social, política, econômica ou cultural.

Para Tarrow (2009, p. 40), a coordenação da ação coletiva:

Depende da confiança e da cooperação geradas entre os participantes por meio de entendimentos e identidades compartilhados – ou, para usar uma categoria mais ampla, dos quadros interpretativos da ação coletiva que justificam, dignificam e animam a ação coletiva.

A luta pela transformação das circunstâncias ambientais, sociais, políticas, econômicas, culturais e climáticas no mundo vem se tornando uma tônica à ação coletiva como epicentro das estratégias praticadas pela sociedade contemporânea. Ao longo da história, a racionalidade dos processos de ação coletiva tem contribuído para a reversão de problemas instalados no território e as estratégias comunitárias têm contribuído para assegurar o direito à vida e às condições dignas de permanência das famílias camponesas no território.

Nesse sentido, o conceito de mobilização social se alinha ao de ação coletiva na medida em que propõe uma articulação coletiva e se caracteriza pelo interesse comum da ação. “A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos” (TORO; WERNECK, 2004, p. 13). Nessa direção, Costabeber e Moyano (2000, p. 12) afirmam ainda que:

As ações sociais coletivas são, pois, ao mesmo tempo, o resultado e a causa do processo de transição em direção a conformação de estilos de agricultura de base ecológica.

Essas estratégias se ampliam na medida em que os agricultores/as familiares, organizações sociais, poder legislativo, gestão públicas e instituições de ensino, pesquisa e extensão envidam esforços coletivos para a construção do conhecimento agroecológico no território, cujo diálogo efetivamente contribui para a formulação de políticas públicas, tendo como incidência, na construção, o resultado das diferentes estratégias emancipadas no território. “A ação coletiva é uma forma organizada que reivindica direitos, melhores condições de trabalho, de moradia, mudança de ordem social e econômica de uma sociedade” (SILVA, 2018, p. 64).

No processo de construção da agroecologia, a ação coletiva precisa existir na medida em que o poder público não reflète ou reconhece os direitos e interesses da sociedade e do meio ambiente, amplamente a partir de consensos coletivos, evitando o risco de prevalecer “o conservadorismo inevitável de uma sociedade civil sem bases populares” (TORO; WERNECK, 2014, p. 32).

O afastamento das bases populares inviabiliza o direcionamento na construção de políticas públicas com eficiência de respaldo aos problemas reais apontados pelas comunidades, assim como também no impulso da ação coletiva dos atores, que em alguns casos são penalizados pela existência do paternalismo político.

As características contemporâneas demandam pela necessidade de ampliação da consciência cidadã sobre processos educativos que corroboram para a construção do conhecimento agroecológico e da visão aprofundada sobre o território.

É necessário que seja construído no território um processo de participação social que impulse a ação coletiva da sociedade, a “delegação de poder e de responsabilidade a lideranças locais e a assessores externos tem tido um papel fundamental na persistência da ação coletiva” (ALVES; BURSZTYN; CHACON, 2015, p. 428).

Esse processo “fortalece o tecido social através da criação e desenvolvimento das organizações dos setores populares para que eles possam fazer competir seus interesses em igualdade de condições e dentro de regras iguais para todos” (TORO; WERNECK, 2004 p. 34). Esse caminho parece ser um dos percursos que mais pode contribuir para formulação de estratégias territoriais, dentre elas o processo de transição agroecológica no território.

Criar e formar cidadãos, quer dizer, pessoas capazes de criar e fundar com outros a ordem social desejável para todos. E empenharmo-nos para criar espaços para que a cidadania se exerça. O paternalismo político só é superável através de uma sociedade que tenha a possibilidade de construir suas instituições políticas a partir da sociedade civil. Isso significa passar de uma lógica social de adesão ao poder a uma lógica de deliberação e competição de interesses que, através do consenso e de acordos define o que convém a todos. É assim que se constrói uma ordem democrática estável e o consenso legítimo (TORO; WERNECK, 2004, p. 34).

No território, o processo de transição agroecológica ganha força na medida em que “os agricultores que se aderem às propostas de agricultura com base ecológica se vêem na necessidade de articular seus interesses particulares mediante estratégias de ação coletiva” (COSTABEBER; MOYANO, 2000, p.12).

Na análise de Díaz Bordenave (1994), são apresentados alguns princípios básicos que orientam o processo de participação social, que corrobora com a ação coletiva, demandando no território:

1. Uma necessidade humana e, por conseqüente direito das pessoas; 2. Um processo de desenvolvimento de consciência crítica e da aquisição de poder; 3. Leva a apropriação do desenvolvimento pelo povo; 4. É algo que se aprende e aperfeiçoa; 5. Pode resolver conflitos, mas também pode gerá-los (DÍAZ BORDENAVE, 1994, p. 76).

O autor afirma que esse processo pode ser desenvolvido, ora vista pela estratégia “instrumental”, efetivamente relaciona-se com a participação coletiva, como instrumento eficaz e eficiente para resolução de um problema. Ora pela estratégia “fundamental”,

associada as necessidades básicas humanas (alimentação, saúde, etc.) que naturalmente induz a luta pelo instinto da necessidade.

Um dos traços mais significativos do processo de introdução de práticas agrícolas mais respeitosas com o meio ambiente é o papel que desempenham as formas associativas, de tal modo que pode afirmar-se que a ação coletiva é um elemento fundamental para compreender-se a consolidação de novos estilos de agricultura (COSTABEBER; MOYANO, 2000, p. 4).

A existência de forças atuantes que, incorporadas à dinâmica participativa da sociedade, podem influenciar de forma tendenciosa o processo de construção da agroecologia, as quais pode-se citar:

(1) a força das instituições sociais, aqui também evidencia-se o homem como ser essencialmente institucionalizado; (2) as pessoas que se encontram frequentemente num grupo de trabalho, visto como institucionalização informal comunitária; (3) as diferenças individuais do comportamento participativo, a essa variedade de maneira de participar é uma força positiva na dinâmica no grupo; (4) a atmosfera de um grupo pelo estilo de liderança autoritária, democrática ou permissiva é outra força que poderá afetar o grupo ou a satisfação de seus membros; (5) o padrão de comunicação determinado pelas personalidades individuais exerce uma força na influência sobre o grupo; (6) O diálogo é uma força, relacionada a compreensão do ponto de vista do outro, respeitar a opinião e aceitar a decisão da maioria (DÍAZ BORDENAVE, 1994, p. 46).

As forças atuantes exercem um papel fundamental no território, sobretudo no processo de territorialização coletiva da agroecologia. A materialidade da ação coletiva caracteriza a luta pela identidade de um povo, de um município ou um grupo de pessoas, que passam a ser amplamente reconhecido e legitimado pelos resultados conquistados.

No senso comum, a definição de território se dá pela ótica da divisão político-administrativa, delimitada para servir aos interesses, construções e ordenamentos do Estado e das políticas públicas.

A identidade territorial assegurada nesta pesquisa, alerta para um processo identitário da agricultura familiar de base camponesa, que caracteriza o território a partir da atuação dos agricultores e agricultoras camponesas, e propõe profundas transformações na sociedade a partir da sustentabilidade inspirado em um modo de vida camponês.

Na visão de Cruz (2006), o enfoque precisa ser ampliado, para tanto, romper com essa concepção significa elevar a construção dos atores e organizações sociais, públicas e privadas, da ótica invisível, da condição marginal, do atrasado, do pobrezinho, do subdesenvolvido, dentre outras denominações, ao patamar do reconhecido, do digno, do

legítimo, do potencial, do capaz de fazer, do direito de permanecer e sobreviver das oportunidades do território. Nessa perspectiva, o autor afirma que:

[...] vem ocorrendo a constituição de novos sujeitos políticos e a emergência de “novas” identidades territoriais construídas pelas populações “tradicionais” nas lutas sociais pela afirmação material e simbólica dos seus modos de vida. Essas populações mobilizam estrategicamente e performaticamente novos discursos identitários na busca pelo reconhecimento de sua cultura, memória, e territorialidade que historicamente foram marginalizadas, suprimidas, silenciadas e invisibilizadas e que agora começam a tornar visível o que era invisível, em voz o que foi silenciado, em presenças, as ausências e, desse modo, iluminam a r-existência e o protagonismo dessas populações na construção da história e da geografia da região (CRUZ, 2006, p. 66).

Para Cruz (2006), deve-se incorporar a esta construção de identidade do território, o caráter emancipatório da ação coletiva pelas lutas sociais, com a politização da própria cultura e de modos de vidas “tradicionais”, ancorando no território a politização dos “costumes em comum”, produzindo uma espécie de “consciência costumeira”, na qual, em sua convicção, vem ressignificando a construção das identidades dessas populações.

As mudanças provocadas no território, pela ótica da incidência social, têm colaborado para o direcionamento de ações efetivas de caráter reversivo a uma problemática social. Nesse sentido, “a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 19).

A ação coletiva no fortalecimento da identidade territorial e da agroecologia articula o desenvolvimento com base na sustentabilidade do território, na medida em que a participação dos agricultores/as, organizações da sociedade civil, gestores públicos e instituições de ensino, pesquisa e extensão passam a se articular em função de um propósito maior, comum partilhado, fazendo com que as demandas marginais da sociedade sejam ouvidas e priorizadas nas políticas públicas executadas pelo poder público e a sociedade simultaneamente.

2.2 Estado e Políticas Públicas: um Desafio Sócio-Político para o Fortalecimento da Agroecologia nos Territórios

Não é nossa intenção aprofundar o debate acerca da constituição do Estado contemporâneo e suas repercussões na sociedade brasileira com base na Constituição Federal. Nosso propósito é de refletir minimamente acerca do papel do Estado, no

fomento à Agroecologia, sobretudo no que se refere à instância municipal. No Brasil, as políticas públicas de Agroecologia têm se materializado como uma proposição à ruptura com o modelo desenvolvimentista agropecuário gerido pelo agronegócio, institucionalizado pelo Estado, a partir do ano de 1960, com a conhecida “revolução verde” (FOLGADO, 2014). Que inicialmente se apresentou com a imposição do pacote tecnológico de sementes geneticamente modificadas, comércio intensivo de agroquímicos, prática de monocultivos, uso de maquinários pesados na produção, desmatamento e queimadas. E que em termos atuais tem se reinventado por meio da dos impérios agroalimentares (PLOEG, 2008), que na prática influenciam no consumismo da sociedade, ameaça à soberania alimentar e segurança nutricional das famílias e a existência dos territórios.

Os sistemas agroalimentares atuais, terminam por assumir uma característica homogeneizadora no consumo de alimentos, impondo à sociedade em geral a alimentação processada e industrializada que afasta os consumidores dos produtos da agricultura familiar.

A constituição do Estado Brasileiro e sua relação com o desenvolvimento rural envolve dois projetos distintos e antagônicos, cujas ações tem resultado em conflitos na construção de políticas públicas.

Estas ações criaram um novo cenário das disputas políticas sobre os modelos de desenvolvimento do país e especialmente para o desenvolvimento territorial rural [...]. A existência de dois planos para o desenvolvimento da agricultura explicita as disputas por modelos de desenvolvimento entre duas classes sociais: a classe capitalista representada pelo agronegócio e a classe camponesa, representada com a denominação de agricultura familiar [...] (FERNANDES, 2015, p.19).

A clara distinção entre a territorialidade da agroecologia com base no modo de vida das famílias camponesas, que implica em um viver, saber e fazer a partir do conhecimento agroecológico inspirado nas experiências do território contribui com resultados socialmente justos, ecologicamente sustentável e economicamente viável na dimensão do desenvolvimento de uma sociedade.

Politicamente esse projeto de desenvolvimento sugere ruptura ao modelo predatório imposto pelo agronegócio que além de territorializar um processo de insustentabilidade global, na prática impõe a deterioração da sociedade, por meio das desterritorialização de famílias e comunidades, a falsa ideia da indústria alimentar e de um modo de produção baseado no uso de agroquímicos.

Ao refletir sobre as bases para o desenvolvimento territorial camponês, Fernandes (2015) faz referência ao período pós-neoliberal ou neo-desenvolvimentista ao destacar que:

Ampliaram-se as disputas por políticas públicas como parte das ações que determinam o desenvolvimento territorial rural no Brasil. Enquanto no período desenvolvimentista o governo aparecia como o proponente dos planos nacionais de desenvolvimento, no período atual as partes interessadas da sociedade, como as corporações, organizações e movimentos socioterritoriais, têm participado cada vez mais na formulação de políticas públicas (FERNANDES, 2015, p. 17).

Na prática, isso significa, em termos de desenvolvimento de uma nação, que os atores e organizações sociais tem uma corresponsabilidade direta no processo de desenvolvimento institucionalizado do Estado brasileiro por meio do impulso na constituição das políticas públicas efetivas, destinadas aos territórios, fundamentadas nos interesses da sociedade.

O que, para Fernandes (2015, p. 19), significa que abriram condições políticas para os movimentos camponeses proporem políticas, conforme destaca que “a ideologia neoliberal, ao defender o Estado mínimo, criou, ao mesmo tempo, tanto políticas de precarização, quanto condições políticas para os movimentos camponeses se manifestarem, reivindicarem e proporem outras políticas de desenvolvimento”.

A matriz do agronegócio determina diretrizes e influencia o Estado mínimo ao estabelecer políticas públicas com prioridade na dimensão econômica. A lógica conservadora desse modelo de economia capitalista promove sérias consequências ao território, sobretudo nas dimensões sociais, culturais e ambientais.

Nas últimas décadas, a crise socioambiental impulsionou as populações e os movimentos sociais do campo a se posicionarem a favor de mudanças estruturais na direção de estratégias mais sustentáveis de desenvolvimento rural como um alerta necessário a sociedade para uma “ação coletiva” (SILVA, 2018) que considerasse o meio ambiente como prioritário.

A sociedade civil organizada impulsiona a ruptura desse projeto desenvolvimentista na medida em que as forças populares dos atores e organizações sociais resistem e traduzem em ação coletiva os interesses comuns partilhados, conforme ressalta Fernandes (2015):

[...] a agricultura camponesa ou familiar não foi protagonista do modelo do agronegócio [...]. Alguns movimentos camponeses procuram criar outro modelo de desenvolvimento a partir de suas relações sociais: do trabalho familiar, associativo ou cooperativo, da pequena escala, do desenvolvimento local, na economia solidária etc. (FERNANDES, 2015, p. 20).

Secchi (2013, p. 2) afirma que as políticas públicas são construídas a partir de dois elementos principais, quais sejam, “intencionalidade pública e resposta a um problema público. Em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante”.

Para Fernandes (2015), a construção das políticas públicas no território é um processo que resulta da constante disputa entre estado e sociedade. Ou seja, essa conflitualidade se dá a partir da intencionalidade do modelo de desenvolvimento desejado ao território, na qual faz compreender a distinção entre as “políticas públicas emancipatórias”, classe camponesa representada pela denominação da agricultura familiar e as “políticas públicas de subordinação”. O autor alerta para a tensão constante existente entre o agronegócio e o movimento camponês:

A elaboração de políticas públicas é resultado da correlação de forças entre instituições que são ou representam interesses de classes. São as partes interessadas que, em suas proposições de políticas, defendem seus respectivos modelos de desenvolvimento. A influência de instituições e organizações da sociedade determinam os rumos das políticas de governos e das políticas de Estado (FERNANDES, 2015, p.18).

A disputa dos modelos de desenvolvimento se reflete evidentemente na disputa por recursos públicos, em que, com o impulso da sociedade, cabe aos gestores, evidentemente em função da correlação de forças existentes, a decisão política e a escolha em termos do modelo de desenvolvimento rural que irá favorecer o avanço da Agroecologia ou do agronegócio. Assim, a ação coletiva territorial pode configurar a pressão necessária para estabelecer prioridades nas políticas públicas destinadas à Agroecologia, influenciando a mentalidade e decisões dos gestores.

[...] a partir dos distintos interesses dos atores que o compõem. Em meio a esses conflitos, o Estado aparece como o grande mediador, quando se reconhece que está simbioticamente ligado ao território, e uma estratégia para tal mediação ocorre justamente por meio das políticas públicas (FREITAS, 2015, p. 199).

No entanto, a articulação da sociedade pode ser muito importante para influenciar as decisões dos gestores, o que pode contribuir para superar as determinações do agronegócio e as imposições da indústria agrícola e pecuária, configurada por uma economia predatória que parece se distanciar das questões sociais, culturais, ambientais e climáticas.

Para Ciconello (2008), o Brasil é um celeiro de iniciativas e de ideias relacionadas à participação social dos cidadãos e cidadãs nas decisões públicas, por meio de mecanismos participativos ativos junto ao Estado, que podem impulsionar a transformação desejada no território. Em sua análise, o autor destaca que, para além do voto, os “brasileiros têm ao seu alcance uma pluriatividade de instâncias e de mecanismos de alargamento da esfera pública, normatizadas e inseridas dentro da burocracia estatal, por pressão de organizações da sociedade civil”. (CICONELLO, 2008, p. 1). Um alerta que cabe a essa realidade é que ela foi mantida até final do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), mas, com o início do Governo Bolsonaro, sequenciou-se um processo de desmonte sistemático desta concepção de governar o Brasil.

Essa configuração observada nos governos de base popular, por sua vez, eleva as demandas das populações ao nível de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do território. Nesses termos, “os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais” (FERNANDES, 2015, p. 25).

Um exemplo concreto disso é a gestão nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) que assegurou, na gestão democrática, a participação popular, dimensão que se tornou realidade na construção e efetivação de políticas públicas sociais, no sentido de ressignificar os problemas do território. Entre elas: a efetivação das políticas públicas em termos de destinação do orçamento público com prioridade a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Brasil, 2009), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Brasil, 2003), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (Brasil, 2010), Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) (Brasil, 2012), Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) (Brasil, 1996), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) (Brasil, 2010), Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) (Brasil, 2006), Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) (Brasil, 2006), Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (Brasil, 2006), além de tantas outras políticas, programas, projetos e instâncias coletivas que se tornaram realidade a partir da luta social no território brasileiro. Contudo, de 2019 a 2022, a maior parte desses programas foi descontinuada ou fortemente enfraquecida na gestão do presidente Bolsonaro, claramente a favor do agronegócio.

Em geral, os governos radicais de extrema direita, que, de alguma maneira, decidem por um modelo de gestão autoritária, configuram o desmonte em termos dos mecanismos de controle social das políticas públicas e dificultam a destinação de recursos para tais fins. Esse tipo de governo despreza os interesses públicos, a participação social e ignora as demandas pautadas pelas organizações da sociedade civil. Além disso, defende o projeto que tem como matriz o desenvolvimento do agronegócio, o que parece enfraquecer os territórios e suas bases populares.

Nesses termos, podemos destacar o recente desmonte das políticas públicas configurados nos últimos dois governos do Brasil. Com Michel Temer (2016 – 2018), que, segundo Medeiros (2021), iniciou o processo, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)³ e com Jair Bolsonaro (2019 – 2022), em que o desmonte das políticas públicas configurou-se realidade, como enfatiza Bomfim (2022):

Com o governo de Jair Messias Bolsonaro, tais iniciativas foram interrompidas, abandonadas, deixando-se de lado o projeto estatal de participar da transição agroecológica, colocando o país em direção contrária, através de medidas absurdas às demandas de saúde coletiva do povo brasileiro, batendo recorde na aprovação no Congresso Nacional de um sem número de autorizações de uso de agroquímicos terminantemente proibidos nos países que lideram o engajamento na transição agroecológica no planeta (BOMFIM, 2022, p. 52).

Esse processo de desmonte dos mecanismos de controle social das políticas públicas, que, à princípio, aparecem em âmbito nacional, tem uma repercussão direta nas instâncias municipais, pois, na medida em que os cortes dos recursos alcançam os orçamentos públicos municipais, atropelam o processo de desenvolvimento territorial dos municípios. Isso inviabiliza a execução das políticas públicas e, assim, levam consigo as possibilidades de participação democrática e o exercício do controle social das políticas públicas pelas populações do território.

Para Duque, Mello e Araújo (2012), a ação coletiva articula, como dimensão base, as famílias agricultoras e as redes de organizações atuantes no território, o que possibilita intercâmbios de saberes capazes de elevar as experiências em referência para construção de políticas públicas adaptadas às condições locais.

[...] não é o Estado que planejou e impôs suas políticas centralizadas, mas a base, organizada em coletivo, que experimentou e propôs políticas descentralizadas e adaptadas às situações locais e que os órgãos

³ O MDA foi criado pelo Decreto nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000, num contexto de intensas disputas fundiárias, com o crescimento das ocupações de terra e de emergência da agricultura familiar como ator político. Além de ter sob sua órbita o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), encarregado da política de assentamentos rurais, também ficaram subordinadas a ele as atribuições de políticas para agricultores familiares, até então sob a órbita do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (MEDEIROS, 2021, p. 2).

governamentais tiveram a sabedoria de adotar (DUQUE; MELLO; ARAÚJO, 2012, p. 115).

Alves, Bursztyn e Chacon (2015) acrescentam que a ação coletiva na delegação do poder exerce uma função importante no território junto às lideranças locais e às assessorias das comunidades rurais.

Ao criar mecanismos que facilitam a construção da cooperação e da coordenação dos atores envolvidos, a organização fortalece o grupo, estimula o surgimento de lideranças, atrai assessores externos e permite assegurar a sustentabilidade de suas ações coletivas (ALVES; BURSZTYN; CHACON, 2015, p. 429).

Nesse sentido, o diálogo entre a força popular da sociedade com as diferentes esferas do Estado exerce uma função relevante na reconstrução dos processos de transformação dos territórios. Ciconello (2008, p. 1) alerta que:

Grande parte das forças políticas e sociais que impulsionaram o processo de redemocratização do país na década de 1980, estava imbuída de uma concepção democrática ampliada, que não se restringia apenas ao restabelecimento do sistema representativo eleitoral. O desejo popular era maior.

Construir marcos legais que afirmem a direção do Estado na formulação dos orçamentos públicos destinados às políticas públicas requer das populações um esforço coletivo e contínuo. Além disso, é a apropriação das circunstâncias ambientais, sociais, econômicas, culturais e climáticas do território que permitirá uma ampliação da capacidade de propor e lutar pela implementação de políticas públicas capazes de contribuir concretamente com a construção de estratégias de desenvolvimento centradas na Agroecologia.

Para Moreira, Jomalinis e Almeida (2021), a compreensão dessas estratégias orienta como se baseia o enfoque agroecológico:

O enfoque agroecológico de uma política pública ocorre quando essa se direciona, por meio da ação, para a superação de desafios agrários, alimentares, ambientais, climáticos, sociais, econômicos e sanitários (MOREIRA; JOMALINIS; ALMEIDA, 2021, p. 26).

Em 2012, um processo de participação social em nível nacional culminou com a constituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), (BRASIL, 2012). A iniciativa institucionalizou um conjunto de diretrizes para o fortalecimento da Agroecologia no território nacional com enfoque intersetorial. Durante a última década, percebe-se que essa discussão ganhou força no território nacional, impulsionada pelos movimentos e organizações sociais e da agricultura familiar, que

buscaram ampliar as políticas públicas de Agroecologia, nas suas diversas dimensões e em seus diferentes níveis da sociedade.

Com esse enfoque, o art. 1º da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, criada neste contexto, estabelece com o objetivo de:

Integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, Decreto Nº 7.794 de 2012).

Em 2013 essa política foi instrumentalizada com a construção do 1º Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e que em 2016 foi atualizado com o 2º Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Os dois planos ampliaram as possibilidades de ação coletiva dos diferentes sujeitos sociais que se articulam em torno da Agroecologia, motivando-se a cobrar do poder público o estabelecimento de políticas públicas intersetoriais com essa finalidade em todo o território nacional.

Em abril de 2017, aconteceu a primeira movimentação coletiva para a construção da Política e do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica de Pernambuco. A mobilização estadual no âmbito do 6º Grito da Terra de Pernambuco teve como tema “Não se ignora um povo que produz a riqueza do seu estado, do seu país”.

A política pública de Agroecologia foi pautada pelo conjunto de movimentos e organizações sindicais e sociais: Federação Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE), Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Instituto Manoel Santos, Articulação do Semiárido de Pernambuco (ASA), Movimento do Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST), Comissão da Pastoral da Terra (CPT), Cáritas Regional Nordeste II, Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá e a Cooperativa dos Profissionais em Atividades Gerais.

Com o objetivo de:

Pautar políticas públicas com ações estratégicas voltadas ao acesso à terra, água, assistência técnica adequada, educação do campo, saúde para as populações do campo, segurança pública, entre outras não menos importantes (FETAPE, 2017, p.2).

As reivindicações sobre a política de Agroecologia resultaram na elaboração de uma carta com indicação de proposta de ações prioritárias no território (anexo II), que protocolada, demandaram ao Governo do Estado, a necessidade da criação de decreto

para instituir uma Comissão Estadual, dando-lhes a atribuição paritária entre organizações da sociedade civil e governo para construção da Política e do Plano de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco.

Em abril de 2017, foi publicado o decreto N 44.339 (anexo III), que instituiu a Comissão Estadual com intuito de elaborar de forma participativa a Política Estadual e o desenvolvimento do Plano de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco, com o apoio da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA).

A iniciativa passou a ser estratégia de ação coletiva das organizações nas plenárias do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pernambuco (CDRS), que iniciou a discussão sobre a construção do projeto de lei, que posterior passou a ser marco da agroecologia.

Em janeiro de 2021, o Estado de Pernambuco marca essa trajetória de construção social com a criação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PERNAMBUCO, 2021), que habilita os territórios dos municípios a debaterem e constituírem estratégias para criação das suas políticas municipais de Agroecologia e produção orgânica.

Em janeiro de 2022, no âmbito das eleições municipais, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)⁴ lançou a estratégia denominada “Agroecologia nos Municípios”, e como resultado dessa articulação disponibilizou a coleção Agroecologia e políticas públicas com intuito de apoiar os municípios a fazerem a incidência territorial a partir da construção de suas políticas municipais de Agroecologia com foco em:

Promover, apoiar e sistematizar processos de mobilização e incidência política no nível municipal, visando à criação e ao aprimoramento de políticas públicas, programas, projetos, leis e experiências municipais importantes de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional e de fortalecimento da agroecologia (MOREIRA; JOMALINIS; ALMEIDA, 2021, p. 5).

Para Schmitt *et al.* (2017), a articulação de diferentes atores influencia na construção e multiplicação de redes locais, regionais e territoriais que pesquisam, debatem e criam políticas de Agroecologia. Os autores alertam que:

A construção dessa política nacional encontra suas raízes em um conjunto diversificado de iniciativas locais desenvolvidas em diferentes regiões do Brasil, sobretudo desde o final dos anos 70, por um universo heterogêneo de organizações não governamentais em colaboração com movimentos sociais e organizações de agricultores familiares (SCHMITT *et al.*, 2017, p. 75).

⁴ Disponível em: <https://agroecologia.org.br/temas-prioritarios/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

A amplitude dessa incidência junto ao Estado, fruto de uma ação coletiva, tem corroborado com a constituição de políticas públicas de Agroecologia. “As transformações políticas intensas são as principais responsáveis pelas inovações do repertório da ação coletiva, uma vez que a ação do movimento não pode se desconectar dessas transformações [...]” (SILVA, 2018, p. 82).

Na prática, o avanço na existência desses marcos regulatórios da organização político-administrativa da gestão pública também apresenta desafios concretos de execução, a exemplo da dificuldade de estabelecer recursos no orçamento público para a execução com prioridade da Agroecologia como política de desenvolvimento do território.

Para Fernandes (2015, p.20), “a constituição e o estabelecimento das políticas públicas tornaram-se disputas por territórios e por modelos de desenvolvimento, configurando-se entre os novos elementos da questão agrária atual”. A luta contínua dos movimentos sociais do campo e da cidade tem contribuído coletivamente para a territorialização da pauta da Agroecologia na construção de políticas públicas. Dentre os movimentos mais conhecidos, cabe aqui destacar: Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Via Campesina, Comissão da Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR) e o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC).

Esses movimentos exerceram uma função importante nas estratégias coletivas de incidência política da Agroecologia nos territórios por causa de suas diversas formas de articulação em redes, federações e confederações de agricultores/as, fóruns, colegiados, conselhos, comissões e no mais amplo diálogo com as entidades da sociedade civil, associações e cooperativas da agricultura familiar, universidades e núcleos de Agroecologia e produção orgânica.

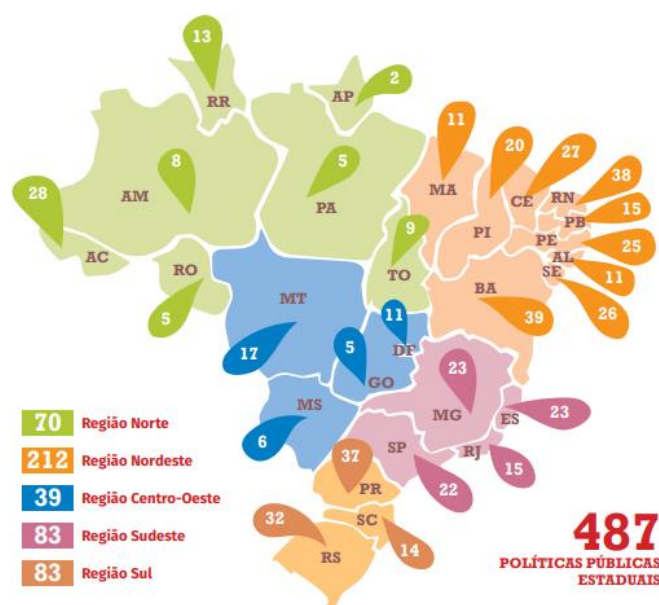
Como afirma Trovatto *et al.* (2017, p. 87):

As múltiplas e crescentes preocupações das organizações sociais do campo, das águas e das florestas, bem como da sociedade em geral, a respeito da necessidade da produção de alimentos saudáveis com base nos princípios da Agroecologia impulsionaram o desenvolvimento dessa política.

O estudo recente desenvolvido entre junho de julho de 2022, publicado pela Articulação Nacional de Agroecologia no segundo semestre do mesmo ano, analisou o

mapeamento das políticas públicas e normativas estaduais instituídas que fortalecem a Agroecologia na obra “Entre desmontes e resistências” (MOURA; MOREIRA; ALMEIDA, 2022). A publicação disponibiliza um amplo diagnóstico com 487 (quatrocentos e oitenta e sete) iniciativas institucionalizadas nos territórios brasileiros que apoiam a agricultura familiar, fortalecem a Agroecologia e promovem a soberania e segurança alimentar e nutricional nos estados brasileiros (Figura 2).

Figura 2 - Mapa das unidades da federação com políticas públicas e normativas estaduais que fortalecem a Agroecologia.



Fonte: Moura; Moreira; Almeida, 2022.

Segundo Moura, Moreira e Almeida (2022), a pesquisa identificou a região Nordeste do território nacional com cerca de 43,5% das políticas públicas e normativas institucionalizadas que apoiam a Agroecologia. A região é seguida pelas regiões Sudeste e Sul com 17%, Norte com 14% e Centro Oeste com 8% das políticas públicas.

Esse conjunto de ações estratégicas demonstram a capacidade coletiva de organizações vinculadas aos movimentos camponeses e de movimentos sociais que alinhada aos interesses comuns compartilhados, na medida em que impulsionam ações nos diversos níveis com a participação social, também fortalecem a territorialização da Agroecologia nas regiões do Brasil.

Neste sentido, a agroecologia política conceituada por Molina, *et al.* (2021), em termos de escalamento da agroecologia, caracteriza a existência de um movimento horizontal na sociedade, que contribui com a ampliação das experiências agroecológicas

no território. Ou seja, para os autores o alcance da agroecologia nas dimensões da saúde, educação, agricultura, meio ambiente, turismo, mudanças climáticas, etc, mobiliza o engajamento de pessoas por uma ação comum, que politicamente passam a atuar coletivamente, a partir das lutas sociais, e com objetivos compartilhados passam a ampliar em escala horizontal a pauta da agroecologia na sociedade.

A agroecologia, de fato, tem inspirado nas últimas décadas e em diversas partes do mundo uma infinidade de experiências de inovação sócio-técnica a nível local/territorial que envolvem organizações sociais, pesquisadores, extensionistas, agências de cooperação de serviço público, agentes econômicos privados, gestores públicos e consumidores. (MOLINA, *et al.*, 2021, p. 128).

Essa dimensão política de territorializar a agroecologia implica em resultados que ultrapassam os limites locais dos territórios. A agroecologia quando desenvolvida na forma horizontal da sociedade, na prática também funciona como estratégia de enfrentamento aos desafios globais, corrobora com os desafios identificados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), na agenda política de desenvolvimento do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima e com a XIII Conferência das Partes sobre Biodiversidade, além de outras pautas intensificadas na dinâmica global (MOLINA, *et al.*, 2021).

Na medida em que a agroecologia política ganha escala nas diferentes pautas da sociedade, esse movimento horizontal ganha corpo e as experiências agroecológicas legitimadas influenciam na proposição vertical do processo de elaboração e institucionalização das políticas públicas socioecológicas necessárias as profundas mudanças, que emergem das experiências agroecológicas locais e territoriais da sociedade para as instâncias municipais, estaduais, nacional e global.

2.3 Transição Agroecológica e Construção do Conhecimento

Na atualidade, é notória a necessidade da reconciliação entre o ser humano e a natureza (BOMFIM, 2022). Essa convicção exige de nós, das instituições públicas, do Estado e de organizações sociais uma ação coletiva de transição, que demande um compromisso social contínuo pela reversão dos problemas no território.

A ciência da Agroecologia tem alertado para a urgência da transição agroecológica no território. Caporal, Costabeber e Paulus (2011) afirmam que a Agroecologia vem se constituindo como uma ciência necessária à construção de um

novo paradigma de desenvolvimento do território ao longo das últimas décadas. Como ciência integradora a Agroecologia:

[...] reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores (as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores (as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processo de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno [...] (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2011, p. 46).

Há uma estreita relação entre transição agroecológica e a construção do conhecimento agroecológico, que se aliam na medida em que a ação coletiva se configura como estratégia de desenvolvimento para que a construção de políticas municipais de Agroecologia possam ser uma realidade. “[...] a transição agroecológica não se inscreve no âmbito de um simples projeto técnico de lidar com a terra, com a natureza física. Ela expressa um compromisso político com a emancipação humana, pois sem essa a natureza vive ainda sob a ameaça real do seu colapso” (BOMFIM, 2022, p. 35).

Os territórios que têm conseguido implementar a Agroecologia como estratégia de desenvolvimento impulsionam a transição agroecológica em diferentes aspectos da vida social, o que “vem se processando com a construção de novos valores de consciência social e ambiental” (MARIN, 2009, p. 44). Nesse sentido,

A transição agroecológica precisa ser pensada com a responsabilidade de que agricultores e cidadãos das cidades, educados sob os valores e parâmetros do paradigma da simplificação, realizem socioeducativamente sua própria experiência autoeducativa de conversão do olhar excludente para um olhar inclusivo, integrativo, do ser humano com a natureza (BOMFIM, 2022, p. 40).

O processo endógeno, advindo dos atores, organizações sociais, públicas e privadas, sobretudo a partir de sua articulação coletiva, produz elementos necessários para pensar a Agroecologia em suas diferentes dimensões. Ao ressignificar, as características de formação do território, politizando as estratégias, no sentido de pensar o território a partir de uma lógica diferente, questiona a noção de progresso atrelada à urbanização e à industrialização, a partir das relações estabelecidas nos diferentes agroecossistemas⁵ presentes no território. Nesse contexto, Caporal, Costabeber e Paulus (2011, p. 47) afirmam que a:

⁵ Significa comunidades de plantas e animais interagindo com seu ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para consumo e utilização humana (ALTIERI, 2012).

Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência.

Os processos de fomento e incentivo à transição agroecológica, por meio das ações de recuperação e de preservação, do cultivo sistemático de sementes crioulas e de espécies alimentares com alto poder medicinal, entre outras estratégias utilizadas pelos camponeses são premissas da transição agroecológica (CAPORAL, 2015), que deve ser entendida como:

[...] um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção, a estilos de agriculturas que incorporam princípios e tecnologias de base ecológica (CAPORAL, 2015, p. 298).

Esse tipo de ação, quando desenvolvida e ampliada por diferentes redes de organizações atuantes nos territórios, vinculadas tanto à sociedade civil quanto ao poder público, passa a apoiar a transição agroecológica como:

Uma construção social que parte da análise e compreensão dos problemas e dos riscos dos atuais padrões insustentáveis, tanto de produção como de consumo, utilizados pelos agricultores e pelo coletivo da sociedade. Além disso, a transição agroecológica significa a construção de conhecimentos e de alternativas tecnológicas que apoiem os processos de transformações rumo à sustentabilidade (MARIN, 2009, p. 39).

Nessas ações, a construção do conhecimento coletivo tem estado sempre presente, na perspectiva de construir estratégias de aprendizagem coletiva pela experiência, a exemplo da metodologia camponês a camponês (HOLT GIMÉNEZ, 2008), que tem resultado em importantes transformações nos territórios. Nestes termos:

A transição agroecológica refere-se a uma mudança no modelo agrícola para implementar os princípios da agroecologia e responder às crises que este setor enfrenta. Assenta, em particular, i) na criação e mobilização de saberes da agroecologia, ii) no envolvimento dos atores (agricultores, assessores agrícolas) na construção desses saberes para adaptação aos territórios, e iii) na territorialização da agricultura envolvendo, em particular, uma reconexão da produção agrícola com alimentos locais (HAZARD; MAGRINI; MARTIN, 2023, p.1).

Para Costabeber e Moyano (2000), o processo de transição agroecológica exige uma mudança de concepção articulado à dimensão ambiental, social e econômica e,

mais recentemente, a climática. Os autores alertam para a necessidade de refletir sobre essas dimensões e consideram que, complementadas pela ecologização e pela ação coletiva, tendem a acrescentar processos de territorialização da agroecologia a partir das estratégias de transição agroecológica. Também afirmam que:

Este processo de transição agroecológica – que estaria se manifestando mediante a ecologização das práticas agrárias – e o processo de ação social coletiva – que estaria se caracterizando pela adesão de seus autores sociais a projetos coletivos baseados em seus interesses, expectativas, crenças e valores compartilhados - poderiam representar, em seu conjunto, uma alternativa para superar a crise socioambiental percebida pelos agricultores familiares (COSTABEBER; MOYANO, 2000, p. 6).

A transição agroecológica sobrepõe as questões técnicas-produtivas, alerta para a necessidade do envolvimento dos atores sociais no processo de mudança. Segundo Costabeber e Moyano (2000, p. 2), a transição agroecológica acontece “como processo de mudança social e pode ser entendida como o resultado de estratégias mais ou menos conscientes dos diversos atores e grupos sociais, surgidas como consequência da confrontação de interesses distintos e contraditórios”.

Quadro 1- Aspecto multidimensional complementar ao processo de transição agroecológica.

Dimensões e processos	Ecologização	Ação coletiva
Econômica Luta contra a estagnação e a marginalização econômica	Incorporação e intensificação tecnológica via implementação de estilos alternativos de produção poupadores de capital e energia.	Estratégias para incrementar e diversificar as rendas agrárias via organização da produção e conquistas de novos mercados.
Social Luta contra a exclusão social e a perda da qualidade de vida	Incremento da qualidade de vida mediante a produção de alimentos saudáveis e a melhoria das condições de trabalho e de saúde.	Estratégias para a inclusão social e direito a participação cidadã na construção de alternativas orientadas às necessidades locais.
Ambiental Luta contra a degradação ambiental e a perda da capacidade produtiva do agroecossistema	Recuperação da capacidade produtiva dos agroecossistemas através da adoção de métodos e técnicas mais prudentes ecologicamente.	Estratégias para o intercâmbio de experiências e geração de conhecimento aplicados ao aperfeiçoamento do processo produtivo.

Fonte: Costabeber; Moyano (2000, p. 7).

Os fundamentos básicos da ecologização e da ação coletiva, sob a perspectiva multidimensional em diálogo com as questões econômica, social e ambiental (Quadro 1), complementam e ampliam a visão de territorialização da Agroecologia e da inclusão social organizada como construção de estratégias territoriais, que, por meio da ação coletiva, orientam para a transição agroecológica com centralidade na qualidade de vida, produção de alimentos e no processo de organização comunitária do território.

Considerando esses elementos conceituais e estratégicos disponibilizados pelos autores (Tabela 1), a transição agroecológica nos territórios pode ser uma forte proposta na quebra de paradigmas aos modelos de desenvolvimento rural pautados pelo agronegócio.

Os territórios que assumem a posição política de discutir de forma intersetorial, construir democraticamente com a sociedade e executar com prioridade uma proposta de transição agroecológica, colocam em evidência o aumento dos níveis de sustentabilidade da espécie humana e da natureza, na medida em que:

[...] a elaboração de um Plano Nacional de Transição Agroecológica deve ser tarefa de muitos, mediante uma estratégia coordenada que permita a participação de todos os interessados (ou de suas representações) num processo descentralizado e democrático de construção (CAPORAL, 2009, p. 20).

Essa dimensão como estratégia de desenvolvimento caracteriza uma ação coletiva que, uma vez compartilhada, pode ampliar o grau de empoderamento da sociedade e impulsionar o surgimento de novos marcos regulatórios, no sentido de fortalecer a multidimensionalidade das ações de base agroecológica no território.

Nesse contexto, pode-se citar o caso recente do Estado de São Paulo, que, para além da criação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (SÃO PAULO, 2018), também instituiu um protocolo de apoio ao processo de transição agroecológica. Isso corrobora com a estratégia de ação coletiva, definindo resolução conjunta entre o setor público e organização social, por meio das Secretarias de Agricultura e Abastecimento, de Infraestrutura e Meio Ambiente e da Justiça e Cidadania, com o intermédio da Fundação Instituto de Terra do Estado de São Paulo, que, em seu art. 1º, resolvem:

Instituir o Certificado da Transição Agroecológica por meio do Protocolo de Transição Agroecológica e Estímulo à Agroecologia e Produção Orgânica no Estado de São Paulo, para o uso sustentável dos recursos naturais e aumento da oferta e consumo de alimentos saudáveis (SÃO PAULO, 2022).

A ação coletiva (SILVA, 2008) nas lutas pelo território é responsável, em grande parte, pelo questionamento crítico e a quebra de paradigma sobre as concepções do projeto desenvolvimentista colonial imposto ao território (MIGNOLO, 2017). Impulsiona o fortalecimento da identidade, emancipa o resgate de valores e crenças dos atores sociais que passaram a acreditar no território, como espaço de construção do conhecimento no desenvolvimento de estratégias para transição agroecológica.

Para Medeiros *et al.* (2018, p. 8):

O Nordeste tem uma longa tradição na construção de ideias e práticas de educação popular libertadora. Diante disso, reunimos pessoas de organizações envolvidas com a construção de outras pedagogias e metodologias, que vêm gestando e parindo um conhecimento inspirado em nosso contexto territorial e no dos povos originários, tradicionais, oprimidos e explorados, incluindo mulheres e homens, na contramão do capitalismo colonialista.

A construção do conhecimento agroecológico pode reconfigurar uma estratégia fundamental no território como premissa para a transição agroecológica. Para Cotrim e Dal Soglio (2016, p. 262), “a noção do processo de construção do conhecimento agroecológico começou a ser articulada do conjunto de reflexões teóricas e metodológicas que se desenrolavam da análise das externalidades do processo de modernização da agricultura e da emergência da Agroecologia”.

Figura 3 - Articulação entre a construção do conhecimento agroecológico e a transição agroecológica no território.



Fonte: Adaptado de Cotrim e Dal Soglio (2016, p. 270).

A construção do conhecimento agroecológico, quando vislumbrada nas circunstâncias do território, parece agregar, aos elementos políticos, culturais, econômicos, sociais e ambientais, um processo centrado nas aprendizagens dos atores e organizações sociais, públicas e privadas por meio das próprias práticas comunitárias.

Para Cotrim e Dal Soglio (2016), tais fatores (Figura 3) pressupõem conexões, que estabelecidas e aprimoradas pela interseção do conjunto de fatores, originam a ação coletiva no território, favorecendo influência aos processos de construção do conhecimento agroecológico.

O diálogo de articulação entre a transição agroecológica e a construção do conhecimento torna-se necessário à construção da Política Pública de Agroecologia e Produção Orgânica, fomenta uma construção endógena, por meio de valores, crenças, saberes tradicionais e conhecimentos ancestrais experimentados e postos em prática pelos atores sociais e organizações envolvidos. Tais elementos se reforçam a partir de uma estratégia de ação coletiva emancipadora com ações politizadas, na formação da identidade e existência de um território.

Para tanto, a necessidade de mudança epistemológica do jeito do pensar sobre as formas de construção do conhecimento agroecológico é uma questão central que precisa ser refletida para permitir aos atores e organizações maior compreensão sobre a realidade vivenciada no território.

Da mesma forma, em que o processo de produção convencional é ressignificado para os sistemas de cultivos agroecológicos, visto nas relações sociais, na forma de organização da produção e na relação estabelecida com a natureza, é fundamental refletir a realidade, comprometendo-a na construção do conhecimento agroecológico.

Para o modelo do agronegócio, o pensamento parece se organizar de forma linear e disciplinar de modo a enxergar a realidade como se ela fosse fragmentada e, assim, transmitida por práticas difusionistas de uma geração a outra.

Enquanto na agroecologia a realidade precisa ser vista a partir de um pensamento complexo, ou seja, os problemas encontrados precisam ser incorporados como elementos da aprendizagem na construção de novos conhecimentos, novas reflexões de entendimento, na perspectiva de ser elevada a uma ação de apoio à transição agroecológica no território.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar as estratégias de transição agroecológica, da ação coletiva e da incidência das organizações que contribuíram para a construção da política pública municipal de agroecologia, fortalecendo a identidade territorial e a construção do conhecimento agroecológico no município de Bonito-PE.

3.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar as ações do processo de construção do conhecimento agroecológico em curso no território de Bonito/PE;
- b) Analisar a ação coletiva e a incidência das organizações na construção da política pública de agroecologia no território de Bonito–PE;
- c) Identificar as estratégias de transição agroecológica relacionadas a construção do conhecimento agroecológico no território de Bonito–PE;
- d) Estimular a participação dos atores sociais na elaboração da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica do território de Bonito por meio de processos coletivos de construção do conhecimento agroecológico.

4 MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa foi desenvolvida com enfoque interdisciplinar (PÁTARO; BOVO, 2012; FAZENDA, 2002), utilizando-se da abordagem qualitativa complementada por elementos quantitativos, tendo por base método da Pedagogia de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS) de Moura (2003).

A natureza do estudo teve, como horizonte de partida, o apoio metodológico para a construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito. Temos acompanhado esse processo desde o início, uma vez que o objeto de estudo foi associado a atuação laboral do pesquisador (no período de 2016 até outubro de 2022) na Escola de Agroecologia do Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA).

A partir de 2019, passou a ser objeto de estudo nesta tese no Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Para alcançar os resultados de pesquisa no contexto da propagação da pandemia da Covid-19, foram utilizadas ferramentas remotas e meios telefônicos, assegurando os protocolos de segurança frente a Covid-19 (AQUINO *et al.*, 2020), por meio das orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e as restrições estabelecidas pelas autoridades estaduais e municipais de saúde. Nossas preocupações foram no sentido de preservar a saúde dos (as) envolvidos (as) durante o processo de pesquisa.

A consecução dos objetivos perseguidos teve como base as medidas preventivas, na adoção de protocolos no distanciamento social, o uso de máscaras, a higienização das mãos com aplicação de álcool 70° e a adoção de canetas para uso individual.

Também foram adotados cuidados na orientação sobre a participação dos/as envolvidos/as nas atividades de pesquisa com sinais de gripe, dores no corpo, garganta ou na cabeça, febre, diarreia, etc. Nesse contexto, foi necessário, eventualmente, o uso de ferramentas virtuais (plataforma do google Meet e Zoom), durante as atividades de elaboração da Política e do Plano Municipal de Agroecologia, assim como de meios eletrônicos para realização das entrevistas.

4.1 Caracterização do Local de Estudo

O *locus* do estudo e dos procedimentos para coleta dos dados da pesquisa foi o município de Bonito, localizado na região do agreste, interior do Estado de Pernambuco, situado a cerca de 140 km da capital do Estado, conforme ilustração (Figura 4).

Figura 4 - Mapa de localização do município de Bonito no estado de Pernambuco.



Fonte: Adaptado de IBGE Cidades (2022).

Situado em zona de transição entre a Mata Atlântica e o Bioma Caatinga, o território de Bonito é dividido por distintas áreas e características produtivas com a presença de brejos de altitude. Por um lado, exige habilidades agrícolas para o manejo em altitude e com elevada precipitação de chuvas em alguns períodos do ano. E do outro lado, demanda a necessidade de manejo com uso de práticas de convivência com práticas agrícola em áreas semiáridas durante todo o ano.

Na configuração histórica social de Bonito, temos alguns marcos importantes pois “[...] a história do município é marcada por diversos movimentos, como a Guerra dos Cabanos, a Revolução Praieira, a Revolução do Quebra-Quilo e o Massacre do

Rodeador” (CEPAN, 2017, p. 22). Segundo Gaspar (2009), o Massacre do Rodeador foi um dos movimentos sebastianistas trágicos que aconteceu em Pernambuco, sendo o território de Bonito (1819-1820) palco de um movimento que traduziu resistência camponesa de pessoas livres e pobres, que, em inconformidade com a situação política vigente, buscavam uma expectativa de salvação, na crença da volta de Dom Sebastião, rei de Portugal.

O município de Bonito foi emancipado em 1839 e possui uma área total de 480 km² localizada numa altitude que varia entre 445 a 900 metros, acima do nível do mar. O município apresenta um clima quente e úmido, além de apontar um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) equivalente a 0,591 (IBGE, 2010).

Em termos da composição geográfica e populacional, Bonito é formada por um contingente de 37.566 mil habitantes, do qual 69,8% da população está concentrada no meio urbano e 30,2% da população no meio rural (IBGE, 2010). Destaca-se ainda na composição populacional o percentual de 50,6% de mulheres, o que reforça a demanda por iniciativas com prioridade de ações e programas voltados para assegurar os direitos e emancipação deste segmento no município.

4.2 Desenho Metodológico da Pesquisa

Os resultados da pesquisa deram origem a dois produtos finais de tese denominados de Norma ou Marco Regulatório, conforme Capes (2019). Tais Normas constituíram-se na Lei Municipal da Política de Agroecologia e Produção Orgânica e no Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica como marco regulatório no município de Bonito.

O estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2003), pesquisa documental (GIL, 2008) e a da observação, como técnica, na prática articulada à Pedagogia de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS), (MOURA, 2003)⁶.

A PEADS consiste em uma metodologia que reconhece e valoriza os conhecimentos existentes dos atores e suas institucionalidades territoriais como sujeitos políticos necessários às mudanças do território.

⁶ Abdalaziz de Moura, educador, filósofo e teólogo nascido no interior de Pernambuco, atualmente soma-se mais de 50 anos de sua trajetória de vida profissional dedicada as causas sociais da educação e desenvolvimento do território. Em 2003, a partir da evolução no estudo de várias gerações de educadores/as, jovens, lideranças comunitárias e agricultores/as camponeses, tem apontado caminhos para uma educação transformadora, a qual sistematizou a Pedagogia de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS), metodologia que passou a ser institucionalizada por várias organizações do território nacional. E mais recente é fundador e presidente do Instituto Abdalaziz de Moura.

Para Moura (2003), a pedagogia pode apoiar o desenvolvimento de diversas competências por meio de ações, de sensibilizações, pesquisas, problematização, desdobramentos e intervenções capazes de transformar a realidade existente, estimulando a autonomia e o protagonismo dos sujeitos envolvidos no território.

A pesquisa bibliográfica atendeu o objeto de estudo no âmbito da delimitação do marco teórico (GIL, 2008), desenvolvida a partir de fontes bibliográficas com amplitude nas seguintes categorias de análises: (1) Ação coletiva; (2) Construção do conhecimento agroecológico; (3) Território; (4) Transição agroecológica; e (5) Políticas públicas. Além disso, foi realizada a busca de informações complementares em bases de dados oficiais, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e em sites institucionais.

A partir da pesquisa bibliográfica foi realizada uma análise interpretativa crítica, correlacionando as ideias dos autores ao desenvolvimento do objeto de estudo, podendo traduzir-se numa crítica fundamentada em argumentos explicativos e discursivos, enunciados de proposições aos problemas (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A pesquisa documental foi outro método de apoio complementar a investigação, no qual consistiu no estudo de fontes documentais (GIL, 2008). Visto que a natureza do estudo demandaria o resgate de informações produzidas pelos atores e organizações sociais, públicos e privados, atuantes no município de Bonito, a partir de sua trajetória social, pretende-se analisar as diferentes estratégias de apoio à transição agroecológica no território, relacionando-as ao processo de construção do conhecimento agroecológico com a construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia.

Como parte da pesquisa documental, foram analisados: relatórios técnicos, súmulas de reuniões, ata de assembleias comunitárias, estatuto social, relatórios de atividades institucionais, leis e decretos municipais, registros fotográficos, relatórios de pesquisas, projetos extensão, relatórios de audiência pública, relatórios de oficinas, cursos ou capacitações, além de outros registros relevantes para a identificação e sistematização do objeto de pesquisa.

Para o levantamento desses documentos, foi desenvolvido um mapeamento prévio desses atores e organizações sociais, públicos e privados, inseridos no contexto e, a partir dos últimos sete anos, foram identificadas, nos registros, as ações que contribuíram para a construção do conhecimento agroecológico e a transição agroecológica no município.

O estudo ainda contou com um processo de observação (MARCONI; LAKATOS, 2003), que consistiu na identificação de elementos durante o processo de pesquisa no contexto do território.

Nesse sentido, as autoras acrescentam que:

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar. [...] A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.190).

O material produzido por essa observação agregou ao objeto de estudo a sistematização do conhecimento a partir do acompanhamento nas reuniões, assembleias comunitárias, práticas de campo em mutirões, assim como também da evolução do processo de construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito.

Com base nas dimensões metodológicas das etapas cíclicas da Pedagogia de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS), o processo de desenvolvimento da pesquisa na prática corroborou com reflexões e análises durante os procedimentos de pesquisa.

A **primeira etapa** consistiu na pesquisa participativa com base na dimensão do “ver, observar, levantar informações, pesquisar, identificar os primeiros conhecimentos que os atores sociais já têm sobre o objeto de estudo” (MOURA, 2003, p. 105). Esse foi o momento do planejamento da pesquisa, articulada às contribuições da ação coletiva com os/as envolvidos/as no processo de construção da agroecologia no município de Bonito-PE.

O processo de análise bibliográfica foi identificado pelo filtro estabelecido nas categorias de análise: Ação coletiva; Território; Construção do conhecimento agroecológico; políticas públicas e Transição agroecológica. Disso, nasceu o corpo do argumento teórico, a partir da análise crítica, interpretativa seguido do anúncio de proposições sobre o objeto de estudo.

Esta etapa desenvolvida junto aos atores e organizações sociais, instituições de ensino, pesquisa e extensão e a gestão pública, se apoiou no levantamento de documentos, referências bibliográficas e conhecimentos prévios sobre o território.

A construção por meio da participação em reuniões comunitárias da Associação de Agricultores/as Vida Agroecológica viabilizou a apresentação do projeto de pesquisa aos agricultores/as, secretárias municipais e Câmara Municipal de Vereadores, além das organizações atuantes no território de Bonito, tais como o Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco (IPA), a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP), o Núcleo de Agroecologia e Campesinato da Universidade Federal Rural de Pernambuco e a Escola de Agroecologia do Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA).

O mapeamento documental e bibliográfico (atas de reuniões, relatórios, projetos, leis, artigos e outros documentos relevantes) sobre o objeto de estudo teve sequência com a realização da entrevista semiestruturada para coleta de dados, desenvolvida junto aos atores e organizações sociais, públicos e privados, atuantes no município de Bonito.

Esse diálogo com os atores do território permitiu, como resultado, um processo de mobilização da população para a primeira Audiência Pública municipal, desenvolvida com o objetivo de ampliar a discussão sobre a construção da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito.

Nesta etapa, se concretizou a proposta metodológica de mobilização para construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica. Os elementos observados nesta etapa apoiaram a formulação da primeira versão de texto da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito.

A **segunda etapa** consistiu em “analisar, desenvolver, desdobrar os dados da pesquisa inicial, aprofundar, elevar o patamar o conhecimento traduzido pelas pesquisas” (MOURA, 2003, p. 110).

Desenvolvida a análise crítica das fontes identificadas, relacionadas ao objeto de tese, o estudo articulou as primeiras bases teóricas em relação a ação coletiva dos atores e organizações sociais, públicos e privados, atuantes no município de Bonito, as questões elegíveis pelo critério da participação na construção de estratégias de apoio a transição agroecológica do município.

Nesse sentido, a dimensão interdisciplinar em atendimento a hipótese estabelecida e nas literaturas estudadas durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa foram analisadas com a pretensão de observar e sistematizar como os atores e organizações sociais, públicos e privados, incidem para a construção do conhecimento agroecológico no município de Bonito/PE a partir de sua trajetória social em diálogo com

as diferentes estratégias de transição agroecológica implementadas no território. E é relevante ressaltar que tal análise foi realizada em diálogo com esses mesmos atores.

Em paralelo a isso, o diálogo com os atores sociais permitiu o processo de investigação, que contou com a análise das súmulas de reuniões, ata de assembleias comunitárias, estatuto social, relatórios de atividades institucionais, leis e decretos municipais, registros fotográficos, relatórios de pesquisas, textos de projetos, relatórios de audiência pública, relatórios de oficinas, cursos ou capacitações dentre outras fontes aqui não mensuradas.

Nessa etapa, foram elaborados dois produtos necessários a construção do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PLAMAPO): O texto preliminar posposto do decreto municipal com objetivo de instituir a Comissão Municipal de Metodologia para discutir as estratégias para construção do PLAMAPO. Apesar desta iniciativa no momento inicial parecer necessária, na prática, não foi publicada em formato de decreto pelo Poder Executivo. Logo, a comissão de planejamento e monitoramento do PLAMAPO foi reconfigurada em comissões menores constituídas em cada um dos cinco seminários temáticos de sensibilização e formação realizados.

Outro importante resultado desse processo foi a síntese da primeira proposta de texto para o projeto de Lei da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PMAPO), elaborado em consonância com a política nacional (2012) e estadual (2021) de agroecologia e produção orgânica, além de integrar os marcos regulatórios do município de Bonito.

Em seguida, passou a ser debatida em audiência pública, refletida a partir de uma análise coletiva e posto em consulta a população, antes de seguir para votação e aprovação em sessão da Câmara de Vereadores. As contribuições recebidas de emenda na proposta de texto foram acatadas na íntegra por unanimidade pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Poder Executivo.

O processo de análise, devolução e desdobramento dos conhecimentos sobre os desafios do território, compreendidos como diagnóstico da realidade, tornou-se conteúdo debatidos durante a realização dos cinco seminários temáticos de sensibilização e formação.

A **terceira etapa** consistiu em “transformar em ação o conhecimento constituído, intervir na comunidade a partir dos novos conhecimentos, devolver o conhecimento produzido para quem ajudou gerá-lo” (MOURA, 2003, p. 116).

Nesta etapa, a ação pesquisada convergiu com o produto final da pesquisa com o processo de construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, apresentado ao PPGADT/UFRPE. A devolução dos conhecimentos investigados teve um caráter participativo nas reuniões de discussão metodológica e nos seminários de convergência com o processo de construção do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito.

A partir desta etapa, a pesquisa deixou como produto a Lei da Política que orientou a construção do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, instrumento disponibilizado as famílias agricultoras, organizações sociais, pública e privadas, como inspiração metodológica para as políticas públicas territoriais de agroecologia e produção orgânica. Houve também a organização da versão preliminar do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PLAMAPO).

E a **quarta etapa** da metodologia foi consagrada a premissa da “auto e hetero avaliação dos processos, os conteúdos, as pessoas envolvidas no processo de construção e aprendizagem das ações” (MOURA, 2003, p.120).

A ação do processo de pesquisa e aprendizagens em torno do objeto de estudo recebeu uma importante contribuição dos atores e organizações sociais, públicas e privadas, inseridas neste contexto, para além da avaliação apresentada pelo pesquisador. Esse fluxo de construção configurou-se por meio de reuniões locais, as quais contou com a sistematização das discussões e aprendizagens.

Como desfecho primário, analisou-se o processo de construção do conhecimento agroecológico, observando as diferentes estratégias de transição agroecológica, a ação coletiva e a incidência dos atores públicos e privados e suas organizações. Este estudo apoiou no processo de finalização do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica. E com desfecho secundário, o estudo apoiou o fortalecimento e ampliação da identidade territorial e da Agroecologia no município de Bonito-PE, disponibilizando o resultado desta pesquisa aos atores, organizações e gestores públicos municipais.

Em termos de hipótese, o argumento que nasce do propósito deste estudo teve como desfecho: A articulação e o estímulo à ação coletiva de agricultores/as e organizações da sociedade civil, gestão pública e instituições de ensino, pesquisa e extensão, foram fundamentais para impulsionar o processo de transição agroecológica em Bonito-PE, por meio das diferentes estratégias de transição agroecológica implementadas no território.

4.3 Caracterização dos Participantes na Pesquisa

No conjunto, participaram como sujeitos da pesquisa um total de 14 (quatorze) entrevistados/as, sendo lideranças atuantes no território de Bonito. Dentre elas, agricultores e agricultoras familiares de base agroecológica de comunidades rurais, Organizações da Sociedade Civil, Gestão Pública e Instituições de ensino, pesquisa e extensão (tabela 2).

O estudo foi caracterizado por uma amostragem não probabilística, seguido de entrevistas de caráter qualitativo, desenvolvidas com lideranças identificadas de acordo com os critérios formulados de inclusão e exclusão, elegíveis ao público pesquisado.

Tabela 1- Amostra dos atores sociais participantes das entrevistas de pesquisa.

Organizações Entrevistadas	Categorias	Número de pessoas entrevistadas
Coletivo Aimirim	Organização da sociedade civil	01 pessoa
Escola de Agroecologia do Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA)	Organização da sociedade civil	01 pessoa
Associação dos Agricultores e Agricultoras Vida Agroecológica	Organização da sociedade civil	01 pessoa
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOP)	Instituição de ensino, pesquisa e extensão	01 pessoa
Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC)	Instituição de ensino, pesquisa e extensão	01 pessoa
Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco (IPA)	Instituição de ensino, pesquisa e extensão	01 pessoa
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural	Gestão Pública	01 pessoa
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Gestão Pública	01 pessoa
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar	Gestão Pública	01 pessoa
Câmara Municipal de Vereadores	Gestão Pública	01 pessoa
Associação dos Produtores e Produtoras Rurais Vida Agroecológica	Agricultores e agricultoras familiares de base agroecológica	04 pessoas

Fonte: O Autor (2023).

A pesquisa desenvolvida com os agricultores e agricultoras contemplou um total de quatro entrevistas, as quais 50% foi desenvolvida com agricultoras e 50% com agricultores familiares de base agroecológica identificados nas comunidades rurais de Água Vermelha, Muricê, Colônia Japonesa e Pratinha.

Todos associados/as da Associação de Produtores e Produtoras Rurais Vida Agroecológica que comercializam seus produtos no Mercado da Vida no centro de Bonito e tem vínculo de cadastro na Organização de Controle Social (OCS) junto ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

As entrevistas desenvolvidas com as lideranças das Organizações da Sociedade Civil, Gestão Pública e Instituições de ensino, pesquisa e extensão contemplaram uma amostra de 10 (dez) organizações atuantes no território de Bonito. Sendo que 60% das entrevistas foram desenvolvidas com mulheres e 40% desenvolvidas com homens, lideranças que exerciam função relevante na sua organização.

Em termos dos critérios de inclusão e exclusão, foram considerados os indicativos pré-elaborados e aprimorados pelos agricultores e agricultoras familiares e os atores sociais, em reunião de planejamento de pesquisa.

Para os critérios de inclusão elegíveis nas entrevistas, considerou-se os sujeitos envolvidos na territorialização da Agroecologia de Bonito, configurados a partir das diretrizes: pessoas adultas maiores de 18 anos; mulheres, agricultores e agricultoras familiares de comunidades rurais; estudantes e egressos do curso técnico em agroecologia desenvolvidos pela Escola do Sertão; e lideranças de organizações da sociedade civil, da gestão pública, poder legislativo e de instituições de ensino, pesquisa e extensão.

Para os critérios de exclusão, a pesquisa adotou como diretriz: pessoas menores de 18 anos; mulheres, agricultores e agricultoras familiares que fazem uso de agrotóxico e lideranças de organizações da sociedade civil, do poder legislativo, da gestão pública e de instituições de ensino, pesquisa e extensão que não participaram do processo de transição agroecológica.

A dimensão do recrutamento foi orientada a partir das visitas de campo durante as atividades comunitárias no desenvolvimento da pesquisa. As premissas de recrutamento dos sujeitos a serem pesquisados foram identificadas a partir dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos e aprimorados com a participação de agricultores/as e atores de organizações sociais, públicas e privadas.

Nessa perspectiva, foram observados os sujeitos (agricultores/as e lideranças) que, a partir de forma direta ou indireta, contribuíram para a construção da transição agroecológica no município de Bonito com o intuito de alinhar o propósito da pesquisa ao processo de construção do conhecimento agroecológico.

Em termos dos instrumentos de coleta de dados, a pesquisa contou com o desenvolvimento de entrevistas orientadas por meio de roteiro semiestruturado de perguntas aplicadas em um tempo médio de 20 minutos (Apêndice C e D).

O formulário com roteiro de entrevista semiestruturado (MARCONE; LAKATOS, 2003) contemplou: (a) perguntas abertas, também chamadas livres ou não limitadas, que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões; (b) perguntas fechadas, denominadas limitadas ou de alternativas fixas, aquelas que o informante escolhe sua resposta entre duas opções; (c) perguntas de fato, relacionada as questões concretas, tangíveis, fáceis de precisar; portanto, referem-se a dados objetivos: idade, sexo, profissão, domicílio, estado civil, etc.; e (d) perguntas de ação, referem-se a atitudes ou decisões tomadas pelo indivíduo em suas comunidades.

Em termos dos aspectos éticos da pesquisa, nos orientamos pela Resolução n 466 de 23 de dezembro de 2012, estabelecida pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), o qual aprova as diretrizes e normativas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Em termos de riscos existentes na pesquisa, configurou-se a propagação da pandemia da Covid-19, frente às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), e as restrições estabelecidas pelas autoridades estaduais e municipais de saúde.

Realidade que especulou possibilidade de interferência nos procedimentos de visita às comunidades, desenvolvimento das entrevistas e acompanhamento das atividades durante a construção do Plano e da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica.

Destaca-se ainda que, diante desse cenário de saúde pública, foram adotadas rigorosamente todas as medidas de segurança frente à Covid-19, em que se destacam: protocolo de segurança com distanciamento social, o uso de máscaras, a higienização das mãos com aplicação de álcool 70^o e a adoção de canetas para uso individual. Assim como também foram adotados cuidados na orientação e restrição de pessoas nas atividades de pesquisa com sinais de gripe, dores no corpo, garganta ou na cabeça, febre, diarreia, etc.

Como medida complementar, foi adotado o uso de ferramentas virtuais (plataforma do google Meets e Zoom), durante as atividades de elaboração da Política e do Plano, assim como também de meios eletrônicos para realização das entrevistas.

Outro aspecto que se estimou como risco a pesquisa foi o cenário das eleições municipais ocorridas em 2020. Apesar da reeleição da atual gestão no município de

Bonito, a ambiência de nova gestão poderia causar mudanças, diante do compromisso público e ambiência política anteriormente articulada para discutir e construir o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito.

Assegurada a confidencialidade das informações coletadas a partir dos preceitos éticos previsto em resolução específica, os dados coletados, nesta pesquisa, serão armazenados em arquivos, assegurados no formato físico e digital a partir da: 1) criação de um drive em conta de e-mail; e 2) Guarda em HD externo, armazenado, sob a responsabilidade do pesquisador Paulo José de Santana. Podendo ser mantido pelo período mínimo de 5 anos, disponível ao Comitê de Ética em pesquisa da UFRPE.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta sessão analisaremos as características do território de Bonito, o processo de construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, assim como também das estratégias de ação coletiva que contribuíram para o processo de construção do conhecimento que fortalece a transição agroecológica articulada no território de Bonito.

As primeiras concertações, em torno da elaboração de políticas públicas de agroecologia, emergem como política de desenvolvimento territorial em 2012, ganha debate público nacional e passa a se configurar nos estados da federação.

Os resultados que se inserem no território de Bonito nascem com impulso da ação coletiva dos agricultores/as, organizações da sociedade civil, gestão pública e das instituições de ensino, pesquisa e extensão, como estratégia política social necessária para a construção do conhecimento agroecológico na construção da política e do plano municipal de agroecologia e produção orgânica, por meio de diferentes estratégias de transição agroecológica no território.

5.1 Caracterização do Território de Bonito

Antes de tudo um esclarecimento, “vimos com uma noção de território herdado da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados” (SANTOS, 1998, p. 15). Em comum deixando a impressão conceitual e imaginária, que ainda perpassa de gerações para gerações, a visão de que a definição de território se caracteriza pela identidade da organização

jurídica e política administrativa em termos de servir aos interesses e subordinação das políticas de Estado.

Partimos do entendimento de que, a caracterização da identidade de um território, sugere profunda reflexão sobre as territorialidades existentes que influenciam a realidade. O processo de investigação em Bonito identificou claramente a existência de duas territorialidades em disputa, a presença da territorialidade das famílias camponesas e a do Agronegócio. A tabela 3, explicita alguns dos elementos presentes na dinâmica do território de Bonito que explicitam a condição de oposição de duas territorialidades.

Quadro 2 - Características das territorialidades em Bonito.

Famílias Camponesas	Agronegócio
<ul style="list-style-type: none"> - Produção de base agroecológica; - Propriedades fazendo uso de mão de obra familiar no processo de produção; - Cultura de produzir para se alimentar em primeira instância e depois comercializar a produção excedente; - Preocupação com a preservação da biodiversidade nos sistemas de cultivos; - Implementação de ecotecnologias sociais como estratégias agroecológicas; - Emancipação das mulheres nos sistemas agroecológicos de produção; - Lutas sociais pela conquista de políticas públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de base convencional; - Uso intensivo de agrotóxico; - Presença de queimadas; - Presença de desmatamento; - Presença do monocultivo de banana e inhame; - Ausência de manejo adequando ao solo; - Forte intermediação dos atravessadores na comercialização da produção monocultivada; - Especulação da indústria eólica; - Existência da relação patrão/empregado na relação do campo.

Fonte: Autor (2023).

Evidentemente essa dimensão de disputa, não só influencia as deliberações sobre o orçamento público, alcança um processo mais amplo de prioridade, que diz respeito aos níveis de sustentabilidade do território na dimensão econômica, social, cultural, política, ambiental e climática. Que por sua vez, podem tendenciar a construção das políticas públicas territoriais impulsionadas pela sociedade.

Apresentamos o território a partir da construção do conhecimento agroecológico constituído pelas famílias agricultoras camponesas, organizações da sociedade civil, poder legislativo, gestão pública e instituições de ensino, pesquisa e extensão atuantes no território que na última década contribuíram sistematicamente com a territorialização da agroecologia.

Como enfatiza Cruz (2006), “[...] vem ocorrendo a constituição de novos sujeitos políticos e a emergência de novas identidades territoriais constituídas pelas populações tradicionais nas lutas sociais pela afirmação material e simbólica dos seus modos de vida” (CRUZ, 2006, p. 66).

Nesse sentido, o esforço de caracterizar o território de Bonito teve como dimensão central a interdisciplinaridade (PÁTARO, BOVO, 2012; FAZENDA, 2002) da Agroecologia e da territorialidade das “[...] vozes que historicamente foram marginalizadas, suprimidas, silenciadas e invisibilizadas [...]” (CRUZ, 2006, p. 66).

A pesquisa teve como proposta tornar endógeno aos atores do território os resultados do processo de transição agroecológica identificado nas diversas estratégias de ação coletiva verificada no desenvolvimento da tese. Isso na perspectiva de assegurar as “territorialidades que se apresentam com o sentido de pertencimento, uso e vivência em um recorte do espaço e que na atualidade se expressam mais em rede (lógica reticular), com a compressão do espaço pelo tempo, do que em zonas contíguas (lógica areal)” (FUINI, 2017, p. 20).

Em termos dos **aspectos agrários e fundiários** pesquisados, o município é caracterizado pelo cultivo agrícola de banana, inhame e hortaliças, o qual ainda se faz presente o uso de agrotóxico e de queimadas durante o manejo, o que representa contraste que vai de encontro ao processo de transição agroecológica em curso.

Nas características agrárias do território, Bonito apresenta uma estrutura de seis assentamentos da reforma agrária registrada pelo Instituto de Terra e Reforma Agrária de Pernambuco (ITERPE), que acolhe 97 famílias em uma área de cerca de 924 ha (Tabela 2).

A ação conjunta da prefeitura municipal no âmbito da Secretaria de Agricultura, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e o ITERPE consolidou em 2022 a regularidade de parcelas agrárias, chegando a cerca de 75 títulos de posse agrária entregues as famílias agricultoras no território.

Um resultado que parece elevar o nível das famílias agricultoras a acessarem investimentos de custeios ou infraestrutura de apoio ao cultivo agrícola e pecuária nas Unidades Produtivas (UPs), dimensão fundamental que pode favorecer o processo de transição agroecológica na medida em que há avanços nas condições necessárias para que as famílias agricultoras possam acessar as políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

Tabela 2 - Unidades produtivas, cédula da terra e crédito fundiário em Bonito.

Assentamento/ Associação	Imóvel	Área/ha	Capacidade de Famílias	Nº de Famílias Assentadas	
				Tituladas	Não Tituladas
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Mucuri	Fazenda Dois Braços	66,44	9	9	-
Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Serra dos Ventos	Fazenda Serra dos Ventos	292,61	20	20	-
Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento do Povoado da Pedra do Rodeador	Fazenda Rodeadouro	44,50	6	6	-
Associação dos Moradores do Engenho Barbosa	Engenho Santa Alice	223,3	30	30	-
Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Jussara	Fazenda Pratinha	102,86	10	10	-
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Sol Nascente	Fazenda Sol Nascente	194,57	22	-	22
TOTAL		924,28	97	75	22

Fonte: ITERPE, 2022.

Analisando os assentamentos da reforma agrária registrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no município de Bonito, identificamos três assentamentos de jurisdição federal.

Segundo dados da Superintendência Regional do INCRA (2022), em Pernambuco os três projetos de assentamentos têm capacidade para 232 (duzentas e trinta e duas) famílias, distribuídas em uma área de cerca de 2.588,5 ha (Tabela 3).

Tabela 3 - Famílias assentadas nos projetos de reforma agrária em Bonito.

Assentamento/Associação	Área/ha	Capacidade de Famílias	Nº de Famílias Assentadas	
			Tituladas	Não tituladas
PE 0049000 PA Barra Azul	859,7262	68	0	68
PE 0064000 PA Serra dos Quilombos	893,3000	70	0	67
PE 0119000 PA Riachão	835,5000	98	0	97

TOTAL	2.588,5262	236	0	232
--------------	-------------------	------------	----------	------------

Fonte: INCRA, 2022.

Os dados também indicam que esses assentamentos ainda dependem de uma ação conjunta que possa impulsionar a regularização e a entrega dos títulos de posse às famílias agricultoras assentadas, pois ainda não há famílias com título de posse.

Nesses termos, entendemos que “a questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção” (FERNANDES, 2015, p. 30).

Compreendemos que a busca pela conquista da regularização agrária do território, para além da atribuição do Estado, é necessário que no território possa emergir uma ação coletiva dos agricultores e agricultoras, organizações da sociedade civil, instituições de ensino, pesquisa e extensão, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e na gestão pública municipal, no sentido de apoiar com prioridade a territorialização dessas famílias, quanto a configuração agrária do município, na regulamentação das parcelas com o registro dos títulos de posse junto aos órgãos competentes.

Essa dimensão complementar à agroecologia em Bonito pode contar com o apoio das organizações sociais que já atuam no território, as quais podemos citar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Camponês Popular (MCP), a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Pernambuco (FETAPE) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE).

No território de Bonito, o conjunto de organizações comunitárias de agricultores familiares, segundo dados do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), apresenta um universo de 48 (quarenta e oito) associações rurais (Anexo IV). Desse modo, alertamos para a necessidade de mais informações sobre os níveis de funcionamento dessas organizações quanto à regularização jurídica e às atividades efetivas desenvolvidas junto as famílias agricultoras, o que inicialmente não foi pretensão de análise.

A existência dessas organizações comunitárias pode ser indicativo estratégico para o desenvolvimento de um conjunto de ações de apoio à transição agroecológica. Dentre estas, podemos citar o desenvolvimento de capacitações, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) (BRASIL, 2010), além do apoio aos processos autogestionários de impulso ao acesso as políticas públicas de comercialização, tais como o Programa

Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BRASIL, 2009) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (BRASIL, 2003).

Com relação aos registros dos/as agricultores e agricultoras com Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (DAP) (BRASIL, 2006), o município registra⁷ 4.432 (quatro mil quatrocentos e trinta e duas) unidades cadastradas. Desse número, segundo dados de junho de 2021 do Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco (IPA), em torno de 2.740 (dois mil setecentos e quarenta) registros estão inativos, caracterizados por estarem em situação de suspensão ou possuírem pendência de validade.

As estratégias de transição de base agroecológica no território acontecem também pela dimensão dos processos de adequação às conformidades da agricultura orgânica, visto que o sistema brasileiro de acreditação e garantia das conformidades da produção orgânica é assegurado pela Lei 10.841 de dezembro de 2003, que estabelece três mecanismos de controle e avaliação dos alimentos orgânicos (Certificação por Auditoria, Certificação participativa e cadastro de Organização de Controle Social).

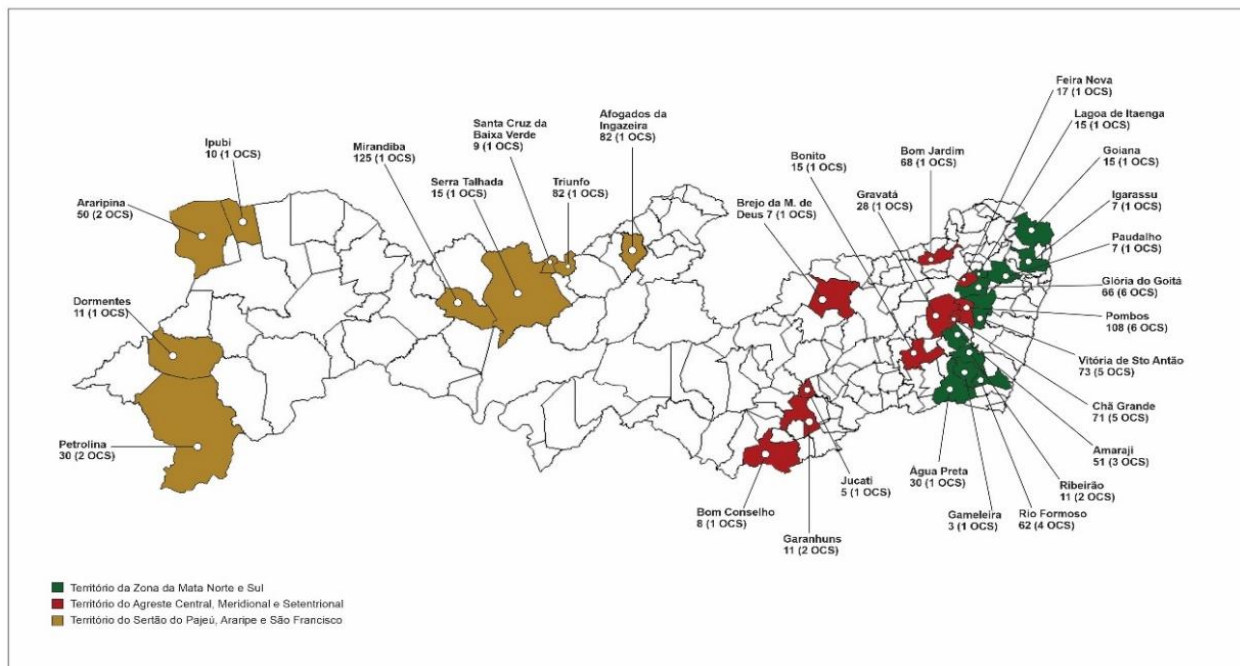
No caso de Bonito, dá-se destaque à construção da Organização de Controle Social (OCS). Segundo o Mapa (2009), é conceituada como:

Um processo de geração de credibilidade organizado a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança das pessoas envolvidas no processo de geração de produção, comercialização e consumo de alimentos orgânicos (MAPA, 2009).

O mapa (Figura 5) explicita que, dos 185 municípios do território pernambucano, encontram-se cerca de 1.092 registros de agricultores e agricultoras cadastrados com unidades produtivas orgânicas vinculados a 57 OCS. Bonito é destaque em um dos 30 municípios que apresenta resultado nessa direção.

⁷ Número com base nas organizações credenciadas que operacionalizam a emissão da DAP no município de Bonito. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bonito (STR), Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF) e o Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco (IPA).

Figura 5 - Municípios com identificação dos agricultores e agricultoras familiares orgânicos vinculados as Organizações de Controle Social no território de Pernambuco.

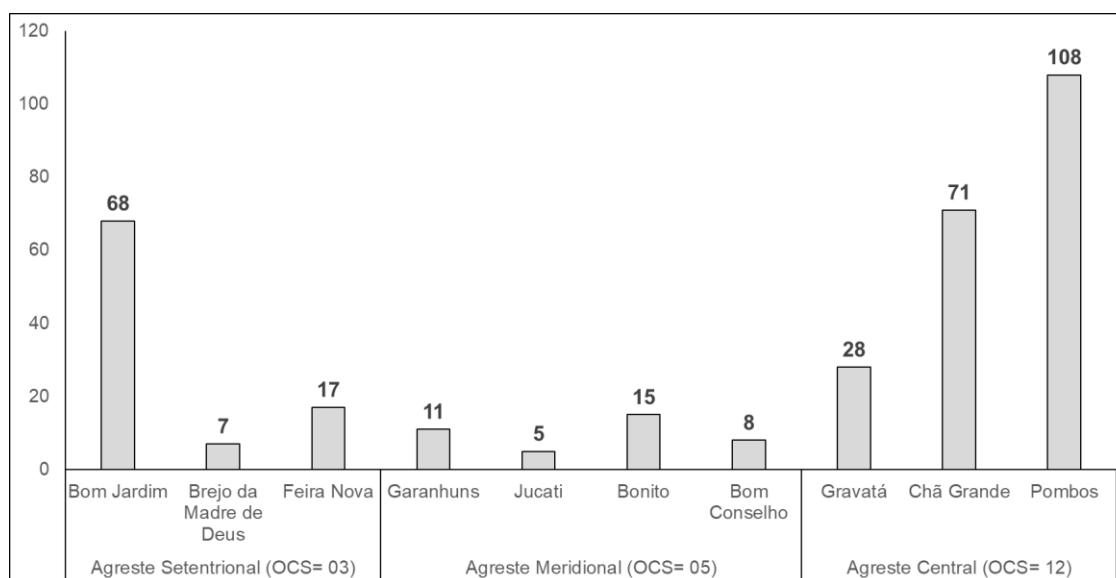


Fonte: Adaptado de BRASIL, 2022.

O painel seguinte (Figura 6) faz referência ao número de agricultoras e agricultores e a quantidade de Organização de Controle Social existente nos municípios da região Agreste de Pernambuco. Nela, observa-se a presença de 20 OCS, que reúnem um total de 338 agricultores e agricultoras.

No território de Bonito, a Organização de Controle Social – Vida Agroecológica foi cadastrada na Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário do MAPA em abril de 2017. Vincula cerca de 15 cadastros de Unidades de Produção Orgânica (Figura 6). Desses, 47% dos cadastros são liderados por mulheres produtoras. Essas Unidades Produtivas estão localizadas no Sítio Pau d'arco, na Comunidade Muricê, Colônia Japonesa, Bananeira do Sul, Água Vermelha, Pratinha, Riachão, Rodeador e Mucuri e no Engenho Pará.

Figura 6 - Número de agricultores e agricultoras vinculados as Organizações de Controle Social (OCS) na região do Agreste com ênfase no município de Bonito.



Fonte: BRASIL, 2022.

Em termos do turismo, meio ambiente e recursos hídricos, o território de Bonito é caracterizado pela beleza da biodiversidade vegetal e a riqueza dos recursos hídricos presentes nas cachoeiras. Desperta, na população do Estado, um turismo ainda tido como predatório, o qual demanda um processo de educação ecológica contínua, que assegure a minimização dos impactos, promovendo uma maior consciência ecológica sobre a importância da preservação integral dos ecossistemas e recuperação das áreas degradadas no território.

O Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (2017, p. 21) enfatiza que:

A vocação turística do município está relacionada aos remanescentes da Mata Atlântica e à riqueza de água, com a presença de diversas cachoeiras, sendo a Cachoeira Barra Azul, Cachoeira Pedra Redonda, Cachoeira Véu da Noiva, Cachoeira da Gruta e a Cachoeira Poço Dantas as mais conhecidas e visitadas. No centro do município também foi implantado recentemente um teleférico, o qual permite uma visão panorâmica da região.

O município também apresenta como diferencial dos demais municípios do Estado de Pernambuco a existência de três Unidades Municipais de Conservação⁸ (BONITO, 2010; BONITO, 2011; CEPAN, 2016; CEPAN, 2017). Apesar de duas unidades terem construído seus planos de manejo, na prática, apresentam dificuldade de gestão pela ausência de aporte financeiro das três esferas de governo e de órgãos

⁸ (1) Unidade de Conservação Reserva Biológica da Mata da Chuva, (2) Unidade de Conservação Monumento Natural Municipal Pedra do Rosário e (3) Unidade de Conservação Parque Natural Matas do Mucuri-Hymalaia.

ambientais para assegurar efetivamente o monitoramento e fiscalização coletiva deste patrimônio natural.

Na configuração das políticas públicas ambientais e de proteção dos direitos da natureza, vale salientar que o município sozinho dificilmente terá condições suficientes para assegurar essa proteção e que seria necessária maior colaboração com o estado e a união, em diálogo com a população do território.

O município apresenta peculiaridade em relação aos demais municípios da região, com a instalação de uma unidade militar do Corpo de Bombeiros, com plantão diário aos serviços de ocorrências de queimadas quando denunciadas. A efetivação dessa iniciativa depende de uma ação conjunta com as comunidades rurais e as organizações municipais, sobretudo das áreas mais afetadas com focos de incêndio.

Na dimensão ambiental, o município também apresenta uma riqueza em potencial hídrico, por sua abundante produção de águas para as bacias hidrográficas dos rios Una e Sirinhaém. O que equivale a um território com 500,96 ha de recursos hídricos⁹, mananciais que abastecem Bonito e outras cidades da região¹⁰ e principalmente no que se refere à área ainda existente¹¹ de Mata Atlântica, equivalente a 12,91% do território (CEPAN, 2017b), motivos pelo qual é considerada Terra das Águas e uma das sete maravilhas de Pernambuco.

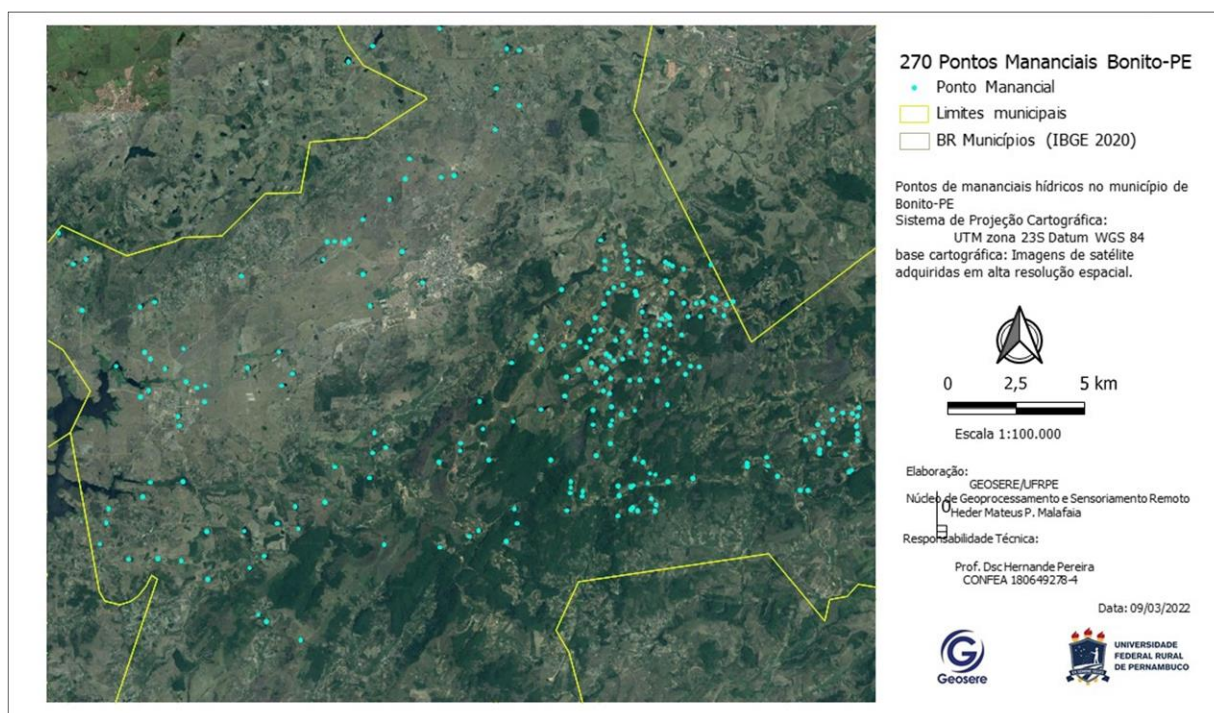
Segundo dados do Laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (GEOSERE/UFRPE), um estudo de março de 2022 indica a existência de aproximadamente 270 (duzentos e setenta) pontos de mananciais/nascentes, o qual também se diferencia dos demais municípios da região (Figura 7), pela peculiaridade na riqueza hídrica no Estado de Pernambuco.

⁹ Áreas representadas em: Açude (0,19%), corpos de água não represado (0,22%). E corpos de água represado (0,88%), (CEPAN, 2017b).

¹⁰ Bonito no âmbito da Barragem do Prata é responsável pelo abastecimento de água das cidades de Caruaru, Agrestina, Santa Cruz do Capibaribe, Ibirajuba, Altinho e Cachoeirinha. (COMPESA, 2022).

¹¹ Áreas Naturais representadas em: Campo úmido com elevada regeneração natural (0,20%). Campo úmido, sem ou com baixa regeneração natural (0,05%). E remanescente de floresta (12,66%), (CEPAN, 2017b).

Figura 7 - Carta imagem dos pontos de mananciais hídricos em Bonito.



Fonte: Geosere/UFRPE, 2022.

Destacamos ainda no território a ampla estrutura na diversidade dos serviços de turismo com a oferta de lazer, gastronomia e hotelaria. Os dados da Secretaria Municipal de Turismo de outubro de 2021 identificam a existência de sete cachoeiras das mais conhecidas¹², uma rede de 23 (vinte e três) pousadas e hotéis, 17 (dezesete) espaços que ofertam serviços e lazer (Cachoeiras, piscinas, teleférico, passeio de balão, etc.), 59 (cinquenta e nove) restaurantes, lanchonetes, bares e similares, além do universo de 16 (dezesesseis) serviços de delivery (pizzaria e similares) e uma Associação de Guias Turísticos locais, profissionais credenciados que atuam como guia nos diversos itinerários turísticos e do turismo ecológico no município.

O conjunto de iniciativas de apoio ao turismo em Bonito alerta para o processo de transição agroecológica quando aponta demanda para a produção e consumo de alimentos de base agroecológica como potencial de produção para agricultores e agricultoras familiares do município. Para a coordenadora do departamento da educação ambiental de Bonito:

O grande desafio é a questão cultural, a gente vai de encontro com a cultura do desenvolvimento e do capitalismo, do consumo, do que agro é pop e é lucro. O desafio maior é ir de encontro com uma cultura totalmente voltada ao

¹² Cachoeira Véu de Noiva I, Véu de Noiva II, Pedra Redonda, Paraíso, Barra Azul, Camping Mágico e Corrente/Ecoparque.

capitalismo, ao consumo exacerbado, sem ter uma linha paralela com a questão ambiental, esse é o grande entrave (Coordenadora do departamento de educação ambiental, 2021).

Esse contexto também exige das secretarias municipais, da gestão pública e da sociedade em geral, um plano de sensibilização mais amplo sobre os benefícios ecológicos, sociais e ambientais às populações que fazem uso dos serviços de turístico a partir da dimensão ecológica no município. Isso pode fortalecer o dispositivo do art. 236 da Lei Orgânica Municipal (BONITO, 2017), que faz inferência a seguridade dos direitos da natureza no território.

Na estrutura da **rede de educação pública**, o município é composto por um conjunto de 31 (trinta e duas) escolas municipais, das quais 12 (doze) são urbanas e 19 (dezenove) são rurais. Elas reúnem segundo dados da Secretaria de Educação de julho de 2021, 5.947 (cinco mil novecentos e quarenta e sete) estudantes nos ensinos primários, fundamental I e fundamental II.

O território é composto ainda por três escolas estaduais, que reúnem 1.954 (mil novecentos e cinquenta e quatro) estudantes no ensino médio e profissionalizante (Anexo V), além da presença de quatro escolas oriundas da iniciativa privada.

Observa-se que o universo das escolas e a quantidade de estudantes da rede pública de ensino de Bonito pode ser um dispositivo de impulso ao processo de transição agroecológica no município, em vista o número de discentes e o corpo docente que atua na rede pública. Para a Secretária de Educação do Município de Bonito:

A maior estratégia utilizada pela secretaria de educação foi a de formar consciência sobre a agroecologia nas conversas com os estudantes, apresentando o município, o território em que ele está inserido, onde ele decidia e como aquele território se apresentava naquele momento para questão agroecológica. Quando estávamos vendo os impactos negativos de uma cultura de não preservação da agroecologia, de uma cultura de não transição para a agroecologia, com intuito de fazer com que essas crianças tivessem a condição de convencer suas famílias sobre as problemáticas existentes (Secretária de Educação, 2021).

Na medida em que essa dimensão torna currículo, pode-se favorecer um amplo processo de sensibilização dos docentes, discentes e seus familiares, e de forma gradual apoia a territorialização da Agroecologia com a construção de conhecimentos agroecológicos. Como exemplo, tem-se a Política Municipal de Educação Ambiental, instituída no município em 2015, que passou a ser discutida no currículo pedagógico como:

[...] processos contínuos e permanentes de aprendizagem, participação e formação, individual e coletiva, do corpo docente do sistema de ensino municipal, educandos das redes pública e privada, e demais segmentos da sociedade civil, que utilizarão metodologias participativas e interdisciplinares buscando a ação reflexiva e crítica da comunidade (BONITO, 2015, p. 2).

Além disso, essa rede de escolas pode favorecer a geração de trabalho e renda para as famílias agricultoras com a aquisição de alimentos da agricultura familiar de forma continuada, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e na dimensão política de formação autogestionária das comunidades para produção, comercialização e consumo responsável, em harmonia com a preservação ambiental do município.

Com relação à **saúde e assistência social**, as políticas públicas destinadas às populações são organizadas nas diversas instalações do município. Segundo dados da Secretaria de Saúde e Assistência Social de dezembro de 2021, são caracterizadas pela oferta de serviços públicas a partir da existência de unidades de pronto atendimento, acompanhamento as famílias e de serviços especializados (Tabela 04).

Tabela 4 - Serviços da saúde e assistência social em Bonito.

Quantidade	Estrutura municipal
89	Agentes Comunitários de Saúde
16	Agentes de Endemias
10	Agente Sociais
01	Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS)
03	Centro de Referência em Assistência Social (CRAS)
01	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (PETI)
10	Unidades Básicas de Saúde (UBS)
01	Unidade Pública de Atendimento Especializado (UPAE)
01	Hospital Regional
01	Centro de Especialidade em Odontologia (CEO)
01	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)
01	Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2021.

O conjunto dessas iniciativas disponibilizadas aos serviços de saúde e assistência social no território de Bonito coloca em evidência o potencial de articulação do sistema municipal com a Política Nacional e Estadual de Agroecologia e Produção Orgânicas,

em diálogo com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como um dos objetivos:

Incorporar e implementar as Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde, na perspectiva da prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltada para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde (BRASIL, 2006).

Essa dimensão também pode ser fortalecida no território quando articulada à Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) (BRASIL, 2006), que tem como objetivo garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional.

5.2 A construção da Política de Agroecologia e Produção Orgânica em Bonito

As políticas públicas de agroecologia e produção orgânica articuladas ao conjunto de normativas e programas institucionalizados que apoiam à agricultura familiar devem ser vistas como um aspecto importante no processo de transição agroecológica em relação ao desenvolvimento rural dos territórios (CAPORAL, 2008; BOMFIM, 2022; MOURA; MOREIRA; ALMEIDA, 2022).

Na prática, alertam para o aspecto da alimentação como dimensão central da saúde na segurança nutricional e soberania nacional (NORONHA *et al.*, 2023; NIEDERLE, 2023); para a proteção da biodiversidade animal e vegetal como uma questão de perenidade da vida no planeta (BOFF, 2012) e para a territorialidade dos povos a partir da vitalidade comunitária na produção e reprodução da vida assegurada pela identidade, valores, crenças e cultura preservada pelos conhecimentos ancestrais e tradicionais (CRUZ, 2006; SANTOS, 2006). Esse processo se inscreve na perspectiva da ampliação dos níveis de sustentabilidade que deve, em primeira instância, nascer da dimensão endógena com o envolvimento dos atores e organizações do território.

[...] cada território precisa produzir políticas de acordo com sua lógica, seu modo de produção. A ação do agronegócio em territórios camponeses rompe a territorialidade camponesa e cria a subordinação, [...]. As políticas dos territórios camponeses não podem, portanto, ser elaboradas a partir da lógica do agronegócio. As políticas públicas com esses princípios devem ser elaboradas preferencialmente pelos movimentos camponeses, sindicatos e suas confederações. A participação do governo é importante, mas não pode ser intrusiva (FERNANDES, 2015, p. 29).

A pesquisa aponta que os elementos endógenos que articulam a construção do conhecimento agroecológico refletem na ação coletiva, que, impulsionada no território, determinam o direcionamento do processo de construção das políticas e planos municipais de agroecologia e produção orgânica.

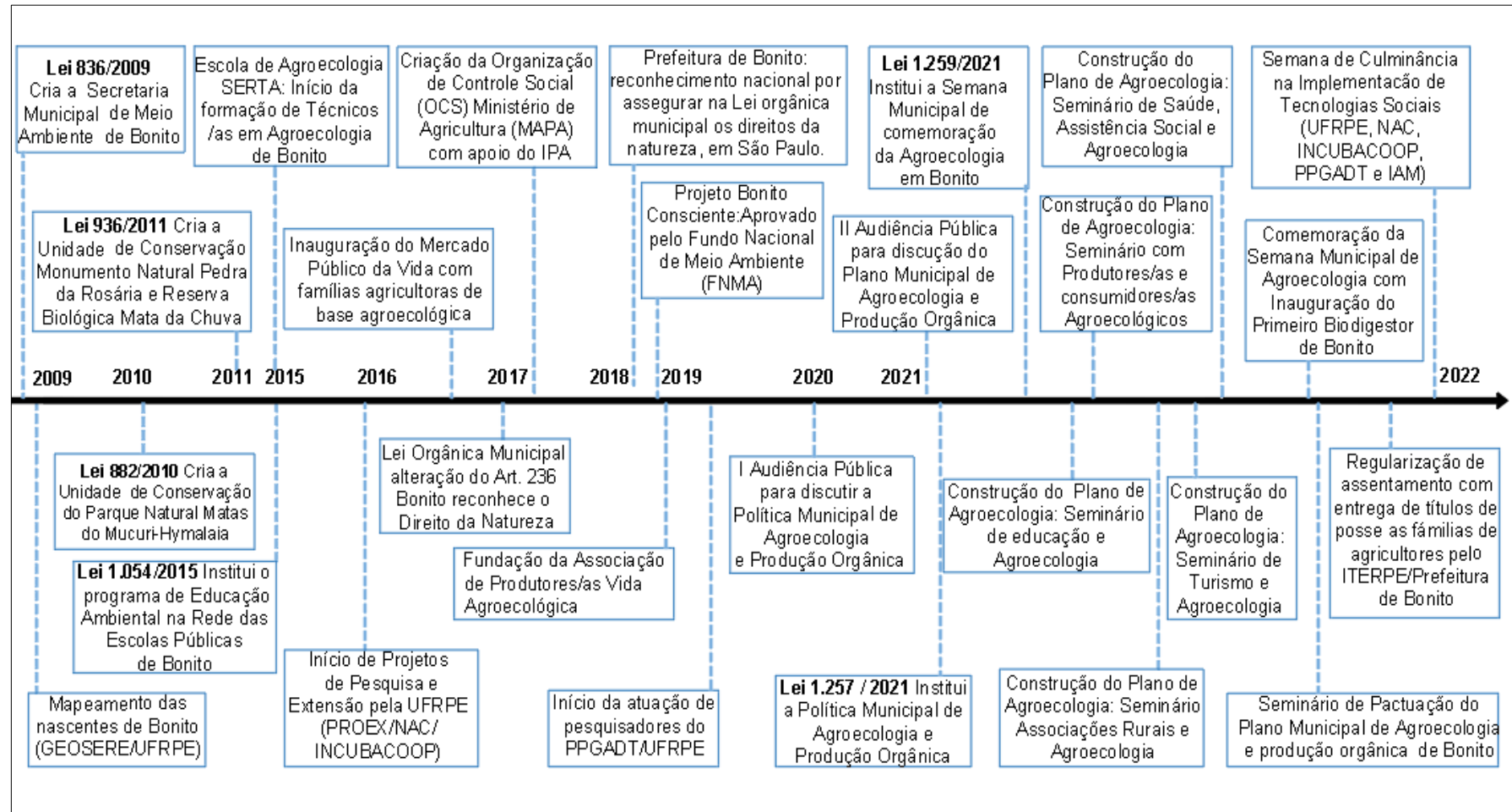
O conjunto de ações apresentada (Figura 8) organiza os precedentes históricos ocorridos acerca dos últimos treze anos (2009 – 2022) em que a pesquisa de tese alcançou durante a sistematização, no qual explicita o conjunto de contribuições e estratégias que apoiaram a territorialização da agroecologia em termos de ação coletiva para construção da política municipal de agroecologia.

Para SILVA (2018, p. 81), “uma ação coletiva dialoga com as ações que já ocorrem, com as contemporâneas e projetam suas vozes para as que virão”. No caso do município de Bonito, a ação coletiva, ora pela luta e resistência com participação social, ora pela formulação de marcos legais (Leis, projetos ou parcerias), apoiou a territorialização em termos de transição agroecológica.

A ação coletiva articulada entre os agricultores/as familiares, organizações da sociedade civil, gestão pública, instituições de ensino, pesquisa e extensão convergiram com o desenvolvimento de um conjunto de ações que, de certa forma, dialogam com os interesses coletivos na construção da agroecologia em Bonito.

A partir do ano de 2008, o município avançou na discussão e elaboração do Plano de Manejo da Mata Atlântica (PMMA), bem como na criação de três Unidades de Conservação (UC): o Parque Natural Municipal Mata da Chuva, o Parque Natural Municipal Matas do Mucuri e Himalaia e o Monumento Natural Municipal Orquidário Pedra do Rosário. Essas UCs estão localizadas num mosaico de corredores ecológicos naturais, reservas florestais particulares e uma enorme malha de mananciais hídricos compostos por nascentes (cerca de 270 mapeadas), riachos, cachoeiras e pequenas e médias barragens.

Figura 8: Ações coletivas e estratégicas de apoio ao processo de transição Agroecológica do território de Bonito.



Fonte: O Autor (2023).

Com intuito de consolidar a opção de recuperar e preservar a natureza, em dezembro de 2017, a Câmara de Vereadores de Bonito aprovou uma modificação no artigo Nº 236 da Lei Orgânica municipal, o que assegurou na constituição municipal a primeira cidade brasileira em reconhecer a Natureza como sujeito de Direitos no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

O município também aderiu à Agenda 2030 e a nova Agenda Urbana, por meio da inserção das suas ações no observatório de políticas públicas da Associação Brasileira de Municípios (ABM), instância que debate os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Direitos à Cidade no âmbito das Nações Unidas.

Além disso, consolidou-se uma Política Municipal de Educação Ambiental com a aprovação da Lei Nº 1.054 de 01 de dezembro de 2015, que permitiu a transversalização do debate ambiental por meio das diferentes ações junto às escolas, bem como aos demais atores do município.

Na prática, o Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, articulada com a rede municipal de educação, elegeu temáticas de caráter socioambiental. E, por meio dessas iniciativas, foram realizadas atividades mensais, como trilhas ecopedagógicas e aulas de campo nas UCs, além de eventos de médio e grande porte como contação de histórias em praça pública, cine ambiental, exposições fotográficas, entre outros.

Articulado também a essa construção, se destaca a consolidação do projeto aprovado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) em 2018 com execução em dois anos. A ação mobilizou o aporte financeiro de aproximadamente meio milhão de reais para o financiamento de ações ambientais no município. Executado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural em parceria com as organizações sociais do município, os investimentos do Projeto (Edital FNMA 01/2018) tiveram como objetivo a:

Implementação de iniciativas socioambientais de Adaptação Baseada em Ecossistemas (ABE) para a redução de vulnerabilidade à mudança climática na zona urbana do município de Bonito - PE (Projeto Edital FNMA 01/2018, 2018, p. 6).

Com esse direcionamento, a execução do projeto teve prioridade no desenvolvimento de metas estratégicas que articularam um conjunto de ações socioambientais, que passou a ser integrado ao processo de transição agroecológica em curso no município.

Em 2015, uma articulação institucional entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)¹³ e algumas organizações sociais passaram a mobilizar a sociedade e os gestores públicos de Bonito, a envidarem esforços coletivos em diálogo com as secretarias municipais e câmara municipal de vereadores.

Para a coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, o processo de articulação das estratégias de ação no território de Bonito ganha força na medida em que nasce a incubação territorial, em pensar o território de maneira mais ampla, na sua multitude de informações, saúde educação, meio ambiente, economia e política, enfatiza que:

Pouco a pouco fui articulando outros professores no objetivo de reorganizar o quadro interno da Incubadora, porque não tinha como reorganizar sem ter um projeto concreto no campo, no chão da vida, como a gente gosta de falar. Então veio a professora Elian, que trabalhou no processo de educação ambiental nas escolas. Veio o professor Nunes, muito mais com uma pegada de transição agroecológica e a agroecologia na relação da alimentação saudável também nas escolas. Depois veio a professora Betânia que se juntou com a professora Elian nesse trabalho. E a professora Gilvânia que também trabalhou com educação popular e educação saudável nas escolas. Isso tudo foi pouco a pouco, e finalmente o professor Walter que chega recentemente na articulação (Coordenadora da INCUBACOOOP, 2021).

Esse movimento constituiu início de um conjunto de estratégias de apoio ao processo de transição agroecológica, que atualmente vem sendo implementada com agricultores e agricultoras familiares no município (Figura 09).

Figura 9 - Registro fotográfico das reuniões da universidade e agricultores e agricultoras da Associação Vida Agroecológica.



Fonte: O Autor (2023).

¹³ Por meio do ensino, pesquisa e extensão universitária desenvolveram trabalhos com a participação de estudantes coordenados por professores/as no âmbito de projetos financiados pelo CNPq e pela própria universidade.

Nesse caso, podemos citar a ação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP), do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC), da Prefeitura Municipal do Bonito, dos extensionistas locais do Instituto de Pesquisas Agrônomicas de Pernambuco (IPA) e do Coletivo Aimirim¹⁴. Para a educadora do Coletivo Aimirim:

[...] cada um cumprindo seu papel, e todas trabalhando em prol de um objetivo, que é tornar o município, um município agroecológico. [...] a gente começou a incentivar os agricultores/as a se formarem, e isso foi um salto de qualidade impressionante, dentro do grupo, eu acho que a grande sacada que a gente teve, foi o fomento ao processo formativo interno dos/as agricultores/as, porque a partir daí os agricultores/as começaram a entender o processo de maneira multidimensional, tanto no ponto de vista teórico, como no ponto de vista prático, e isso foi um salto de qualidade impressionante (Educadora do Coletivo Aimirim, 2022).

Posteriormente outras organizações passam a integrar essa articulação, das quais destacamos a Escola de Agroecologia do SERTA¹⁵, com a experiência da formação técnica em Agroecologia, que a partir de uma articulação sistemática para os ciclos de seleção e matrículas de candidatos ao curso qualificou diversos profissionais para refletir a realidade e, com base nela, contribuir para a ação, por meio de processos participativos de estudo e efetivação de práticas de base agroecológica nas unidades familiares (Figura 10).

Figura 10 - Registro fotográfico da formação técnica de profissionais em agroecologia no sítio Dona Creusa e Paulo Fulô e visita a Unidade de Conservação da Mata da Chuva.



Fonte: O Autor (2023).

¹⁴ Coletivo de pessoas de diferentes áreas do conhecimento, com vínculo histórico com o município de Bonito, que a partir do ano de 2015 iniciou um processo de transição agroecológica. Ao chegar no município encontraram as condições propícias para ampliar a proposta no sentido de territorializar a agroecologia e a economia solidária.

¹⁵ O SERTA é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), associação sem fins lucrativo, que ao longo de 31 anos, vem emancipando gerações com a missão de “formar pessoas para atuarem na transformação das circunstâncias econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas na promoção do desenvolvimento sustentável”. Funciona como escola de nível técnico em Agroecologia.

Para o coordenador da Escola de Agroecologia do Serto, os estudantes exercem a função de construtores do conhecimento no território como diferencial no processo de aprendizagem.

A nossa presença enquanto Escola Técnica, se dá nos territórios a partir dos estudantes, então na metodologia e na pedagogia do curso, trabalhamos desde o início para que os estudantes, na medida do possível, se articulassem enquanto rede local, para fortalecer a ação no seu território, para que eles pudessem ter apoio nas iniciativas, nas tecnologias a serem feitas, nas tecnologias a serem demandadas, para que eles tivessem apoio no mercado, na comercialização de seus produtos e na produção. [...] então, em Bonito, nós tivemos a sorte de encontrarmos a ambiência favorável de outras instituições, como da Universidade Federal Rural de Pernambuco, e as instituições locais, onde eles tiveram a chance de se encontrar, se afirmar, se tornar presentes e começarem a produzir conhecimentos sobre o território (Coordenador da Escola de Agroecologia do Serto, 2021).

Esse processo impulsionou mudanças sobre a forma de construir conhecimentos de apoio a transição agroecológico por meio de mutirões e implementação de ecotecnologias nas unidades familiares.

Como resultado dessa construção coletiva entre agricultores/as familiares, organizações da sociedade civil, a universidade e a gestão pública, podemos citar a inauguração do Mercado da Vida em 2016¹⁶, primeiro mercado público de Pernambuco destinado à comercialização da produção agroecológica por agricultores/as familiares (Figura 11).

A ocupação das instalações do antigo açougue de carne municipal (espaço com cerca de 270m², com banheiro público, cozinha comunitária, salas de escritórios e área circulação e comércio dos produtos), que no início estava voltado apenas para a comercialização da Associação Vida Agroecológica, mas que hoje têm também os artesãos, tornando-se um espaço de construção de circuito curto de comercialização de perspectiva autogestionária.

No entanto, cerca de 20 (vinte) famílias agricultoras passaram a ressignificar a ação da agroecologia no município, pois além da comercialização dos produtos diretos da roça, o processo de autogestão do espaço exerceu uma função política importante na organização das famílias agricultoras e na sensibilização da população pelo consumo de alimentos de base agroecológica.

¹⁶ Mercado Público que funciona durante a semana nos dias de quintas, sextas e sábados, das 7h às 13h. <https://www.facebook.com/mercadodavidaPE>. São ofertados produtos *in natura* direto da roça, assim como também alimentos beneficiados a toda população de Bonito desde dezembro de 2016.

Para o agricultor da Associação Vida Agroecológica que comercializa seus produtos no Mercado da Vida:

O Mercado da Vida tem ajudado bastante. Antes a gente vivia clandestinamente, as pessoas não valorizavam, pagava o preço que ela queria em nossos produtos, no Mercado tem a tabela de preço certo para vendermos. A gente tem mais lucro do que mesmo vendendo lá na rua a qualquer um que chegava para comprar. [...] depois da feira orgânica melhorou muito para gente, quem planta junto com nós também tem o conhecimento e sabe disso. O Mercado não só ajuda vendermos e arrumar o dinheiro, mas ajuda também no consumo de casa também, o que produzimos. Tenho dito aqui, se você não quer plantar para vender por que é difícil, então plante para você comer, você evita de estar comprando coisa envenenada na rua (Agricultor agroecológico, 2022).

Figura 11 - Registro fotográfico das instalações do Mercado da Vida no centro de Bonito.



Fonte: O Autor (2023).

O processo de organização do grupo de famílias agricultoras de base agroecológica para a comercialização semanal dos produtos recebeu impulso a partir das estratégias de incubação da UFRPE, INCUBACOOOP e NAC, que, por meio de processos formativos, apoiaram a criação da Associação dos/as Agricultores/as Vida Agroecológica. Para o coordenador do Núcleo de Agroecologia e Campesinato:

Destaco a importância dessa articulação em diferentes forças para poder iniciar um processo como esse, que não vem de hoje, mas sobretudo a força dos agricultores e agricultoras, a importância das parcerias como a UFRPE e o Serto, em acreditar muito no que foi tanto simbólico como marco inicial como o mercado da vida. Ali nós começamos a trazer a dimensão cultural, e esse espaço fica marcado e precisa ser preservado, ele precisa ser cuidado (Coordenador do Núcleo de Agroecologia e Campesinato, 2021).

Essa instância acompanhada pelo IPA reuniu famílias agricultoras de onze comunidades rurais para debaterem a transição agroecológica no município. Nesses termos, relata a extensionista do IPA:

[...] como extensionista do IPA na minha entrada aqui no município (2012), teve uma grata surpresa, na questão da agroecologia. [...] era muito difícil agente conseguir tratar a agroecologia em determinadas regiões que a gente trabalhava. Então aqui em Bonito, quando eu cheguei, na verdade eu tive um impacto, por que eu percebi que o município era mais aberto a agroecologia. [...] atuamos com estratégia de reuniões nas comunidades e associações e visitas técnicas individuais, também foram feitas algumas excursões, intercâmbios, em cima dessas metodologias participativas [...] (Técnica extensionista do IPA, 2022).

Essa ação ganha corpo e passa a ser multiplicadora na medida em que as famílias agricultoras introduzem práticas agroecológica em seu cotidiano e a partir delas constroem conhecimentos e mecanismos de apoio à soberania alimentar e segurança nutricional, tendo como centralidade a produção de base agroecológica. Como ressalta o agricultor da comunidade de Água Vermelha:

[...] tudo começou com a visita do técnico do IPA, que chegou com a ideia de tirar agente do manejo convencional, e mostrou algumas técnicas que mim influenciou a voltar, pensar melhor em como sair do meio convencional de produção para o cultivo agroecológico no ano de 2013 (Agricultor agroecológico, 2022).

Os resultados possibilitam efeito emancipatório e também permitem contribuir para o aumento da renda das famílias na comercialização de produtos, dimensão identificada no processo de entrevista conhecido no levantamento da produção das famílias agricultoras (Tabela 3).

Quadro 3 - Amostra dos produtos cultivados pelas famílias agricultoras de base agroecológica.

Segmento da produção	Diversidade dos produtos cultivados
Folhosas	Alface (crespa, lisa, roxa, americana), couve (folha e flor), coentro, cebolinha, brócolis, espinafre, rúcula, salsa, salsão, ora pro nobis e taioba.
Verduras e grãos	Pepino (caipira e japonês), tomate cereja, coentro, pimentão (amarelo e vermelho), cebola (branca e roxa), maxixe, quiabo, milho, feijão (guandu, de corda e de arranca), fava diversas, repolho (verde e roxo), chuchu, berinjela preta, abobrinha, abóbora (moranga, leite, jacaré e menina).

Frutas	Mamão (formosa e papaya), melancia, banana (prata, maçã, comprida, nânica e pão), coco (verde e seco), limão (comum, zamboa e siciliano), laranja (cravo, bahia, comum), ingá de metro, jambo roxo, caju, jaca (mole e dura), uva isabel, cajá, acerola, pitanga, cacau, açai, jabuticaba, carambola, cupuaçu, abacate, seriguela, cana caiana e maracujá.
Temperos e medicinais	Hortelã, alho poró, manjeriço (verde e roxo), feijão vagem, erva doce, orégano, sálvia, urucum, açafreão, gengibre, pimentão verde, beralha, pimenta (verde, cheiro, dedo de moça, bode vermelha, cambuci e malagueta).
Produtos beneficiados	Conserva (cebola e pepino), farinha, chip de banana, chip de batata, chip de macaxeira, doce (jaca, mamão, banana e caju), cocada diversas e bolos diversos,
Tubérculos	Batata doce (roxa e branca), cará (são tomé, moela e lambu) beterraba, macaxeira, rabanete e inhame da costa.
Produtos de origem animal	Mel africanizado, mel de uruçú, própolis, ovos, galinha viva.

Fonte: O Autor (2023).

Para a agricultora do Sítio Creusa e Paulo Fulô, zona rural de Bonito, o surgimento do Mercado da Vida, para além de viabilizar a comercialização dos diversos produtos, também articula uma relação confiança com os consumidores:

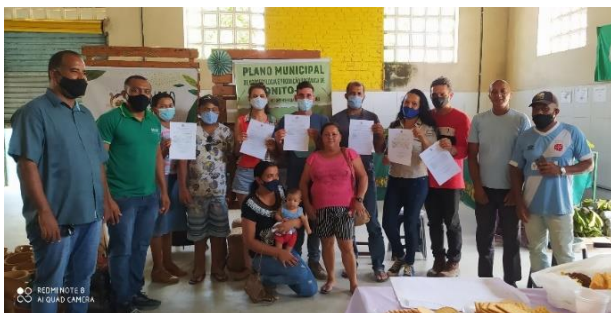
Com a oportunidade do Mercado da Vida, a gente trás nossos produtos, vende ao preço justo para nós e ao preço justo para os consumidores. Ficamos neste contato direto trocando experiência, o que é uma maravilha, por que a gente conhece os consumidores e eles a nós. Há uma troca de aprendizagem, tanto eu aprendo com ele, quanto ele com a gente. Passamos uma segurança para eles quando a gente fala como nossos produtos são produzidos, onde é localizado o sítio que cultivamos, se quiserem podem ir nos visitar [...] (Agricultora agroecológica, 2022).

A experiência de organização das produções familiares de base agroecológica elevada ao cadastro de Organização de Controle Social (OCS)¹⁷, junto ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), é uma estratégia coletiva, que estabelece diretrizes e reconhece a produção dos agricultores/as familiares como orgânica, habilitando-as a comercializarem a produção direta aos consumidores nas feiras orgânicas e de base agroecológica (Figura 12).

Figura 12 - Registro fotográfico da atualização dos certificados de cadastro dos agricultores/as na Organização de Controle Social - Vida Agroecológica.

¹⁷ Organização de Controle Social Vida Agroecológica (OCS - PE 38) que habilita agricultores/as orgânicos a comercializar seus produtos direto aos consumidores, desde abril de 2017.

Fonte: O Autor (2023).



Enquanto pesquisador atuante, esse processo de articulação e formação desenvolvido com os associados/as contribuiu para fortalecer os compromissos coletivos da transparência e confiança com as pessoas envolvidas, refletidos sobre o controle social que em primeira instância deve ser exercido por todos na fiscalização e geração de credibilidade da produção e comercialização dos alimentos orgânicos ofertados.

Esta trajetória nos remete ao conceito de “imaginário convocante” proposto por Toro e Werneck (2004), desencadeando um processo participativo de construção do conhecimento agroecológico frente ao modelo predatório dos sistemas convencionais disseminado pela matriz do agronegócio (monocultivos e uso intensivo de agrotóxicos), à lógica linear e homogênea do desenvolvimento, quando pautado por uma racionalidade urbano-industrial.

A transição agroecológica em curso, protagonizada por lideranças comunitárias, agricultores/as familiares, organizações sociais, instituições de ensino, pesquisa e extensão e a gestão pública, tende a reconfigurar não somente o meio rural, mas também levar o debate para o espaço urbano com o fortalecimento de estratégias de produção, comercialização e consumo baseado nos circuitos curtos de comercialização (GUTIÉRREZ; SUÁREZ; VILLALBA, 2021), comércio justo (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017) e consumo responsável (LOVATTO *et al.*, 2021).

Para Silva (2018), é importante analisar os fatores que favorecem a mobilização das pessoas em torno de uma ação coletiva, considerando “a importância das lideranças nesse processo e os aspectos culturais que favorecem a mobilização em torno de um objeto comum e se esse comum é suficiente para mobilizar as pessoas em torno dele”. (SILVA, 2018, p.72).

Essa concepção, quando observada na prática, converge com a racionalidade coletiva que impulsiona as diferentes ações que comungaram com a territorialização da agroecologia em Bonito.

5.2.1 Processo de Elaboração da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica

É importante alertar que um processo de construção de uma política ou de um plano de agroecologia e produção orgânica, não nasce agora a partir de uma convicção política de um momento oportuno para angariar recursos para o município ou para atender qualquer outro tipo de holofote político partidário. Nesse caso, alertamos para o risco de a construção não ter continuidade com a mudança na gestão pública municipal, como se a ação da agroecologia não fosse mais importante ou prioridade no território.

Como já citado no capítulo anterior (Figura 8), a construção de uma política e de um plano municipal de agroecologia e produção orgânica precisa articular os precedentes históricos dos atores e organizações do território, no sentido de nascer dos interesses coletivos comuns e compartilhados pela sociedade.

Então, a agroecologia é sobretudo um referencial novo para as pessoas pensarem e darem significado a sua existência no planeta, é um repensar do pensamento, das atitudes, dos sabores e saberes, da nossa intervenção e da nossa relação com a natureza, com todos os seres vivos e com o universo. Essa dimensão filosófica, ela precisaria ser acolhida, pelo menos, entendida de uma forma inicial e embrionária, mas que tivesse possibilidade de se desdobrar e se desenvolver, para que a gente pudesse falar de uma política pública de agroecologia. [...] para que se possa entender que a agroecologia perpassa por um conjunto de situações, de comportamento, forma de pensar e tende a se tornar uma nova cultura, com atitudes diferenciadas, que as pessoas vão assumindo (Coordenador da Escola de Agroecologia do Serta, 2021).

Nesse termo, é preciso observar a trajetória de luta dos agricultores/as familiares, organizações da sociedade civil, instituições de ensino, pesquisa e extensão articulados a gestão pública, que envidaram esforços para a reversão dos problemas ambientais, sociais, econômicos, culturais, políticos e climáticos existentes no território.

Para o secretário municipal de agricultura, pecuária e abastecimento alimentar de Bonito:

Uma das questões que a gente precisa ter nesse plano é fazer o mapeamento, por que, nós temos muitos agricultores/as, que produzem de forma agroecológica e não sabem que estão produzindo, então, nós precisamos aqui ter um planejamento e ter um conhecimento de todos esses produtores/as, com

essa ferramenta nós podemos elevar o nosso contexto da agroecologia. A expectativa é que possamos olhar e dizer, hoje nós temos um município que a maioria dos seus alimentos é cultivado de forma agroecológica, então esse é o nosso intuito, esse é o nosso pensamento, é o nosso trabalho, é a nossa dedicação. Que no futuro Bonito seja uma referência, já é hoje, mas precisamos ampliar, avançar para que de fato Bonito seja uma cidade diferenciada na fabricação de água, de produção de alimentos saudável, uma cidade mais limpa, na questão dos resíduos sólidos (Secretário municipal de agricultura, pecuária e abastecimento alimentar, 2021).

A ação coletiva quando planejada junto aos instrumentos de controle social exercidos sobre as políticas públicas podem ganhar força na medida em que, impulsionada pelos interesses coletivos, debatem efetivamente os problemas e refletem estratégias de ações concretas no território.

Figura 13 - Registro fotográfico do processo de mobilizações para a elaboração do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica.

(A) reunião com o IPA, (B) reunião com o conselho e sindicato, (C) reunião com os secretários de saúde, assistência social, educação, meio ambiente, agricultura e turismo, (D) reunião com a Câmara de Vereadores, (E) reunião institucional da UFRPE/gestores de Bonito e (F) reunião com agricultores/as agroecológicos.



Fonte: O Autor (2023).

A iniciativa em Bonito ganhou corpo a partir dos precedentes históricos do conjunto de ações que vem sendo desenvolvido no território, tornando-se realidade na medida em que o processo de sensibilização coletiva foi articulado entre a UFRPE, INCUBACOOOP e NAC. A prefeitura no âmbito das secretarias municipais de educação, saúde, agricultura, meio ambiente, assistência social e turismo. O IPA, CMDRS, STR, MCP, Câmara de Vereadores, Mercado da Vida, Associação Vida Agroecológica, Associação de Guias Turísticos, lideranças religiosas, rede de profissionais de

agroecologia da escola do Serta, além de consumidores e públicos diversos do município (Figura 13 e 14).

A busca coletiva por respostas concretas aos problemas ambientais, sociais, econômicos, culturais, políticos e climáticos, com base na concepção de desenvolvimento a partir da agroecológica, coloca em evidência a necessidade da mobilização dos atores e organizações do território, como sujeitos importantes na construção das estratégias coletivas.

Essa convicção precisa ser vista como uma visão holística, como um todo, e não de maneira fragmentada sobre o território. Sendo assim, todas as organizações podem deixar seu grau de contribuição na Agroecologia a partir de seu lugar de fala ou de sua posição política religiosa exercida no território. Esse princípio não deve ser ignorado em um processo de construção de uma política e de um plano municipal de Agroecologia.

Nesse sentido, destacamos a experiência de articulação desenvolvida com lideranças religiosas da Congregação das Assembleias de Deus do território de Bonito, instância coletiva que reúne em seis unidades. A ação religiosa opera na cidade e na maioria das comunidades rurais do território de Bonito. Também foi estratégica a articulação com o pároco responsável pela Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Bonito, que tem sobre sua ação cerca de nove mil pessoas que frequentam as atividades religiosas.

Essas duas instâncias coletivas têm em comum o potencial de sensibilização das populações do campo e da cidade que, de alguma maneira, frequentam esses espaços religiosos, podendo ser um importante aliado da Agroecologia, quando impulsionado por estratégias coletivas, mobilizadas para discutirem temáticas de relevância territorial. Como exemplo, há o desmatamento, o constante uso de fogo e o alto índice de agrotóxico que ainda se faz presente no território de Bonito.

Outras organizações religiosas de rezadeiras, benzedadeiras, parteiras e raizeiras, que fazem uso do conhecimento popular, são fortes aliados a esse processo, o que nesta etapa o processo metodológico de mobilização da pesquisa não alcançou neste primeiro momento.

Figura 14 - Registro fotográfico de articulação em redes existentes no território identificadas como potenciais na agroecologia.

(A) reunião com a congregação das assembleias de Deus de Bonito, (B) reunião com o pároco de Bonito e (C) reunião com a rede de estudantes e egressos de agroecologia.



Fonte: O Autor (2023).

Articulado a esse processo, também alertamos para a mobilização das redes de coletivos, estudantes, extensionistas, pesquisadores e profissionais de Agroecologia que de alguma maneira frequentam o território. Quando articulados aos interesses comuns compartilhados, podem aliar-se às estratégias de apoio à territorialização da Agroecologia.

O desdobramento desse processo culminou, em julho de 2020, com a mobilização da população para a primeira Audiência Pública municipal¹⁸, com o intuito de ampliar a discussão sobre a Política Municipal de Agroecologia e produção Orgânica de Bonito.

Segundo o relatório da Audiência Pública (2020), a discussão do encontro teve como encaminhamentos:

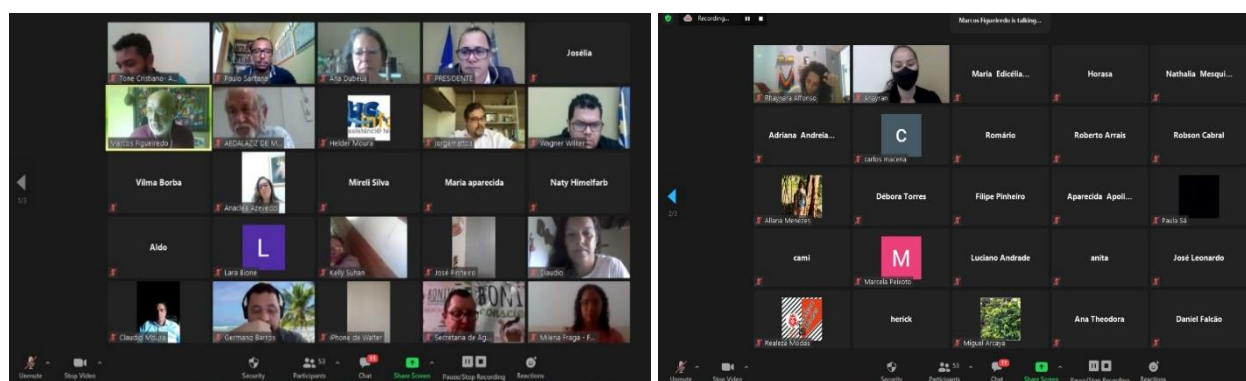
- a) Criar um grupo metodológico de trabalho para apresentar uma proposta de decreto para formação da comissão municipal para o Plano;
- b) Construir decreto para formação da Comissão de metodologia para elaboradora do Plano Municipal de Agroecologia;
- c) Inserir as ações de agroecologia e do Plano/Política de Agroecologia no PPA 2021-2024;
- d) Criar um cronograma para o Plano e a Política Municipal de Agroecologia;
- e) Criar relatório escrito para documentar o início do processo (BONITO, 2020, p. 8).

Em junho de 2021, a segunda Audiência Pública institucionalizada pela Câmara Municipal de Vereadores e a Prefeitura de Bonito, no âmbito das secretarias municipais de Agricultura, Educação e Meio Ambiente, com o tema “Construindo Avanços em Torno

¹⁸ Realizada pela plataforma ZOOM em atendimento aos protocolos da pandemia da Covid-19. Contou com participação de 46 pessoas online. A transmissão pelo Facebook via página “Eu amo Bonito”, registrou mais de 900 visualizações em 26 de julho de 2020. Essa ação social e política, mobilizou a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Prefeitura Municipal de Bonito no âmbito das secretarias municipais, Câmara Municipal de Vereadores, Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), Associação Vida agroecológica, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), além da participação de agricultores/as e organizações sociais que acompanharam o debate na ocasião.

do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito – PE”, contou na realização com a participação coletiva da Associação de agricultores (as) Vida Agroecológica, Coletivo Aimirim, Movimento Camponês Popular (MCP), Mercado da Vida, do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC), Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP), Programa de Pós-Graduação Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário de Pernambuco (CDRS/PE) e a Comissão de Produção Orgânica de Pernambuco (CPOrg/PE).

Figura 15 - Registro de tela da segunda audiência pública de Bonito.



Fonte: O Autor (2023).

A iniciativa deixa um referencial metodológico de participação coletiva aos demais municípios que buscam avançar com essa pauta em seu território. Participaram dessa audiência mais de 30 municípios e 120 diferentes participantes, os quais destacamos a presença do: prefeito e seis vereadores de Bonito, e dois outros vereadores/as de cidades circunvizinhas (Garanhuns e Lagoa de Itaenga).

Além de cinco universidades¹⁹, participaram representantes de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, conselhos municipais de desenvolvimento, sindicatos da agricultura familiar, estudantes de agroecologia, professores/as, agricultores/as, órgãos e secretarias estaduais. Assim como também teve o acompanhamento remoto de pessoas de outros países a exemplo da Espanha, Canadá, Equador e França (BONITO, 2021, p. 14).

Para a presidente da Associação Vida Agroecológica:

¹⁹ Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), Universidade de Pernambuco (UPE) e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A audiência pública foi maravilhosa, porque a gente não participou só com a escola, saímos mexendo com todo mundo, com escola, com turismo, com a associação e a saúde, com a prefeitura. Mexemos com todo mundo conscientizando a ingressarem neste processo [...] (Agricultora e dirigente da Associação Vida Agroecológica, 2022).

O debate público do Projeto de Lei da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, encaminhado em 31 de maio, posto em consulta pública, favoreceu o processo de sensibilização coletiva e recebeu importantes contribuições dos participantes da Audiência pública.

As emendas ao texto, acatadas por unanimidade, permitiu que o projeto de lei fosse aprovado em sessão da Câmara de Vereadores do dia 05 de julho e em 07 de julho foi sancionado pelo Poder Executivo.

Nesse sentido, registramos no território de Pernambuco, o primeiro município a institucionalizar a Lei Municipal Nº 1.257 de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre a criação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PMAPO) e estabelece as diretrizes para o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PLAMAPO). A lei define que:

A PMAPO será implementada pelo Município de Bonito, podendo ser articulada e desenvolvida em cooperação com a União, Estado, Universidades, Agências de Desenvolvimento, Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, movimentos sociais, cooperativas, associações, fundações e outras entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais, que dele participem com programas, projetos e ações (BONITO, Lei 1.257/2021).

Com a definição de integrar, articular e adequar políticas públicas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica, este marco institucionalizado, quando efetivamente posto em prática, tende a contribuir com o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, podendo respaldar ações de sensibilização pelo uso sustentável dos recursos ambientais e da oferta de alimentos saudáveis de origem animal e vegetal.

Para o presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bonito, o marco da agroecologia na legislação do município representou uma ação unânime na votação dos vereadores.

O parlamento municipal tem as mesmas funções de um parlamento estadual e de um parlamento federal, então nós não podemos jamais fugir das nossas funções e das nossas obrigações, que é fiscalizar e fazer leis [...], uma casa que normalmente diverge como outras divergem, mas todos convergiram nessa atribuição e nessa pauta da agroecologia. Não foi um trabalho forçado, foi um trabalho que fluiu naturalmente [...], de um parlamento realmente que entendeu

a prioridade. [...] esse é o grande sonho, voltado para essa pauta, uma política de agroecologia que não ofende o meio ambiente, que emprega pessoas e que acaba com o mapa da fome (Presidente da Câmara de Vereadores de Bonito, 2021).

Outra ação complementar configurou-se em agosto de 2021 com a instituição da Lei Nº 1.258 de 26 de agosto de 2021. Essa lei dispõe sobre a criação da Semana Municipal de Agroecologia de Bonito, a ser comemorada anualmente na última semana de maio, em todo território municipal, com o objetivo de articular, integrar e desenvolver ações de amplitude agroecológica, contribuindo para os processos de sensibilização para transição agroecológica articulada ao desenvolvimento do território e da qualidade de vida da população de Bonito.

Essa iniciativa coopera com a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO):

[...] podendo ser desenvolvida a partir dos esforços conjuntos das secretarias municipais, escolas públicas e particulares, associações, fundações, cooperativas, universidades, conselhos municipais, coletivos, organizações religiosas, organizações da sociedade civil, Mercado Público, comércio e entidades privadas atuantes no território de Bonito (BONITO, Lei N 1.258, 2021).

Em termos da elaboração coletiva do PLAMAPO, no segundo semestre de 2021 foram realizados cinco Seminários de Sensibilização e Formação, os quais reuniram secretários/as municipais, organizações da sociedade civil, produtores/as e consumidores/as agroecológicos, estudantes de agroecologia, gestoras de escolas da rede pública de ensino, lideranças comunitárias, profissionais de saúde e de assistência social, além de extensionistas, professores e pesquisadores da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Com o intuito de discutir com a sociedades as demandas para o PLAMAPO, os seminários foram orientados metodologicamente pela seguinte questão: “Como a Agroecologia pode contribuir para criar políticas públicas intersetoriais de agricultura, economia, meio ambiente, educação, cultura, saúde, turismo, assistência social e infraestrutura no território de Bonito, promovendo mais qualidade de vida para sua população e estimulando o desenvolvimento sustentável de Bonito?”.

No período de agosto a dezembro de 2021, os cinco Seminários de Sensibilização e Formação realizados debateram as temáticas de: (1) Educação e Agroecologia; (2) Consumo Consciente e Agroecologia; (3) Agricultura e Meio Ambiente; (4) Desenvolvimento, Economia e Meio Ambiente; e (5) Saúde, alimentação Saudável e Meio Ambiente.

Tornaram-se pauta desses encontros as falas públicas de abertura, a apresentação dos objetivos e contextualização histórica do processo de construção do Plano, o desenvolvimento de painel temático da agroecologia discutido e interagido com os participantes, trabalhos de grupos para identificação de problemáticas, a proposição de ações e a devolução da construção dos grupos. E, por fim, a constituição de uma comissão, no sentido de desenvolver o monitoramento e avaliação do Plano.

Participaram diretamente desta ação coletiva cerca de 292 pessoas, que representaram diferentes setores da gestão pública municipal de Bonito, movimentos sociais, iniciativas privadas, órgãos de pesquisa, universidades federais e estaduais, escolas municipais, sindicatos rurais, conselhos de desenvolvimento, escolas de agroecologia, associações rurais e consumidoras/es.

O Seminário de Sensibilização e Formação com a temática de educação e agroecologia, realizado em 19 de agosto de 2021, na sede da AABB em Bonito, assegurou um importante debate sobre a educação em agroecologia na rede pública de ensino do território (Figura 16).

Figura 16 - Registro fotográfico da discussão com gestoras e coordenadores da rede pública de ensino de Bonito.

(A) palestra temática no Seminário, (B) apresentação das discussões dos grupos de trabalho, (C) grupo de trabalho reunido, (D) identificação e pactuação de grupo de planejamento e avaliação do PLAMAPO.



Fonte: O Autor (2023).

Participaram deste debate 39 pessoas. Desse número, destacamos em 80% do público a participação da secretaria de educação com gestoras/es, supervisoras/es e coordenadoras/es de toda a rede de escolas públicas de Bonito, além de agricultores/as

agroecológicos e consumidores do mercado da vida, os militantes do movimento dos trabalhadores rurais sem terra, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Bonito, a Associação Vida Agroecológica, os consumidores do Mercado da Vida, os estudantes, egressos e professores de agroecologia da Escola do Serto, os representantes do Instituto Abdalaziz de Moura e pesquisadores do PPGADT/UFRPE.

As discussões apontaram 28 (vinte e oito) diagnósticos como propostas de ação, as quais alertavam para a necessidade da inserção da agroecologia na base comum curricular da rede pública municipal de ensino no território de Bonito.

As problemáticas identificadas pelos participantes refletiram a necessidade da reeducação alimentar, produção de alimentos de base comunitária, construção de conhecimento agroecológicos e a presença de agrotóxico na produção como questões essenciais que devem ser prioridade na elaboração do PLAMAPO.

O Seminário de Sensibilização e Formação com agricultores (as) agroecológicos e consumidores (as) do Mercado da Vida, realizado em 27 de setembro de 2021, na sede da AABB de Bonito, aprofundou questões que comprometem o território e desafiam a população na efetivação do PLAMAPO.

Figura 17- Registro fotográfico do encontro com os produtores e consumidores do Mercado da Vida.

(A) Abertura do Seminário, (C e D) apresentação das discussões dos grupos de trabalho, (B) identificação e pactuação de grupo de planejamento e avaliação do PLAMAPO.



Fonte: O Autor (2023).

As propostas construídas alertaram para a urgência no enfrentamento das problemáticas e no comprometimento dos gestores municipais com as estratégias de

implementação do PLAMAPO frente à utilização intensiva de agrotóxicos e fertilizantes químicos, o desmatamento e as queimadas que provocam a perda na biodiversidade animal e vegetal. Também foi apontado como também provoca aumento do êxodo rural e ocupação desordenada do território urbano, além da necessidade de maior ampliação da consciência ecológica, estudos e pesquisas que fomentem estratégias para reduzir danos socioambientais no território.

O encontro contou com a participação de 33 pessoas, dentre elas representantes da Secretaria municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Associação Vida Agroecológica, IPA, FETAPE (Meio Ambiente), ADAGRO, Mercado da Vida, Câmara Municipal de Vereadores, MCP, estudantes e egressos da Escola de Agroecologia do SERTA, consumidores do Mercado da Vida e pesquisadores do PPGADT/UFRPE, além de representantes da sociedade civil.

O Seminário de Sensibilização e Formação com agricultores/as das associações rurais do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), realizado em 30 de setembro de 2021 na sede (CMDRS), refletiu sobre o elevado índice de agrotóxico ainda usado pelos agricultores/as vinculados as Associações Rurais.

Figura 18- Registro fotográfico do encontro com associações rurais do Conselho de desenvolvimento rural sustentável de Bonito.

(A) palestra temática do seminário, (C e D) apresentação das discussões do grupo de trabalho, (B) identificação e pactuação de grupo de planejamento e avaliação do PLAMAPO.



. Fonte: O Autor (2023).

O debate apoiou na formulação de 14 (quatorze) propostas de ação, dentre a necessidade de um programa de ATER destinado as 48 associações do território, além

da retomada das compras institucionais do PAA e PNAE dos produtores familiares do território.

No conjunto, participaram cerca de 18 pessoas nesse encontro, dentre eles representantes da Secretaria de Agricultura, Associação do Mucuri, Associação do Sítio Rodeador, Associação Santa Alice, Associação Pau D'arco, Associação Vida Agroecológica, OCS Vida Agroecológica, Mercado da Vida, MCP, estudantes e egressos da escola de agroecologia do SERTA, consumidores do Mercado da Vida e pesquisadores do PPGADT/UFRPE.

A discussão sobre o uso de agrotóxico na produção agrícola do território deixou evidências no contexto praticado pelas famílias agricultoras que ainda fazem cultivo em sistemas convencionais de produção.

O levantamento dos agroquímicos em termos de agrotóxico e fertilizantes (Quadro 5 e 6), apesar de realizado com base em relatos das famílias agricultoras e não por diagnósticos em análise de monitoramento de resíduos, não dimensiona a quantidade de agroquímicos utilizado no território.

Quadro 4 - Agrotóxico, classificação, cultura agrícola e função de uso pelos agricultores/as das associações rurais de Bonito.

AGROTÓXICO			
Tipos	Classificação	Culturas agrícola	Para quê?
¹ Furadan	Inseticida Nematicida	Banana cumprida	Para combater o moleque (broca)
Lannate	Inseticida	Banana	Combater a lagarta
Roundap	Herbicida	Mato	Matar o mato
Ridomil	Fungicida	Tomate	Doenças (pinta preta, cercosporiose, fungos, etc)
Aldrin	Inseticida	Solo	Mata insetos (formigas)
¹ Tamaron	Inseticida	Alface, pimentão, repolho, etc	Inseticida
Dithane	Fungicida	Banana	Limpar a banana
Tordon e Tux	Herbicida	Árvore em geral	Matar toco (evita a germinação das plantas)
Regent	Inseticida	Cana-de-açúcar/Cará	Mata cupim

Fonte: O Autor (2023).

As informações do quadro 8 merecem atenção, pois duas das substâncias identificadas pelas famílias ainda em uso foram desautorizadas na agricultura, com base na Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) N 1 de janeiro de 2011 (Brasil, 2011) e na Resolução N 185 de outubro de 2017 (Brasil, 2017), que tratam respectivamente sobre a

proibição de uso e o comércio do Tamaron (Metamidofós) e Furadan (Carbofuran) na agricultura.

Quadro 5 - Fertilizante, classificação, cultura agrícola, e função de uso pelos agricultores/as das associações rurais de Bonito.

FERTILIZANTE			
Tipos	Classificação	Culturas agrícola	Para quê?
Ureia	Adubo nitrogenado	Milho	Enverdecimento das plantas
²⁰ N-P-K (06-24-12)	Formulação	Inhame, batata e macaxeira	Adubo de enraizamento
N-P-K (20-10-20)	Formulação	Inhame, batata e macaxeira	Crescimento das culturas agrícola

Fonte: O Autor (2023).

No quadro 9, identificamos os fertilizantes utilizados pelas famílias agricultoras. Esse levantamento orienta para a necessidade de desenvolver um processo de sensibilização e capacitação com as famílias sobre a produção de biofertilizantes e bio defensivos naturais, como estratégia autogestionária de construção do conhecimento das famílias na produção de insumos, a partir da matéria prima existente na unidade familiar. Conforme relato da agricultora da comunidade da Colônia Japonesa de Bonito:

Aprendemos bastante sobre a cobertura do solo, que ajuda no fortalecimento da terra que trabalhamos. Com isso nós percebemos que o solo fica mais forte e rende mais, a planta desenvolve com mais facilidade. E quando as pessoas começam a usar veneno no solo, ele fica enfraquecido, pois mata os microrganismos e a vida que há no solo. Então nós aprendemos a fazer diferente e termos bastante resultados. (Agricultora agroecológica, 2022).

Em termos de estratégias coletivas, alertamos para necessidade de desenvolver ações coletivas de apoio as estratégias para intensificar os processos de fiscalização, sensibilização e formação que impulsione a construção do conhecimento agroecológico para transição agroecológica das famílias agricultoras.

O Seminário de Sensibilização e Formação com a rede de turismo, realizado em 21 de outubro de 2021, no auditório da Secretaria de Turismo, Juventude, Esporte e Lazer de Bonito, contribuiu para a formulação de 12 (doze) propostas de ação para PLAMAPO.

O alerta concentrou-se nas questões do turismo relacionado à rede de pousadas e hotelaria. Segundo dados da Secretaria de Turismo, no território há uma oferta de cerca

²⁰ Formulação (Nitrogênio, Fósforo e Potássio).

de 1.200 leitos para hospedagem, e que há uma preocupação com a gastronomia de base agroecológica. Nesse sentido, em 2021, a Secretaria criou o primeiro Festival Gastronômico da cidade como objetivo de sensibilizar e ampliar os conhecimentos sobre alimentação saudável com a proposta futura de articular o turismo de vivência agroecológica nas propriedades familiares assim como também na criação de selo agroecológico para identificar ao público as pousadas que apoiam na prática a transição agroecológica.

Outros problemas refletidos a serem contempladas no PLAMAPO estão relacionados com as queimadas, o desmatamento e a questões do lixo gerado nas cachoeiras pelo turismo predatório, o que demandaria um amplo processo de conscientização ecológica junto ao público que fazem uso do turismo no território.

Figura 19 - Registro fotográfico do encontro com a rede de turismo de Bonito.

(A e D) apresentação das discussões do grupo de trabalho, (B) palestra temática do seminário, (C) identificação e pactuação de grupo de planejamento e avaliação do PLAMAPO.



Fonte: O Autor (2023).

O encontro contou com a participação de 21 participantes. Entre eles: representantes da Secretaria de Turismo e Agricultura, Câmara Municipal de Vereadores, Associação Vida Agroecológica, OCS Vida Agroecológica, Associação de Guias Comunitários de Turismo de Bonito, pesquisadores do PPGADT/UFRPE, estudantes e egressos da escola de agroecologia do SERTA, além de consumidores do Mercado da Vida.

Por fim, o Seminário de Sensibilização e Formação desenvolvido com profissionais de saúde e assistência social, realizado em 09 de dezembro de 2021, na sede da Secretaria de Assistência Social, refletiu sobre a função dos equipamentos públicos de saúde e assistência social, quando apoiados pela agroecologia, visto que as ações neste setor se relacionam com muitas famílias em situação de vulnerabilidade social, que ficam exposta à (in)segurança alimentar.

Nesse sentido, o território conta com 89 (oitenta e nove) agentes comunitários de saúde que de forma continuada acessam as famílias do território e podem assegurar possíveis orientações sobre a produção de alimentos em quintais ou estamos de uso coletivo. Assim, foram formuladas nove propostas de ação para o PLAMAPO.

Figura 20 - Registro fotográfico do encontro com profissionais de saúde e assistência social.

(A) apresentação das discussões do grupo de trabalho, (B) identificação e pactuação de grupo de planejamento e avaliação do PLAMAPO, (C e D) (A) palestra temática do seminário.



Fonte: O Autor (2023).

O diagnóstico prévio apresentado pelos participantes identificou algumas doenças que podem estar associadas à problemática do uso indiscriminado de agrotóxicos e a produção de alimentos, na qual constatou-se nas comunidades do território de Bonito, famílias em situação de vulnerabilidade social com sinais de: fome, Diabetes Mellitus (DM), depressão, Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), desnutrição, ansiedade, câncer, mal de Alzheimer, colesterol

alto, infertilidade, dermatite tópica, má formação de feto, problema tireoidiano, problema renal e intoxicação.

Participaram 25 (vinte e cinco) pessoas com representação da Secretária de Assistência Social, Secretário de Agricultura, diretoria de meio ambiente, agente social e endemias, nutricionista, psicólogo, Técnico de enfermagem, sanitarista, agente comunitário de saúde, agricultores e agricultoras da OCS Vida Agroecológica e do Mercado Público da Vida e pesquisadores do PPGADT/UFRPE.

Os resultados desses cinco seminários, além de corroborar com o processo de sensibilização e debate público, contribuíram para o conjunto de propostas de ações que refletidas coletivamente e sistematizadas consolidaram a estrutura do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito.

O PLAMAPO elaborado foi composto por cinco eixos temáticos: (I) Educação e Construção do Conhecimento Agroecológico; (II) Transição Agroecológica, Produção, Comercialização e Consumo; (III) Turismo e Lazer de Base Agroecológica; (IV) Saúde, Inclusão Social e Agroecologia e (V) Meio ambiente e Agroecologia. Ambos seguidos por objetivos estratégicos que contemplam 40 (quarenta) ações que articuladas coletivamente nas etapas de execução podem efetivamente apoiar na territorialização da Agroecologia em curto, médio e longo prazo. Tais iniciativas tendem a se ampliar na medida em que a ação coletiva dos agricultores/as, organizações da sociedade civil, instituição de ensino, pesquisa e extensão articuladas a gestão pública passam a ser realidade no território.

Deixamos como recomendação desse processo que a perspectiva metodológica desenvolvida na elaboração da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, disponibilizada neste estudo aos leitores, por si só, não deve ser levada como fórmula pronta destinada a consolidação desse mesmo processo em outros territórios. Foi a escolha pactuada com os atores de Bonito e não deve ser tomada como receita.

Alertamos que, na prática, deve-se observar o contexto histórico do território, o conjunto de atores e organizações presentes, as reais motivações e as estratégias de ação coletiva que podem impulsionar a territorialização da agroecologia como política pública municipal.

5.3 O Conhecimento que Gera Aprendizagem na Construção da Ação Coletiva no Território para Transição Agroecológica

No estudo realizado, as discussões sobre ação coletiva, construção do conhecimento agroecológico e território são conceituações necessárias para compreendermos o processo de transição agroecológica como centro da nossa análise, dimensão essencial as estratégias coletivas, inerente ao processo de construção da política pública de agroecologia no município.

Passamos então agora a apresentar as aprendizagens da construção da política pública de agroecologia e produção orgânica em Bonito e a contribuição da ação coletiva para transição agroecológica do município.

Com enfoque interdisciplinar (PÁTARO; BOVO, 2012; FAZENDA, 2002), a partir de uma abordagem qualitativa complementada por elementos quantitativos, a natureza do estudo acentuou a pesquisa considerando o horizonte temporal de 2009 a 2022, no qual foram analisadas as estratégias de transição agroecológica, da ação coletiva e da incidência das organizações que contribuíram para a construção da política pública municipal de agroecologia, fortalecendo a identidade territorial e a construção do conhecimento agroecológico no município de Bonito-PE.

O estudo indicou a necessidade de uma metodologia de pesquisa articulada à diversidade de conhecimentos existente no território, desenvolvida junto aos agricultores e agricultoras, organizações da sociedade civil, instituições de ensino, pesquisa e extensão, gestores públicos e o poder legislativo, articulada a uma abordagem construída a partir das diversas áreas do conhecimento.

Esse direcionamento, em consonância com o planejamento e execução da metodologia, possibilitou maior eficiência e eficácia nos resultados da pesquisa. Nesse sentido:

O método é um elemento muito importante para o desenvolvimento da ciência porque ele, quando adequado com o objetivo da pesquisa, com o objeto de estudo e com o problema, direciona a pesquisa da maneira correta para o conhecimento da verdade, maximizando os resultados obtidos e minimizando o tempo empregado na sua obtenção (GIFTED, 2015, p. 19).

As convergências da pesquisa na prática articulada ao processo de construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica consolidaram um itinerário metodológico a partir das etapas cíclicas estabelecidas pela Pedagogia de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS). Abdalaziz de Moura (2005, p. 5) afirma que:

O conhecimento da realidade territorial pode favorecer o conhecimento autogestionário das comunidades na solução de seus problemas. Para que haja esse conhecimento/reconhecimento é preciso investir nas gerações que estão sendo formados, agora, na escola, de maneira diferencial. Eis aí o desafio: discutir a escola, seus conteúdos, sua pedagogia e sua relação com os demais espaços educativos.

A PEADS tem centralidade nos conhecimentos prévios dos atores sociais do território e, a partir deles, se busca problematizar a realidade e refletir profundamente sobre ela, elevando ao patamar da ação os conhecimentos construídos no território. Para Moura e Beechler (2003, p. 7), nesta visão, é acrescentada a concepção de que:

Transformar a intencionalidade em ação, conquistar corações e mentes para as novas ideias e, sobretudo, para as novas práticas, consolidar os conceitos a partir das experiências vividas, por si e pelo outro, e ter a humildade de aliar-se sempre as grandes causas sem, no entanto, perder a disposição da construção, sabendo que ainda há muito por fazer e que não se faz só. Essa tem sido a trajetória do Serta com as suas práticas e, particularmente, com a construção, em processo, do Programa Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS).

Os fundamentos teóricos que orientaram o ciclo metodológico da PEADS nos processos de pesquisa na prática compõem-se de quatro etapas (Figura 21).

Figura 21 - Processo metodológico das etapas da Pedagogia de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS).



Fonte: O Autor (2023).

A dimensão da “Pesquisa participativa da realidade, análise da pesquisa, devolução ação participativa e avaliação participativa do processo” (MOURA, 2003, p. 105) possibilitou visualizar o itinerário pedagógico da pesquisa no âmbito das etapas

metodológicas, nos resultados do processo de pesquisa e nos conhecimentos de aprendizagens da pesquisa, conforme aspectos apontados no desenho metodológico (Quadro 6) a partir da aplicação da Pedagogia de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS).

Quadro 6 - Desenho metodológico da aplicação da Pedagogia de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS) para construção da Lei e do Plano Municipal de Agroecologia em Bonito – PE.

Dimensões metodológicas da PEADS	Resultado do processo	Aprendizagens do processo
<p>A primeira etapa consistiu na pesquisa participativa em conhecer o território e os conhecimentos existentes nos atores sociais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do projeto de pesquisa (Associação, IPA, CMDRS, secretarias municipais, câmara de vereadores, etc); - Defesa pública de qualificação do projeto de pesquisa a banca do PPGADT/UFRPE; - Submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFRPE); - Mapeamento de fontes teóricas a partir das chaves de leitura (Ação coletiva, construção do conhecimento agroecológico, Território, Transição Agroecológica, e políticas públicas); - Planejamento das 14 entrevistas desenvolvidas com agricultores/as familiares; organizações da sociedade civil, instituição de ensino, pesquisa e extensão e gestores municipais; - Pesquisa documental (Leis, projetos, relatórios, etc). 	<ul style="list-style-type: none"> - Visão do território a partir dos desafios para transição agroecológica quanto pesquisador; - Mobilização dos diversos atores do território; - Maior aproximação com as comunidades, seus saberes e fortalecimento de vínculos locais; - Mais de 50 idas a campo no território de Bonito com agenda de pesquisa caracterizada em: reuniões, articulações, visitas, mutirões, desenvolvimento das entrevistas, implantação de ecotecnologias, seminários, sessão da câmara de vereadores, etc.
<p>A segunda etapa consistiu na análise do conhecimento identificado na pesquisa</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mediação e articulação do planejamento para realização de duas audiências públicas municipais para construção da Política municipal de Agroecologia e Produção Orgânica; - Coordenação na realização do Seminário de formação educação e construção do conhecimento agroecológico; - Coordenação da realização do Seminário de formação dos agricultores e consumidores agroecológicos; - Coordenação da realização do Seminário de formação de agricultores de associações rurais do conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável; - Coordenação da realização do Seminário de formação com os agentes de turismo; - Coordenação da realização do Seminário de saúde, inclusão social e agroecologia; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprofundamento do processo formativo e reflexivo com os atores envolvidos; - Sensibilização sobre o processo de construção do conhecimento agroecológico, cerca de 236 pessoas participantes na construção do Plano de Agroecologia; - Participação de 80% das gestoras e coordenadoras pedagógicas da rede pública de ensino no Seminário; - Elevação do nível da Peads aplicado as vivências subjetivas e profissionais, para o processo de sistematização;

	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação para inclusão das ações do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica no orçamento público municipal (PPA). 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação de seis Secretários Municipais; - Participação de 11 vereadores nas sessões da Câmara, audiências públicas e seminários; - Cerca de 169 pessoas participaram nas audiências públicas com destaque mais de 30 municípios circunvizinhos;
<p>A terceira etapa consistiu na reflexão coletiva e ação a partir do conhecimento constituído com os atores e organizações do território</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sistematização das entrevistas realizadas; - Sistematização de cinco relatórios dos seminários temáticos com diagnóstico prévio dos desafios da agroecologia, ambos disponibilizados as secretarias e organizações do território; - Elaboração do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica; - Mediação e articulação para aprovação da Lei 1.257/2021 que institui a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (sessão pública); - Mediação e articulação para aprovação da Lei 1.258/2021 que institui a Semana Municipal de Comemoração da Agroecologia em Bonito (sessão pública); - Articulação do Projeto de Extensão Universitária/UFRPE/NAC/INCUBACOOOP no desenvolvimento de formações e implantação de ecotecnologia nas propriedades dos agricultores do Mercado da Vida; - Articulação na execução do Projeto APP gestão e comercialização de produtos pela OCS Vida Agroecológica. Em desenvolvimento pelo Laboratório Multidisciplinar de Tecnologias Sociais – UFAPE; - Formação e cadastro de novos agricultores agroecológico a OCS Vida Agroecológica; - Coordenação do Projeto (Em) Transição, aprovado no Funcultura, fundamentado na pesquisa de tese, para residência fotográfica em propriedades agroecológicas com a técnica da antotipia; - Continuidade das ações com projeto de pesquisa e discussão de um piloto de educação em agroecologia no currículo de uma escola pública, pelo pesquisador Germano de Barros PPGADT/UFRPE; - Continuidade das ações com projeto de pesquisa e discussão de uma casa de sementes crioulas com metodologia participativa envolvendo agricultores/as do Mercado da Vida, pela pesquisadora Cristiane Generoso PPGADT/UFRPE; - Elaboração e submissão de artigo em revista científica; 	<ul style="list-style-type: none"> - Texto da Política de Agroecologia debatido em Audiência Pública, com período de acolhimento de emenda, o qual teve adesão por unanimidade das proposições; - PMAPO elaborado com base na Lei Nacional e Estadual de Agroecologia, além de atender marcos legislativos específicos do município de Bonito; - Aprofundamento do processo formativo e reflexivo das ações desenvolvidas; - Sistematização do Plano de Agroecologia estruturado em cinco eixos temáticos seguidos de objetivos específicos que contemplam 40 ações estratégicas pensadas no território;

<p>A quarta etapa foi dedicada a “auto-avaliar e hetero-avaliar os processos desenvolvidos no território</p>	<p>- Publicação de texto em resumo e capítulo de livro.</p> <p>- Constituição de comissão municipal de planejamento e monitoramento das ações Plano de Agroecologia e produção Orgânica, a partir dos seminários, para planejamento e monitoramento anual;</p> <p>- Elaboração de Relatório Técnico do processo de construção do Plano e da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito;</p> <p>- Elaboração de Tese, pré defesa e defesa no PPGADT/UFRPE.</p> <p>- Devolução aos atores do território e a todas e todos que fizeram parte deste processo a partir de seminário para apresentar o PLAMAPO e os resultados da tese. (previsto para acontecer após a defesa da tese).</p>	<p>- Aprendizagem coletiva de iniciativa piloto no Estado, em termos de construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica;</p> <p>- Percepção de que a política de agroecologia não pode ser pensada e executada de forma setorizada por uma gerência ou uma secretaria municipal, mas por uma ação coletiva ente atores, organizações sociais, universidade e gestores públicos.</p>
--	--	---

Fonte: O Autor (2023).

A contribuição desta tese, como experiência pioneira no estado de Pernambuco, deixa como legado a inspiração metodológica e de aprendizagens coletivas para os demais municípios que também avançam na direção da construção da agroecologia como política pública municipal.

Estima-se que este estudo possa contribuir com reflexões e estratégias como inspiração metodológica aos segmentos dos agricultores e agricultoras familiares, dos atores e organizações sociais, dos gestores de políticas públicas municipais e o território (Quadro 7).

Quadro 7 - Contribuições da pesquisa para os agricultores/as, organizações da sociedade civil e gestores públicos do território.

Segmentos	Contribuições
Agricultores e agricultoras familiares	- Com os conhecimentos gerados pela pesquisa sobre o processo de territorialização da agroecologia, apoiar com estratégias e conhecimentos agroecológicos que possam inspirar pedagogicamente famílias agricultoras que ainda apresentam resistência ao processo de transição agroecológica.
Organizações da sociedade civil	- Disponibilizar estudo piloto, com diferentes estratégias, no sentido de ressignificar os processos de atuação institucional no território e na construção de conhecimento necessário a territorialização da agroecologia.
Gestores/as de Políticas públicas municipais	- Alertar para a visão de que a política de agroecologia não pode ser elaborada e executada de forma setORIZADA, por uma gerência ou secretaria municipal. Precisa ser gestada por uma ação coletiva de responsabilidade mútua de construção coletiva; - Disponibilizar a Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica construído com indicativos de ações prioritárias para curto, médio e longo prazo, necessária ao desenvolvimento do município.
Território	- Disponibilizar a experiência metodológica de construção do plano e da política de agroecologia de Bonito aos demais municípios interessados; - Alertar para a dimensão sociológica da ação coletiva como estratégia política e social de apoio ao desenvolvimento do território; - Com a experiência desenvolvida para o fortalecimento da identidade e territorialização da agroecologia, como referência para os demais municípios do Estado de Pernambuco.

Fonte: O Autor (2023).

O conhecimento que gera aprendizagem na construção da ação coletiva no território para transição agroecológica nasce dos territórios como raízes que se consolida da força popular, impulsiona as políticas públicas por meio do controle social exercido pela democracia participativa.

Um estudo recente desenvolvido por Moura, Moreira e Almeida (2022) alerta sobre a situação específica das Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) no território nacional. Em termos normativos às PEAPO, em 70% dos estados brasileiros com PEAPO, em nenhum deles a política está consolidada, classificadas como inativas, vigentes, em situação de projeto de Lei e suspensa.

Para os autores:

A maioria encontra-se inativa (não possui estrutura pública nem é implementada), a saber: PEAPOs dos estados de Alagoas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Outras estão vigentes (possuem estrutura pública para sua operação, porém com orçamentos incertos), são elas: PEAPOs do Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Sergipe. Também observamos projetos de lei para instituição das PEAPOs em tramitação, sendo eles: PEAPOs da Bahia, Ceará, Paraná e Rio Grande do Norte. Além disso, verificamos em São Paulo que a PEAPO encontra-se suspensa, ou seja, estagnada devido à pandemia ou por outro motivo (MOURA; MOREIRA; ALMEIDA, 2022, p. 22).

Apesar dos estados apresentarem avanço em termos da existência da PEAPO, o diagnóstico da pesquisa identifica que, na prática, há situações diversas, quando observada a existência de orçamento público e a disponibilidade de estrutura pública para operação. As PEAPO foram caracterizadas como: inativas em 9 estados, vigente em 5 estados, Projeto de Lei em tramitação em 4 estados), suspensa em 1 estado e inexistente em 8 estados.

Esse processo que se inscreve na instância estadual deixa um importante alerta aos municípios que desejam territorializar a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), pois não basta só normatizar a política, mas assegurar estrutura pública e orçamento na gestão municipal para execução com prioridade das ações planejadas. Neste contexto, o coordenador da escola de agroecologia do Sertão, acrescenta que:

A maior dificuldade, é que nós temos uma herança, que as políticas são demais setorializadas, então os municípios têm aquele costume de distribuir políticas com os atores específicos de uma determinada secretaria, e esses atores eles se articulam as vezes, mas de uma forma vertical com o estado e com o governo federal, sobretudo com as instituições financiadoras, do que

as vezes horizontalmente dentro do mesmo município, com as diversidades de segmentos sociais. Então, quem começou a pensar, a agroecologia, pensou que a política pública da agroecologia chegaria no município nesse mesmo formato, onde o ator principal, seriam esses que nós já falamos, os produtores, os consumidores e o poder público local, que passava pela câmara de vereadores e a secretaria de educação. Então pensar, uma política pública desse formato para a agroecologia, era condenar a agroecologia ao mesmo destino das políticas setorizadas (Coordenador da Escola de Agroecologia do Serto, 2021).

Com esses argumentos, apontamos algumas estratégias relevantes, experimentadas no território de Bonito, mas que podem ser destinados aos municípios e organizações, que desejam avançar a partir de questões metodológicas necessárias à construção de Política e Plano Municipal de Agroecologia e Produção orgânica.

Quadro 8 - Estratégias destinadas a efetivação das políticas públicas de agroecologia e produção orgânica nos municípios.

Ação	Dimensão estratégica de aprendizagem
Construção da Política de Agroecologia e Produção Orgânica	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar que o projeto de lei seja amplamente consultado e debatido em instâncias coletivas (audiências públicas, seminários, plenárias, etc), antes de sua aprovação pelo poder legislativo municipal e sancionado pelo poder executivo; - Assegurar que seja incorporado no Plano as propostas de emenda, resultante das discussões públicas pelos atores e organizações do território; - Que o projeto de lei seja constituído em consonância com a política nacional, estadual e tenha alinhamento com as normativas específicas do município.
Elaboração do PLAMAPO e na destinação de recursos do orçamento público para execução	<ul style="list-style-type: none"> - A constituição do Plano de Agroecologia seja elaborado a partir das demandas impulsionada pela ação coletiva dos agricultores/as, organizações da sociedade civil e instituições de ensino, pesquisa e extensão, articulado as demandas da gestão pública; - Que seja assegurando recursos suficientes no orçamento público, Plano Plurianual (PPA) destinados a execução das ações construídas e pactuadas no Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica municipal.
Decisão política de execução com prioridade da ação da agroecologia pelos gestores municipais	<ul style="list-style-type: none"> - É necessário assegurar que a ação da agroecologia não seja executada de forma setorizada, por uma gerência ou uma secretaria municipal de agricultura; - Pelo contrário à territorialização da política de agroecologia precisa ser compreendida como responsabilidade intersetorial planejada e executada entre as secretarias de educação, saúde, assistência social, meio ambiente, cultura e agricultura, etc. E que isso exige uma decisão políticas não só do prefeito/a, mas de todos os gestores públicos municipais.

Ação coletiva como estratégia territorial	<ul style="list-style-type: none"> - A territorialização da agroecologia não pode ser apenas de responsabilidade da gestão municipal. A gestão municipal pode mudar, e a política de agroecologia sofrer descontinuidade na gestão seguinte ou até mesmo pelas mudanças dentro da própria gestão; - A ação coletiva, a qual refletimos neste estudo, pode ser um salto importante para ressignificar a execução das políticas municipais de agroecologia. Entendemos que por meio de estratégias autogestionária, cada organização pode fazer uso dessa estratégia de ação nos projetos e programas de apoio a territorialização da agroecologia.
Comprometimento da rede de comércio e serviço local	<ul style="list-style-type: none"> - Toda a rede de alimentação, serviços de hotelaria, cultura e turismo, existente no território pode exercer uma ação importante na territorialização da agroecologia. Seja no financiamento das atividades, no processo de conscientização agroecológica, na compra ou comercialização dos produtos direto das agricultoras familiares.
Construção de mecanismo de controle social do PLAMAPO	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar que seja constituído instâncias coletivas de controle social articulada ao planejamento e monitoramento das ações planejadas; - Essa iniciativa pode ser constituída pelas organizações de agricultores e agricultoras familiares, organizações da sociedade civil, instituições de ensino, pesquisa e extensão e os gestores públicos; - Podendo ser no formado de conselho, comissão, câmara técnica, etc. Por meio de encontros sistemáticos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais.

Fonte: O Autor (2023).

Os resultados da ação coletiva na construção de conhecimento agroecológico passam a ganhar importância na discussão da política municipal de agroecologia e produção orgânica na medida em que as demandas do território são ouvidas, refletidas e ressignificadas em novos conhecimentos de ação pelos atores sociais e gestores públicos municipais. Nesses termos:

Uma ação coletiva é construída ao longo de um processo histórico e cultural em resposta a uma realidade social que não consegue conciliar os interesses dos inúmeros grupos que a compõem. Da mesma forma que a irrupção de uma ação coletiva foi germinada em processos históricos e culturais construídos por gerações anteriores, seus efeitos são projetados para o futuro. Isso não quer dizer que exista um processo evolutivo da ação coletiva, mas apenas que seus efeitos são projetados para o futuro, seja de avanços ou retrocessos (SILVA, 2018, p. 81).

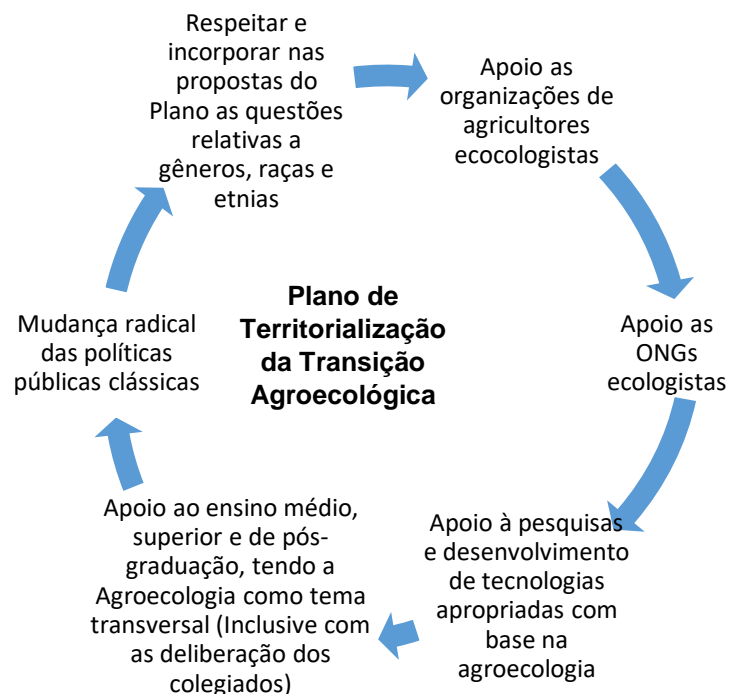
Essas estratégias se ampliam na medida em que os atores e organizações sociais, públicas e privadas envidam esforços coletivos para a transição agroecológica no território. Esse é um diálogo que efetivamente contribui, a partir da trajetória social, para incidência com as diferentes estratégias emancipatórias.

Nesses termos, a efetivação das PMAPO merece atenção, pois:

Outra dimensão é que ela precisa exatamente se tornar cultura e política de estado, o risco que a gente vê e percebe, nessas políticas inovadoras, é que os mandatários posteriores queiram minimizar e diminuir os recursos. Por isso, precisa virar lei, plano e orçamento. Precisa fazer parte da vida das pessoas, não ser mera informação, se a coisa passa a ser informação, ela é hoje e não é amanhã, ela passa pelo nosso intelecto ou as vezes só pela escuta, então a inovação amanhã pode ficar velha, antiga, então ela precisa para além de ser informação, precisa se tornar produção contínua de conhecimento, e ela precisa se transformar em hábitos, novos hábitos culturais (Coordenador do Curso Técnico em Agroecologia do Sertão, 2021).

Para Caporal (2008), a defesa de um plano de transição agroecológica implica o compromisso das atuais gerações com o futuro das próximas. As estratégias apontadas se alinham aos processos de ação coletiva, que apoia na efetivação da Política de agroecologia nos territórios (Figura 22).

Figura 22 - Estratégias de um plano de transição agroecológica no território.



Fonte: CAPORAL, 2008, p.20.

Para a educadora do Coletivo Aimirim, essas estratégias podem favorecer a territorialização da agroecologia, pois:

É fundamental a participação desses diferentes sujeitos, dentro da construção, de uma territorialização, então se você pegar um de nossos projetos, desde o início a gente sempre falou de territorialização da

agroecologia, então para a gente conseguir um processo de territorialização da agroecologia é preciso que você envolva uma diversidade de sujeitos, dentro desse processo, ou seja, que eles chamem para si a responsabilidade compartilhada de poder impulsionar esse processo dentro do território, a partir, cada um, da sua própria perspectiva (Educadora do Coletivo Aimirim, 2022).

A estratégias apontadas pelo autor, corrobora com os dados da pesquisa, a qual foram identificadas as ações que contribuíram com a construção do conhecimento agroecológico em curso no território de Bonito. A seguir, conheceremos o conjunto de iniciativas desenvolvidas que concretiza a ação coletiva, como resultado de cada institucionalidade a partir de suas ações, projetos e programas.

Quadro 9 - Descrição das organizações e ações desenvolvidas de apoio a territorialização da agroecologia em Bonito.

Organização entrevistada	Ação desenvolvidas
Associação dos Produtores/as Rurais Vida agroecológica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de reunião mensais com os agricultores e agricultoras agroecológica de onze comunidades rurais; ▪ Comercialização de produtos de base agroecológica no Mercado da Vida; ▪ Articulação e parcerias com projetos de apoio a agroecologia nas comunidades; ▪ Articulação de mutirões e manejo agroecológico nas propriedades; ▪ Realização de intercâmbio de saberes; ▪ Apoio na construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica.
Coletivo Aimirim	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Articulação, formação e acompanhamento na criação da Associação dos Produtores e Produtoras Rurais Vida Agroecológica; ▪ Articulação política no território; ▪ Desenvolvimento de formação autogestionária com as famílias agricultoras no Mercado da Vida; ▪ Mobilização de comunidades rurais para transição agroecológica; ▪ Apoio na construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica.
Câmara Municipal de Vereadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de audiências públicas para construção do Plano e da Política de agroecologia e produção orgânica; ▪ Aprovação marcos regulatório: Política Municipal de Agroecologia Lei 1.257/2021; Semana Municipal de Agroecologia Lei 1.259/2021; Política Municipal de Educação Ambiental Lei 1.054/2015; Criação de três Unidade Municipais de Conservação Lei 936/2011 e Lei 882/2010; e Alteração da Lei Orgânica Municipal Art. 236 com inclusão dos direitos da natureza, etc; ▪ Apoio na construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica.
Escola Técnica de agroecologia do Serta	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação de técnicos e técnicas em agroecologia; ▪ Articulação de mutirões coletivos de manejo agroecológico e implementação de ecotecnologias;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio a transição agroecológica das Unidades Familiares dos estudantes; ▪ Estímulo a pesquisa, reflexão e ação no território; ▪ Realização de intercâmbios de saberes; ▪ Apoio na construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica.
Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco (IPA)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Articulação para construção da Organização de Controle Social - Vida Agroecológica junto ao MAPA; ▪ Mobilização das comunidades rurais; ▪ Capacitação das famílias sobre agroecologia; ▪ Visitas de extensão; ▪ Apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar; ▪ Emissão Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP); ▪ Apoio na construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica.
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) no âmbito da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP) e do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação de grupos de consumidores do Mercado da Vida; ▪ Oficinas sobre beneficiamento de produtos de base agroecológica; ▪ Formação sobre economia solidária, agroecologia e autogestão com agricultores/as do Mercado da Vida; ▪ Formação nas escolas rurais sobre consumo consciente; ▪ Desenvolvimento de pesquisas universitárias, sistematização de experiências e publicação de estudos sobre o território de Bonito; ▪ Articulação institucional; ▪ Articulação de intercâmbios de saberes; ▪ Capacitação sobre processos autogestionárias com os agricultores em comunidades rurais; ▪ Desenvolvimento de 17 projetos de pesquisa e extensão universitária (2017 - 2021); ▪ Apoio na construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica.
Secretaria de Agricultura e de Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de Assistência Técnica e Extensão Rural para transição agroecológica; ▪ Distribuição de mudas; ▪ Apoio institucional ao Mercado da Vida; ▪ Articulação de título de posse das parcelas agrárias dos assentamentos; ▪ Criação de três Unidades Municipais de Conservação; ▪ Criação de Planos de Manejos das Unidade de Conservação; ▪ Desenvolvimento de projeto via o Fundo Nacional de Meio Ambiente; ▪ Apoio na construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica.
Secretaria de Educação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio a criação da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica. ▪ Execução da política municipal de Meio Ambiente no currículo das escolas da rede pública de ensino; ▪ Realização de cine ambiental; ▪ Realização de trilhas ecológicas; ▪ Formação dos gestores, coordenadores e professores sobre educação do campo; ▪ Apoio na construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica.

Fonte: O Autor (2023).

Nesse sentido, a extensão rural, nos termos da educação popular, pode ser uma das estratégias autogestionárias que podemos citar no contexto da ação coletiva, articulado ao processo de ensino e pesquisa nos territórios, a partir dos desafios cotidianos, e favorece a transição agroecológica na medida em que o saber popular emerge como aprendizagem ao conhecimento técnico, popular e científico. Nessa direção:

Podemos compreender a Extensão Popular como um trabalho social útil, desenvolvido por meio de um agir crítico pautado por um processo de construção participativa e compartilhada, com a intencionalidade de articular tanto o ensino como a pesquisa na mobilização de experiências, estudos e reflexões em contextos de adversidade, para a superação de problemas sociais, de maneira compromissada com a mudança e o enfrentamento à exclusão social e à desumanização (ARAÚJO; BOTELHO; CRUZ, 2019, p. 21)

Para Moura (2003), os participantes da ação coletiva passam a ser construtores de conhecimentos, desafiando-se a discutirem problematizando as dificuldades e elevando-as ao patamar da ação no território.

A pesquisa revelou que os projetos de pesquisa e extensão universitária exerceu uma função essencial no processo de territorialização da agroecologia em Bonito. No período de seis anos (2017 a 2022), segundo dados da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura a Universidade Federal Rural de Pernambuco, foram desenvolvidos no território de Bonito cerca de 17 (dezesete) projetos de pesquisa e extensão universitária em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP) e o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) e com o apoio financeiro do CNPq (anexo VI).

A nuvem de palavras (Figura 23) desenvolvida a partir de análise dos projetos de pesquisa e extensão, identifica 22 (vinte e duas) palavras chaves que determinam a natureza da ação desenvolvida, que por sua vez, caracteriza a intensidade das ações por temática e os resultados alcançados no território. Com destaque para o número de projetos relacionados as temáticas abordadas, destacam-se 14 projetos na dimensão da agroecologia, 9 projetos na dimensão da economia solidária, 6 projetos na dimensão da educação e 4 projetos na dimensão do meio ambiente.

Figura 23 - Extensão universitária e as dimensões temáticas alcançadas no território.



Fonte: O Autor (2023).

A análise demonstra a abrangência do alcance das ações temáticas de pesquisa e extensão que somam no processo de construção do conhecimento necessário à transição agroecológica, visto que:

O papel dos agentes técnicos ou dos mediadores externos não é mais de levar um saber, mas de entender e apoiar as experiências da base. Vai então se estabelecer um diálogo entre práticas populares e saber técnico ou científico: quando os mediadores ou agentes técnicos descobrem e interpretam cientificamente os mecanismos que explicam a adaptação das práticas aos ecossistemas locais, eles passam a entender as lógicas sócias e podem justificar eventuais sugestões de melhorias (DUQUE; MELLO; ARAÚJO, 2012, p.115).

Nesse contexto, podemos destacar como exemplo o projeto de pesquisa e extensão da UFRPE que desenvolveu atividades com apoio da INCUBACOOOP e NAC, financiada pelo CNPq, em parceria com a prefeitura municipal de Bonito por meio da Secretaria de Agricultura e agricultores familiares que somaram esforços no fortalecimento da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica do município.

Figura 24 - Registro fotográfico ações de extensão pela Universidade Federal Rural de Pernambuco no território de Bonito.

(A) construção de BET, (B) teste do gás do biodigestor no fogão, (C) construção de fogão ecológico.



Fonte: O Autor (2023).

Com o objetivo de apoiar a transição agroecológica das unidades familiares, a UFRPE, com o apoio financeiro do CNPq, viabilizou investimentos na implantação de tecnologia sociais, especificamente na construção de Biodigestores, Fogões Ecológicos e Bacias de Evapotranspiração (BETs) (Tabela 5).

A definição das unidades familiares que receberam a implantação das Tecnologias sociais dessa ação foi protagonizada pelos agricultores/as de base agroecológica da Associação Vida Agroecológica e do Mercado da Vida. Coletivamente, de forma participativa e deliberativa, discutiram as possibilidades e identificaram as unidades familiares que foram beneficiados com os investimentos.

As tecnologias sociais (DAGNINO, 2014), apresentam uma estratégia concreta de apoio a transição agroecológica, pois além de contribuir com a construção do conhecimento agroecológico das famílias agricultoras, também viabiliza resultados em termos da redução de impactos ambientais com o uso de recursos renováveis e na redução dos custos operacionais das despesas familiares. Além do mais, apoiam concretamente na produção de alimentos para consumo familiar.

Tabela 5 - Relação das tecnologias implementadas com recursos de extensão universitária pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Tecnologia Social	Qtde	Unidade Familiar	Endereço
Biodigestor	01	José Antônio e Anderléa	Sítio Terra Adorada, zona rural, 280, Bonito/PE.
Biodigestor	01	Luiz Paulinho e José Ciriaco	Comunidade Água Vermelha, Bonito/PE.
Bacia de evapotranspiração	01	Adriana e Peteca	Comunidade Engenho Pará, Bonito/PE.
Bacia de evapotranspiração	01	Josélia e Gleibson	Comunidade Mucuri, Bonito/PE.

Bacia de evapotranspiração	01	Maria Edicélia e Juscelino	Sítio Colônia Japonesa, Lote 24 A, zona rural, Bonito/PE.
Fogão ecológico	01	Maria Edicélia e Juscelino	Sítio Colônia Japonesa, Lote 24 A, zona rural, Bonito/PE.
Fogão ecológico	01	Fábia Creusa e Cláudio Moura	Sítio Creusa e Paulo Fulô, zona rural, Bonito/PE.
Fogão ecológico	01	Lorinaldo e Mirian	Comunidade Rodeadouro, zona rural, Bonito/PE.
Fogão ecológico	01	Acauã de Lima e Natasha	Sítio Vagalume, zona rural, s/n, Bonito/PE.
Fogão ecológico	01	Horácio e Severina	Comunidade Mucuri, Bonito/PE.
Fogão ecológico	01	Paula e Dilla	Sítio Bananeira do Sul, zona rural, s/n, Bonito/PE.

Fonte: O Autor (2023).

5.3.1 O Papel do Pesquisador Engajado e a Síntese do Processo

Quando argumentamos um projeto político, social, ambiental, econômico e cultural de desenvolvimento do território com base nas concepções da agroecologia, estamos assumindo uma reflexão de ação coletiva necessária ao processo de construção com conhecimento para a transição agroecológica. Essa dimensão, antes vivenciada na atividade profissional laboral, agora passou também a ser pesquisada e refletida a nível acadêmico do PPGADT/UFRPE.

A experiência desenvolvida no território de Bonito-PE tem comprovado a necessidade de uma maior articulação entre o Estado, a Sociedade Civil e o Mercado em função de uma ação coletiva maior, comum e compartilhada por todos (Figura 25).

Neste sentido, pontuamos a diferença estratégica da ação de um pesquisador que desenvolve articulação, mediação e coordenação de diferentes atores vinculados à transição agroecológica no município, na construção de referência em um processo de impulso ao engajamento social desses atores no território.

Identificamos como princípio que podem apoiar na cooperação coletiva entre a sociedade civil, estado e mercado: o compromisso com a transição agroecológica do território, a preservação da identidade dos povos e comunidades tradicionais, o respeito ao patrimônio da biodiversidade existente, segurança aos direitos da natureza, respeito aos valores e culturas das comunidades do campo e da cidade, compromisso público com a agricultura familiar de base agroecológica.

Como estratégia de ação coletiva, o processo de pesquisa também identificou diferentes iniciativas que podem apoiar na territorialização da agroecologia, as quais

podemos citar: mutirões solidários; implantação de ecotecnologias; formação Técnica em Agroecologia; projeto de pesquisa e extensão; constituição de OCS para o controle da produção e comercialização; articulação de espaços públicos a exemplo do Mercado da Vida sobre a perspectiva autogestionária; capacitação sobre beneficiamento na agricultura familiar; processos autogestionários; economia solidária e agroecologia; mobilização do poder legislativo municipal para aprovação de leis e decretos; audiências públicas, seminários municipais para discussão da territorialização da agroecologia; assistência técnica e extensão rural para transição Agroecológica; e articulação intersetorial entre as Secretárias de saúde, educação, agricultura, assistência social, turismo como diretriz da gestão municipal.

Esse processo de engajamento na pesquisa também revelou desafios, sobretudo na dimensão da sensibilização dos atores do território pela agroecologia, fazendo entender sua importância em ser parte integrante desse processo no sentido de identificar possíveis contribuições que podem estar ao alcance do processo de transição agroecológica, independente do lugar, contexto ou posição política assumida no território, em que:

Bonito possa avançar no sentido de diferentes dimensões da agroecologia. A primeira delas é apostar que Bonito se torne um município agroecológico, inicialmente com a conversão da sua matriz tecnológica, no apoio aos agricultores familiares. A conversão significa, formas de manejo adequada, por exemplo não podemos falar que a natureza tem direitos se continuamos envenenando a natureza. Tantas águas lindas que atraem, talvez, uma das maiores fontes de renda para Bonito, que é o turismo. Então essas águas, como elas estão sendo tratadas? Então é dessa conversão do modelo produtiva para a produção de alimentos mais saudáveis que falamos (Coordenador do Núcleo de Agroecologia e Campesinato, 2021).

A figura 25 consta uma visão de conjunto necessária entre Estado, Sociedade e Mercado para a transição agroecologia e construção de política públicas no território. Como reforça a coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, o envolvimento dos diversos atores pela necessidade do consumo de alimentos saudáveis, pode ser uma ação coletiva articulada por objetivos comuns compartilhados no território.

[...] estou falando dos consumidores em geral, tanto dos indivíduos, quanto das empresas, pousadas e hotéis, etc. Que a priori consomem alimentos. Eles não têm a clareza de que para ter alimentos saudáveis precisam fortalecer a produção de alimentos saudáveis e os agricultores/as que estão em transição. [...] é possível pensar o desenvolvimento econômico da cidade

a partir da Agroecologia, do turismo comunitário, do fortalecimento da agricultura em transição agroecológica e assim por diante (Coordenadora da INCUBACOOOP, 2021).

Figura 25 - Transição agroecológica e políticas públicas.



A ideia é que a Agroecologia não pode ou deve ser de responsabilidade, apenas da gestão pública (políticas públicas), mas da sociedade civil (Associações, cooperativas, coletivos, fóruns, conselhos, sindicatos, organizações religiosas, movimentos sociais, redes de escolas, equipamentos públicos de saúde, etc.) e do Mercado (Comércio, redes de alimentação, hospedagem, turismo e lazer, etc).

A constante disputa no orçamento público entre as influências do desenvolvimentismo neoliberal que avança nos territórios como diretriz da indústria do agronegócio coloca em evidência a necessidade de maior sensibilidade pelo projeto político social da agroecologia no território.

Nesses termos, consideramos que este estudo deixa sua contribuição na medida em que ajuda os atores e organizações do território a refletirem sobre essas questões estruturais, no sentido de articular a construção do conhecimento agroecológico a implementação da política pública de agroecologia e produção orgânica a nível municipal. Como afirma o agricultor da Associação Vida Agroecológica:

Que tenhamos aqui em Bonito, uma referência a nível nacional, possível de fazer agroecologia, é possível sair do contexto do agronegócio, desse contexto de desmatamento desenfreado que está acontecendo e a questão de alimentos

com agrotóxico que estão sendo consumidos pelas crianças (Agricultor Agroecológico, 2021).

Sendo assim, essa experiência já vem sendo investigada de forma estratégica por outros territórios, que também estão se propondo a avançar com resultados na implementação dessa iniciativa em sua realidade.

Em junho de 2021, esta pesquisa tomou-se inspiração para o ciclo de formação desenvolvido no Seminário de construção do plano municipal de agroecologia de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte. A ação que aconteceu no formato retomo com a participação das organizações da sociedade civil, da agricultura familiar local e o poder público municipal, além de pesquisadores do PPGADT/UFRPE.

Figura 26 - Registro seminário para construção do Plano de agroecologia de São Miguel do Gostoso.

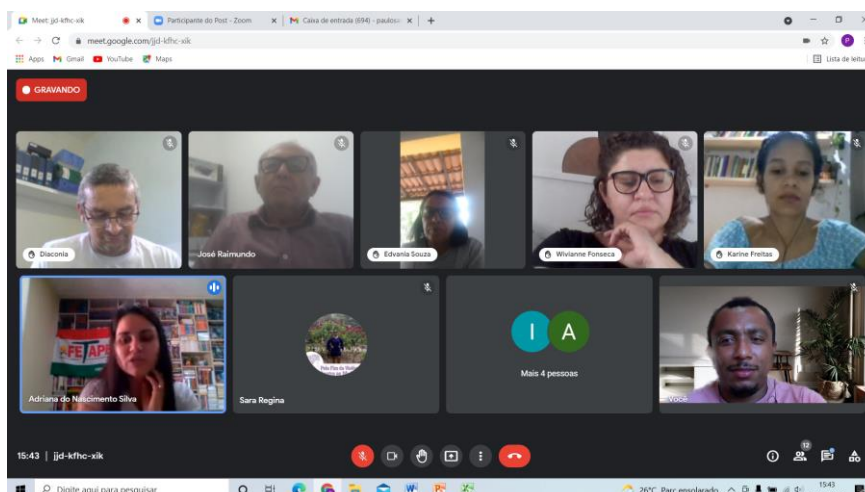


Fonte: O Autor (2023).

Esse trabalho fez parte da iniciativa “Agroecologia nos Municípios” da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que tem o objetivo de promover, apoiar e sistematizar processos de mobilização e incidência política no nível municipal, visando à criação e ao aprimoramento de políticas públicas, programas, projetos, leis e experiências municipais importantes de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional e que fortalecem a agroecologia.

Em setembro de 2021, a experiência de Bonito foi apresentada no fórum do Comitê de Educação do campo de Afogados da Ingazeira, região do Sertão de Pernambuco, como inspiração para a construção em curso da Política e do Plano Municipal de Agroecologia de Afogados da Ingazeira.

Figura 27 - Registro do Comitê de Educação do Campo de Afogados da Ingazeira.

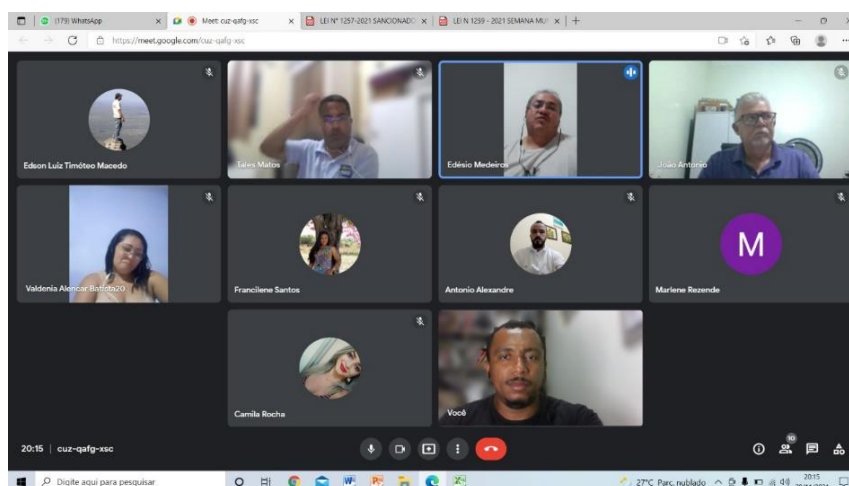


Fonte: O Autor (2023).

Participaram dessa construção a Secretaria de Educação, o Poder Legislativo municipal, a Federação dos Trabalhadores de Pernambuco (FETAPE), Gerência Regional de Educação (GRE), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afogados da Ingazeira, a Diaconia, assessoria da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e pesquisadores do PPGADT/UFRPE.

Outra iniciativa que merece destaque, neste contexto, refere-se à apresentação da experiência de Bonito no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável de Araripina, região Sertão de Pernambuco. A troca de experiência refletiu sobre a trajetória metodologias que o Conselho buscava para iniciar a construção da política e do Plano municipal de agroecologia e produção orgânica de Araripina.

Figura 28 - Registro do Conselho de Desenvolvimento Rural de Araripina.



Fonte: O Autor (2023).

Esse momento de reflexão contou com a participação de representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), Secretaria de desenvolvimento Rural de Araripina (SDRA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Chapada, Câmara de Vereadores, Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e da Chapada.

Além dessas três experiências contextualizadas que buscaram inspiração no processo metodológico de construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito, destacamos também a iniciativa do município de São Benedito do Sul, na região da Zona da Mata Sul de Pernambuco que, nas diversas formas de aprendizagens (mutirões, formação de técnico em agroecologia, reuniões de equipe, construção do projeto de Lei e seminários), se espelhou na experiência concreta de Bonito para também construir a sua política e plano municipal.

Nos termos de colaboração com o processo de desenvolvimento do território, por meio de ações estratégicas, a pesquisa também foi base para construção de projetos sociais com foco em atividades audiovisual, fotografia, transição agroecológica, sistemas agroflorestais, formação e assistência técnica as famílias agricultoras no território.

O engajamento do pesquisador na colaboração da elaboração dos projetos foram estratégias coletivas construídas com os atores e organizações, no sentido de fortalecer e dar visibilidade do processo e a identidade territorial sobre a construção do conhecimento para a transição agroecológica (Quadro 10).

Quadro 10 - Projetos com engajamento do pesquisador a partir do projeto de tese.

Nome do Projeto	Objetivo	Edital	Resultado
Projeto Vida Agroecológica na Agricultura Familiar	Realizar um processo de mobilização, capacitação e a inclusão sócioprodutiva de Unidades Produtivas Familiares, na promoção da vida agroecológica da agricultura familiar em comunidades rurais do município de Bonito, região Agreste Meridional do Estado de Pernambuco.	Fundação Banco do Brasil/PIS 01/2019	Não classificado
Projeto (em) transição	Financiado pelo Fundo de Cultura de Pernambuco (FUNCULTURA), o projeto (Em) Transição com o objetivo de registrar o processo de transição agroecológica nos territórios-comunidades dos agentes da Associação dos Agricultores/as Vida	Edital Funcultura Geral 2020/2021	Aprovado e em execução

	<p>Agroecológica na cidade de Bonito-PE, por meio de ações de pesquisa e catalogação de espécies nativas para uso fotográfico, e a distribuição do relatório ilustrado da antotipia agroecológica para uso pedagógico e educação visual. Mapeando a transição Agroecológica por meio de suas identidades, saberes e tradições com uso das técnicas de <i>antotipia</i> e <i>fitotipia</i> mediadas pelos fotógrafos Danilo Galvão e Roberta Guimarães, pesquisador Paulo Santana (PPGADT/UFRPE) e a produção de Lara Bione e Fábria Creusa.</p> <p>Com os parceiros dessas iniciativas a Associação Vida Agroecológica, o Instituto Abdalaziz de Moura, a Prefeitura Municipal de Bonito e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) no âmbito do Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT).</p>		
<p>Projeto Sistemas sustentáveis: soluções Agroflorestais para produção e geração de renda de famílias agricultoras no Agreste Pernambucano</p>	<p>Realizar um processo formativo com vistas à ampliação das áreas de SAFs já consolidadas, fortalecimento de áreas de implantação recentes e implantação de novas áreas para ampliação geral da capacidade produtiva do grupo e melhora dos rendimentos das famílias, a partir do plantio de mais variedades produtivas, realização de manejo do solo e das plantas, bem como aquisição de instrumental permanente para que o grupo possa manter os trabalhos necessários na manutenção de um SAF, tais como roço, poda, irrigação, etc.</p>	<p>Edital Itaú Ecomudança 2021</p>	<p>Não classificado</p>
<p>Projeto (Em)Transição: água, mulheres e sabedoria ancestral</p>	<p>Registrar essas transições, como parte da narrativa contemporânea que diz respeito ao futuro deste território, que está relacionada a produção de alimento e qualidade de vida. Possui como fio condutor protagonistas femininas que vivenciam a agricultura de prática agroecológica, a partir das águas e seus fluxos tão comuns e pertencentes a identidade local.</p>	<p>Edital Brasil de Verdade Narrativa contemporânea 2021</p>	<p>Não classificado</p>
<p>Projeto Muda</p>	<p>Produzir um curta metragem documentário e um ensaio fotográfico sobre o tema Território e Agroecologia a partir do registro da experiência de agricultores que vivenciam o processo de transição da agricultura convencional para a agroecológica na cidade de Bonito (PE). Tendo como base de orientação a relação</p>	<p>Edital Funcultura Geral 2021/2022</p>	<p>Não classificado</p>

	da agroecologia e o desenvolvimento territorial a partir da pesquisa de tese.		
Projeto Tecnologia a favor da geração de renda no Mercado da Vida de Bonito - PE	Tem por objetivo contribuir com os processos de geração de renda dos agricultores (as) ligados ao Mercado da Vida de Bonito – PE, e específicos, conhecer as práticas de comercialização dos agricultores (as) do Mercado da Vida de Bonito – PE, avaliar tecnologias existentes para processos de comercialização via internet e desenvolver um aplicativo que viabilize a melhoria das práticas de comercialização e ampliação da geração de renda dos agricultores (as).	(UFAPE) Edital bolsa PIBEX 2023	Aprovado e em execução
Projeto Produção Agroecológica Apoiada por Tecnologia no Mercado da Vida de Bonito - PE	Tem por objetivo geral contribuir com a melhoria dos processos produtivos agroecológicos de agricultores(as) Mercado da Vida de Bonito - PE, e ainda, conhecer os processos produtivos dos agricultores(as) do Mercado, avaliar tecnologias existentes para processos de produção agrícola e agroecológica e desenvolver um aplicativo ou sistema web para atender as necessidades produtivas dos agricultores(as) ligados ao Mercado da Vida.	(UFAPE) Edital bolsa PIBEX 2023	Aprovado e em execução
Projeto Práticas Agroecológicas como Ferramenta de Fortalecimento das Ações do “Mercado da Vida” em Bonito-PE	Tem por objetivo desenvolver práticas agroecológicas como ferramenta de fortalecimento das ações do “mercado da vida” em bonito/PE. A partir da sensibilização para a produção de biofertilizantes, com o apoio de bolsa se extensão pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Cidadania – PROExC, por meio da Coordenação de Gestão, Programas, Projetos e Eventos - CGPPE, gestora do Programa Institucional de Bolsas de Extensão.	(UFRPE) Edital N° 04/2023 – BEXT 2023	Em processo de análise

Fonte: O Autor (2023).

5.3.2 Publicações e o Alcance da Comunicação desta Pesquisa Piloto

Durante o processo de desenvolvimento da tese, as ações de engajamento do pesquisador no território ganharam destaque na pauta pública das diversas mídias institucionais e veículos de comunicação de ampla circulação (jornais, TV, revistas, rádios, Audiência Pública, site institucionais e redes sociais). A relevância deste conteúdo deu voz aos agricultores/as, professores, mulheres rurais, dirigentes sindicais, secretários municipais e pesquisadores) atuantes no território de Bonito.

A planilha abaixo apresenta síntese dos conteúdos circulados com conteúdo publicado, veículo de circulação, data e link para o acesso.

Quadro 11 - Relação dos conteúdos circulados sobre a pesquisa e o processo de transição agroecológica de Bonito.

Nº	Conteúdo Publicado	Veículo de Circulação	Data e Link de Acesso
01	Vidas em Transição no caminho da agroecologia e outros movimentos inspiradores de resistência, pessoas do campo e da cidade aprendem e ensinam, em integração com a natureza, novas formas de viver (Por Olívia Mindêlo)	Revista Continental	https://revistacontinente.com.br/edicoes/246/vidas-em-transicao Publicado em 01 de junho de 2021.
02	Voto de Aplauso pelos relevantes serviços de agroecologia prestados a cidade e Bonito. 1:26minutos	Facebook da Câmara de Vereadores do Bonito	https://www.facebook.com/camaradobonito/videos/5202913639738029/ Publicado em 17 de dezembro de 2021.
03	Conheça o Mercado da Vida, em Bonito (PE) – Bem Viver (Por Daniel Lamir)	Rede TV Brasil de Fato: Movimento Agroecológico Jornalismo - Brasil de Fato da TV Universitária, canal 11.	https://www.youtube.com/watch?v=JGw7NPPN8ic Publicado em 21 de setembro de 2021
04	Mercado da Vida é exemplo de resistência local e semente global para a Agroecologia Experiência faz parte de movimentações locais entre agricultura familiar e entidades da sociedade civil (Por Daniel Lamir)	Rádio Brasil de Fato	https://www.brasildefato.com.br/2021/08/26/mercado-da-vida-e-exemplo-de-resistencia-local-e-semente-global-para-a-agroecologia Publicado em 26 de agosto de 2021.
05	Sessão da Câmara de votação e aprovação por unanimidade da Lei da Política de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito.	Facebook da Câmara de Vereadores do Bonito	https://www.facebook.com/419985284852672/posts/1760463870804800/ Publicado em 30 de junho de 2021
06	A voz do Campo - Episódio #8 - Comida de Verdade (Por Paulo Santana)	Programa a Voz do Campo O podcast da Fetape Uma Visão Rural Plural e Democrática do Campo	https://www.youtube.com/watch?v=dTm4-c_Kv50 Publicado em 10 de setembro de 2021
07	Município de Bonito deve fazer a transição para a	Diário de Pernambuco DP+Agro	https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/agro/2021/06/municipio-de-bonito-deve-fazer-a

	agroecologia (Por Jailson da Paz)		transicao-para-a-agroecologia.html Publicado em 29 de junho de 2021
08	Bonito realiza primeira audiência pública para debater Plano Municipal de Agroecologia	Institucional Universidade Federal Rural de Pernambuco	http://www.ufrpe.br/br/content/bonito-realiza-primeira-audi%C3%AAncia-p%C3%BAblica-para-debater-plano-municipal-de-agroecologia Publicado em 01 de junho de 2021.
09	Poema: Cidade Bela das Águas (Por Bruna Lima)	Audiência Pública de Bonito	https://drive.google.com/file/d/1M0rsJIW37EICW7wV_dKMz6Te41dofblx/view?usp=sharing Publicado em 03 de junho de 2021.
10	Cidade de Bonito-PE é destaque em agroecologia (Por Daniel Cruz)	TV PE afiliada da TV Cultura Programa Tudo do Campo	https://youtu.be/UZcwl9QTBRA Publicado em 22 de maio de 2022.
11	Bonito-PE dá apoio na construção de fogão ecológico (Por Daniel Cruz)	TV PE afiliada da TV Cultura Programa Tudo do Campo	https://youtu.be/AmpSESAppu0 Publicado em 22 de maio de 2022.
12	Secretaria de Agricultura em parceria com UFRPE inicia construção de Biodigestores	Institucional da Prefeitura de Bonito	http://www.bonito.pe.gov.br/site/secretaria-de-agricultura-em-parceria-com-ufrpe-inicia-construcao-de-biodigestores/ Publicada em 08 de abril de 2022
13	Inauguração do primeiro biodigestor	Rádio Web agroecologia (Núcleo de Agroecologia e Campesinato)	https://radiowebagroecologia.com.br/noticias/noticia/id:504;nac-noticia.html Publicado em 15 de junho de 2022
14	Depoimentos - Guia para Agendas Municipais de Agricultura Urbana e Periurbana	Fundação Getúlio Vargas – Centro de Estudos em Sustentabilidade - FGV EAESP	https://youtu.be/UaoLEfdZ4m0 Publicado em 10 de maio de 2022
15	NAC NOTÍCIA A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) por meio da Incubadora Tecnológica	Rádio Web de Agroecologia/UFRPE Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC)	https://www.facebook.com/radiowebagroecologia/videos/998700227500821/?flite=scwspnss

	de Cooperativas Populares		Publicado em 27 de junho de 2022.
--	---------------------------	--	-----------------------------------

Fonte: O Autor (2023).

A natureza das publicações no processo de pesquisa e aprendizagem da construção do conhecimento interdisciplinar também ganhou divulgação em formatos de resumos, artigos e capítulos de livros em revistas, seminários e congressos nas áreas interdisciplinares e da agroecologia.

Tabela 6 - Publicações realizadas durante o processo de pesquisa e formação interdisciplinar.

Qtde	Publicação	Revista	Resultado	Autoria
01	Artigo completo	Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales (2023)	Publicado	Autor
01	Resumo Simples	VII ENEIS Encontro de Incubadoras e Economia Solidária do Nordeste - INCUBA/UFRB (2021)	Publicado	Co-autor
15	Resumos Simples	3 Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - 3 SEADET – UFRPE (2021)	Publicado	03 como autor e 12 como co-autor
01	Capítulo de Livro	Diálogos e reflexões sobre Agroecologia – UFAPE (2021)	Publicado	Co-autor
01	Capítulo de Livro	Agroindústrias Familiares Experiências de beneficiamento no semiárido nordestino - UFAPE(2022)	Publicado	Autor
01	Artigo completo	International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS) (2022)	Publicado	Autor
01	Artigo	XX Congresso de Extensão, Cultura e Cidadania/UFRPE (2022)	Publicado	Co-autor
01	Capítulo de Livro	Livro Sustentabilidade e Responsabilidade em Foco (2019)	Publicado	Co-autor
01	Artigo completo	XXVII Jornadas Técnicas de SEAE-VI Congresso Valenciano de Agricultura Ecológica (2019)	Publicado	Co-autor
02	Capítulo de Livro	1º Congresso Internacional de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - CIADT e do 7º Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – SEADET – UFRPE (2022)	Aceito para publicação	01 como autor e 01 como co-autor
01	Capitulo de Livro	Livro Coletânea Temas Multidisciplinares pela Home Editora (2023).	Publicado	Autor

01	Capítulo de Livro	Livro Coletânea Temas da Ciência da Educação pela Home Editora (2023).	Publicado	Autor
----	-------------------	--	-----------	-------

Fonte: O Autor (2023).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de tudo, convém afirmar que refletimos aqui, a partir do ponto de vista sociológico, a ação coletiva como dimensão necessária para as diferentes estratégias de construção de conhecimento para transição agroecológica de um território, impulsionado pelos agricultores e agricultoras familiares, organizações da sociedade civil, poder legislativo, gestão pública municipal e instituições de ensino, pesquisa e extensão, e também como princípio básico da sociedade na prática da democracia participativa na construção de políticas públicas territoriais.

A construção da política pública de agroecologia e produção orgânica, um desafio para os municípios, se materializa na medida em que há uma força popular dos atores e organizações e movimentos sociais impulsionando processos de transição agroecológica.

O referencial de ação coletiva na territorialização da agroecologia passa pela quebra de paradigmas frente às concepções convencionais de elaboração e desenvolvimento das políticas públicas. Na prática, esse entendimento ajuda a refletir criticamente sobre como as políticas públicas são articuladas, construídas e operacionalizadas nos territórios.

Compreende-se que a agroecologia nos municípios não pode ser conduzida de forma setORIZADA, como se fosse da responsabilidade de uma secretaria municipal ou de uma coordenação, uma gerência na gestão municipal. Ela precisa ser construída e articulada a partir do compromisso da ação coletiva entre famílias camponesas, organizações da sociedade civil, instituições de ensino, pesquisa e extensão, poder legislativo e a gestão pública de forma articulada e contínua, que se complementam e corroboram com a construção de estratégias municipais coletivas na afirmação da agroecologia como projeto político de desenvolvimento do território.

Essa convicção precisa continuar sendo fruto de novas leituras, estudos, pesquisas e debates.

As estratégias endógenas do processo de transição dependem intrinsecamente da peculiaridade da dinâmica territorial. Os elementos pesquisados revelam que a

transição agroecológica não acontece em curto prazo. A territorialização da agroecologia acontece em níveis graduais, considerando o contexto histórico de lutas e as estratégias coletivas adotadas pelas organizações do território. Essa dimensão precisa ser considerada quando avaliada a configuração dos resultados observados a partir da dinâmica do território.

A experiência desenvolvida em Bonito aponta que foram necessários onze anos (2009 – 2022) para que a construção do conhecimento agroecológico ganhasse corpo e significado no território, em termos de ação coletiva, elevada a construção da Política e do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica no território.

Essa ação, quando realizada de forma coletiva, não só contribui com a ruptura local do modelo desenvolvimentista do urbano industrial, que, em muitos casos, tem centralidade na criação de indústrias e oferta de emprego a uma parcela da população. No entanto, anuncia um projeto de desenvolvimento do território, com base nas dimensões da agroecologia pensada a partir da visão multidimensional na saúde, educação, agricultura, assistência social, infraestrutura, economia, turismo, cultura e meio ambiente.

A evolução da transição agroecológica no município de Bonito parece ter mais resultados quando acompanhada pela incidência política dos atores sociais na articulação com a gestão pública municipal, bem como na força parlamentar dos vereadores. Entendemos que a construção social da agroecologia se amplia ainda mais com os resultados da ação coletiva. Porém ainda persistem como desafio:

- a) A implementação da Lei da PMAPO de forma coletiva com a participação de atores e organizações do território;
- b) A inclusão das ações do Plano de Agroecologia no orçamento público municipal;
- c) A decisão política na execução com prioridade da política de agroecologia pelos gestores públicos municipais.

Apontamos também a importância do processo de construção coletiva a partir da articulação de diferentes estratégias agroecológicas, podendo ser compreendidas no campo da pesquisa, extensão, capacitação, práticas autogestionárias, formação política e emancipatórias das populações do campo e da cidade.

A ação coletiva no fortalecimento da identidade territorial e da agroecologia articula o desenvolvimento com base na sustentabilidade do território, na medida em que a participação dos agricultores e agriculturas familiares, organizações da sociedade civil, instituições de ensino, pesquisa e extensão, poder legislativo e a gestão pública passam a se articular em função de um propósito maior, comum partilhado, fazendo com que as demandas marginais da sociedade sejam ouvidas e priorizadas nas políticas públicas executadas pelo poder público e a sociedade simultaneamente.

Por fim, a construção da agroecologia nos municípios é urgente e necessária. Esta experiência pioneira no estado de Pernambuco deixa como legado a inspiração metodológica e de aprendizagens coletiva para os demais municípios que também avançam na direção da construção da agroecologia como política pública municipal.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2012. 400p.

ALVES, Maria; BURSZTYN, Marcel; CHACON, Suely. **Ação coletiva e delegação de poder no Semiárido Nordeste: papel de lideranças locais e assessores externos numa comunidade rural**. Revista de Economia e Sociologia Rural. Piracicaba – SP, v. 53, n. 3, p. 209-432, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/bRYc4PyLRz4cfCNJqRLRX5j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2022.

AQUINO, Estela; et al. **Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n., p.2423-2446. Jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4BHTCFF4bDq4qT7WtPhvYr/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2023.

ARAÚJO. Renan Soares; BOTELHO. Bruno Oliveira; CRUZ. Pedro José (org.). **Extensão popular: caminhos para a construção de trabalhos sociais emancipatórios e humanizadores**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019. V.2. 229 p.

BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin. **A transição Agroecológica em nós**. In: BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin; BARROS, Edonilce da Rocha (org.). **Agroecologia em nós: diálogos com a Carta Encíclica Laudato Si'**. Salvador – BA: Editora Mente Aberta, 30 de novembro de 2022. 192p.

BONITO. **Lei Municipal Nº 882 de 09 de junho de 2010**. Cria Unidade de Conservação Parque Natural Matas do Mucuri-Hymalaia no Município do Bonito e dá outras providências. Disponível em: <http://www.bonito.pe.gov.br/site2/unidades-de-conservacao/>. Acesso em: 19 jan. 2023.

BONITO. **Lei Municipal Nº 936 de 22 de novembro de 2011**. Cria Unidade de Conservação Monumento Natural Municipal Pedra do Rosário e a Reserva Biológica Mata da Chuva no Município de Bonito e dá outras providências. Disponível em: <http://www.bonito.pe.gov.br/site2/unidades-de-conservacao/>. Acesso em: 19 jan. 2023.

BONITO. Lei Nº 1.054 de 01 de dezembro de 2015. **Dispõe sobre a Política de Educação Ambiental no Município do Bonito e dá outras providências**. Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco. Edição 1.473, 08 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.com.br/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BONITO. Lei Nº 1.257, de 07 de julho de 2021. **Dispõe sobre a criação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PMAPO) e estabelece as diretrizes para o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PLAMAPO)**. Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco. Edição 2.901. 18 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.com.br/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BONITO. Lei Nº 1.258, de 26 de agosto de 2021. **Dispõe sobre a criação da Semana Municipal de Agroecologia de Bonito.** Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco. Edição 2.937, 08 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.com.br/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BONITO. **Lei Orgânica Municipal. Emenda 01/2017 altera o art. 236.** Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco. Edição 2.034, 08 de março de 2018. Disponível em: Disponível em: <https://www.diariomunicipal.com.br/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BOUDON, Raymond; et al. **Dicionário de Sociologia.** Tradução de António J. Pinto Ribeiro. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990. 477p.

BOFF, Leonardo. **As quatro ecologias: ambiental, política e social, mental e integral.** Mar de ideias, 1ª ed. 2012, 56 p.

BRASIL. (2003). **Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.** Brasília: Casa Civil, 2003. Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm. Acesso em: 12 fev. 2023.

BRASIL. (2022). **Municípios com identificação dos agricultores e agricultoras familiares orgânicos com cadastro vinculado as Organizações de Controle Social (OSC) no Território de Pernambuco.** MAPA.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000, **aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2000/decreto-3338-14-janeiro-2000-370307-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006, **aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá Outras Providências.** Diário Oficial da União de 23/06/2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5813.htm. Acessado em: 23 jan. 2023.

BRASIL. Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006. **Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde.** Ministério da Saúde. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.crbm1.gov.br/Portaria%20MS%20971%202006.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. **Resolução de Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária N 1 de 14 de janeiro de 2011.** Ministério da Saúde, Brasília, 2011. Diário Oficial da União nº 11, de 17 de janeiro de 2011. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Resolução de Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária N 185, de 18 de outubro de 2017.** Ministério da Saúde, Brasília, 2017. Diário Oficial da União nº 202, de 20 de outubro de 2017. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro 2010, **dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, **que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica de Dezembro de 2011**, Brasília, 2012. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7794&ano=2012&ato=b87QTUq10MVpWT931>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, **que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, **cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996**, Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htmimpressao.htm. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, Brasília, 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12188-11-janeiro-2010-600192-norma-pl.html>. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.692, de 02 julho de 2003**, que cria o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 11.947, de 16 de junho De 2009**, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 12 abr. 2023.

CAPES. **Produção técnica** - relatório de grupo de trabalho: orientação CAPES. Brasília: CAPES/MEC, 2019.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica**: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. Brasília: 2008. 35p. Disponível em: http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2449.pdf. Acesso em 20 jan. 2023.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Extensão rural e agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Camaragibe, PE: ed. do coordenador, 2015. 503p.

CAPORAL, Francisco Roberto **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. Brasília: 2008. 35p. Disponível em: http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2449.pdf. Acesso em 20 jan. 2023.

CAPORAL, Francisco; COSTABEBER, José; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, Francisco; AZEVEDO, Edisio. **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Curitiba: IFPR, 2011. p. 45-80. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%C3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2022.

CEPAN. Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN). **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Mata da Chuva**. Bonito: PE. Março de 2017a. 161 p. Disponível em: <http://www.bonito.pe.gov.br/site2/unidades-de-conservacao/>. Acessado em: 19 jan. 2023.

CEPAN. Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste. **Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Bonito (PMMA)**. Bonito, 2017b. 126p. Disponível em: <http://www.bonito.pe.gov.br/site2/unidades-de-conservacao/>. Acessado em: 19 jan. 2023.

CEPAN. Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal das Matas do Mucuri-Hymalaia**. Bonito: PE. 2016. 305 p. Disponível em: <http://www.bonito.pe.gov.br/site2/unidades-de-conservacao/>. Acessado em: 19 jan. 2023.

CICONELLO, Alexandre. **A Participação Social como processo de consolidação da democracia no Brasil**. From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World. Case study. Oxfam Internacional, junho de 2008.

COMPESA. **Companhia Pernambucana de Saneamento**. Disponível em: <https://servicos.compesa.com.br/chuvas-dos-ultimos-dias-elevam-o-nivel-de-barragens-em-pernambuco/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. **Transição agroecológica e ação social coletiva**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável; Porto Alegre: v. 1, n. 4,

p. 50-60, out./dez. 2000. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/28.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2022.

COTRIM, Décio; DAL SOGLIO, Fábio. **Construção do Conhecimento Agroecológico: problematizando o processo**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 11, n.3, p. 259 - 271, 2016. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/16772>. Acesso em: 28 dez. 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

CRUZ, Valter. **R-existências, territorialidades e identidades e na Amazônia**. Revista Terra Livre, v. 1, n.26, p. 63-89, Goiânia. 2006. Disponível em: https://territoriosresistencia.files.wordpress.com/2016/03/valter_carmo_cruz_r-existencias-territorialidades-identidades.pdf. Acesso em: 23 de mar. 2022.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológicas**. Florianópolis, SC. Ed. Insultar, EDUEPB. Campina Grande, PB. 2014. 319p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/7hbdtpdf/dagnino-9788578793272.pdf>. Acesso em: 26 de jul. 2023.

DÍAZ BORDENAVE, J. E. **O que é participação social**. Coleção primeiros passos 95. Editora Brasiliense. 8ª ed. São Paulo, 1994.

DUQUE, Ghislaine; MELLO, Antônio; ARAÚJO, Maria. **Ação coletiva e desenvolvimento sustentável**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 26, p. 109-116, Editora UFPR. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22884>. Acesso em: 19 jun. 2022.

FAZENDA, Evani C. A. **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. Cortez Editora. 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2002. 272p.

FETAPE. **Federação Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco**. Pauta completa do grito da terra PE 2017 pdf. Disponível em: https://www.fetape.org.br/imagens/documentos/Pauta_completa_do_GRITO_DA_TERRA_2017.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

FERNANDES, Bernardo. **Políticas públicas e questão agrária: Bases para o desenvolvimento territorial Camponês**. In: Estado, políticas e território. FILHO, Erasmo; PEREIRA, Mirlei; SANTOS, Josefa; CLEPS, Geisa; ANDRADE, Vanilza (Org.). 1 ed. São Paulo, Outras Expressões, 2015, 280p.

FOLGADO, Cleber. **Agrotóxico: um problema invisibilizado**. Caderno de estudo para base I. Brasília – Distrito Federal. MPA e Via Campesina. Abril de 2014. 32p.

FREITAS, André. **Estado, território, ambiente e políticas Públicas: o ordenamento territorial e sua interface ambiental**. In: Estado, políticas e território. FILHO, Erasmo; PEREIRA, Mirlei; SANTOS, Josefa; CLEPS, Geisa; ANDRADE, Vanilza (Org.). 1 ed. São Paulo, Outras Expressões, 2015, 280p.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Coleção Leitura. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro. 1996. 92p.

FUINI, Lucas Labigalini. **O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações**. Geografia, Ensino & Pesquisa, Santana Maria – RS, 2017, vol. 21, n.1, p. 19-29. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/22589/pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.

GASPAR, Lúcia. **Sebastianismo no Nordeste brasileiro**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2009. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=419&Itemid=1. Acesso em: 19 jan. 2023.

GAZOLALLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. **Cadeias custas e redes agroalimentares: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre. Editora UFRGS. 2017, 520p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232245>. Acesso em: 23 mar. 2022.

GIFTED, Álaze Gabriel. **Os três Pilares da Metodologia da Pesquisa Científica: uma revisão da literatura**. Revista Acadêmica de Formação de Professores. v.1, n.1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php/formacao/article/view/531/509>. Acesso em: 30 mar. 2021.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Atlas, 6 ed. São Paulo, 2008. 200p.

GUTIÉRREZ, Marta; SUÁREZ, Maria; VILLALBA, Ana. **Producir y comercializar en pandemia: estrategias emergentes de los agricultores familiares en Santiago del Estero durante 2020**. Revista Trabajo y Sociedad, v. 22, n. 37, p. 13-30. 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1514-68712021000200013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 23 mar. 2022.

HAZARD, Laurent; MAGRINI, Marie-Benoît; MARTIN, Guillaume. **Transition agroécologique**. Définition. Dictionnaire d'agroécologie. 2023. Disponível em: <https://dicoagroecologie.fr/dictionnaire/transition-agroecologique>. Acesso em: 02 jul. 2023.

HOLT GIMENEZ, Eric. **Campesino a campesino: voces de latinoamérica, movimiento campesino para la agricultura sustentable**. Managua: SIMAS, 2008. p. 294.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Cidades**. Mapas de Pernambuco. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/bonito/panorama>. Acesso em: 14 dez. 2021.

IBGE. Instituto Nacional de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010>. Acesso em: 15 jan. 2022.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Bonito, 2023. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 19 jan. 2023.

LOVATTO, Amanda et al. **Relacionamento e fidelização entre agricultores e consumidores em grupos de venda direta de alimentos agroecológicos em Florianópolis-SC**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 59, n.3, e227676. 2021. Disponível em: <https://www.revistasober.org/article/10.1590/1806-9479.2021.227676/pdf/resr-59-3-e227676.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2022.

MAPA. (2009). **Instrução Normativa Nº 19 de 28 de maio de 2009** [Brasília: Gabinete do Ministro (MAPA), 2009.]. http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/development/the-world-economy_9789264022621-en#.WQjA_1Xyu70%23page3%0Ahttp://www.sciencemag.org/cgi/doi/10.1126/science.1191273%0Ahttps://greatergood.berkeley.edu/images/application_uploads/Diener-Subje

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. **Dossiê agronegócio e meio ambiente. Agricultores familiares e os desafios da transição**. Revista UFG, ano XI, n. 7, dez. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/download/48253/23608/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

MEDEIROS, Alzira.; SOUZA, Aline.; ALVES, Raimundo. **Coletânea Educação Popular e Economia Solidária no Nordeste**. Caderno Pedagógico: economia solidária e agroecologia. Recife: MXM Gráfica e Editora, 2018.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Atores, Conflitos e Políticas públicas para o Campo no Brasil Contemporâneo**. Dossiê Caderno CRH, Salvador, v. 34, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/43440>. Acesso em 12 fev. 2023.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94, e329402. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2022.

MOLINA, Manuel González de. *et al.* **Introducción a la agroecología política**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021. 261 p. Disponível em: <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2022/01/Introduccion-agroecologia.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2023.

MOREIRA, Sarah.; JOMALINIS, Emilia.; ALMEIDA, Marcelo. Caderno 1: **Estado e políticas públicas. Coleção agroecologia e políticas públicas: subsídios para a incidência nos municípios**. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2021. 35p. Disponível em:

<https://agroecologia.org.br/2022/01/28/colecao-agroecologia-e-politicas-publicas-subsidios-para-a-incidencia-nos-municipios/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

MOURA, Amanda.; MOREIRA, Sarah; ALMEIDA, Marcelo. **Entre desmontes e resistências: uma análise de políticas públicas e normativas estaduais que fortalecem a Agroecologia**. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2022. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2022/11/28/entre-desmontes-e-resistencias/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MOURA, Abdalaziz de. **Princípios e fundamentos da proposta de apoio ao desenvolvimento sustentável (PEADS):** uma proposta que revoluciona o papel da escola diante das pessoas, da sociedade e do mundo. Glória do Goitá: SERTA, 2003. 210p.

NIEDERLE, Paulo. **Políticas alimentares integradas e a construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e justos**. Série Futuros Alimentares Sustentáveis. Porto Alegre: Sopas, Ibirapitanga, 2023, 25 p.

NORONHA, Gustavo Souto; MALUF, Renato Sergio; CASTRO, Leonardo; NORONHA, José Carvalho de; DELGADO, Nelson Giordano; GADELHA, Paulo. **Alimentação e nutrição no Brasil: perspectiva na segurança e soberania alimentar**. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, edições livres, 2023, 452 p.

PÁTARO, Ricardo; BOVO, Marcos. **Interdisciplinaridade como possibilidade de diálogo e trabalho coletivo no campo da pesquisa e da educação**. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 4, n. 6, 2012. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180424051240id_/http://fecilcam.br/revista/index.php/nupem/article/viewFile/191/160. Acesso em: 23 jan. 2023.

PERNAMBUCO. Lei Nº 17.158, de 8 de janeiro de 2021. **Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e estabelece as diretrizes para o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco**. Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/>. Acesso em 23 de março de 2022.

PERNAMBUCO. Decreto Nº 46.857, de 7 de dezembro de 2018. **Institui Comissão Estadual para o desenvolvimento do Plano de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco, no âmbito da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária**. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2018. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=6&numero=46857&complemento=0&ano=2018&tipo=&url=>. Acesso em: 11 jun. 2023.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. UFRGS, 1º edição. Porto Alegre, 2008, 376p.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria. **O Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI**. Record, 9º edição. Rio de Janeiro, 2006. 471p.

SANTOS, Milton. **O retorno dos territórios.** In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria; SILVEIRA, Maria. Território Globalização e Fragmentação. Edital Hucitec, 4ª ed. São Paulo, 1998, 332 p.

SÃO PAULO. **Lei Nº 16.684, de 19 de março de 2018. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, e dá outras providências.** Assembleia Legislativa de São Paulo, março de 2018. Diário Oficial. Volume 128 • Número 51 • São Paulo, terça-feira, 20 de março de 2018. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2018/lei-16684-19.03.2018.html>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SÃO PAULO. **Resolução Conjunta SAA/SIMA/SJC Nº 01, de 15 de fevereiro de 2022.** Diário Oficial Estadual em 03 de fevereiro de 2022. Seção I, p.48. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/sites/40/2022/02/resolucao-conj.-saa-sima-sjc-01-de-15-02-2022.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SCHMITT, Claudia; NIEDERLE, Paulo; ÁVILA, Mario; SABOURIN, Eric; PETERSEN, Paulo; SILVEIRA, Luciano; ASSIS, William; PALM, Juliano; FERNANDES, Gabriel. **La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas em favor de la Agroecología.** In: Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y El Caribe. Eric Sabourin ... [et al.] (organizadores). Porto Alegre, Evangraf / Criação Humana, Red PP-AL: FAO, 2017. 412p.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.168p.

SILVA, Paulo. **A ação coletiva: o desafio da mobilização.** Revista Movimentos Sociais & Dinâmicas Espaciais. Recife. V. 7, N. 2. 2018, p. 62-87. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/238618>. Acesso em: 23 mar. 2022.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político.** Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes (Coleção Sociologia). Rio de Janeiro, 2009. 45 p.

TORO, José.; WERNECK, Nisia. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação.** Autêntica. Belo Horizonte. 2004. 104p.

TROVATTO, Cássio M. M.; BIANCHINI, Valter; SOUZA, Cláudia de; MEDAETS, Jean Pierre; RUANO, Onaur. **A construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica: um olhar sobre a gestão do primeiro plano nacional de agroecologia e produção orgânica.** Brasília, IPEA, 2017, p. 87-116. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8806>. Acesso em: 20 fev. 2023.

THIOLLENT, Michael. **Metodologia da pesquisa ação.** 12ª edição. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

GILES, Thomas Ransom. **Introdução à filosofia.** São Paulo: EPU/USP, 1979. 324 p.

APÊNDICE



Apêndice A

TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Participação Social, Construção do Conhecimento e Território: Analisando as Estratégias de Transição Agroecológica no Município de Bonito/PE.

Pesquisador responsável: Paulo José de Santana.

Instituição/Departamento de origem do pesquisador: Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

Telefone para contato: (81) 9.9906-9244

E-mail: paulosantanaec@gmail.com

O pesquisador do projeto supramencionado assume o compromisso de: Garantir que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFRPE e que os dados coletados serão armazenados pelo período mínimo de 05 anos após o término da pesquisa;

Preservar o sigilo e a privacidade dos voluntários cujos dados serão estudados e divulgados apenas em eventos ou publicações científicas, de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificá-los;

Garantir o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais, além do devido respeito à dignidade humana;

Garantir que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;

Assegurar que os resultados da pesquisa serão anexados na Plataforma Brasil, sob a forma de Relatório Final da pesquisa;

Recife, 20 de novembro de 2020.

PAULO JOSÉ DE SANTANA
Assinatura Pesquisador Responsável



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



Programa de Pós-Graduação
**AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL**

Apêndice B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Baseado nas diretrizes contidas na resolução Conselho Nacional de Saúde (CNS) Nº466/2012, Ministério da Saúde (MS).

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa **“Participação Social, Construção do Conhecimento e Território: Analisando as Estratégias de Transição Agroecológica no Município de Bonito/PE”**, que está sob a responsabilidade do pesquisador PAULO JOSÉ DE SANTANA do Curso de Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco, com endereço na Rua São Roque, 45, Loteamento Santo Antônio, Glória do Goitá – PE, CEP: 55.620.000, contato: (81) 9.9906-9244. Também participam desta pesquisa os pesquisadores: Prof^o Dr^o Luciano Pires de Andrade, contato: (87) 3831-1927, e-mail luciano.andrade@ufape.edu.br, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Av. Bom Pastor, s/n, Boa Vista, Garanhuns/PE, CEP 56.900-000. O Prof^o Dr^o José Nunes da Silva, e-mail: zenunes13@yahoo.com.br, contato (81) 9.9405 – 1070 e estão sob a orientação de: Prof^a. Dr^a Ana Maria Dubeux Gervais, e-mail: anadubeux66@gmail.com.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

- **Descrição da pesquisa.** A pesquisa tem o objetivo analisar o processo de construção do conhecimento agroecológico, observando as diferentes estratégias de transição agroecológica, a participação social e a incidência dos atores públicos e privados e suas organizações, no sentido de perceber o fortalecimento da identidade territorial e da agroecologia no município de Bonito-PE.
- **Esclarecimento do período de participação do voluntário na pesquisa, início, término e número de visitas para a pesquisa.** Sua participação será neste momento de entrevista, registrada em questionário, pelas respostas de questões diretas com duração, aproximadamente, 15 minutos sobre as condições das residências desta comunidade. Suas respostas serão utilizadas apenas pelos pesquisadores para análise dos resultados, onde estima-se até 2 anos para concluir a investigação.
- **RISCOS diretos para o voluntário.** A princípio considera-se como risco o contexto atual de propagação da pandemia da Covid-19, frente as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), e as restrições estabelecidas pelas autoridades estaduais e municipais de saúde. Realidade que poderá interferir nos procedimentos de visita as comunidades, desenvolvimento de entrevistas e acompanhamento das atividades. Destaca-se que diante desse cenário de saúde pública será adotado rigorosamente todas as medidas de segurança frente à Covid-19. Como medida de prevenção durante o desenvolvimento da pesquisa com protocolos de segurança, os quais destacam-se como medida o distanciamento social, o uso de máscaras, a higienização das mãos com aplicação de álcool 70° e a adoção de canetas para uso individual. Também serão adotados cuidados na orientação sobre a participação de pessoas nas atividades de pesquisa com sinais de gripe, dores no corpo, garganta ou na cabeça, febre, diarreia, etc.
- **BENEFÍCIOS diretos e indiretos para os voluntários.** A realização da presente pesquisa beneficiará: 1) Agricultores/as; 2) Atores/as e organizações sociais, públicas e privadas; 3) Políticas públicas municipais; e 4) Território, conforme os indicativos a seguir:
 - Agricultores e agricultoras do município serão beneficiados com os conhecimentos gerados pela pesquisa sobre a transição agroecológica, a partir de suas práticas, destacando ainda que as diferentes estratégias observadas poderão servir como inspiração pedagógica para as demais unidades familiares que ainda fazem uso de práticas convencionais de manejo produtivo no município;
 - Atores e organizações sociais, públicos e privados, serão beneficiados com a sistematização da pesquisa, que poderá trazer aspectos importantes para processos de avaliação de suas atuações no

território e, conseqüentemente, contribuir para aprimoramentos na continuidade do processo de transição agroecológica no município;

- As políticas públicas municipais, serão beneficiadas com a discussão, elaboração, aprovação e sanção do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, com indicativos de ações prioritárias e recursos pactuados para serem executados;
- O Território, será beneficiado com a experiência desenvolvida e sistematizada, fortalecendo a identidade territorial no município de Bonito, servindo como referência para os demais municípios do Estado de Pernambuco.

- **Medidas de Prevenção sobre a Perda de Dados.** Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Assegurando a confidencialidade das informações coletadas a partir dos preceitos éticos previsto em resolução específica. Os dados coletados nesta pesquisa, ficarão armazenados em arquivos, assegurados no formato físico e digitalmente: 1) criação de um drive em conta de e-mail; e 2) Guarda em HD externo, armazenado na sede do SERTA localizado no município de Glória do Goitá, sob a responsabilidade de Paulo José de Santana, pelo período mínimo de 5 anos. Podendo ser mantido durante esse período, disponível ao Comitê de Ética em pesquisa da UFRPE.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua **participação** serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFRPE no endereço: Rua Manoel de Medeiros, S/N Dois Irmãos – CEP: 52171-900 Telefone: (81) 3320.6638 / e-mail: cep@ufrpe.br (1º andar do Prédio Central da Reitoria da UFRPE, ao lado da Secretaria Geral dos Conselhos Superiores). Site: www.cep.ufrpe.br.

PAULO JOSÉ DE SANTANA
Assinatura do Pesquisador Responsável

Consentimento da participação da pessoa como voluntário(a)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado pela pessoa por mim designada, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo “**Participação Social, Construção do Conhecimento e Território: Analisando as Estratégias de Transição Agroecológica no Município de Bonito/PE**”, como voluntário(a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido(a) pelo(a) pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Sendo o caso, por solicitação de _____, que é (deficiente visual ou está impossibilitado de assinar), eu _____, assino o presente documento que autoriza a sua participação neste estudo.

Bonito/PE, _____ de _____ de _____

 Assinatura

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

Apêndice C**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO PARA OS SUJEITOS POLÍTICOS**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - PPGADT

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA AS ORGANIZAÇÕES
COMO SUJEITOS POLÍTICOS ATUANTES NO TERRITÓRIO DE BONITO –
ATORES PÚBLICOS, PRIVADAS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS****Identificação**

Instituição:

Cargo/Instituição:

- 1) Qual o ano e contexto de atuação no território de Bonito?
- 2) Como você e sua organização contribuíram para a transição agroecológica em Bonito?
- 3) Quais as estratégias utilizadas no território de Bonito para estimular a transição agroecológica?
- 4) Que tipo de mobilização/organização você enxerga como fundamentais para conseguir incidir na Política Municipal de Agroecologia de Bonita/PE?
- 5) Você acha que a participação da sociedade (agricultores, consumidores, gestores públicos) ajuda na consolidação da transição agroecológica da cidade como um todo? Por quê?
- 6) Você considera importante os espaços coletivos (fóruns, reuniões, audiências públicas, etc) para consolidar a transição agroecológica em Bonito? Aprendemos algo nesses espaços?
- 7) Quais as principais dificuldades enfrentadas para consolidar a agroecologia em Bonito?
- 8) Diante da experiência com a transição agroecológica, cite, até quatro pontos, que não podem ficar de fora de uma Plano Municipal de Agroecologia de Bonita/PE? Qual sua expectativa?

- | | | |
|------------------------------------|---|---|
| <input type="checkbox"/> Herança | <input type="checkbox"/> Parcela da reforma agrária/INCRA | <input type="checkbox"/> Terra quilombola |
| <input type="checkbox"/> Arrendada | <input type="checkbox"/> Cedida | <input type="checkbox"/> Outra, qual: |
| <input type="checkbox"/> Doadada | <input type="checkbox"/> Espaço agricultável urbano | |

1.9 Tamanho da propriedade onde reside ou trabalha (Explicitar o tamanho ao lado)

- | | | |
|--|---|---|
| <input type="checkbox"/> Até 1 hectare | <input type="checkbox"/> De 3 a 5 hectares | <input type="checkbox"/> De 10 a 20 hectares |
| <input type="checkbox"/> De 1 a 3 hectares | <input type="checkbox"/> De 5 a 10 hectares | <input type="checkbox"/> Acima de 20 hectares |

2. Influência das Políticas Públicas no Processo de Transição Agroecológica

2.1. Acesso aos Instrumentos de aptidão as Políticas Públicas

- Acesso a DAP – Declaração de Aptidão ao Programa da Agricultura Familiar – PRONAF, em suas diversas modalidades.
- Acesso ao Cadastro Ambiental Rural – CAR.
- Acesso ao processo de adequação as conformidades da agricultura orgânica.

2.2. Acesso as Políticas Públicas

- Acesso aos Crédito do Pronaf (A, A/C, B e V)
- Acesso aos Crédito do Pronaf (Mulher)
- Acesso aos Crédito do Pronaf (Jovem)
- Acesso aos Crédito do Pronaf (agroecologia)
- Acesso ao Seguro Safra
- Acesso ao Programa de Aquisição de Alimentação - PAA
- Acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
- Acesso a Cisterna P1MC
- Acesso a Cisterna P1+2
- Aposentadoria Rural
- Acesso a bolsa família
- Acesso a Minha Casa Minha Vida Rural
- Acesso a outra, qual _____

3. Participação Social

- Sócio de Associação Local, qual:
- Sócio de Cooperativa, qual:
- Sócio ONG/OSCIP, qual:
- Dirigente de Associação/Cooperativa/ONG, qual:
- Dirigente Sindical, qual:
- Sócio do Sindicato dos Trabalhadores, qual:
- Dirigente ou membro de Movimento Social local ou territorial (Mulheres, juventude, reforma agrária...), qual:

- () Membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- () Membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente
- () Outra, qual:

4. Processo de transição agroecológica

- 4.1 Como surgiu o processo de transição agroecológica na sua unidade Familiar?
- 4.2. Quais os fatores que motivaram o início dessa mudança?
- 4.3 O que você aprendeu desde que iniciou o processo de transição agroecológica? Onde e como aprendeu (práticas e ecotecnologias agroecológica)?
- 4.4 A organização da associação e do mercado da vida lhe ajudaram na transição agroecológica? Como?
- 4.5 A participação em atividades do tipo reuniões, audiências públicas, fóruns, seminários, etc. contribuíram em seu processo de transição agroecológica? Como?
- 4.6 Bonito mudou depois do Mercado da Vida? Você acha que as atividades lá desenvolvidas ajudaram a população a entender e aplicar a agroecologia em sua vida? Como?

5. Os atores envolvidos no processo de transição

- 5.1. Quais organizações participaram do processo de transição? Quais ações foram realizadas por cada um deles?
- 5.2. Como você analisa a participação dessas organizações no processo de transição?
- 5.3 Você acha que a prefeitura é importante para ampliar e consolidar a transição agroecológica em Bonito? Por quê?
- 5.4 Que dificuldades existem para que Bonito seja ainda mais agroecológico? O que você acha que deveria ser feito para superá-las?
- 5.5. Quais produtos são produzidos na sua Unidade Familiar?
- 5.6. Que tipo de mobilização/organização você enxerga como fundamentais para conseguir incidir na Política Municipal de Agroecologia de Bonita/PE?
- 5.7. Diante da experiência com a transição agroecológica, cite, até quatro pontos, que não podem ficar de fora de uma Plano Municipal de Agroecologia de Bonita/PE? Qual sua expectativa?

ANEXO

Anexo I: Certificado de Voto de Aplauso da Câmara Municipal Vereadores de Bonito/PE

Anexo II: Pauta Elaborada pelo 6º Grito da Terra em Pernambuco



**6º GRITO DA TERRA
PERNAMBUCO**

*NÃO SE IGNORA UM POVO QUE PRODUZ A
RIQUEZA DO SEU ESTADO, DO SEU PAÍS*

Pauta de Reivindicações/2017

FETAPE  STR  CONTAG  CUT   ASA  SERPA  PT           

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Grito da Terra Pernambuco é um importante instrumento do Movimento Sindical Rural e seus parceiros, na luta por políticas públicas que criem as condições necessárias à produção de alimentos de qualidade e ao desenvolvimento sustentável do campo.

A pouca atenção do Governo do Estado às pautas da agricultura familiar, notadamente à pauta apresentada no 5º Grito da Terra Pernambuco, no ano de 2015, não diminui em nada a importância desse grande ato e nos impulsiona, como FETAPE, a continuarmos mobilizando os/as agricultores/as familiares, assalariados/as rurais, sindicatos filiados e um conjunto de movimentos e organizações que atuam no campo (FETAPEPE, Contag, CUT, Instituto Manoel Santos, ASA Pernambuco, MST, CPT, Coopapel, Cáritas Regional NEII, Sertão, Centro Sabiá), com o objetivo de pautar políticas públicas com ações estratégicas voltadas ao acesso à terra, água, assistência técnica adequada, educação do campo, saúde para as populações do campo, segurança pública, entre outras não menos importantes.

O **6º Grito da Terra Pernambuco** é motivado, também, pelo golpe parlamentar sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff, pela luta contra as Reformas da Previdência e Trabalhista e todas demais iniciativas que visem retirar direitos adquiridos durante anos de luta da classe trabalhadora; e, ainda, por uma completa falta de prioridade de investimento do Governo do Estado de Pernambuco, na execução de ações voltadas ao fortalecimento da Agricultura Familiar, traduzida nos números abaixo.

Considerando os dados apresentados pelo Portal da Transparência do Governo do Estado e Tome Conta do TCE, referente aos anos de 2014 e 2016, a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - SARA (juntamente com suas vinculadas) teve sua receita (arrecadação) reduzida em 43,88% e os recursos desembolsados (custeio e investimentos) foram reduzidos em 48,58%, enquanto a arrecadação do Estado teve acréscimo de 5,66% em 2016 com relação a 2014 e os recursos desembolsados foram aumentados em 0,98%.

Destaca-se nesse contexto e nesse mesmo comparativo, que a arrecadação de receitas do Prorural foi reduzida em 76,74%, enquanto que a do IPA diminuiu 47,83%, com impacto direto nas ações de apoio às cadeias produtivas da agroindústria familiar e muito fortemente na Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.

Por tudo isso, no dia 17 de abril de 2017, milhares de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, vindos de todas as regiões de Pernambuco, estarão nas ruas do Recife para reivindicar, do Governo do Estado, abertura de diálogo e retorno sobre a pauta apresentada a seguir.



PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

1. REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A Reforma da Previdência, da forma como foi apresentada ao Congresso pelo Governo Michel Temer, trará enorme prejuízo para milhares de pessoas do campo pernambucano, especialmente agricultores e agricultoras familiares, visto que esses iniciam suas atividades muito cedo, trabalhando, em média, 45 anos.

Conforme a Constituição Federal de 1988, nos seus Artigos 195 e 201, as mulheres trabalhadoras rurais podem se aposentar com a idade mínima de 55 anos, e os trabalhadores rurais com 60 anos, sendo 15 anos de contribuição ou comprovação de atividade rural. Com a Reforma apresentada pelo Governo Federal, a idade mínima será de 65 anos para homens e mulheres e o tempo mínimo de contribuição de 25 anos. A proposta ainda prevê a redução dos salários e o fim das pensões. Um conjunto de ações que condena milhões de pessoas, em todo o país, à própria sorte, pois vivendo em condições precárias, e sem acesso a políticas públicas adequadas e programas sociais, muitas morrerão antes de fazer jus a sua aposentadoria.

Somos contra a Reforma da Previdência porque ela acaba com a própria Previdência Pública. Jamais aceitaremos a elevação da idade mínima para 65 anos, nem o tempo de contribuição de 49, para receber o benefício integral da aposentadoria. Não aceitaremos, também, a mesma idade e condições para homens e mulheres se aposentarem. Somos contra essa reforma da Previdência, entre outros motivos, porque a alegação de que há um rombo nas contas da previdência pública é falsa (CUT/PE).

Portanto, considerando o importante papel dos deputados federais no debate e rejeição da reforma proposta pelo Governo Michel Temer, propomos:

1.1 Que o governador Paulo Câmara construa, junto à bancada de Deputados Federais de Pernambuco, posição consensuada contra a Reforma da Previdência, demonstrando claramente defesa dos interesses dos agricultores e agricultoras familiares, assalariados e assalariadas rurais e demais categorias de trabalhadores diretamente atingidos pela proposta.

2. SECA

A seca, iniciada em 2011, continua a causar prejuízos em todas as regiões do estado, mesmo diminuindo sua intensidade a partir de 2014. Dados das campanhas de vacinação da ADAGRO indicam uma redução em torno de 18% do rebanho bovino de 2011 para 2015. Apesar da falta de dados oficiais sobre o impacto da seca na produção da agricultura familiar, é de conhecimento de todos que as produções de feijão, milho, mandioca, frutas, leite e aves tem caído significativamente nos últimos anos. O acesso à água no meio rural tem sido uma luta árdua e já incorporada no cotidiano de milhares de famílias do semiárido pernambucano, essencialmente onde o atendimento por carro-pipa não tem chegado ou não é suficiente para a demanda das famílias.



No entanto os investimentos do Estado não demonstram prioridade quanto a execução de ações voltadas para minimizar os efeitos da seca. Os dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado (Tome Conta), relativos à execução financeira, mostram que o *Programa de Apoio a Convivência com o Semiárido* teve seus recursos desembolsados (custeio e investimento), em 2016, reduzidos em 57,18%, em relação ao ano de 2014. O mesmo ocorre com o *Programa de Melhoria da Infraestrutura e dos serviços Básicos no Meio Rural*, que teve seus gastos reduzidos em 71,35%, e de *Inclusão Produtiva do Homem do Campo*, que teve uma redução de 78,3% em 2016, com relação ao ano de 2014.

O Boletim de Informe e Previsão Climática, publicado pela APAC em 24 de março/17, resultado da Reunião de Análise e Previsão Climática, indica que a **previsão é de chuvas abaixo da média normal climatológica em todo o estado de Pernambuco**, para o próximo trimestre (abril, maio e junho). Esse período coincide com o final do período de chuvas do Sertão, onde no último trimestre (D/J/F) já se apresentou abaixo da média histórica, e o início das chuvas do Agreste, que podem não ser suficientes para recuperação dos mananciais e formação de pastagens para os animais. Portanto, diante do quadro atual e do cenário que se apresenta de continuidade da seca, que chega ao seu sexto ano consecutivo, propomos:

2.1 Garantir, conforme já prometido, a realização de reuniões mensais do Comitê Estadual de Convivência com a Seca, consolidando-o como espaço de diálogo e planejamento de ações para redução dos impactos da Seca no estado de Pernambuco;

2.2 Intensificar as Ações Emergenciais, com recursos do FECEP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza, priorizando:

- a) A **distribuição de água**, por meio de carros-pipa, a partir de um levantamento da atual demanda dos municípios, tendo como base o número de carros utilizados no período mais intenso da seca (2011 a 2014);
- b) Assegurar o **suporte forrageiro**, especialmente para o rebanho bovino, a partir da ampliação dos pontos de venda de milho da CONAB, de seis (Araripina, Salgueiro, Petrolina, Garanhuns, Afogados da Ingazeira e Sertânia) para dez (Incluir Floresta, Caruaru, Serra Talhada e Bodocó), considerando as regiões com maior rebanho e atendendo a todas as regiões do Estado; e retomar o programa de **aquisição e distribuição de palha de cana-de-açúcar**, atendendo a demanda das duas principais bacias leiteira do Estado – Agreste Meridional e Sertão do Araripe;
- c) Intensificar os investimentos na **perfuração de poços** tubulares, bem como fazer a instalação de sistema de bombeamento em poços que se encontram subutilizados por falta de sistema de bombeamento de água.

2.3 Ampliar os investimentos em Ações Estruturantes, prioritariamente em infraestruturas hídricas (tecnologias sociais, açudes e barragens de médio e grande porte, adutoras e perfuração de poços), com vistas a dotar os municípios e comunidades rurais de melhores condições para a convivência com o semiárido. Nesse sentido é importante priorizar:

- a) A conclusão da Adutora do Agreste;
- b) A ampliação do Programa Cisternas, primeira e segunda água;
- c) Perfuração e instalação de poços tubulares; e



- d) Deliberar, de forma imediata, sobre a contratação e execução do **Caráter Produtivo** (em atraso desde 2011), no âmbito do Projeto Pernambuco Mais Produtivo (segunda água), executado em parceria com diversas organizações integrantes da Articulação do Semiárido – ASA-PE.

3. SEGURANÇA PÚBLICA

O Estado Pernambuco vive um momento de preocupação, no que diz respeito à segurança pública. A mídia tem evidenciado e a sociedade tem vivenciado, no seu cotidiano, o aumento da criminalidade, e os números não nos deixam mentir. O sociólogo José Luiz Rattton, Coordenador do Núcleo de Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas da UFPE e professor de sociologia, em entrevista ao Jc OnLine, afirmou que o Pacto Pela Vida está fadado ao fracasso, e é urgente sua reestruturação.

Segundo Rattton, entre os anos de 2013 e 2016 houve um aumento de 38,7% na taxa de homicídios do estado, sendo o pior resultado da história do Pacto pela Vida, criado em 2007. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, em 2016, em Pernambuco, foram 21 ações de violência no campo (agressão, ameaça de morte, prisão, tentativa de assassinato e assassinatos) relacionadas a conflitos agrários na luta pelo direito de acesso à terra.

A FETAPE acompanha com preocupação esse cenário de violência, entendendo que não é um fenômeno meramente urbano e localizado na Região Metropolitana, mas que também se estende ao interior do estado e ao meio rural, atingindo, de forma mais contundente, as famílias em situação de vulnerabilidade social. Exemplo disso é o impacto na vida das pessoas do fechamento das agências bancárias em diversas cidades do interior, em função de assaltos, visto que precisam se deslocar para as cidades vizinhas para acessarem a aposentadoria, benefícios sociais, o Garantia Safra ou mesmo acessar o crédito.

Outra questão que, para nós, é preocupante é o fato de não termos os dados reais dos CVLIs (crimes violentos letais intencionais), entre outras tipificações, nas áreas rurais. O que implica tanto no aumento da criminalidade, quanto na ausência de uma política direcionada a essa população, especialmente às pessoas idosas. Diante desse cenário, faz-se necessário:

3.1 Promover uma ampla reestruturação no Programa Pacto pela Vida, incorporando ações voltadas para o meio rural, a exemplo da Patrulha Rural e formação de Núcleos Comunitários de Segurança no Campo, entre outras ações discutidas com os Movimentos Sindical Rural e Sociais.

4. PROGRAMA CHAPÉU DE PALHA

O Programa Chapéu de Palha tem uma enorme importância para os trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados/as, no período da entressafra da cana-de-açúcar, da fruticultura irrigada e da pesca artesanal, porém, encontra-se com o valor da Bolsa Auxílio defasado. Inicialmente, a proposta acordada com o Movimento Sindical e o então Governador

Eduardo Campos na implantação do programa, em abril de 2007, foi de que a Bolsa Auxílio seria de meio salário mínimo para famílias não cadastradas no Programa Bolsa Família, e para os beneficiários do Bolsa Família seria feito uma complementação financeira até chegar ao teto de meio salário mínimo, no valor de R\$ 190,00, naquele ano, conforme mencionado na Lei nº 13.244 de 11 de junho de 2007, em seu artigo 6º e parágrafos 2º e 3º.

Nota-se, portanto, que o último ajuste vinculado ao salário mínimo se deu em fevereiro de 2009, quando ajustado para R\$ 232,50 (metade do mínimo). O ajuste seguinte, ocorrido em 2014, chegando ao valor atual de R\$ 246,45 (ajuste de 6%), não considerou a vinculação com o salário mínimo. Mantendo a lógica inicial acordada com o Movimento Sindical, o valor real da Bolsa Auxílio do Programa Chapéu de Palha deveria ser de **R\$ 458,50**. Desse modo, enquanto a variação do Salário Mínimo, no período 2007 a 2017, foi de 146,58%, a variação da Bolsa Auxílio do Chapéu de Palha, no mesmo período, foi de apenas 29,71%, apresentando uma defasagem de 116,87%. Diante dos fatos expostos, propomos:

4.1 Desvincular o teto da Bolsa Auxílio do Programa Chapéu de Palha do Programa Bolsa Família, de modo que todas as famílias cadastradas recebam o valor integral do auxílio;

4.2 Ajustar o valor do teto da Bolsa Auxílio do Programa Chapéu de Palha para meio Salário Mínimo, elevando dos atuais R\$ 246,45 para **R\$ 468,50**.

5. REESTRUTURAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DA ZONA DA MATA

Defendemos a discussão em torno de uma nova dinâmica produtiva na Zona da Mata, focada no fortalecimento da agricultura familiar, superando a hegemonia do monocultivo da cana-de-açúcar, da concentração de terras, da degradação ambiental e precarização da vida das pessoas. Nessa perspectiva, em 2013, a Fetape e um conjunto de Movimentos e Organizações Sociais apresentaram as Diretrizes para a Reestruturação Socioprodutiva da Zona da Mata, com o objetivo de pautar o poder público para a criação e implementação de um Plano de Reestruturação Socioprodutiva para essa região, considerando os/as assalariados/as rurais, agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária e as populações tradicionais, e com a participação dos movimentos sociais e sindicatos do campo, pastorais e organizações não governamentais. Portanto, propomos:

5.1 Editar um Decreto criando uma **Comissão Multisetorial** com representação do Governo, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, dando-lhe atribuições para construção de uma Política e do Plano de Reestruturação Socioprodutiva da Zona da Mata.

6. POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

No ano de 2013, o Governo do Estado sancionou a Lei nº 14.922, de 18 de Março de 2013, que institui a *Política Estadual de Convivência com o Semiárido*. Nesse mesmo período, o Governo do Estado promoveu diversas conferências regionais e uma conferência estadual, que culminou com o lançamento do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido. Nesse mesmo período, a Fetape se reuniu com Movimentos e Organizações Sociais de vários estados do



Nordeste e a Arquidiocese de Olinda e Recife para a construção das Diretrizes para a Convivência com o Semiárido, resultando na publicação de um documento, que foi lançado naquele mesmo ano com o apoio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – Regional NE2. Considerando, portanto, que esses processos, que culminaram na formulação de uma política e de um plano estadual e num conjunto de diretrizes para a convivência com o semiárido, ocorreram de forma paralela, e não suficientemente dialogada, propomos:

6.1 Realizar uma Conferência Estadual de Convivência com o Semiárido, no segundo semestre de 2017, para revisão da Política e do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido de forma que sejam atualizados e aperfeiçoados e efetivamente incorporados e executados pelo Governo do Estado.

7. AGROECOLOGIA

A Agroecologia vem se firmando e se consolidando como referência de um modo de vida com qualidade, para a produção de alimentos e uma relação equilibrada com o ambiente. Ela permite o desenvolvimento sustentável da agricultura, um progresso em direção a sistemas alimentares inclusivos e eficientes e a promoção do círculo virtuoso entre a produção de alimentos saudáveis e proteção dos recursos naturais (FAO, 2015). Para a ONU, é primordial orientar a agricultura para os modos de produção que sejam mais ambientalmente sustentáveis e socialmente justos.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO - e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO - retratam os avanços do Brasil para a consolidação da Agroecologia como meio de produção de alimentos saudáveis. Entendemos que Pernambuco precisa se incorporar a essa dinâmica e adotar políticas públicas que efetivamente favoreçam a agroecologia como alternativa de produção. Para isso, propomos:

7.1 Editar um Decreto instituindo uma Comissão Estadual com representação do Governo, Movimentos Sociais e Organizações da Sociedade Civil, dando-lhe atribuições para construção de uma Política e do Plano de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco.

8. SECRETARIA EXECUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A Secretaria Executiva da Agricultura Familiar se encontra em situação de completo abandono, totalmente sucateada em relação à equipe, infraestrutura e recursos para custeio de suas ações. A SEAF é resultado de ampla negociação entre o Governo do Estado e diversas organizações e movimentos sociais com o propósito de assegurar um espaço de discussão, proposição e execução de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da Agricultura Familiar, respaldando a importância que esse segmento representa na geração de emprego, renda e produção de alimentos. Esse propósito não está dado e seu objetivo não está sendo alcançado. A SEAF está voltada essencialmente à gestão do Programa Pernambuco Mais Produtivo (2ª Água), Garantia Safra e Programa Água Doce, sendo que toda gestão financeira

desses programas é feita diretamente pela SARA. Diante desse quadro de abandono e de falta de prioridade, propomos:

8.1 Promover uma ampla reestruturação na Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - SARA, de modo que a agricultura familiar passe a ser prioridade para essa secretaria, em termos de ações estratégicas e recursos, e, inclusive, alterando a sua identificação para **Secretaria de Agricultura Familiar e Reforma Agrária - SAFRA;**

8.2 Cumprir a Lei nº 15.223, de 24 de dezembro de 2013, que Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar de Pernambuco - PEATER-PE e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural da Agricultura Familiar - PROATER-PE.

9. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Pernambuco, entre os estados do Nordeste, tem uma das mais expressivas quantidades de processos de Titulação, Registro e Regularização Fundiária, em pequenas e médias propriedades rurais. Foi realizada por meio da Coordenação de Terras de Pernambuco - COTEPE, e, posteriormente, Fundo de Terras de Pernambuco - FUNTEPE, atual, Instituto de Terras de Pernambuco - ITERPE, 80 ações discriminatórias de terras devolutas estaduais, entre os anos de 1982, até a presente data, tornando possível a regularização dessas famílias agricultoras, que por não terem suas terras legalizadas (Tituladas e Registradas) ficaram, ao longo dos anos, sem acesso às principais políticas públicas necessárias ao desenvolvimento de suas comunidades e de suas atividades produtivas.

O estado de Pernambuco, por meio do ITERPE, e aportes financeiros do MDA/SRA (hoje Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD), executou diversas ações de cadastros, regularizações, titulações e registros de imóveis rurais das malhas fundiárias, em 19 municípios da região de Agreste Meridional, 9 municípios do Sertão do Araripe e o município de Ferreiros, na Mata Norte, por meio do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária do Governo Federal, onde até os dias atuais não temos os dados efetivos (quantitativos) de títulos e registros entregues.

No dia 11 de janeiro de 2017, o Governo do Estado assinou um convênio com a Secretaria Especial Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, na ordem de R\$ 37,7 milhões para fortalecimento da política de regularização fundiária no Estado de Pernambuco, com titulação e registro das propriedades não regularizadas. Portanto, diante da necessidade do acesso a informações sobre a política de regularização fundiária no Estado, solicitamos:

9.1 Informações sobre quais regiões e, quantas famílias serão atendidas, prazo de entrega dos títulos registrados e prazo de execução do convênio com a Secretaria de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, na ordem de 37,7 milhões;

9.2 Informações sobre a execução do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária em 19 municípios da região de Agreste Meridional, 9 municípios do Sertão da Araripe e o município de Ferreiros, na Mata Norte.

10. EDUCAÇÃO NO CAMPO

Em consequência da ausência de uma Política Estadual de Educação do Campo, situações graves como o fechamento das escolas do campo acontecem de forma desenfreada. Hoje, estima-se que já são mais de 2000 escolas do campo fechadas em Pernambuco e nos deparamos, ainda, com um crescente aumento da evasão escolar de jovens camponeses no Ensino Médio, pelo fato de o Estado adotar uma política educacional que não atende a realidade de vida e trabalho dessa população. Desse modo, propomos:

10.1 Definir a Política Estadual de Educação do Campo para os níveis da Educação Básica e Superior, assegurando a perspectiva dos direitos humanos.

11. CADASTRO AMBIENTAL RURAL - CAR

Os dados apresentados no último Boletim Informativo do Serviço Florestal Brasileiro (Fevereiro/17) indicam que Pernambuco atingiu 74,18% da área total a ser cadastrada. A estratificação dos dados mostra que 98,5% dos imóveis cadastrados são estabelecimentos rurais de 0 a 4 módulos fiscais, ou seja, da Agricultura Familiar. Não temos dúvidas que o avanço no cadastramento rural apresentado por Pernambuco, a partir de 2016, deve-se a uma efetiva participação dos Sindicatos Trabalhadores Rurais (STTRs), na mobilização das famílias e na execução direta do cadastro, por meio da contratação de pessoal capacitado. Nota-se, porém, que as famílias agricultoras, na grande maioria, por ausência do suporte técnico do Estado e dos Municípios, tiveram que arcar com os custos financeiros para elaboração do cadastro. Contudo, ainda há milhares de famílias que não dispõem de recursos para arcar com esses custos e que podem, futuramente, ser excluído de diversos programas de governo, certamente o crédito rural. Diante desse cenário, propomos:

11.1 Criar uma **Força Tarefa**, por Região de Desenvolvimento, formada por técnicos do IPA e contratados temporários para esse fim, com dedicação exclusiva para fazer o Cadastro Ambiental Rural das famílias agricultoras (com até 5 módulos fiscais) que faltam fazer o CAR, considerando que o prazo final é 31 de dezembro/17.

Recife - PE, 04 de Abril de 2017

Anexo III: Decreto que Institui a Comissão Estadual para Elaboração da Política e do Plano de Agroecologia e Produção Orgânica de Pernambuco



Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco

DECRETO Nº 44.339, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

(Revogada pelo art. 12 do [Decreto nº 46.857, de 7 de dezembro de 2018.](#))

Institui Comissão Estadual com representação do Estado, Movimentos Sociais e Organizações da Sociedade Civil para fins de desenvolvimento de Plano de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO que a Agroecologia vem se firmando e se consolidando como referência para o alcance de um modo de vida mais saudável, a partir da produção de alimentos e da sua relação equilibrada com o meio ambiente;

CONSIDERANDO o desenvolvimento sustentável da agricultura, o progresso em direção a sistemas alimentares inclusivos e eficientes, assim como a promoção do círculo virtuoso entre a produção de alimentos saudáveis e proteção dos recursos naturais;

CONSIDERANDO que a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO representam avanços do país na consolidação da Agroecologia como meio de produção de alimentos saudáveis;

CONSIDERANDO a necessidade do Estado em conjunto com os Movimentos Sociais e as Organizações da Sociedade Civil emvidar esforços para construir, incorporar e desenvolver uma Política e um Plano de Agroecologia e Produção Orgânica que efetivamente favoreçam e incentivem modalidade alternativa de produção alimentícia,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Estadual Agroecológica e de Produção Orgânica do Estado de Pernambuco, a ser composta por 1 (um) representante dos seguintes órgãos e entidades:

- I- Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária;
- II - Secretaria Executiva de Agricultura Familiar;

- III - Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA;
- IV - Secretaria de Planejamento e Gestão;
- V - Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- VI - Secretaria Executiva de Recursos Hídricos;
- VII - Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- VIII - Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA;
- IX - Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude;
- X - Secretaria da Casa Militar/Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco - CODECIPE;
- XI - Secretaria da Casa Civil;
- XII - Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação;
- XIII - Secretaria da Mulher;
- XIV - Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco;
- XV - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM;
- XVI - Associação Municipalista de Pernambuco - AMUPE;
- XVII - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- XVIII - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável de Pernambuco - PRORURAL;
- XIX - Conselho Estadual de Segurança Alimentar - CONSEA;
- XX - Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA;
- XXI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco - FETAPE;
- XXII - Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos - CPRH;
- XXIII - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST;

XXIV - Serviço de Tecnologia Alternativa – SERTA;

XXV- Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 17 de abril do ano de 2017, 201ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 195ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

NILTON DA MOTA SILVEIRA FILHO
MÁRCIO STEFANNI MONTEIRO MORAIS
RAUL JEAN LOUIS HENRY JÚNIOR
SÉRGIO LUÍS DE CARVALHO XAVIER
ROBERTO FRANCA FILHO
ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS FIGUEIRA
ALEXANDRE JOSÉ MARQUES VALENÇA
SÍLVIA MARIA CORDEIRO
MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS
MILTON COELHO DA SILVA NETO
ANTÔNIO CÉSAR CAÚLA REIS

Anexo IV: Relação das Associações Rurais de Bonito

Nº	NOME
01	Associação Comunitária Rural do Alto Bonito e Adjacências.
02	Associação de Moradores da 3º Idade de Alto Bonito – AMTAB.
03	Associação dos Pequenos Agricultores da Pedra Rodeadouro.
04	Associação Cultural Agrícola dos Moradores Riacho Seco I.
05	Associação dos Pequenos Moradores Rurais de Sítio Luzia
06	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Bananeira do Sul.
07	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Sítio Gravatá, Açú e Barriguda.
08	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do engenho Monte Sombriil.
09	Associação dos Trabalhadores de Bonito – Guaretama.
10	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Boa Vista.
11	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Olho D'água.
12	Associação dos Moradores de Bentevi.
13	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Água Vermelha.
14	Associação Comunitária dos Produtores Imbiribeira, Viração e Adjacências.
15	Associação Comunitária dos Moradores do Engenho Barbosa.
16	Associação dos Agricultores Familiares, Jovens e Mulheres do Rodeadouro.
17	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais Riacho-escuro, Maravilha e Adjacência.
18	Associação Desportista Cultural Agrícola do Sítio Mucuri.
19	Colônia dos Pescadores de Bonito-Z40.
20	Associação Cultural Agrícola dos Moradores do Sítio Monte Sombriil.
21	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sol Nascente e Adjacência.
22	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Mucuri.
23	Associação dos Agricultores Familiares e floricultores do Sítio Pratinha
24	Associação dos Moradores do Povoado de Estreito do Norte.
25	Associação dos Pequenos produtores do Engenho Liberdade.
26	Associação de Desenvolvimento Desp. Agrícola e Cultural do Sítio Pé de Serra.
27	Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sítio Alto Sapé e Adjacência.
28	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Coucho.
29	Associação Cultural e Desportiva do Engenho Pendanga.
30	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Engenho Riachão.
31	Associação Desportiva Cultural e Agrícola do Sítio Quilongá e Adjacência.
32	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Serra dos Ventos.
33	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Viração.
34	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Carrilho I.
35	Associação de Desenvolvimento Cultural Desportiva Agrícola Bananeira do Curvelo e Adjacência.
36	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do engenho Brejão.
37	Associação do Engenho Serro Azul.
38	Associação do Engenho Floresta.
39	Associação do Engenho Mágico e Pará.
40	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Engenho Pendanga I.
41	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Engenho Barra Azul.
42	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rodeadouro.
43	Associação Assentamento Ribeiro Godoy.
44	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Bentevi.
45	Associação dos Pequenos Produtores do Engenho Moscou.
46	Associação do Assentamento Serra dos Quilômbos.
47	Associação Desportiva Cultural Agrícola do Loteamento Frei Damião.
48	Associação das Mulheres de Estreito do Norte.

49 | Associação dos Produtores e Produtoras Agroecológica Vida Agroecológica.

Fonte: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Bonito, outubro, 2021.

Anexo V: Relação das Escolas da Rede Pública de Ensino de Bonito

Nº	UNIDADE DE ENSINO	ENDEREÇO	RURAL/ URBANA	QTDE ALUNOS
01	Colégio Mun. Presidente Tancredo Neves	Av. Joaquim Nabuco, S/N	URBANA	730
02	Escola Municipal Zé Carioca	1ª TV Agamenon Magalhães, n 60	URBANA	391
03	Escola Municipal Artur Tavares de Melo	Rua Abdias Vilar S/N	URBANA	413
04	Escola Municipal Arlindo Cavalcanti	Rua Dr. João Câncio de Melo S/N	URBANA	291
05	Escola Municipal Benjamita Cardona Pereira	Vila da Cohab S/N	URBANA	236
06	Escola Municipal Maria do Carmo Coelho de Melo	Loteamento Camaratuba - Vila da Cohab	URBANA	436
07	Escola Municipal Cícero Franklin Cordeiro	Rua Havaí, nº 500	URBANA	273
08	Creche Municipal Tia Ló	Rua Félix Portela S/N	URBANA	89
09	Creche Municipal Lívia Soares Carneiro Leão	Loteamento Arlindo Cavalcanti	URBANA	75
10	Creche Municipal Pedro Murilo Silva	Alto Bonito	URBANA	268
11	Escola Intermediária João XXIII	Rua Coronel Tibúrcio, S/N Alto Bonito	URBANA	615
12	Escola Municipal Manoel Bernardino Filho	Rua Quirino Rodrigues, nº 85- Alto Bonito	URBANA	199
13	Esc. Mun. Bernardo Sayão	Colônia Rio Bonito	RURAL	296
14	Escola Municipal José Paulino de Melo	Bentivi	RURAL	630
15	Escola Mun. Barra Azul	Engenho Barra Azul	RURAL	188
16	Escola Municipal José Pedro Soares	Sítio Rodeador	RURAL	93
17	Escola Municipal Alberto Cabral de Espíndola	Riachão	RURAL	57
18	Esc. Mun. Manoel de Queiroz Lima	Estreito	RURAL	161
19	Escola Municipal Menelau Coelho	Sítio Papagaio	RURAL	27
20	Escola Municipal José Cabral de Souza Viana	Sítio Boa Vista	RURAL	24
21	Escola Municipal Tabelião Antônio César	Sítio Bananeira do Curvelo	RURAL	14
22	Escola Municipal Dr. Antônio Portela Júnior	Sítio Carrilho	RURAL	42
23	Escola Municipal Djanira Pereira da Silva	Engenho Pendanga	RURAL	47
24	Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição	Sítio Pará	RURAL	38
25	Escola Municipal José Mariano da Silva	Sítio Mucuri	RURAL	27

26	Escola Municipal Hercílio Vila Nova	Engenho Mágico	RURAL	16
27	Escola Municipal Maria José de Souza Leão Antunes	Engenho Serro Azul	RURAL	76
28	Escola Municipal Engenho Moscou	Engenho Moscou	RURAL	50
29	Escola Municipal Dom Hélder Câmara	Sítio Guaretama	RURAL	42
30	Escola Municipal Manoel Marcelino de Lima	Sítio Imbiribeira	RURAL	38
31	Escola Municipal Maria das Mercês	Sítio Viração	RURAL	14
32	Escola Municipal Manoel Batista de Lima	Sítio Quilongá	RURAL	51
33	Escola Estadual EREM Dr. Alexandrino da Rocha	Av Agamenon Magalhães	URBANA	676
34	Escola Estadual ETE Célia de Souza Leão Arraes de Alencar	PE 109	URBANA	533
35	Escola Estadual Pe. José Augusto	Rua Cândido Viana	URBANA	745
TOTAL DE ALUNOS				7.901

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura de Bonito, novembro, 2021.

Anexo VI: Projetos de Extensão Universitária Desenvolvidos no Território de Bonito

TÍTULO DO PROJETO	COORDENADOR/A	EDITAL/ANO	OBJETIVO
Trocando Idéias, Construindo saberes: economia solidaria e agroecologia na construção do Mercado da Vida em Bonito-PE	Prof. Dr ^a Ana Maria Dubeux Gervais	BEXT 2017	Sistematizar e socializar o diálogo de conhecimentos e trocas de experiências agroecológicas entre os agricultores do Mercado da Vida e dos consumidores, para entender o engajamento e a autogestão nessa experiência.
Promoção do consumo responsável de alimentos saudáveis no município de Bonito - PE	Prof. Dr ^a Ana Maria Dubeux Gervais	BEXT 2018	Construir um grupo de consumo responsável de alimentos saudáveis, sensibilizando a população em geral, principalmente os jovens, a partir do fomento à transição agroecológica de agricultores familiares do município de Bonito, articulando a produção e comercialização de alimentos saudáveis a partir dos princípios da Agroecologia e da Economia Solidária.
Construindo saberes na agroecologia: cultivo orgânico de Hortaliças no município de Bonito-PE	Prof. Dr ^o José Nunes da Silva	BEXT 2018	Promover um processo de transição agroecológica junto à 20 famílias agricultoras do município de Bonito-PE, visando diversificar a produção de alimentos, desenvolver práticas de produção orgânica, e oferecer uma alimentação mais saudável aos mesmos e à população em geral.
Ciranda de Saberes: Agroecologia e Economia Solidária como princípios norteadores para o protagonismo juvenil em busca da educação socioambiental em Bonito-PE	Prof. Dr ^a Elian Sandra Alves de Araújo	BEXT 2018	Fortalecer o diálogo sobre as questões ambientais do município de Bonito – PE junto aos estudantes, professores e agricultores, considerando a biodiversidade e o sistema de produção agrícola local, bem como os princípios da Agroecologia e da Economia Solidária.

Bonito Consciente. Alimentação saudável é vida! Campanha de consumo consciente de alimentos saudáveis em Bonito-PE.	Prof. Dr ^a Ana Maria Dubeux Gervais	BEXT 2019	Analisar os níveis de insegurança alimentar e nutricional do entorno de duas escolas, sendo uma urbana e outra rural, do município de Bonito-PE, com vistas a contribuir no diagnóstico de ações da campanha “Bonito Consciente. Alimentação saudável é vida”
Escola na roça, roça na escola: a escola como elemento de mobilização social e articulação de famílias agricultoras em transição agroecológica no município de Bonito-PE.	Prof. Dr ^o José Nunes da Silva	BEXT 2019	Ampliar a rede de famílias agricultoras em processo de transição agroecológica, no município de Bonito- PE, realizando ações formativas através do Mercado da Vida e da Escola Municipal José Pedro Soares.
Dialogando saberes: o protagonismo juvenil em busca da educação socioambiental em Bonito-PE.	Prof. Dr ^a Flávia Carolina Lins da Silva	BEXT 2019	
História(s) de vida(s) e construção do conhecimento agroecológico: um estudo comparativo das visões e relações de agricultores convencionais e agricultores agroecológicos com a Mata Atlântica no município de Bonito – PE.	Prof. Dr ^a Ana Maria Dubeux Gervais	Projeto de Iniciação Científica	Analisar as relações, sejam elas harmônicas ou não, que os(as) agricultores(as) convencionais e os remanescentes de Floresta Atlântica do município de Bonito - PE, ao longo de suas histórias de vida, buscando comparar tais formas de manejo o convencional e o agroecológico dos agricultores(as) familiares que integram o Mercado da Vida.
Educação Ambiental e Consumo de Alimentos Saudáveis no município de Bonito-PE.	Prof. Dr ^a Gilvânia de Oliveira Silva de Vasconcelos	BEXT 2019	Desenvolver ações de educação ambiental em duas escolas do campo (Comunidades do Rodeadouro e do Estreito) no município de Bonito-PE
Educação para a sustentabilidade na comunidade do Estreito em Bonito-PE.	Prof. Dr ^a Gilvânia de Oliveira Silva de Vasconcelos	BEXT 2020	Desenvolver ações de educação sócio ambiental com um grupo de estudantes da escola do campo no Estreito do Norte, no município de Bonito-PE.

Sistema Agroalimentar: Bases para uma educação agroecológica	Prof. Drº Oscar Emerson Zuniga Mosquera	BEXT 2020	Construir uma comunidade de reflexão sobre os temas do Sistema agroalimentar e suas possíveis vinculações no currículo da educação básica.
Práticas agroecológicas como ferramenta de fortalecimento das ações do Mercado da Vida em Bonito, PE.	Prof. Drº Walter Santos Evangelista Júnior	BEXT 2020	Fortalecer as ações e atividades do agricultores/as participantes do Mercado da Vida através de práticas agroecológicas.
Transição Agroecológica e tecnologia sociais para construção de territórios sustentáveis	Prof. Drº José Nunes da Silva	BEXT 2021	Aperfeiçoar os processos de incubação de redes de empreendimentos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis, de agricultura familiar e de consumo consciente (poder público, sociedade civil, movimentos sociais, iniciativa privada), buscando uma melhor qualidade de vida, visando a redução das desigualdades sociais e melhoria da renda.
Projeto Tecnologia a favor da geração de renda no Mercado da Vida de Bonito - PE	Prof. Drº Anderson Fernandes de Alencar	(UFAPE) Edital bolsa PIBEX 2023	Tem por objetivo contribuir com os processos de geração de renda dos agricultores (as) ligados ao Mercado da Vida de Bonito – PE, e específicos, conhecer as práticas de comercialização dos agricultores (as) do Mercado da Vida de Bonito – PE, avaliar tecnologias existentes para processos de comercialização via internet e desenvolver um aplicativo que viabilize a melhoria das práticas de comercialização e ampliação da geração de renda dos agricultores (as).
Projeto Produção Agroecológica Apoiada por Tecnologia no Mercado da Vida de Bonito - PE	Prof. Drº Anderson Fernandes de Alencar	(UFAPE) Edital bolsa PIBEX 2023	Tem por objetivo geral contribuir com a melhoria dos processos produtivos agroecológicos de agricultores(as) Mercado da Vida de Bonito - PE, e ainda, conhecer os processos produtivos dos agricultores(as) do Mercado, avaliar

			tecnologias existentes para processos de produção agrícola e agroecológica e desenvolver um aplicativo ou sistema web para atender as necessidades produtivas dos agricultores(as) ligados ao Mercado da Vida.
Projeto Práticas Agroecológicas como Ferramenta de Fortalecimento das Ações do “Mercado da Vida” em Bonito-PE	Prof. Drº Walter Evangelista Santos Evangelista Júnior	(UFRPE) Edital Nº 04/2023 – BEXT 2023	Tem por objetivo desenvolver práticas agroecológicas como ferramenta de fortalecimento das ações do “mercado da vida” em bonito/PE. A partir da sensibilização para a produção de biofertilizantes, com o apoio de bolsa se extensão pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Cidadania – PROExC.

Fonte: Pro - Reitoria de Extensão e Cultura/UFRPE, 2023.

Anexo VII: Lei n 1.257/2021 que institui a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito



LEI Nº 1.257/2021.

Dispõe sobre a criação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PMAPO) e estabelece as diretrizes para o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PLAMAPO).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO BONITO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica,

Faço saber que a Câmara Municipal do Bonito, aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Capítulo I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituída a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas públicas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos ambientais e da oferta e do consumo de alimentos saudáveis, de origem animal e vegetal.

Parágrafo único. A Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica será implementada pelo Município de Bonito, podendo ser articulada e desenvolvida em cooperação com a União, Estado, Universidades, Agências de Desenvolvimento, Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, movimentos sociais, cooperativas, associações, fundações e outras entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais, que dele participem com programas, projetos e ações.

Capítulo II DAS DEFINIÇÕES

Art.2º- Para os fins desta Lei, considera-se:

I -Transição agroecológica: processo gradual e multilinear de mudança de práticas e de manejo de agro ecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica, nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 7.794, de 2012;

Prefeitura Municipal do Bonito - Rua Cônego Cavalcanti, 40 - Bonito/PE
CEP: 55680-000 - (81) 3737.0705/3737.0708 - CNPJ:10.121.515/0001-01



Continuação da lei nº 1.257-2021.

II – Produção de base agroecológica - aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação;

III – Sistema orgânico de produção agropecuária: todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente, nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007;

IV – Agroextrativismo: combinação de atividades extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento, e orientação para a diversificação, consórcio de espécies, imitação da estrutura e dos padrões do ambiente natural, e uso de técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais, nos termos do Art. 2º da Instrução Normativa Conjunta Nº 17, de 28 de maio de 2009;

V – Produtos da sociobiodiversidade: bens e serviços (produtos finais, matérias-primas ou beneficiadas, gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltadas à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambientes em que vivem, nos termos do Art. 2º da Instrução Normativa Conjunta Nº 17, de 28 de maio de 2009;

VI – Mercado Público ou Feira de produtos orgânicos de base agroecológica: espaço público ou privado onde se expõem e vendem de forma temporária produtos exclusivamente orgânicos e de base agroecológica, e que concentra um número não inferior a 02 (dois) produtores/as, nos termos do Art. 2º, II da Lei Estadual nº 16.320, de 26 de março de 2018;

Prefeitura Municipal do Bonito - Rua Cônego Cavalcanti, 40 - Bonito/PE
CEP: 55680-000 - (81) 3737.0706/3737.0709 - CNPJ:10.121.515/0001-01



Continuação da Lei nº 1.257-2021.

VII – A Economia Popular Solidária constitui-se de iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres, nos termos do Art. 2º da Lei Estadual Nº 12.823, de 6 de junho de 2005.

VIII – Agricultor familiar e empreendimento familiar: aquele definido nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 11.326, de 2006; e

IX – Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, nos termos do inciso I do art. 3º do Decreto Federal nº 6.040, de 2007;

Capítulo III DA POLÍTICA MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

Art.3º- São diretrizes da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO):

I – promover a saúde pública e o direito humano à alimentação adequada e saudável, fomentando a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional a partir da produção e oferta de alimentos e produtos orgânicos e de base agroecológica;

II – promover os direitos da NATUREZA de acordo com o disposto no Art. 236 da Lei Orgânica Municipal;

III – promover o uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar das populações do campo e da cidade;

IV – conservar os ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção;

Prefeitura Municipal do Bonito - Rua Içonego Cavalcanti, 40 - Bonito/MS
CEP: 55680-000 - (81) 3737.0705/3737.0709 - CNPJ:10.121.515/0001-4





Continuação da lei nº 1.257-2021.

V – promover a economia solidária, por meio de sistemas justos e sustentáveis de produção, beneficiamento, distribuição e consumo de alimentos saudáveis, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006;

VI – promover a redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a auto-organização, visibilidade e a autonomia econômica das mulheres;

VII – promover a educação em agroecologia, como prática interdisciplinar em diálogo com o sistema formal e não formal de ensino, por meio de campanhas educativas de promoção da alimentação orgânica e de base agroecológica;

VIII – promover a agroecologia nos meios urbanos, periurbanos, potencializando o uso de espaços públicos disponíveis para a produção de alimentos saudáveis;

IX – fomentar a promoção do resgate, do uso, multiplicação e da conservação do patrimônio genético da agrobiodiversidade, valorizando as experiências e metodologias utilizadas pelas comunidades rurais; e

X – promover o direito de acesso e permanência à terra, aos territórios e aos recursos naturais por parte dos agricultores familiares e empreendedores familiares, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 2006.

XI – promover iniciativas de atenção básicas a saúde por meio de farmácias vivas e manipulação para a produção de fitoterápicos, garantindo a promoção da saúde popular e comunitária nos territórios, uso sustentável da biodiversidade, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento na perspectiva da inclusão e participação popular, nos termos da Portaria Interministerial nº 2.960/2008 que institui a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

XII – Promover ações, projetos e programas que incentivem a pesquisa, a formação e a extensão de práticas agroecológicas e agriculturas sustentáveis que favoreçam a conservação da agrobiodiversidade com o manejo e preservação dos polinizadores, estimulando o desenvolvimento cultural da atividade da meliponicultura contribuindo na redução dos impactos das espécies, no resgate e preservação das abelhas nativas, apoiando no desenvolvimento cultural da atividade melipônica e aspícula na redução dos impactos de extinção das espécies.





Continuação da lei nº 1.257-2021

Art.4º- São instrumentos da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), entre outros:

- I-** Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PLAMAPO);
- II-** Conferência Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica;
- III-** Sistema Municipal de Informação, Monitoramento e Avaliação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica;
- IV-** Mercado Público – Mercado da Vida: Bonito Sustentável, comércio justo e solidário de produtos orgânicos de base agroecológica;
- V-** Programa Municipal de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Aquisição de Alimentos (PAA);
- VI-** Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); e
- VII-** Câmara Técnica Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, a ser criada por lei específica.

Art. 5º- A Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica será integrada e adequada às políticas e aos programas governamentais que visam assegurar o direito humano à alimentação adequada, à soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional e que promovam o desenvolvimento do território, tendo como referência os seguintes marcos regulatórios:

I – Decreto Federal Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;

II – Lei Estadual Nº 17.158, de 8 de janeiro de 2021, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e estabelece as diretrizes para o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco;

III – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;

IV – Lei Federal Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências;

V – Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;

Prefeitura Municipal do Bonito - Rua Cônego Cavalcanti, 40 - Bonito/PE
CEP: 55680-000 - (81) 3737.0705/3737.0709 - CNPJ:10.121.515/0001-01





Prefeitura Municipal de
BONITO
 FAZENDO HISTÓRIA

Continuação da lei nº 1.257-2021.

VI – Lei Orgânica Municipal de Bonito, nos termos do art. 236, que reconhece o Direito da Natureza.

VII – Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, instituído pela Lei Federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003;

VIII – Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, instituída pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, regulamentada pela resolução nº 26, de 17 de junho de 2013 do - FNDE, Brasília, 2009.

IX – Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar de Pernambuco - PEATER-PE, instituída pela Lei nº 15.223, de 24 de dezembro de 2013;

X – Política nacional de resíduo sólidos (PNRS), instituído pela Lei nº 12.305/2010 e regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010.

Art. 6º- O Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PLAMAPO) conterá, no mínimo, os seguintes elementos referentes à política instituída por esta Lei:

- I**- diagnóstico;
- II**- estratégias e objetivos;
- III**- programas, projetos e ações;
- IV** - indicadores, metas e prazos; e
- V** - monitoramento e avaliação.

Art.7º- A execução do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PLAMAPO), será desenvolvido no âmbito do Plano Plurianual de Ação (PPA).

Art. 8º- Esta política deverá ser executada de forma intersetorial, tanto na escala governamental quanto da participação da sociedade civil.

Parágrafo único. A articulação entre os órgãos da administração direta e indireta do executivo municipal será organizada pelo Poder Executivo, vinculando todos os gestores com atividades afins, sendo compulsória a observância das premissas elencadas nesta PMAPO.





Prefeitura Municipal do
BONITO
FAZENDO HISTÓRIA

Continuação da lei nº 1.257-2021.

Capítulo IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.9º- Poderão ser firmados convênios e acordos de cooperação técnica para fins de implementação desta Política:

I- com entidades privadas que desempenhem serviços de utilidade pública;

II- com a União, Estado, Universidades, Agências de Desenvolvimento, Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, movimentos sociais, cooperativas, associações, fundações e outras entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais.

§ 1º - As entidades privadas referidas neste artigo deverão comprovar experiência em projetos de políticas públicas desenvolvidos nas esferas federal, estadual ou municipal, bem como conhecimentos técnico-científicos em processos de capacitação em ações de interesse desta Política.


§ 2º - Os convênios poderão ser firmados com fins de apoio em infraestrutura, ações de assistência técnica, educação permanente, organização de processos de trabalho, produção e fornecimento de sementes, mudas e insumos.

Art.10- Serão destinadas áreas públicas municipais para implantação de instrumentos desta Política, mediante critério do Poder Executivo e articulado com o estado e a União o uso de áreas públicas de sua propriedade, desde que consideradas apropriadas para a atividade da PMAPO, observando a legislação vigente.

Art.11- No que for omissa esta Lei, será considerado como subsídio o Decreto Federal nº 7.794, de 2012.

Art.12- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio "José Abelardo Cândia de Godoy", em 07 Julho de 2021.


GUSTAVO ADOLFO NEVES DE ALBUQUERQUE CÉSAR
Prefeito

Prefeitura Municipal do Bonito - Rua Cônego Cavalcanti, 40 - Bonito/PE
CEP: 55680-000 - (81) 3737.0705/3737.0709 - CNPJ:10.121.515/0001-01

Anexo VIII: Lei n 1.258/2021 que Institui a Semana Municipal de Agroecologia de Bonito



LEI Nº 1.258/2021

Dispõe sobre a criação da Semana Municipal da Agroecologia de Bonito e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO BONITO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica,

Faço saber que a Câmara Municipal do Bonito, aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a Semana Municipal da Agroecologia de Bonito, a ser comemorada anualmente na última semana de maio, em todo território municipal, com o objetivo de articular, integrar e desenvolver ações de amplitude agroecológica, contribuindo para os processos de transição agroecológica necessário ao desenvolvimento do território e da qualidade de vida da população de Bonito.

Parágrafo único - A Semana Municipal da Agroecologia de Bonito, coopera com a política municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), podendo ser desenvolvida a partir dos esforços conjuntos das secretarias municipais, escolas públicas e particulares, associações, fundações, cooperativas, universidades, conselhos municipais, coletivos, organizações religiosas, organizações da sociedade civil, Mercado Público, comércio e entidades privadas atuantes no território de Bonito.

Art. 2º São diretrizes da Semana Municipal de Agroecologia de Bonito:

I - Promover a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito;

II - Promover os direitos da NATUREZA de acordo com o disposto no Art. 236 da Lei Orgânica Municipal;

III - promover a educação em agroecologia, como prática interdisciplinar em diálogo com o sistema formal e não formal de ensino, por meio de campanhas educativas de promoção da alimentação orgânica e de base agroecológica;

IV - Sensibilizar a população sobre a importância da agroecologia e da produção orgânica, como projeto de desenvolvimento para o município;

V - Divulgar iniciativas de ações, projetos, pesquisas e programas desenvolvidos na dimensão da agroecologia;

VI - Promover a saúde pública e o direito humano à alimentação adequada e saudável, fomentando a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional a partir da produção e oferta de alimentos e produtos orgânicos e de base agroecológica;







- VII** – dar visibilidade aos processos autogestionários dos empreendimentos da agricultura familiar de base agroecológica do município;
- VIII** – promover o uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar das populações do campo e da cidade;
- IX** – Promover a agroecologia nos meios urbanos, periurbanos, potencializando o uso de espaços disponíveis para a produção de alimentos saudáveis;
- X** – Promover iniciativas de atenção básicas a saúde por meio de farmácias vivas e manipulação para a produção de fitoterápicos, garantindo a promoção da saúde popular e comunitária nos territórios, uso sustentável da biodiversidade, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento na perspectiva da inclusão e participação popular, em consonância com a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
- XI** – integrar ações as comemorações nacionais do Dia Mundial do Meio Ambiente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio "José Abelardo Cândia de Godoy", em 26 de agosto de 2021.


GUSTAVO ADOLFO NEVES DE ALBUQUERQUE CÉSAR
Prefeito



7 PRODUTOS FINAIS DA TESE

Os resultados da pesquisa deram origem a dois produtos finais de tese denominados de Norma ou Marco Regulatório, conforme Capes (2019). Tais Normas constituíram-se na Lei Municipal da Política de Agroecologia e Produção Orgânica e no Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica como marco regulatório no município de Bonito.

7.1 Lei Municipal da Política Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito

O processo de pesquisa resultou na aprovação da Lei n 1.257 de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre a criação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO) e estabelece as diretrizes para o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PLAMAPO).

Após amplo debate público, no prazo de 30 (trinta) dias, o texto foi disponibilizado sobre consulta pública, a receber contribuições dos participantes da audiência e da população em geral, o qual em seguida ser submetida a votação na Câmara Municipal de Bonito-PE. E aprovado por unanimidade foi sancionada pelo poder executivo municipal (Anexo VII).

O projeto de Lei foi sistematizado com base na síntese da Lei Nacional (BRASIL, 2012) e da Lei estadual (PERNAMBUCO, 2021) de agroecologia e produção orgânica, assim como também foi consolidada em observância aos marcos regulatórios do município de Bonito.

Além dessas prerrogativas incorporadas no projeto de Lei inicial, foram acrescentadas as contribuições debatidas pela sociedade civil em audiência pública.

Nela, foram construídas novas contribuições de emendas ao texto, com a formulação das seguintes inclusões:

- a) Promoção da agroecologia nos meios urbanos, periurbanos, potencializando o uso de espaços públicos disponíveis, para a produção de alimentos saudáveis;
- b) Promoção de ações, projetos e programas que incentivem a pesquisa, a formação e a extensão de práticas agroecológicas e agriculturas sustentáveis que favoreçam a conservação da agrobiodiversidade com o manejo e preservação dos polinizadores, em especial das abelhas

nativas, estimulando o desenvolvimento cultural da atividade da meliponicultura contribuindo na redução dos impactos de extinção das espécies;

- c) É a inclusão da Política nacional de resíduos sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010 e regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010;
- d) Promoção de iniciativas de atenção básica por meio de farmácias vivas e manipulação para a produção de fitoterápicos, garantido a promoção da saúde popular e comunitária nos territórios, uso sustentável da biodiversidade, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento na perspectiva da inclusão e participação popular;
- e) Promover a educação em agroecologia, como prática interdisciplinar em diálogo com o sistema formal e não formal de ensino, por meio de campanhas educativas de promoção da alimentação orgânica e de base agroecológica;
- f) Promover a economia solidária, por meio de sistemas justos e sustentáveis de produção beneficiamento, distribuições e consumo de alimentos saudáveis.

LEI Nº XX DE XXXXX DE 2021

Dispõe sobre a criação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PMAPO) e estabelece as diretrizes para o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PLAMAPO).

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DO BONITO**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica, faço saber que a Câmara Municipal do Bonito, aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1 - Fica instituída a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas públicas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos ambientais e da oferta e do consumo de alimentos saudáveis, de origem animal e vegetal.

Parágrafo Único. A Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica será implementada pelo Município de Bonito, podendo ser articulada e desenvolvida em cooperação com a União, Estado, Universidades, Agências de Desenvolvimento, Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos, movimentos sociais, cooperativas, associações, fundações e outras entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais, que dele participem com programas, projetos e ações.

Capítulo II

DAS DEFINIÇÕES

Art.2 - Para os fins desta Lei, considera-se:

I - **Transição agroecológica:** processo gradual e multilinear de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou por meio da transformação

das bases produtivas e sociais do incorporem princípios e tecnologias de base ecológica, nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 7.794, de 2012;

II - Produção de base agroecológica - aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação;

III - Sistema orgânico de produção agropecuária: todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito a integridade cultural das comunidades, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente, nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007;

IV - Agroextrativismo: combinação de atividades extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento, e orientação para a diversificação, consórcio de espécies, imitação da estrutura e dos padrões do ambiente natural, e uso de técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais, nos termos do Art. 20 da Instrução Normativa Conjunta N 17, de 28 de maio de 2009;

V - Produtos da sociobiodiversidade: bens e serviços (produtos finais, matérias-primas ou beneficiadas), gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltadas a formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambientes em que vivem, nos termos do Art. 2º de Instrução Normativa Conjunta Nº 17, de 28 de maio de 2009;

VI - Mercado Público ou Feira de produtos orgânicos de base agroecológica: espaço público ou privado onde se expõem e vendem de forma temporária produtos exclusivamente Orgânicos e de base agroecológica, e que concentra um número

não inferior a 02 (dois) produtores/as, nos termos do Art. 2 , II da Lei Estadual nº 16.320, de 26 março de 2018;

VII - A Economia Popular Solidária: constitui-se de iniciativas da sociedade civil que visam a geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres, nos termos do Art. 2 da Lei Estadual Nº 12.823, de 6 de junho de 2005;

VIII - Agricultor familiar e empreendimento familiar: aquele definido nos termos do art. 30 da Lei Federal nº 11.326, de 2006; e

IX - Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, nos termos do inciso I do art. 3 do Decreto Federal nº 6.040, de 2007;

Capítulo III

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

Art.3 - São diretrizes da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO):

- I - promover a saúde pública e o direito humano a alimentação adequada e saudável, fomentando a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional a partir da produção e oferta de alimentos e produtos orgânicos e de base agroecológica;
- II - promover os direitos da NATUREZA de acordo com o disposto no Art. 236 da Lei Orgânica Municipal;
- III - promover o uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar das populações do campo e da cidade;
- IV - conservar os ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal

baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependências de insumos externos para a produção;

V - promover a economia solidária, por meio de sistemas justos e sustentáveis de produção, beneficiamento, distribuição e consumo de alimentos saudáveis, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006;

VI - promover a redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a auto organização, visibilidade e a autonomia econômica das mulheres;

VII - promover a educação em agroecologia, como prática interdisciplinar em diálogo com o sistema formal e não formal de ensino, por meio de campanhas educativas de promoção da alimentação orgânica e de base agroecológica;

VIII - promover a agroecologia nos meios urbanos, periurbanos, potencializando o uso de espaços públicos disponíveis para a produção de alimentos saudáveis;

IX - fomentar a promoção do resgate, do uso, multiplicação e da conservação do patrimônio genético da agrobiodiversidade, valorizando as experiências e metodologias utilizadas pelas comunidades rurais;

X - promover o direito de acesso e permanência a terra, aos territórios e aos recursos naturais por parte dos agricultores familiares e empreendedores familiares, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 2006.

XI - promover iniciativas de atenção básicas a saúde por meio de farmácias vivas e manipulação para a produção de fitoterápicos, garantindo a promoção da saúde popular e comunitária nos territórios, uso sustentável da biodiversidade, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento na perspectiva da inclusão e participação popular, nos termos da Portaria Interministerial nº 2.960/2008 que institui a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

XII – Promover ações, projetos e programas que incentivem a pesquisa, a formação e a extensão de práticas agroecológicas e agriculturas sustentáveis que favoreçam a conservação da agrobiodiversidade com o manejo e preservação dos polinizadores, estimulando o desenvolvimento cultural da atividade da meliponicultura contribuindo na redução dos impactos das espécies, no resgate

e preservação das abelhas nativas, apoiando no desenvolvimento cultural da atividade meliponica e aspicula a redução dos impactos de extinção das espécies.

Art.4 - São instrumentos da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), entre outros:

- I- Plano Municipal de Agroecologia e Producao Organica (PLAMAPO);
- II- Conferência Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica;
- III- Sistema Municipal de Informação, Monitoramento e Avaliação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica;
- IV- Mercado Público - Mercado da Vida: Bonito Sustentável, comércio justo e solidário de produtos orgânicos de base agroecológica;
- V- Programa Municipal de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Aquisição de Alimentos (PAA);
- VI- Assistência Técnica e Extensao Rural (ATER); e
- VII- Câmara Técnica Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, a ser criada por lei específica.

Art. 5 - A Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica será integrada e adequada as políticas e aos programas governamentais que visam assegurar o direito humano a alimentação adequada, a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional e que promovam o desenvolvimento do território, tendo como referência os seguintes marcos regulatórios:

- I Decreto Federal Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;
- II - Lei Estadual Nº 17.158, de 8 de janeiro de 2021, que Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e estabelece as diretrizes para o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco;
- III - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;
- IV- Lei Federal Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências;

- V - Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Dimentos Familiares Rurais;
- V - Lei Orgânica Municipal de Bonito, nos termos do art. 236, que reconhece o Direito da Natureza;
- VI - Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, instituído pela Lei Federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003;
- VII - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, instituída pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, regulamentada pela Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013 do FNDE, Brasília, 2009.
- VIII - Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar de Pernambuco - PEATER-PE, instituída pela Lei nº 15.223, de 24 de dezembro de 2013;
- IX - Política Nacional de Resíduo Sólidos (PNRS), instituído pela Lei nº 12.305/2010 e regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010.

Art. 6 - O Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PLAMAPO) conterá, no mínimo, os seguintes elementos referentes a política instituída por esta Lei:

- I - diagnóstico;
- II - estratégias e objetivos;
- III - programas, projetos e ações;
- IV - indicadores, metas e prazos; e
- V - monitoramento e avaliação.

Art. 7 - A execução do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PLAMAPO), será desenvolvido no âmbito do Plano Plurianual de Ação (PPA).

Art. 8 - Esta política deverá ser executada de forma intersetorial, tanto na escala governamental quanto da participação da sociedade civil.

Parágrafo Único. A articulação entre os órgãos da administração direta e indireta do executivo municipal será organizada pelo Poder Executivo, vinculando todos os

gestores com atividades afins, sendo compulsória a observância das premissas elencadas nesta PMAPO.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.9 - Poderão ser firmados convênios e acordos de cooperação técnica para fins de implementação desta Política:

- I - com entidades privadas que desempenhem serviços de utilidade pública;
- II- com a União, Estado, Universidades, Agências de Desenvolvimento, Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, movimentos sociais, cooperativas, associações, fundações e outras entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais.

§ 1- As entidades privadas referidas neste artigo deverão comprovar experiência em projetos de políticas públicas desenvolvidos nas esferas federal, estadual ou municipal, bem como conhecimentos técnico-científicos em processos de capacitação em ações de interesse desta Política.

§ 2 - Os convênios poderão ser firmados com fins de apoio em infraestrutura, ações de assistência técnica, educação permanente, organização de processos de trabalho, produção e fornecimento de sementes, mudas e insumos.

Art.10 - Serão destinadas áreas públicas municipais para implantação de instrumentos desta Política, mediante critério do Poder Executivo e articulado com o estado e a União o uso de áreas públicas de sua propriedade, desde que consideradas apropriadas para a atividade da PMAPO, observando a legislação vigente.

Art.11- No que for omissa esta Lei, será considerado como subsidio o Decreto Federal nº 7.794, de 2012.

Art.12- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

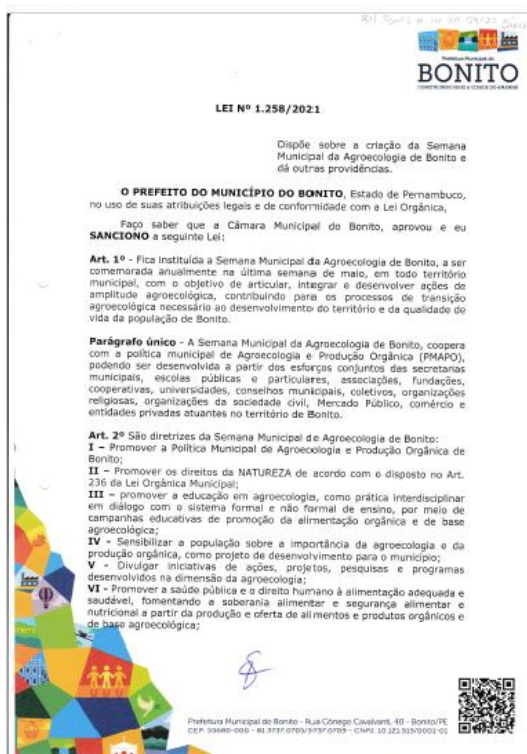
Palácio “José Abelardo Cândia de Godoy”, em 07 Julho de 2021.

GUSTAVO ADOLFO NEVES DE ALBUQUERQUE CÉSAR
Prefeito

Além deste produto, outra iniciativa também foi constituída como marco regulatório do município, podendo ser considerado outro produto da pesquisa, a constituição da Lei n 1.258 de 26 de agosto de 2021, que dispõe sobre a criação da semana municipal de agroecologia de Bonito, podendo ser comemorada anualmente em todo o território (Anexo VI).

Com o objetivo de articular, integrar e desenvolver ações de amplitude agroecológica, a partir dos esforços conjuntos das secretarias municipais, escolas públicas e particulares, associações, fundações, cooperativas, universidades, conselhos municipais, coletivos, organizações religiosas e da sociedade civil, mercado público, comercio e entidades privadas atuantes no território de Bonito.

Figura 29 - Registro da Lei da semana municipal de agroecologia.



Fonte: O Autor (2023).

A partir desses marcos na legislação municipal, o processo de pesquisa e de ação no território cooperou com a construção do processo metodológico necessário a elaboração do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito.

7.2 Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito

Previsto para o horizonte temporal de três anos (2023 – 2025), a estrutura do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito/PE, foi composta por cinco Eixos Temáticos: (I) Educação e Construção do Conhecimento Agroecológico; (II) Transição Agroecológica, Produção, Comercialização e Consumo; (III) Turismo e Lazer de Base Agroecológica; (IV) Saúde, Inclusão Social e Agroecologia e (V) Meio ambiente e Agroecologia. Ambos seguidos dos seus objetivos estratégicos que contemplam 40 (quarenta) ações a serem articuladas coletivamente e desenvolvidas no território de Bonito.

Essas iniciativas impulsionam a construção coletiva da agroecologia nas diversas dimensões do território, podendo ser desenvolvidas a partir da ação coletiva das famílias agricultoras, sociedade civil, entidades de ensino, pesquisa e extensão, além da gestão pública municipal. Nesses termos, as ações do Plano também poderão ser desenvolvidas em cooperação com a União, Estados, Universidades, Agências de Desenvolvimento, Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, movimentos sociais, cooperativas, associações, fundações, organizações religiosas e outras entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais, que dele participem com programas, projetos e ações.

**PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO
ORGÂNICA DE BONITO-PE**

**BONITO
OUTUBRO DE 2022**

REALIZAÇÃO

Prefeitura Municipal de Bonito
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar
Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Sustentabilidade
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Inclusão e Direitos Humanos
Secretaria Municipal de Turismo, Juventude, Esporte e Lazer
Câmara Municipal de Vereadores de Bonito

PARCEIROS

Associação de Produtores e Produtoras Vida Agroecológica
Coletivo Aimirim
Comissão de Produção Orgânica de Pernambuco (CPOrg-PE)
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Bonito
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pernambuco
(CDRS/PE)
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOP)
Instituto Abdalaziz de Moura (IAM)
Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA)
Mercado da Vida - Bonito Sustentável
Movimento Camponês Popular (MCP)
Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC/UFRPE)
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
(PPGADT/UFRPE)
Escola de Agroecologia do Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bonito (STR)

ORGANIZAÇÃO

Paulo Santana – Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento territorial
(PPGADT/UFRPE)
Mireli Silva – Professora e especialista em Educação Ambiental
Paula de Sá – Agricultora e Técnica em Agroecologia
Mônica Virgínia – Agricultora e consumidora do Mercado da Vida
Roberto Arrais – Docente e Técnica em Agroecologia
Antônio Ramos – Nutricionista Generalista UPAE Bonito

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	191
2. CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE BONITO	194
2.1. BONITO E AS CARACTERÍSTICAS DE SEU TERRITÓRIO	194
3. DIAGNÓSTICO.....	199
3.1. EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE.....	200
3.2. CONSUMO CONSCIENTE E AGROECOLOGIA.....	204
3.3. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	207
3.4. DESENVOLVIMENTO, ECONOMIA E MEIO AMBIENTE	211
3.5. SAÚDE, ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E MEIO AMBIENTE	213
4. METODOLOGIA DESENVOLVIDA NA CONSTRUÇÃO DO PLANO	216
4.1. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA EM BONITO.....	217
4.2. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA EM BONITO.....	222
5. EIXOS TEMÁTICOS, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AÇÕES DO PLANO	225
5.1. EIXO I: EDUCAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO.....	226
5.2. EIXO II: TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA, PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO	229
5.3. EIXO III: TURISMO E LAZER DE BASE AGROECOLÓGICA	234
5.4. EIXO IV: SAÚDE, INCLUSÃO SOCIAL E AGROECOLOGIA	236
5.5. EIXO V: MEIO AMBIENTE E AGROECOLOGIA	239
6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	242
6.1. CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO	242
6.2. ESPAÇO COLETIVO DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO	244
6.3. ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA	245
7. REFERÊNCIAS	246
8. ANEXO	248
8.1 ANEXO I: RELAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DE BONITO	248
8.2 ANEXO II: RELAÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE BONITO	251

1. APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PLAMAPO) é parte executiva da Prefeitura Municipal de Bonito, no âmbito das Secretarias municipais de (1) Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar; (2) Planejamento, Meio Ambiente e Sustentabilidade; (3) Educação e Cultura; (4) Desenvolvimento Social, Inclusão e Direitos Humanos; (5) Turismo, Juventude, Esporte e Lazer; e (5) Secretaria de Saúde. Foi construído a partir do esforço mútuo da ação coletiva dos agricultores (as) camponeses (as), organizações da sociedade civil, instituições de ensino, pesquisa e extensão, poder legislativo, entes públicos e privados, tendo como questão orientadora o processo de discussão pública do PLAMAPO: “Como a Agroecologia pode contribuir para criar políticas públicas intersetoriais de agricultura, economia, meio ambiente, educação, cultura, saúde, turismo, assistência social e infraestrutura no território de Bonito, promovendo mais qualidade de vida para sua população e estimulando o desenvolvimento sustentável?”.

Apoiaram esta construção a Câmara Municipal de Vereadores, a Associação de Agricultores/as Vida Agroecológica; o Coletivo Aimirim; o Movimento Camponês Popular (MCP); o Mercado da Vida; o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (UFRPE); a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOPE); o Programa de Pós-graduação Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE); a Rede de estudantes e egressos da Escola de Agroecologia do Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA); o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA); o Instituto Abdalaziz de Moura (IAM); o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário de Pernambuco (CDRS/PE); o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Bonito; o Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Bonito (STR); a Comissão Estadual de Produção Orgânica de Pernambuco (CPOrg/PE).

Nesse sentido este Plano é resposta às deliberações da primeira Audiência Pública de Bonito, realizada em 29 de julho de 2020 com o objetivo de discutir a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica. Da segunda Audiência Pública, realizada em 02 de junho de 2021, com o objetivo de discutir os avanços do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica. E da Lei nº 1.257, de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre a criação da Política Municipal de Agroecologia e

Produção Orgânica de Bonito (PMAPO) e estabelece as diretrizes para o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito.

O processo metodológico que articulou a construção dos objetivos estratégicos e ações estabelecidas neste Plano, prezou para participação coletiva com o engajamento dos atores e organizações do território nas atividades, no qual recebeu um importante apoio de doutorandos pesquisadores e professores do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Foram desenvolvidas duas Audiências Públicas e cinco Seminários de Sensibilização e Formação durante o período de agosto a dezembro de 2021, que reuniu grupos de gestoras (es) e coordenadoras (es) pedagógicas da rede pública de ensino, agricultores (as) agroecológicos, consumidores do mercado da vida, agricultores (as) e lideranças de associações rurais, organizações de turismo, profissionais da saúde e da assistência social e Secretários (as) municipais de Bonito.

Durante esta construção as atividades seguiram todos os protocolos de segurança frente à pandemia da Covid -19, mediante as orientações estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelas autoridades estadual e municipal de saúde.

Neste sentido, Bonito dá os primeiros passos no Estado de Pernambuco na construção de sua política pública municipal de agroecologia e produção orgânica, tornando-se o primeiro município a construir diferentes estratégias, necessárias ao processo de transição agroecológica, impulsionado pela ação coletiva na incidência política de atores sociais, organizações públicas e privadas presentes no território. Este contexto local, reflete no território a ampliação da pauta da agroecologia, aliando-se a construção da Política e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Brasil, 2012) e da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica de Pernambuco (Pernambuco, 2021).

Por fim, convém destacar que este Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica integra o município de Bonito aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados em 2015, na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, no âmbito das metas a serem realizadas até 2030, a partir do Pacto Global e da agenda universal sobre os direitos da natureza.

No sentido de contribuir com esse pacto, este Plano, dialoga com seis dos 17 ODS, dos quais podemos citar: **(02) Fome zero e agricultura sustentável:** acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. **(04) Educação de qualidade:** assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. **(06) Água limpa e saneamento:** garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos. **(11) Cidades e comunidades sustentáveis:** tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. E **(12) Consumo e produção responsáveis:** assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Bonito como cidade visionária, dá um importante passo, por meio da ação coletiva construindo em seu território prioridades para curto, médio e longo prazo, vislumbrando territorializar a agroecologia como matriz de impulso ao desenvolvimento do territorial, como referência de inspiração aos demais municípios do Estado de Pernambuco que desejam avançar nesta direção.

2. CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE BONITO

2.1. Bonito e as características de seu território

O município de Bonito, localizado na região do agreste, interior do Estado de Pernambuco, está situado a aproximadamente 140 km da capital, conforme figura abaixo.

Figura 1: Mapa de localização do município de Bonito no estado de Pernambuco



Fonte: Adaptado de IBGE Cidades (2021).

Situado em zona de transição entre a Mata Atlântica e o Bioma Caatinga, o território de Bonito é dividido por distintas áreas e características produtivas com a presença de brejos de altitude. Por um lado, exige habilidades agrícolas para o manejo em altitude e com elevada precipitação de chuvas em alguns períodos do ano. E do outro lado, demanda a necessidade de manejo com uso de práticas de convivência com a dinâmica agrícola em áreas semiáridas durante todo o ano.

A beleza da biodiversidade vegetal e a riqueza dos recursos hídricos presentes nas cachoeiras, desperta na população do Estado, um turismo predatório, o qual demanda um processo de educação ecológico, integrado e sistemático, que assegure a minimização dos impactos, promovendo uma consciência ecológica sobre a importância da preservação e recuperação das áreas degradadas.

O município é caracterizado pelo cultivo agrícola de banana, inhame e hortaliças, o qual ainda se faz presente o uso de agrotóxico e de queimadas durante

o manejo, o que representa contraste que vai de encontro ao processo de transição agroecológica em curso.

O território também apresenta como diferencial dos demais municípios do Estado de Pernambuco, a existência de três Unidades Municipais de Conservação²¹, apesar de duas Unidades terem construído seus planos de manejo, na prática apresentam dificuldade de gestão, pela ausência de aporte financeiro das três esferas de governo para assegurar efetivamente o monitoramento e fiscalização deste patrimônio natural. Vale salientar que o município sozinho dificilmente terá condições suficientes para assegurar esta proteção e que seria necessária maior colaboração com o estado e a união, em diálogo com a população do território. Conta ainda com uma unidade militar do Corpo de Bombeiro que dar prontidão nos serviços de ocorrências de queimadas, quando denunciadas pela população.

Sobre a organização política-administrativa, Bonito foi emancipado no ano de 1839. É composto por uma área territorial de 480 km², uma altitude que varia entre 445 e 900 metros, acima do nível do mar, e apresenta um clima quente e úmido, além de apontar um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) equivalente a 0,591 (IBGE, 2010).

A população de Bonito é formada por um contingente de 37.566 mil habitantes, do qual 69,8% da população está concentrada no meio urbano e 30,2% da população no meio rural. Destaca-se ainda na composição populacional o percentual de 50,6% de mulheres (IBGE, censo 2010).

As características do território rural, Bonito apresentam estrutura de seis assentamentos da reforma agrária registrada pelo Instituto de Terra de Pernambuco (ITERPE), o qual acolhe 97 famílias, em uma área de 924 há.

²¹ (1) Unidade de Conservação Reserva Biológica da Mata da Chuva, (2) Unidade de Conservação Monumento Natural Municipal Pedra do Rosário (BONITO, 2011) e (3) Unidade de Conservação Parque Natural Matas do Mucuri-Hymalaia (BONITO, 2010).

Quadro 1: Unidades Produtivas Cédula da Terra e Crédito Fundiário

Associação	Imóvel	Área/ha	Nº Família
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Mucuri	Fazenda dois Braços	66,44	9
Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Serra dos Ventos	Fazenda Serra dos Ventos	292,61	20
Associação dos Pequeno Agricultores do Assentamento do Povoado da Pedra do Rodeadouro	Fazenda Rodeadouro	44,50	6
Associação dos Moradores do Engenho Barbosa	Engenho Santa Alice	223,3	30
Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Jussara	Fazenda Pratinha	102,86	10
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Sol Nascente	Fazenda Sol Nascente	194,57	22
TOTAL		924,28	97

Fonte: Dados ITERPE, setembro 2021.

Com relação aos assentamentos da reforma agrária registrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no município de Bonito identifica-se três assentamentos de jurisdição federal, com capacidade para 236 famílias e uma área de 2.588,5 ha.

Quadro 2: Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária

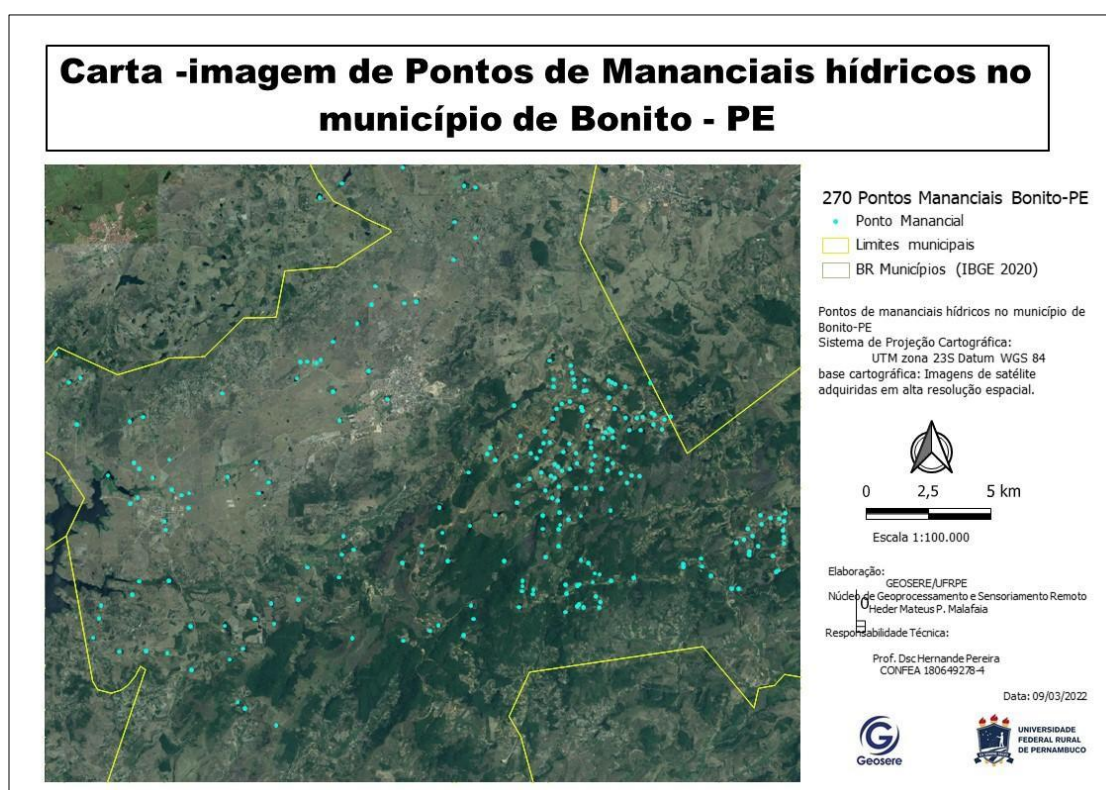
Nome do Projeto	Área/ha	Capacidade de Famílias
PE 0049000 PA Barra Azul	859,7262	68
PE 0064000 PA Serra dos Quilombos	893,3000	70
PE 0119000 PA Riachão	835,5000	98
TOTAL	2.588,5262	236

Fonte: Dados do INCRA, julho de 2021.

O município de acordo com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Bonito apresenta um universo de 48 (quarenta e oito) associações rurais, (Anexo I). (Dados CMDRS, julho de 2021). Com relação ao registro dos/as agricultores e agricultoras na Declaração de Aptidão ao Programa de Apoio à Agricultura Familiar (DAP), no município registra-se²² 4.432 (quatro mil quatrocentos e trinta e dois), unidades cadastradas, desse número, segundo o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), 2.740 (dois mil setecentos e quarenta) registros estão inativos – suspenso ou com validade vencida. (Dados do IPA, junho de 2021).

No campo do turismo, o município apresenta uma riqueza no potencial hídrico de aproximadamente 270 (duzentos e setenta) nascentes, o qual diferencial dos demais municípios da região (dados Geosere/UFRPE, outubro de 2009).

Figura 1: Mapeamento dos pontos de mananciais hídricos de Bonito



Fonte: Geosere/UFRPE, março de 2022.

²² Número com base nas organizações credenciadas que operacionalizam a emissão da DAP no município de Bonito. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bonito - STR, o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – SINTRAF e o Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA).

Destaca-se ainda no território, sete cachoeiras das mais conhecidas²³, uma rede de 23 (vinte e três) pousadas e hotéis, 17 (dezesete) espaços que ofertam serviços e lazer (Cachoeiras, piscinas, teleférico, passeio de balão, etc), uma rede de 59 (cinquenta e nove) restaurantes, lanchonetes, bares e similares. Além do universo de 16 (dezesesseis) serviços de delivery (pizzaria e similares) há uma Associação de Guias Turísticos locais, profissionais credenciados que atuam como guia nos diversos itinerários turísticos do município. (Dados da Secretaria de Turismo, Juventude, Esporte e Lazer, outubro 2021).

Esse conjunto de iniciativas de apoio ao turismo em Bonito, alerta no processo de transição agroecológica, no qual aponta demanda para a produção e consumo de alimentos de base agroecológica pelos agricultores e agricultoras familiares do município. Assim como também requer das secretarias municipais e da gestão pública um plano de sensibilização mais amplo sobre os benefícios ecológicos, sociais e ambientais as populações que fazem uso dos serviços de turístico do município.

Na estrutura da educação pública, o município é composto por uma rede de 32 (trinta e duas) escolas municipais, das quais 12 (doze) são urbanas e 20 (vinte) são rurais. As quais reúnem 5.947 (cinco mil novecentos e quarenta e sete) estudantes. Além de três escolas estaduais, que reúnem 1.954 (mil novecentos e cinquenta e quatro) estudantes e quatro escolas privadas, conforme a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bonito, (Anexo II). (Dados da Secretaria de Educação de Bonito, julho de 2021).

Observa-se que o universo das escolas e a quantidade de estudantes da rede pública de ensino de Bonito pode ser um dispositivo de impulso ao processo de transição agroecológica do município, podendo oferecer um amplo processo de sensibilização dos discentes e seus familiares, apoiando na construção do conhecimento agroecológico, na contratação e oferta de alimentos da agricultura familiar com programas específicos e na formação política nas dimensões autogestionárias das comunidades para produção, comercialização e consumo responsável, em harmonia com a preservação ambiental do município.

²³ Cachoeira Véu de Noiva I, Véu de Noiva II, Pedra Redonda, Paraíso, Barra Azul, Camping Mágico e Corrente/Ecoparque.

3. DIAGNÓSTICO

Para a construção do PLANAPO, optamos pela realização de cinco seminários de sensibilização e formação que também tinha o objetivo de colher propostas para a construção preliminar do plano. Este passo foi importante pois a população em geral, não conhecia o debate da agroecologia e como este se vincula com todas os temas que se preocupam com a conservação e restauração do meio ambiente. Foram eles:

TEMÁTICA	PÚBLICO ALVO
Educação e Meio Ambiente	Gestoras (es) e Coordenadoras (es) pedagógicos da rede pública de ensino de Bonito e Agroecologia
Saúde, alimentação Saudável e Meio Ambiente	Agentes da Saúde e da Assistência Social e Agroecologia
Agricultura e Meio Ambiente	Representações e Agricultores (as) de associações rurais e Agroecologia
Consumo Consciente e Agroecologia	Agricultores(as) agroecológicos e consumidores do Mercado da Vida
Desenvolvimento, Economia e Meio Ambiente	Agentes de Turismo e Agroecologia

OBS: No último seminário, foram mobilizados diferentes atores econômicos do município, mas a participação principal foram aqueles vinculados ao turismo (agentes de turismo).

Nos seminários, foi possível realizar um diagnóstico prévio, que caracterizou a base para construção das diretrizes das ações construídas neste Plano de Agroecologia e Produção Orgânica.

3.1. Educação e Meio Ambiente



Fonte: Secretaria de Agricultura, agosto, 2021.

O Seminário de Sensibilização e Formação foi realizado em 19 de agosto de 2021, na sede da AABB de Bonito, facilitado pelo prof. Paulo Santana e o prof. Abdalaziz de Moura com o apoio da Secretaria de Educação de Bonito.

Foram questões apontadas pelos participantes:

- a) Necessidade de desenvolver no município um estilo de vida que apoie na saúde das pessoas e do solo (mãe terra);
- b) Cultura alimentar a partir da escola: ensinar como a escola pode produzir alimentos para que aquele conhecimento seja replicado na casa dos estudantes?
- c) Levar conhecimento para os familiares: como a escola pode fazer pesquisa ou trabalhar conhecimentos que valorizem e envolvam os familiares, tornando-os parte da construção do conhecimento?
- d) Valorização da agricultura orgânica: comida saudável para o consumidor e valorização financeira do trabalho das famílias, sendo sensibilizado pela escola;
- e) Reciclagem e compostagem para criar esterco e adubo orgânico, como a escola poderia apoiar nesta dimensão, como currículo na prática escola;
- f) Círculo de sustentabilidade. Como a escola poderia estimular aos estudantes e seus familiares a produzirem o necessário para não precisar comprar de fora, gerando um equilíbrio econômico para as famílias rurais;
- g) Sementes crioulas: valorização e cultivo por meio de práticas curriculares nas escolas;

- h) Resistência ao não uso de agrotóxicos: demonstrar às crianças que é possível produzir sem veneno e de forma lucrativa, trabalhando nas escolas;
- i) Estimular o consumo local e natural: forma de incentivar, a partir das crianças (ponte/elo), os produtores locais e repensar o consumo nas escolas (evitar alimentos industrializados);
- j) Conscientização dos estudantes por meio do desenvolvimento de práticas pelos professores (capacitação com visitas técnicas), com o apoio de parcerias com outras secretarias, e promoção de palestras e eventos sobre agroecológicos;
- k) Distribuição e armazenamento de sementes crioulas (ex. Feira de troca/distribuição de sementes e aulas sobre armazenamento);
- l) Resgates de práticas ancestrais, culturais e artísticas (ex. Casas de farinha, hortas comunitárias e compostagem, agricultura de base ecológica);
- m) Fortalecer as parcerias intersetoriais com as demais secretarias municipais de bonito, para somar na construção da agroecologia nas escolas;
- n) Compostagem de resíduo escolar: promover a redução do resíduo que seria descartado e dar nova utilidade (adubo ou alimentação animal), podendo expandir para os resíduos orgânicos de toda administração pública;
- o) Conscientização campo x escola x campo: processos de formação para estimular os/as professores/as atuarem com a ideia da agroecologia;
- p) Necessidade de articulação família x escola: por meio da criação de núcleos de convivência da escola, família, amigos, igreja, etc.;
- q) Ações na pré-escola: iniciar a conscientização desde crianças sobre a agroecologia.
Pois as crianças costumam ter maior impacto (poder de convencimento) em casa por serem insistentes “pentelhas”. E que podem somar na afirmação da agroecologia;
- r) Uso de ecotecnologias: fazer registros de audiovisual de depoimentos e atividades dos agricultores (realidade) para passar nas escolas ou em parceria com os estudantes e professores/as. A ação visa levar os/as agricultores/as e suas práticas para dentro das escolas;
- s) Resgate de parcerias: mobilizar agentes, organizações, secretarias municipais para promoção de bonito saudável;
- t) Levar os/as agricultores/as para escola: articular intercâmbios de saberes com palestras dos agricultores/as nas escolas e visitas dos estudantes as propriedades rurais;

- u) Ações comparativas (com veneno x sem veneno): promover ações de comparação de produtos agroecológicos x com veneno para sensibilizar das diferenças e impactos de um e outro;
- v) Ações conjuntas com espaços públicos, buscar parcerias com as instâncias nacionais e estaduais para promover a agroecologia no município;
- w) Ampliar ações de fiscalização/acompanhamento de produtores/as: ampliar e promover ações de articulação, fiscalização, acompanhamento (inclusive técnico) com agricultores (as);
- x) Através da sensibilização (conscientização) e desconstrução do conceito de que o alimento orgânico é caro: “a agroecologia não é só alimento sem veneno, é muito mais! É amor, respeito, saúde, amor ao próximo, é sociedade saudável!” Como a escola pode ajudar no processo? O ideal não é conscientizar e sim sensibilizar (sensibilizar é sentir, é íntimo), ampliar o olhar;
- y) Alinhar o conhecimento científico, teórico e prático da agroecologia e produção orgânica;
- z) Ofertar através da arte, teatro, dança, jogos, mamulengos, etc. A importância do consumo consciente e de uma vida mais sustentável: tratar com arte, arte vem para agregar sentido. Com arte também se ensina.



Fonte: Secretaria de Agricultura, agosto, 2021.

Para continuidade, acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal a partir deste encontro foi formada uma comissão com representação das escolas: Maria de Fátima (Bahia), Maria Jéssica da conceição, Luciane, Luzia, Roseane e Avani.



Fonte: Secretaria de Agricultura, agosto, 2021.

Participaram deste Seminário, 39 pessoas, das quais destacam-se que em sua maioria as gestoras/es, supervisoras/es e coordenadoras/es no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura a qual representavam 80% da rede de escolas públicas de Bonito, agricultores agroecológicos do mercado da vida, militantes do movimento sem terra (espaço feminista do MST), Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Bonito, Associação Vida Agroecológica, consumidores do Mercado da Vida, estudantes e egressos de Agroecologia da Escola do Serta, professores do Serta, do Instituto Abdalaziz de Moura e do Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UFRPE.



Fonte: secretaria de agricultura, agosto, 2021.

Assim como também participaram o Secretário de Agricultura (José Marcos), o Secretário de desenvolvimento (José Pinheiro), a Diretoria de Educação (Prof. Vânia Carla) e a representante da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (Prof. Mireli Silva).

3.2. Consumo Consciente e Agroecologia



Fonte: Secretaria de Agricultura, setembro, 2021.

O Seminário de Sensibilização e Formação foi realizado no dia 27 de setembro de 2021, na sede da AABB de Bonito. As discussões foram facilitadas pelo professor pesquisador Paulo Santana (PPGADT/UFRPE) e do Secretário de Agricultura Marquinho da Garagem. O debate foi orientado pela seguinte questão orientadora: “Como a Agroecologia pode contribuir para criar políticas públicas intersetoriais de agricultura, meio ambiente, educação, cultura, saúde, assistência social e infraestrutura no território de Bonito, promovendo mais qualidade de vida para sua população e estimulando o desenvolvimento sustentável?”.



Fonte: Secretaria de Agricultura, setembro, 2021.

O Seminário contou com a participação de 33 pessoas, dentre eles representantes da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar; Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Sustentabilidade; Associação Vida Agroecológica; Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA); FETAPE (Meio Ambiente); Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (ADAGRO); Mercado da Vida; Câmara Municipal de Vereadores; Movimento Camponês Popular (MCP); Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE); estudantes e egressos do Curso Técnico em Agroecologia do SERTA, consumidores do Mercado da Vida, além de representantes da sociedade civil.



Fonte: Secretaria de Agricultura, setembro, 2021.

Foram questões apontadas pelos participantes:

- a) Necessidade de ampliar no território os conhecimentos sobre agroecologia, por meio de ações na rede de educação básica (sensibilização e formação que eleve o maior número de estudantes ao conhecimento da agroecologia);
- b) Diante da problemática do lixo no município, implementar iniciativas para o tratamento dos resíduos sólidos,
- c) Ampliar a compra de alimentos pelo Programa de Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (comercialização dos produtos orgânicos e de base agroecológica);
- d) Investir na propaganda, desmistificando a agroecologia e produção orgânica – O que é agroecologia e a importância da alimentação orgânica para a população (comunicação por meio dos veículos e redes sociais que circulam no município);

- e) Implantação de Núcleos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER municipal de agroecologia, com foco na transição agroecológica das associações rurais;
- f) Revitalização do Pátio da Feira com tratamento da água do rio que passa no entorno em esgoto céu aberto;
- g) Sensibilização do público por meio de atividades educativas do público em geral e também para professores, pais, alunos e servidores na rede de escolas de Bonito;
- h) Sensibilização e articulação das lideranças religiosas para alcançar um maior número de pessoas por meio das atividades religiosas;
- i) Instalação de um ponto de sensibilização do Mercado da Vida no pátio da feira para não só divulgar a sua existência e importância de uma vida mais saudável por meio da alimentação e da agroecologia;
- j) Utilizar do espaço das rádios para divulgar o Plano de Agroecologia;
- k) Necessidade da oferta de alimentos a população de Bonito, por meio da implementação de circuitos curtos de comercialização de feitas orgânicas nas comunidades e bairros de Bonito: COHAB, Frei Damião, Cachoeira, Morena, Sapucaia, Boa Vista, Mutirão, Arlindo, Mucuri, Jardim América e Alto Bonito. Mediante planejamento da produção e condições de instalação;
- l) Estruturar trabalhos artesanais através do reaproveitamento dos insumos da agricultura familiar.



Fonte: Secretaria de Agricultura, setembro, 2021.

Para continuidade, acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal a partir deste encontro foi formada uma Comissão com representação dos agricultores

agroecológicos e consumidores do Mercado da Vida: Vereadora Anaclea, Felipe (Pituiu), Cláudio, José Ciriaco, Manoel, Natasha e Mônica.

3.3. Agricultura e Meio Ambiente



Fonte: Secretaria de Agricultura, setembro, 2021.

O Seminário de Sensibilização e Formação foi realizado no dia 30 de setembro de 2021 na sede do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Contou com a participação de 18 participantes, dentre eles representantes da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar; Associações do Mucuri; Associação do Sítio Rodeador; Associação Santa Alice; Associação Pau D'arco; Associação Vida Agroecológica; OCS Vida Agroecológica; Mercado da Vida; Movimento Camponês Popular (MCP); Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE); estudantes e egressos do Curso Técnico em Agroecologia do SERTA, além de consumidores do Mercado da Vida.



Fonte: Secretaria de Agricultura, setembro, 2021.

A discussão foi facilitada por Germano de Barros, diretor da escola de Agroecologia do Serta e membro do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pernambuco e do professor do Serta e pesquisador Paulo Santana (PPGADT/UFRPE) com o apoio da Secretaria de Agricultura de Bonito.

Foram questões apontadas pelos participantes:

- a) Necessidade de assistência técnica e extensão rural para transição agroecológica que atue e todas as associações rurais, a partir de um processo de mobilização comunitária;
- b) A importância da comunicação sobre a agroecologia nas comunidades rurais, a partir da ampliação fazendo uso dos veículos de comunicação existente em bonito;
- c) Programa de educação ambiental e produção orgânica de base agroecológica nas escolas com a conscientização das crianças, pais e responsáveis. Garantido a continuidade e ampliação da toda rede pública de ensino;
- d) Sobre a problemática do uso de agrotóxico pelos (as) agricultores (as) das associações rurais e a insegurança de deixar de fazer uso, sobre o medo de perder a produção, a necessidade de um programa de formação específica sobre como fazer defensivos naturais, biofertilizantes, técnicas de manejo do solo, cultivos em rotação e diversificação de cultura, etc.
- e) A necessidade da mobilização social das famílias nas comunidades refletiu-se a dificuldade dos agricultores (as) fazerem presença nas reuniões na cidade, para tanto ficou o indicativo de levar as discussões para dentro das associações rurais, fazendo uso dos espaços das assembleias comunitárias, que já acontecem a cada mês nas comunidades;
- f) Necessidade de maior esforço/articulação conjunta das organizações que atuam no território de bonito, no apoio a transição agroecológica: secretaria de agricultura, IPA, associação, ONG, universidades, no apoio da ampliação dos conhecimentos da agroecologia junto às comunidades rurais;
- g) Dependência dos agricultores (as) do mercado industrial das sementes usadas no cultivo agrícolas, que impõe sementes geneticamente modificadas, frente a necessidade de apoiar as comunidades rurais com metodologias e estratégias autogestionárias que assegurem a valorização e preservação de sementes

- crioulas, por meio das práticas familiares ou com a institucionalização de bancos de sementes comunitários;
- h) Necessidade de ampliar a formação de nível técnico em agroecologia, articulando a escola técnica estadual de bonito com o objetivo de dar continuidade na formação dos estudantes do meio rural sobre agroecologia, a exemplo da escola de agroecologia do Serta;
 - i) Necessidade de uma política de crédito com foco na implementação e ampliação das iniciativas de agroecologia na agricultura familiar;
 - j) Necessidade de maior visibilidade e valorização dos preços dos produtos orgânicos produzidos pelas comunidades no âmbito das associações, fomentando estratégias e conhecimentos que apoiem na importância da produção de base agroecológica;
 - k) Existência de turismo predatório no território, a necessidade de pensar estratégias a partir da preservação dos recursos naturais (solo, água, vegetação...). Diante da problemática da contaminação dos recursos hídricos e desmatamento de áreas com retirada de madeira e uso de fogo;
 - l) Programa de conscientização sobre a contaminação das áreas com o lixo;
 - m) Realizar os encontros de sensibilização e formação dessa natureza com as comunidades rurais para sensibilizar outras famílias;
 - n) Mapear as potencialidades produtivas agrícolas e pecuárias do município, com ênfase no planejamento das atividades para transição agroecológica.

Nesta discussão ficou evidenciado o elevado índice de veneno usado pelos agricultores/as vinculados as Associações Rurais, os quais foram identificados os tipos, culturas e função de uso, conforme a seguir:

Produtos/Culturas	Agrotóxico e fertilizantes	Para quê?
Banana comprida	Furadan	Para combater o moleque (broca)
Banana	Lanato	Combater a lagarta
Mato	Roundap	Matar o mato
Tomate	Ridomil	Doenças (pinta preta, cercosporiose, fungos...)

Todas (Inhame, batata, macaxeira)	062412	Adubo de enraizamento
Todas (Milho)	Ureia	Enverdeamento das plantas
Solo	Adrin	Mata insetos (formigas)
Todos (Inhame, batata, macaxeira)	201020	Crescimento das plantas
Alface, pimentão, repolho..	Tamaron	Inseticida
Banana	Ditane	Limpar a banana
Árvore em geral	Tordon	Matar toco (evita a germinação das plantas)
Árvore em geral	Tux	Mata toco (evita a germinação das plantas)
Cana-de-açúcar/Cará	Regente	Mata o cupim

Esse levantamento, apesar de realizado com base em relatos das famílias agricultoras e não por diagnósticos em análise de monitoramento de resíduos, não dimensiona a quantidade de agrotóxico utilizado no território.

As informações merecem atenção, pois duas das substâncias identificadas pelas famílias ainda em uso foram desautorizadas na agricultura, com base na Resolução RDC N 1 de janeiro de 2011 (Brasil, 2011) e na Resolução N 185 de outubro de 2017 (Brasil, 2017), que tratam respectivamente sobre a proibição de uso e o comércio do Tamaron (Metamidofós) e Furadan (Carbofurano) na agricultura por causarem vários efeitos neurotóxicos a saúde.

No entanto, alertamos para necessidade de desenvolver ações coletivas de apoio as estratégias para intensificar os processos de fiscalização, sensibilização e formação que impulsionem a construção do conhecimento agroecológico para transição agroecológica das famílias agricultoras.

Para continuidade, acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal a partir deste Seminário foi formada uma comissão com representação de associações rurais: Isaias Santino da Silva, Michele Sales da Silva e José Armando (Rajado).



Fonte: Secretaria de Agricultura, setembro, 2021.

3.4. Desenvolvimento, Economia e Meio Ambiente



Fonte: Secretária de Turismo, outubro de 2021.

O Seminário de Sensibilização e Formação foi realizado em 21 de outubro de 2021, no auditório da Secretaria de Turismo, Juventude, Esporte e Lazer de Bonito-PE. Com a facilitação do professor Paulo Santana, com apoio da secretaria de turismo. O encontro contou com a participação de 21 pessoas, dentre eles, representantes da Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar; Câmara Municipal de Vereadores, Associação Vida Agroecológica; OCS Vida Agroecológica; Associação de Guias Comunitários de Turismo de Bonito, Sociedade Civil, Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE); estudantes e egressos do Curso Técnico em Agroecologia do SERTA, além de consumidores do Mercado da Vida.



Fonte: Secretária de Turismo, outubro de 2021.

Foram questões apontadas pelos participantes:

- a) A necessidade de estrutura em Bonito uma rede de **turismo de vivência**, podendo contemplar as experiências de artesanato e de práticas nas propriedades agroecológicas, articulando a venda dos produtos produzidos. Possibilitando maior vínculo dos turistas com a responsabilidade junto às iniciativas locais;
- b) Incluir nas peças de comunicação institucional do turismo de Bonito, o apelo pela **consciência ecológica**, e a corresponsabilidade com a preservação do patrimônio natural de Bonito. Ampliando o compromisso com a reciclagem do lixo, do consumo de alimentos de base agroecológica, etc;
- c) Rede de restaurantes e pousadas com a comunicação direcionada para o turismo ecológico a partir da oferta de cardápios com produtos da comunidade de base agroecológica;
- d) Infraestrutura de comunicação e fiscalização articulada com os guias de turismo locais, no sentido de fortalecer a consciência ecológica dos turistas;
- e) Presença de queimadas, uso de agrotóxicos e desmatamentos, o que ameaçam o turismo de Bonito, o clima tão procurado, além da extinção de espécies animais e vegetais, com destaque na extinção dos agentes polinizadores, o que acarreta sérias consequências à reprodução dos alimentos com as floras;
- f) Necessidade de ampliar as edições anuais do Festival de Gastronomia com ênfase na produção agroecológica, articulando as iniciativas locais e os conhecimentos praticados na alimentação e saúde a partir dos alimentos;

- g) Necessidade da formação dos empreendimentos (restaurantes, hotéis, pousadas e similares) sobre a agroecologia;
- h) Necessidade de estrutura o Plano de Comunicação do Mercado da Vida, pensando a faixa do prédio e o uso das redes sociais, difusoras, rádio comunitária e demais veículos de comunicação atuante em Bonito;
- i) Necessidade de desenvolver processos formativos com os guias locais de turismo sobre a perspectiva agroecológica.

Este seminário deveria ter tido uma maior participação com os diferentes setores do comércio, da indústria e serviços. Porém, ressalte-se que esse público possui poucas estruturas de organização coletiva o que tornou a mobilização mais complexa. O diagnóstico indicou que é importante construir um processo específico de sensibilização para os agentes econômicos presentes no município.

Ao término das devoluções dos grupos foram indicados como comissão para dar continuidade à construção do Plano Municipal de Agroecologia representantes dos segmentos do Turismo, formado por José Ernandes, Rafael Pereira, Wagner Wilker, Acauã Lima e Cícero Marinho.

3.5. Saúde, alimentação Saudável e Meio Ambiente



Fonte: Secretaria de Agricultura, dezembro, 2021.

Participaram deste Seminário de Sensibilização e Formação, 25 pessoas, das quais destacam-se a Secretária de Assistência Social, Secretário de Agricultura,

diretora de meio ambiente, agente social, nutricionista, psicólogo, Técnico de enfermagem, sanitaria, agente comunitário de saúde, agricultores e agricultoras da OCS Vida Agroecológica e do Mercado Público da Vida, pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UFRPE.

Durante a sistematização das discussões, registrou-se:

- a) Necessidade de sensibilizar a população sobre alimentação saudável, formações nos bairros de Bonito;
- b) Articular o programa da primeira infância – Criança Feliz;
- c) Contraste entre o desperdício das frutas e o refrigerante na mesa. “Se você ama sua família não bote refrigerante na mesa”;
- d) A cultura na zona rural é de deixar de comprar macaxeira, batata doce, inhame para comprar pizza;
- e) Muito uso de tempero artificial no sabor das comidas;
- f) Incentivar a população a não consumirem produtos industrializados para comprar alimentos saudáveis de origem orgânica;
- g) Antes víamos muito uso de chás de capim santo, laranja e agora Rivotril, clonazepam, diazepam, pondera, fluoxetina. Os saberes tradicionais estão sendo ignorados e muitas vezes as comunidades nem conhecem mais;
- h) A necessidade de pensar Farmácias Vivas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS);
- i) Hortas em quintais produtivos e Sistemas Agroflorestais.



Fonte: Secretaria de Agricultura, dezembro, 2021.

A organização dos serviços públicos de saúde e assistência social ofertados a população, segundo levantamento prévio pelos participantes, são caracterizados pela existência de:

- 89 Agentes Comunitários de Saúde;
- 16 Agentes de Endemias;
- 10 Agentes Sociais;
- 01 Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS)
- 03 Centros de Referência em Assistência Social (CRAS)
- 01 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (PETI)
- 10 Unidades Básicas de Saúde (UBS);
- 01 Unidade Pública de Atendimento Especializado (UPAE);
- 01 Hospital Regional;
- 01 Centro de Especialidade em Odontologia (CEO);
- 01 Associação (APAE);
- 01 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Problemas comuns identificados nas comunidades de Bonito

Foi refletido sobre as problemáticas e doenças mais comuns identificados pelos profissionais de saúde e de assistência social junto às populações mais vulneráveis de Bonito. O diagnóstico prévio identificou a presença: Fome; Diabetes (DM); Depressão; Hipertensão (HAS); Autismo/Hiperatividade (TDAH); Desnutrição; Ansiedade; Câncer; Mal de Alzheimer; Colesterol Alto; Infertilidade; Dermatite Tópica; Má formação de feto; Problema Tireoidiano; Problema Renal; e Intoxicação.



Fonte: Secretaria de Agricultura, dezembro, 2021.

Ao término das devoluções dos grupos foram indicados como comissão para dar continuidade à construção do Plano Municipal de Agroecologia representantes dos segmentos da saúde e assistência social Edilene Santos, Antônio Ramos, Rosinaldo da Silva, Maria Aparecida e Maria Cosma.

4. METODOLOGIA DESENVOLVIDA NA CONSTRUÇÃO DO PLANO

A metodologia desenvolvida teve como base a dimensão sociológica da ação coletiva, como concepção necessária a construção social da agroecologia, tendo como centralidade o envolvimento no processo, os diversos atores, organizações públicas e privadas do território de Bonito/PE. A partir das primeiras discussões até o estágio da criação da Política e do Plano Municipal de Agroecologia, no ano de 2022, essa construção teve um horizonte temporal de 13 (treze) anos de sensibilização para construção.

Sendo que a partir do segundo semestre de 2019, esse processo passou a ganhar impulso metodológico, que para além da articulação da prefeitura no âmbito de suas secretarias municipais, das organizações de agricultores, sociais e privadas. A iniciativa foi incubada pelo Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), o qual apoiou com a participação de doutorandos pesquisadores/as e professores/as, que de forma sistemática contribuíram diretamente com a construção metodológica desta ação.

As convergências desse processo seguiram o itinerário metodológico a partir da Pedagogia Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS), que nos argumentos do educador e filósofo Abdalaziz de Moura, afirma que:

O conhecimento da realidade territorial pode favorecer o conhecimento autogestionário das comunidades na solução de seus problemas. Para que haja esse conhecimento/reconhecimento é preciso investir nas gerações que estão sendo formados, agora, na escola, de maneira diferencial. Eis aí o desafio: discutir a escola, seus conteúdos, sua pedagogia e sua relação com os demais espaços educativos. (MOURA, 2005, p.5).

Os princípios da PEADS, tem centralidade nos conhecimentos prévios dos atores sociais do território, e a partir deles se busca problematizar a realidade e refletir profundamente sobre ela, elevando ao patamar da ação os conhecimentos construídos com os atores e organizações do território.

4.1. O processo de Construção da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica em Bonito

O município de Bonito é uma das experiências que podemos citar no contexto estadual que, sobretudo nos últimos seis anos vêm acumulando resultados significativos em termos de transição agroecológica, por meio de ações envolvendo atores e organizações sociais em parceria com entes públicos, tais como a Câmara Municipal de Vereadores e Prefeitura de Bonito no âmbito de suas secretarias municipais.

A participação de diferentes atores sociais tem colaborado para a construção de diferentes estratégias importantes para fortalecer a transição agroecológica no município como um todo. Esse processo emancipatório tem contribuído para a transição agroecológica, protagonizado por lideranças comunitárias, agricultores/as familiares, organizações sociais e públicas, de forma a reconfigurar não somente o meio rural, mas também levar o debate para o espaço urbano, com o fortalecimento de estratégias de produção, comercialização e consumo baseados nos circuitos curtos de comercialização, comércio justo e consumo responsável.

Essa construção vem se dando com a ação coletiva e articulada entre algumas organizações que passaram a mobilizar a sociedade e o poder público. Dentre estas pode-se citar a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOO) e o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC), ambos articulados pelos/as professores/as da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)²⁴, o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA)²⁵, com a experiência da formação técnica em agroecologia ministrada, o coletivo Aimirim²⁶ e a articulação dos extensionistas locais do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), que envidaram esforços coletivos para dialogar com as secretarias municipais e câmara de

²⁴ Por meio da pesquisa e extensão universitária desenvolveram trabalhos com a participação de estudantes coordenados por professores/as no âmbito de projetos financiados pelo CNPq.

²⁵ O SERTA é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI), associação sem fins lucrativos, que ao longo de 32 anos, vem emancipando gerações com a missão de “formar pessoas para atuarem na transformação das circunstâncias econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas na promoção do desenvolvimento sustentável”. É uma escola de nível médio que forma técnicos em Agroecologia. Acesso em: www.serta.org.br

²⁶ Coletivo de pessoas de diferentes áreas do conhecimento, com vínculo histórico com o município de Bonito, que a partir do ano de 2015 iniciou um processo de transição agroecológica. Ao chegar no município encontraram as condições propícias para ampliar a proposta no sentido de territorializar a agroecologia e a economia solidária.

vereadores de bonito, permitindo o início de um processo promissor de transição agroecológica no município.

As ações de convergências desenvolvidas nesta trajetória social contemplaram a realização de assessoria técnica, pesquisa e extensão rural universitária nos âmbitos da economia solidária e agroecologia, tanto na zona rural quanto na urbana, assim como também na construção de estratégias de promoção da agroecologia no território.

Como resultado desta construção coletiva pode-se citar a inauguração do Mercado da Vida²⁷ em 2016, um centro público de comercialização da produção agroecológica que envolve mais de 20 famílias de agricultores e agricultoras com o objetivo de consolidar sistemas produtivos, comércio justo e consumo responsável, cujas bases estão fundamentadas nos princípios da agroecologia. Além disso, a fundação da associação dos agricultores/as vida agroecológica e a constituição de seu cadastro como organização de controle social (OCS)²⁸, resultou numa organização de base comunitária que organiza os atores e discute processos de transição agroecológica nas comunidades.

Em paralelo, merece destaque a ação do Serta que vem atuando na formação dos técnicos em agroecologia do município. Já foram formadas três turmas, em ciclos distintos de técnicos em agroecologia, profissionais qualificados, que refletem a realidade e com base nela, contribuem para a ação, por meio de processos participativos na extensão de práticas de base agroecológica.

E ainda nesta mesma trajetória, vale enfatizar o processo de sensibilização e de educação em agroecologia junto às escolas e à população em geral. Isso envolveu desde a criação de hortas escolares, como forma de diversificar a alimentação das crianças e fomentar hábitos alimentares saudáveis, até a realização de oficinas de alimentação saudável, diferentes processos formativos sobre economia solidária, consumo consciente, uso indiscriminado de agrotóxicos, etc., ou seja, todas estratégias educativas que contribuíram com o processo em construção de consolidação da agroecologia no município.

²⁷ Mercado Público que funciona durante a semana nos dias de quintas, sextas e sábados, das 7h às 13h. <https://www.facebook.com/mercadodavidaPE>. São ofertados produtos agroecológicos in natura direto da roça, assim como também alimentos beneficiados a toda população de Bonito desde dezembro de 2016.

²⁸ Organização de Controle Social Vida Agroecológica (OCS - PE 38) que habilita 22 agricultores/as orgânicos cadastrados junto ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) desde 25 de abril de 2017.

Esses resultados se inserem no contexto nacional, em que a dimensão política organizativa da transição agroecológica, passa a incidir nos espaços públicos governamentais, a partir da participação social, na elaboração de políticas estaduais e municipais.

Em 2012, o processo de participação social corroborou com a constituição da política nacional de agroecologia e produção orgânica (PNAPO)²⁹. Iniciativa que institucionaliza um conjunto de diretrizes para agroecologia com enfoque intersetorial. Durante esta última década, percebe-se que essa discussão ganhou prioridade no debate do território nacional, impulsionado pelos movimentos e organizações sociais e da agricultura, que amplia as políticas públicas da agroecologia, nas suas diversas dimensões junto aos segmentos governamentais.

Em 2013, concretamente esta política é instrumentalizada com a construção do I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (I PLANAPO) e em 2016 passa a ser atualizado com o II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (II PLANAPO), os quais ampliam a ação da agroecologia de forma intersetorial no território.

Neste sentido, em julho de 2020, essa trajetória social teve um marco importante em Bonito com a mobilização da população para a primeira Audiência Pública municipal com o intuito de ampliar a discussão sobre o Plano Municipal de Agroecologia e produção Orgânica de Bonito. Essa ação social e política³⁰, mobilizou a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Prefeitura Municipal de Bonito no âmbito das secretarias municipais, Câmara Municipal de Vereadores, Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), Associação Vida agroecológica, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), além da expressiva participação de outros/as atores/as e organizações sociais que acompanharam o debate da ocasião. Segundo o relatório da Audiência Pública (2020), a discussão do encontro teve como encaminhamento:

- a) *Criar um grupo metodológico de trabalho para apresentar uma proposta de decreto para formação da comissão municipal para o Plano;*

²⁹ Decreto N° 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

³⁰ Audiência Pública Realizada Pela Plataforma Zoom, Devido aos Protocolos da Pandemia Covid-19, Com Participação de 46 Pessoas Online. A Transmissão no Facebook Via Página “Eu Amo Bonito” Online, Registrou Mais De 900 Visualizações. Realizada em 26 de julho de 2020.

- b) Construção do Decreto para formação da Comissão elaboradora do Plano Municipal de Agroecologia;*
- c) Inserir as ações de agroecologia e do Plano/Política de Agroecologia no PPA 2021-2024;*
- d) Criação de um passo a passo e um cronograma para o Plano e a Política Municipal de Agroecologia;*
- e) Criação de um relatório escrito para documentar o início do processo.*

Em 2021, o estado de Pernambuco marca essa trajetória de construção social com a criação de Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica³¹. A qual respectivamente habilita o território dos municípios a debaterem e constituírem estratégias para criação das suas políticas municipais de agroecologia.

Neste contexto, compreende-se que a participação dos atores sociais tem colaborado para a construção de estratégias importantes para fortalecer a transição agroecológica no município, que está relacionado ao apoio à construção da política e do plano municipal de agroecologia no município.

Nesse sentido, esse processo de construção contou com o apoio de professores e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE), que além do apoio institucional, também articulou a pesquisa do doutorando Paulo Santana que teve como território de estudo o município de Bonito. Seu estudo tem o objetivo de analisar o processo de construção do conhecimento agroecológico, resultante das diferentes estratégias de transição agroecológica, a participação social e a incidência dos atores públicos e privados e suas organizações, no fortalecimento da identidade territorial e da agroecologia no município de Bonito-PE, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas de agroecologia, refletindo uma tendência nacional.

Em junho de 2021, foi realizada a segunda Audiência Pública pela Câmara Municipal de Vereadores e a Prefeitura de Bonito, através das Secretarias de Agricultura e de Meio Ambiente. Com o Tema “Construindo Avanços em Torno do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito – PE”, realizada com o apoio da Associação de agricultores (as) Vida Agroecológica, Coletivo Aimirim, Movimento Camponês Popular (MCP), Mercado da Vida, do Núcleo de Agroecologia

³¹ LEI Nº 17.158, de 08 de janeiro de 2021. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e estabelece as diretrizes para o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco.

e Campesinato (UFRPE), Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP), Programa de Pós-Graduação Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UFRPE, Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário de Pernambuco (CDRS/PE) e a Comissão de Produção Orgânica de Pernambuco (CPOrg/PE). A iniciativa deixou um referencial metodológico de ação coletiva para os demais municípios que desejam avançar com essa pauta em seu território.

Participaram desta audiência mais de 30 municípios e 120 diferentes participantes, os quais destacou-se: o prefeito e seis vereadores de Bonito, e dois outros vereadores de cidades circunvizinhas. Além de cinco universidades, representantes de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, conselhos municipais de desenvolvimento, sindicatos da agricultura familiar, estudantes de agroecologia, professores/as, agricultores/as, órgãos e secretarias estaduais. Assim como também teve o acompanhamento remoto de pessoas de outros países a exemplo da Espanha, Canadá, Equador e França. (BONITO, 2021, p. 14).

Nesta Audiência foi apresentado ao público o texto do Projeto de Lei da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito, que recebeu contribuições dos participantes. No mês seguinte foi aprovado por unanimidade pela Câmara de Vereadores de Bonito e em seguida sancionado pelo Poder Executivo local.

Em Julho de 2021 o Município de Bonito cria a Lei Municipal Nº 1.257, de 07 de julho de 2021³² que institui a Política de Agroecologia e estabelece as Diretrizes para o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito. Com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas públicas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos ambientais e da oferta e do consumo de alimentos saudáveis, de origem animal e vegetal.

Podendo ser articulada e desenvolvida em cooperação com a União, Estado, Universidades, Agências de Desenvolvimento, Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, movimentos sociais, cooperativas, associações, fundações e outras

³² Lei Nº 1.257, de 07 de julho de 2021. Dispõe sobre a Criação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PMAPO) e estabelece as Diretrizes para o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PLAMAPO).

entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais, que dele participem com programas, projetos e ações.

Em agosto de 2021, foi instituída a Lei Nº 1.259, de 05 de agosto de 2021 que dispõe sobre a criação da Semana Municipal de Agroecologia de Bonito a ser comemorada anualmente na última semana de maio, em todo território municipal, com o objetivo de articular, integrar e desenvolver ações de amplitude agroecológica, contribuindo para os processos de transição agroecológica necessário ao desenvolvimento do território e da qualidade de vida da população de Bonito. Esta iniciativa, favorece a ampliação do debate da agroecologia no município, contribuindo para o fortalecimento da política municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO) e pode ser desenvolvida a partir dos esforços conjuntos das secretarias municipais, escolas públicas e particulares, associações, fundações, cooperativas, universidades, conselhos municipais, coletivos, organizações religiosas, organizações da sociedade civil, Mercado Público, comércio e entidades privadas atuantes no território de Bonito.

4.2. O processo de Construção do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica em Bonito

O processo de elaboração do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica foi discutido a partir de um conjunto de debates públicos que amplamente permitiram por um lado, interagir com a intersetorialidade da agroecologia nas políticas públicas, no sentido de apoiar as dimensões da transição agroecológica, na conservação e recuperação dos recursos naturais, na produção e consumo de alimentos saudáveis, e por outro lado, possibilitou a participação dos diferentes segmentos da sociedade nesta construção.

O esforço é de fazer compreender que a política de agroecologia não deve chegar ao município como historicamente a construção de políticas públicas tem se apresentado. O que vemos muitas vezes é que em outras realidades acabam permanecendo na responsabilidade e na limitação de execução separada, setorizada, individualizada por secretarias e órgãos municipais³³. Como se fosse compromisso de um só setor, planejado e executado dentro do seu quadrado, e que não se amplia a

³³ Contribuições de MOURA (2021), **Texto Informativo Nº 5, Uma Pedagogia Disponível para as Políticas Públicas de Agroecologia**. Instituto Abdalaziz de Moura. Disponível em: www.institutoabdalazizdemoura.org.br

partir da concepção de uma intersectorialidade, como “imaginário convocante” coletivo, inovador e revolucionário, à altura de um futuro diferente para um município como Bonito.

É importante destacar que a construção deste Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PMAPO) se fez a partir de uma decisão política do poder público municipal (executivo e legislativo). Este, em parceria com as representações das organizações sociais assumem a posição política de construir, coletivamente, um projeto de desenvolvimento com base na transição agroecológica para Bonito.

Neste contexto, compreende-se como elementos necessários a sustentação metodológica a participação dos diferentes segmentos sociais, o diálogo intersectorial do poder executivo no âmbito das secretarias municipais de Bonito e a articulação entre empresas, produtores/as, consumidores e organizações sociais do território.

No segundo semestre de 2021 foram realizados Seminários de Sensibilização e Formação para construção do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica. No período de agosto a dezembro de 2021, os cinco encontros formativos realizados debateram as temáticas de: (1) Educação e Meio Ambiente; (2) Consumo Consciente e Agroecologia; (3) Agricultura e Meio Ambiente; (4) Desenvolvimento, Economia e Meio Ambiente; e (5) Saúde, alimentação Saudável e Meio Ambiente.

Como ponto de partida, foi proposto a seguinte pergunta orientadora para o debate de construção do plano: **Como a Agroecologia pode contribuir para criar políticas públicas intersectoriais de agricultura, meio ambiente, educação, cultura, saúde, assistência social e infraestrutura no território de Bonito, promovendo mais qualidade de vida para sua população e estimulando o desenvolvimento sustentável?**

Tornaram-se pauta desses encontros as falas públicas de abertura dos seminários, a apresentação dos objetivos e contextualização histórica do processo de construção do Plano; o desenvolvimento de painel temático da agroecologia discutido e interagido com os participantes; a divisão de grupos de trabalhos para identificação de problemáticas e a proposição de ações, a devolução da construção dos grupos, a constituição de uma comissão que dará continuidade ao monitoramento e avaliação do Plano.

Participaram diretamente desta ação coletiva mais de 292 pessoas, que representaram diferentes setores da gestão pública municipal de Bonito, movimentos

sociais, iniciativas privadas, órgãos de pesquisa, universidades federais e estaduais, escolas municipais, sindicatos rurais, conselhos de desenvolvimento, escolas de agroecologia, associações rurais e consumidoras/es.

Ambas atividades geraram relatórios que apoiaram, a partir de diagnóstico prévio, a construção das diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica. Ao longo desse processo o estudo também foi ancorado pela pesquisa, a partir do estudo de documentos, leis, decretos e relatórios, bem como de revisão de literatura necessária à sua realização.

Em outubro de 2022, foi realizado o Seminário Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, que reuniu os atores e organizações envolvidas na construção, além de lideranças e organizações convidadas, com o objetivo de conhecer, discutir e pactuar o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito.

Com esse resultado o município de Bonito ganha um marco na constituição da política municipal de agroecologia e habilita os/as gestores/as, com impulso da participação social e da ação coletiva, a elaborarem e debaterem no Seminário Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica a pactuação do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica com inserção no orçamento público e a ser executado no Plano Plurianual (2023 – 2025).

5. EIXOS TEMÁTICOS, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AÇÕES DO PLANO

Pactuado para o horizonte temporal de três anos (2023 – 2025), a estrutura do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito/PE, foi composta por cinco Eixos Temáticos, os quais destacam-se: (I) Educação e Construção do Conhecimento Agroecológico; (II) Transição Agroecológica, Produção, Comercialização e Consumo; (III) Turismo e Lazer de Base Agroecológica; (IV) Saúde, Inclusão Social e Agroecologia e (V) Meio ambiente e Agroecologia. Ambos seguidos dos seus objetivos estratégicos que contemplam 40 (quarenta) ações a serem articuladas coletivamente e desenvolvidas no território de Bonito.

Essas iniciativas impulsionam a construção da agroecologia nas diversas dimensões do território, podendo ser desenvolvidas a partir da ação coletiva dos atores sociais, organizações públicas e privadas presentes. As quais contribuem de forma sistemática com a afirmação da agroecologia.

Nos termos da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito, as ações deste Plano também poderão ser desenvolvidas em cooperação com a União, Estados, Universidades, Agências de Desenvolvimento, Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, movimentos sociais, cooperativas, associações, fundações, organizações religiosas e outras entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais, que dele participem com programas, projetos e ações.

5.1. EIXO I: Educação e Construção do Conhecimento Agroecológico

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR FÍSICO DE EXECUÇÃO	ORGANIZAÇÕES	SEMESTRE/ANO					
				2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	2025.1	2025.2
1. Desenvolver um processo de construção do conhecimento agroecológico, por meio de formação continuada junto as escolas públicas e comunidades do território de Bonito.	1.1. Realizar Encontros Interdisciplinares de Formação Curricular com ênfase na educação em agroecologia (articulando as BNCC) junto as professoras/es, coordenadoras/es, estudantes, familiares e gestoras/es da Rede Pública de Ensino de Bonito.	06 encontros (sendo um a cada semestre)	- Secretaria de Educação e Cultura; - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/PPGADT).	X	X	X	X	X	X
	1.2. Realizar Intercâmbios com Estudantes da rede pública de ensino de Bonito com o Mercado da Vida, no sentido de apresentar a iniciativa e sensibilizar sobre a produção e consumo de alimentos de base agroecológica.	36 Intercâmbios (sendo uma escola por mês).	- Secretaria de Educação e Cultura; - Secretaria de agricultura; - Associação Vida Agroecológica; - Mercado da Vida;	X	X	X	X	X	X

			- Secretaria de Meio Ambiente.						
	1.3. Ampliar o Programa de Agroecologia e Educação Ambiental nas escolas, por meio de trilhas ecológicas, cine ambiental, palestras, artes em Mamolengo, etc.	Continuidade do programa existente	- Secretaria de Educação e Cultura; - Secretaria de Meio Ambiente.	X	X	X	X	X	X
	1.4. Realizar Compra de Alimentos da Agricultura Familiar e de base Agroecológica para a merenda escolar, com o apoio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	06 semestres assegurados nas compras institucionais	- Secretaria de Educação e Cultura - Secretaria de agricultura; - Secretaria de Meio Ambiente; - Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).	X	X	X	X	X	X
	1.5. Realizar Piloto de uma Escola Rural como Centro de Referência de Educação em Agroecologia e Educação do Campo, por meio de uma proposta curricular de formação da comunidade	1 Centro de Referência de Educação em Agroecologia	- Secretaria de Educação e Cultura; - Secretaria de Meio Ambiente; - Secretaria de agricultura;	X	X	X	X		

	escolar e implementação de ecotecnologias para o desenvolvimento comunitário e de apoio a transição agroecológica das famílias agricultoras.		- Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/PPGADT).						
	1.6.Realizar Integração e Escola Comunidade a partir da Educação em Agroecologia , com a mobilização de famílias dos estudantes e comunidades do entorno das escolas rurais de Bonito.	12 integrações a partir da oferta de cursos, oficinas, seminários, etc. (sendo dois por semestre).	- Secretaria de Educação e Cultura; - Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura.	X	X	X	X	X	X
	1.7.Estruturar Campanha Educativa nas redes sociais, rádio comunitária, mídias digitais, comunicação popular, tais como educação como direito à alimentação, direitos universais da natureza no território de Bonito.	01 campanha anual nos veículos de comunicação local	- Secretaria de Educação e Cultura; - Secretaria de Meio Ambiente; - Secretaria de agricultura; - Secretaria de turismo.	X	X	X	X	X	X

	1.8. Produzir e Sistematizar Materiais Pedagógicos e Didáticos sobre as experiências de educação e construção do conhecimento agroecológico no território de Bonito.	03 cartilhas, vídeos, relatórios etc (sendo um a cada ano).	- Secretaria de Educação e Cultura - Secretaria de Meio Ambiente	X	X	X	X	X	X
--	---	---	---	---	---	---	---	---	---

5.2. EIXO II: Transição Agroecológica, Produção, Comercialização e Consumo

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR FÍSICO DE EXECUÇÃO	ORGANIZAÇÕES	SEMESTRE/ANO					
				2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	2025.1	2025.2
2. Desenvolver um processo de sensibilização e formação de apoio a transição agroecológica no território junto as	2.1. Realizar Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para transição agroecológica nas unidades familiares dos agricultores/as articulados as associações rurais de Bonito. Com prioridade a mulheres a jovens rurais.	Ao menos 50% das Associações Rurais recebendo ATER, até o terceiro ano do Plano.	- Secretaria de agricultura; - Secretaria de Meio Ambiente; - Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA).	X	X	X	X	X	X

famílias, consumidores, por meio da ação coletiva das secretarias municipais e entidades atuantes no território de Bonito.	2.2.Implementar Casa de Semente Crioula no território de Bonito, com metodologia participativa, a partir da contribuição de organizações parceiras atuantes na área.	03 Casas de sementes Crioulas implantadas (sendo uma a cada ano).	- Secretaria de agricultura; - Universidade Federal Rural de Pernambuco (NAC, INCUBACOOOP, PROEX, PPGADT) - Escola de Agroecologia do Serto; - Movimento Camponês Popular (MCP).	X	X				
	2.3.Desenvolver um Programa Institucional de divulgação do Mercado da Vida e sensibilização da população sobre sua importância, a partir das escolas municipais, consumidores e turistas de Bonito.	Ação continuada.	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Secretaria de turismo; - Associação Vida Agroecológica; - Mercado da Vida.	X	X	X	X	X	X
	2.4.Ampliar a Comercialização de Produtos Orgânicos e de Base Agroecológica , com prioridade para os bairros da (Coab, Frei Damião, Cachoeira, Morena, Sapucaia, Boa	05 feiras de base agroecológica instaladas.	- Secretaria de agricultura; - Secretaria de meio ambiente; - Associação Vida Agroecológica.	X	X	X	X	X	X

	Vista, Mutirão, Arlindo, Mucuri, Jardim América e Alto Bonito).								
	2.5.Implementar Sistema de Gestão Agroecológica com a criação de aplicativo de apoio à comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica a população.	01 Sistema de Gestão Agroecológica	<ul style="list-style-type: none"> - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), no âmbito do Laboratório Multidisciplinar de Tecnologias Sociais (LMTS); - Associação Vida Agroecológica; - Mercado da vida; - Secretaria de agricultura; - Secretaria de meio ambiente. 	x	x	x			
	2.6.Realizar Cursos/oficinas sobre Produção Orgânica e de Base Agroecológica, com ênfase na produção de adubos, defensivos e fertilizantes naturais junto aos agricultores/as das associações rurais.	18 Oficinas (sendo uma atividade a cada dois meses)	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Universidade Federal Rural de Pernambuco (NAC, INCUBACOOP, PROEX, PPGADT). 	X	X	X	X	X	X

	2.7.Estruturar Unidades de Beneficiamento e Agregação de Valor a produtos de base agroecológico no território de Bonito, por meio da implementação de cozinhas e pequenas agroindústria familiares	01 Unidade de beneficiamento e agregação de valor da produção.	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Organizações parcerias do território. 	X	X	X	X	X	X
	2.8.Mobilizar a Criação de Organização de Controle Social (OCS) junto ao MAPA, a partir dos processos de adequação as conformidades da agricultura orgânica, a novos agricultores/as e comunidades rurais de Bonito.	06 encontros (sendo um a cada semente)	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura, pecuária e abastecimento alimentar; - Organizações parcerias do território. 	X	X	X	X	X	X
	2.9.Apoiar na Regularização Fundiária de parcelas dos assentamentos existente no território de Bonito em parceria com o Governo Estadual e Federal.	Agricultores/as com seus títulos de posse das parcelas da reforma agrária.	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Governo estadual e Federal; 	X	X	X	X	X	X

			- Organizações parcerias do território.						
	2.10.Realizar Seminários sobre a importância de agentes polinizadores (Melíponicultura) e apoiar pesquisas no território de Bonito.	03 Seminários (sendo um seminário a cada ano)	- Secretaria de agricultura, pecuária e abastecimento alimentar; - Associação Vida Agroecológica; - Organizações parcerias do território.	X	X	X	X	X	X
	2.11.Realizar Seminário Municipal de Monitoramento, Planejamento e formação integrando a ação coletivos das secretárias municipais, associações e entidades sociais, universidades, etc, no sentido de apoiar o Plano de Agroecologia e Produção Orgânica.	03 Seminários (sendo um a cada ano)	- Prefeitura Municipal de Bonito; - Secretarias Municipais; - Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano; - Organizações atuantes no território de Bonito.		X		X		X

5.3. EIXO III: Turismo e Lazer de Base Agroecológica

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR FÍSICO DE EXECUÇÃO	ORGANIZAÇÕES	SEMESTRE/ANO					
				2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	2025.1	2025.2
3. Apoiar no processo de transição agroecológica a partir da ampliação da consciência ecológica da população e turistas de Bonito	3.1. Realizar Festival de Gastronomia popular com ênfase na dimensão da alimentação orgânica e de base agroecológica.	03 Festivais Municipais (sendo um por ano).	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de turismo; - Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Governo do Estado; - Organizações parcerias do território. 		X		X		X
	3.2. Desenvolver selo “AQUI APOIAMOS A AGROECOLOGIA” que identifique os empreendimentos (Redes de restaurantes, pousadas, hotéis e delivery) que ofertam serviços de base agroecológica.	Criação de selo seguido das normas aplicáveis ao uso.	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de turismo; - Secretaria de agricultura; - Organizações parcerias do território. 	X	X				
	3.3. Realizar Formação dos Guias de Turismo	06 capacitações	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria turismo; 	X		X		X	

	sobre turismo agroecológico, como meio de apoiar a ampliação da consciência ecológica.	(sendo um por semestre).	- Associação de Guias Comunitários de Turismo de Bonito; - Organizações parceiras do território.						
	3.4. Desenvolver um Programa de Audiovisual , ampliando a consciência ecológica da população e turistas que visitam e desfrutam do lazer de Bonito	Plano de comunicação (programa em rádio, catálogo turístico do município, layout do mercado da vida etc.)	- Secretaria de turismo; - Secretaria de meio ambiente; - Associação de Guias Comunitários de Turismo de Bonito; - Secretaria de agricultura.	X	X	X	X	X	X
	3.5. Instituir Programa “Turismo de Vivência” , possibilitando que os turistas desfrutem de experiências diversas na agroecologia. (Conhecendo biodigestores, manejo de melíponas, sistemas agroflorestais, beneficiamento da produção, etc).	Unidades de referência em agroecologia sendo visitas e custeadas pelo Turismo de Vivência.	- Secretaria de turismo; - Secretaria de meio ambiente; - Associação de Guias Comunitários de Turismo de Bonito; - Secretaria de agricultura.	X	X	X	X	X	X

	3.6.Realizar Seminários de Formação dos Agentes de Turismo (pousadas, hotéis, restaurantes, espaços de lazer, produtores, consumidores e guias turísticos).	03 Seminários (sendo um seminário por ano).	- Secretaria de turismo; - Organizações parceiras do território	X	X	X	X	X	X
--	--	---	--	---	---	---	---	---	---

5.4. EIXO IV: Saúde, Inclusão Social e Agroecologia

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR FÍSICO DE EXECUÇÃO	ORGANIZAÇÕES	SEMESTRE/ANO					
				2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	2025.1	2025.2
4.Promover processos participativos de inclusão social, a partir das práticas de saúde integrativa, para contribuir com o desenvolvimento da população, com foco na transição agroecológica do	4.1.Implementar Farmácia Viva na estrutura pública de saúde do município.	01 farmácias Viva acompanhada de 05 viveiros de mudas em unidades familiares	- Secretaria de saúde; - Secretaria de assistência social; - Organizações parceiras do território.	X	X	X	X	X	X
	4.2.Sensibilizar Profissionais de Saúde, Assistência Social e a população de Bonito	06 Encontros temáticos	- Secretaria de saúde	X	X	X	X	X	X

território de Bonito.	sobre a importância da valorização e uso de farmácia viva na saúde preventiva.	(sendo um por semestre)	- Secretaria de assistência social; - Organizações parceiras do território.						
	4.3. Formação de Agentes comunitários de saúde, endemias, programas e projetos da assistência social sobre práticas integrativas de saúde, soberania alimentar e segurança nutricional na produção de alimentos em quintais produtivos.	06 capacitações (sendo uma por semestre)	- Secretaria de saúde; - Secretaria de assistência social; - Organizações parceiras do território.	X	X	X	X	X	X
	4.4. Realizar Ações para Promoção de Práticas Integrativas de Saúde com as famílias e comunidades.	06 oficinas temáticas sobre práticas de saúde integrativa (sendo uma por semestre).	Secretarias de saúde; - Secretaria de assistência social; - Secretaria de Agricultura; - Secretaria de Meio Ambiente;	X	X	X	X	X	X

			- Secretaria de Educação.						
	4.5. Realizar Programa de Saúde na Agricultura, com o monitoramento de resíduos de agrotóxico na saúde dos trabalhadores/as, acompanhando de ação educativa na prevenção.	300 exames de toxicidade disponibilizados, seguidos de orientações (sendo 100 a cada ano).	- Secretaria de saúde; - Secretaria de Assistência Social; - Secretaria de agricultura; - Governo Estadual; - Organizações parceiras.	X	X	X	X	X	X
	4.6.Promover Encontros com parteiras, rezadeiras, benzedadeiras, raizeiros do município de Bonito	03 encontros (sendo um por semestre)	- Secretaria de saúde; - Secretaria de assistência social; - Secretaria de agricultura.	X	X	X	X	X	X

5.5. EIXO V: Meio Ambiente e Agroecologia

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AÇÃO	INDICADOR FÍSICO DE EXECUÇÃO	ORGANIZAÇÕES	SEMESTRE/ANO					
				2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	2025.1	2025.2
5.Intensificar ações para a preservação e manutenção dos recursos naturais, objetivando assegurar à sustentabilidade do território, por meio de atividades de natureza ambiental, produtiva, econômica e social.	5.1.Realizar Mapeamento das Nascentes e desenvolver ações de conservação e revitalização no território de Bonito.	270 nascentes com manejo	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Universidades; - Governo Estadual.	X	X	X	X	X	X
	5.2.Realizar Seminários Anual de Formação sobre a importância das três unidades de conservação, a partir da orientação dos seus Planos de manejo.	03 Seminários (sendo um a cada ano)	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Governo do Estado.	X	X	X	X	X	X
	5.3.Realizar Cadastro Ambiental Rural das propriedades rurais com apoio do sistema municipal de Bonito.	Ampliação do número de Unidades Cadastradas no município	Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura;	X	X	X	X	X	X

			- Organizações parceiras do Território.						
	5.4. Fortalecer os Mecanismos de Acompanhamento, Controle e Fiscalização do desmatamento, uso de agrotóxicos, queimadas, etc.	Ampliação dos Mecanismos	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Governo Estadual; - Organizações parceiras do Território.	X	X	X	X	X	X
	5.5. Desenvolver Sistema Municipal de Gestão dos Resíduos sólidos.	Sistema de Gestão dos Resíduos sólidos implantados	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de infraestrutura; - Secretaria de agricultura; - Organizações parceiras do Território.						X
	5.6. Implementar Sistemas Agroflorestais nas Propriedades Rurais das Famílias, possibilitando a produção de alimentos,	Unidades Familiares com referência em agroecologia	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Governo Estadual;	X	X	X	X	X	X

	geração de renda, manutenção do bioma nativo e a regeneração de áreas degradadas.		- Organizações parceiras do Território.						
	5.7.Fortalecer as Políticas Públicas de Preservação e Conservação Ambiental (crédito de carbono, licenciamento ambiental, Área de preservação permanente, etc.), por meio de encontros, oficinas, seminários e visitas técnicas.	03 Seminários (sendo um a cada ano)	- Secretaria de meio ambiente; - Secretaria de agricultura; - Associação Vida Agroecológica; - Governo Estadual.	X	X	X	X	X	X
	5.8.Formar Agentes Populares de Educação Ambiental , por meio de processos participativos para atuarem junto as associações e comunidades, escolas, etc.	Agentes Populares de Educação Ambiental atuando no território	- Secretaria de meio ambiente - Secretaria de educação e cultura - Secretaria de agricultura, pecuária e abastecimento - Associação Vida Agroecológica	X	X	X	X	X	X

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito se configurou a partir de duas estratégias consensuadas ao longo dos debates públicos.

6.1. Constituição das Comissões de Planejamento e Monitoramento

Em primeira instância, o Plano contará com uma **Comissão Municipal de Monitoramento e Planejamento**, constituída durante a realização dos Seminários Temáticos de Sensibilização e Formação, composta por representantes de cada uma das temáticas discutidas, conforme tabelas a seguir:

a) Comissão Educação e Meio Ambiente

NOME	FUNÇÃO EXERCIDA
Maria de Fátima (Bahia)	Coordenadora Pedagógica
Maria Jéssica da Conceição	Coordenadora Pedagógica Escola Bernardo Sayão
Maria Luciane	Gestora Escolar Escola Intermediária Maria Queiroz
Luzia Eliane	Gestora Escolar Escola Cícero Francklin
Roseane Maria de Melo Santos	Coordenadora Pedagógica
Avaní Maria de Barros	Gestora Escolar Escola Pedro Soares (Sítio Rodeador)

b) Comissão Consumo Consciente e Agroecologia

NOME	FUNÇÃO EXERCIDA
Anclea Azevedo de Lima	Professora e Vereadora do Município
Felipe Ramos Pinheiro	Técnico em Agroecologia Membro do MCP/Bonito

Cláudio de Moura	Técnico em Agroecologia Associação Vida Agroecológica Agricultor do Mercado da Vida
José Ciriaco	Técnico em Agroecologia Associação Vida Agroecológica Agricultor do Mercado da Vida
Manoel José	Secretaria de Agricultura Agricultor Familiar
Natasha Himelfars	Consumidora do Mercado da Vida
Mônica Virgínia	Agricultura e Consumidora do Mercado da Vida

c) Comissão Agricultura e Meio Ambiente

NOME	FUNÇÃO EXERCIDA
Isaias Santino da Silva	Agricultor Familiar
Michele Sales da Silva	Agricultura Familiar
José Armando (Rajado)	Agricultor Familiar Associação do Sítio Pé de Serra

d) Comissão Desenvolvimento, Economia e Meio Ambiente

NOME	FUNÇÃO EXERCIDA
José Ernandes	Associação de Guias Comunitários de Turismo de Bonito
Rafael Pereira	Secretaria de turismo
Wagner Wilker	Rádio Comunitária Bonito FM Diretor de Turismo de Bonito
Acauã Lima	Associação de Guias Comunitários de Turismo de Bonito
Cícero Marinho	Associação de Guias Comunitários de Turismo de Bonito

e) Comissão Saúde, Alimentação Saudável e Meio Ambiente

NOME	FUNÇÃO EXERCIDA
Edilene Santos	Secretaria de Saúde
Antônio Ramos	Nutricionista generalista UP AE Bonito
Rosinaldo da Silva	Secretaria de Saúde
Maria Aparecida	Secretaria de Assistência Social
Maria Cosma	Serviço de Convivência Familiar e Vínculo

Essa comissão terá a função de apoiar na execução do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica a partir dos esforços conjuntos das secretarias municipais, escolas públicas e particulares, associações, fundações, cooperativas, universidades, conselhos municipais, coletivos, organizações religiosas, organizações da sociedade civil, Mercado Público, comércio e entidades privadas atuantes no território de Bonito.

São atribuições desta comissão:

- Com o apoio dos gestores/as, secretarias municipais e organizações parceiras aprofundar os objetivos estratégicos e ações propostas neste Plano;
- Planejar a execução das atividades deliberadas;
- Discutir a dinâmica de reunião, quanto ao espaço, melhor horário, convidados e metodologia dos participantes, podendo ser realizada no mínimo 3 vezes a cada semestre.

6.2. Espaço coletivo de Planejamento e Monitoramento

Nesta segunda instância, o processo de planejamento e avaliação do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, terá como espaço público de debate o **Seminário Municipal de Monitoramento, Planejamento e formação** sobre o Plano, a ser realizado pelas organizações do território e Prefeitura Municipal de Bonito. Devendo ser realizado a cada ano, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas públicas, programas, ações e os equipamentos públicos de controle social, indutores da transição agroecológica e da produção orgânica de convergência com os resultados alcançados do Plano de Agroecologia e Produção Orgânica.

O Seminário também terá o caráter de fomentar articulações de parcerias entre a Prefeitura Municipal de Bonito e possíveis cooperações com a União, Estado, Universidades, Agências de Desenvolvimento, Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, movimentos sociais, cooperativas, associações, fundações e outras entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais, que dele participem com programas, projetos e ações.

São atribuições da Comissão durante o planejamento do Seminário:

- Definir local, data, horário, convites, metodologia e programação do seminário;
- Monitorar os recursos, as ações pactuadas e as ações realizadas a partir da ação coletiva do Plano, e construir caminhos metodológico para as próximas etapas de execução;
- Discutir o plano operacional anual para cada ano, podendo atualizar os objetivos estratégicos e ações do Plano.

6.3. Roteiro de Avaliação do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica

O processo de avaliação das ações coletivas desenvolvidas no território de Bonito a partir dos atores sociais, organizações da sociedade civil, entidades de ensino, pesquisa e extensão, poder legislativo e a gestão pública municipal pode seguir um roteiro específico construído amplamente com a comissão de monitoramento e planejamento.

No entanto, durante a elaboração do plano, algumas questões de partidas foram sugeridas no sentido de monitorar e planejar as ações anual do Plano.

PROPOSTA DE ROTEIRO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- 1)** Qual o contexto de atuação de cada organização que contribuiu para a execução coletiva do Plano de Agroecologia no território de Bonito?
- 2)** Quais as estratégias utilizadas no território de Bonito para estimular a transição agroecológica?
- 3)** Que tipo de mobilização/organização foram fundamentais para conseguir incidir nas ações da política municipal de agroecologia de Bonita?

- 4) Você acha que a participação da sociedade (agricultores, consumidores, gestores públicos) ajuda na consolidação da transição agroecológica da cidade como um todo? Por quê?
- 5) Você considera importante os espaços coletivos (fóruns, reuniões, audiências públicas, etc) para consolidar a transição agroecológica em bonito? Aprendemos algo nesses espaços?
- 6) Quais as principais dificuldades enfrentadas para consolidar a agroecologia em Bonito?
- 7) Quais orçamentos, ações, segmentos e número de pessoas foram envolvidas no desenvolvimento do Plano de Meta planejado no Plano municipal de agroecologia de Bonito?

7. REFERÊNCIAS

BONITO. **Lei Municipal Nº 1.257, de 07 de julho de 2021**. Dispõe sobre a criação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PMAPO) e estabelece as diretrizes para o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Bonito (PLAMAPO). *Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco*. Edição 2.901. 18 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.com.br/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BONITO. **Lei Municipal Nº 1.258, de 26 de agosto de 2021**. Dispõe sobre a criação da Semana Municipal de Agroecologia de Bonito. *Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco*. Edição 2.937, 08 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.com.br/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BONITO. **Lei Orgânica Municipal**. Emenda 01/2017 altera o art. 236. *Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco*. Edição 2.034, 08 de março de 2018. Disponível em: [Disponível em: https://www.diariomunicipal.com.br/](https://www.diariomunicipal.com.br/). Acesso em: 23 mar. 2022.

BONITO. **Lei Municipal Nº 1.054 de 01 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a Política de Educação Ambiental no Município do Bonito e dá outras providências. *Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco*. Edição 1.473, 08 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.com.br/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BONITO. **Lei Municipal Nº 936 de 22 de novembro de 2011**. Cria Unidade de Conservação Monumento Natural Municipal Pedra do Rosário e a Reserva Biológica Mata da Chuva no Município de Bonito e dá outras providências.

BONITO. **Lei Municipal Nº 882 de 09 de junho de 2010**. Cria Unidade de Conservação Parque Natural Matas do Mucuri-Hymalaia no Município do Bonito e dá outras providências.

BRASIL. **Resolução de Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária N 1 de 14 de janeiro de 2011.** Ministério da Saúde, Brasília, 2011. Diário Oficial da União nº 11, de 17 de janeiro de 2011. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Resolução de Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária N 185, de 18 de outubro de 2017.** Ministério da Saúde, Brasília, 2017. Diário Oficial da União nº 202, de 20 de outubro de 2017. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 7.794 de 20 de agosto de 2012.** Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. *Diário Oficial da União*. Seção 1, n 162, 21 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Cidades.** *Mapas de Pernambuco*. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/panorama>. Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL. **Instituto Nacional de Geografia e Estatística.** *Censo Demográfico 2010*. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BONITO. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar. ***Relatório de Audiência Pública para discussão da Política Municipal de Agroecologia e produção Orgânica de Bonito.*** Bonito, 2020. 8p.

BONITO. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar. ***Relatório de Audiência Pública para discussão dos avanços no Plano Municipal de Agroecologia e produção Orgânica de Bonito.*** Bonito, 2021. 74p.

BONITO. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar. ***Relatório Técnico do Seminário de Sensibilização e Formação. Temática Produtores Agroecológicos e Consumidores do Mercado da Vida.*** Bonito, 27 de setembro de 2021. 22p.

BONITO. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar. ***Relatório Técnico do Seminário de Sensibilização e Formação. Temática Associações Rurais e Agroecologia.*** Bonito, 30 de setembro de 2021. 16p.

BONITO. Secretaria de Educação e Cultura. ***Relatório Técnico do Seminário de Sensibilização e Formação. Temática Educação e Agroecologia.*** Bonito, 19 de agosto de 2021. 25p.

BONITO. Secretaria de Saúde e Assistência Social. ***Relatório Técnico do Seminário de Sensibilização e Formação. Temática Saúde, Assistência Social e Agroecologia.*** Bonito, 09 de dezembro de 2021. 16p.

BONITO. Secretaria de Turismo, Juventude, Esporte e Lazer. ***Relatório Técnico do Seminário de Sensibilização e Formação. Temática Turismo e Agroecologia.*** Bonito, 21 de outubro de 2021. 20p.

PERNAMBUCO. **Lei Nº 17.158, de 8 de janeiro de 2021.** Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e estabelece as diretrizes para o Plano Estadual de

Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/>. Acesso em 23 de março de 2022.

MOURA, A. (2021), **Texto Informativo Nº 5, Uma Pedagogia Disponível para as Políticas Públicas de Agroecologia**. INSTITUTO ABDALAZIZ DE MOURA. Disponível em: www.institutoabdalizdemoura.org.br. Acesso em: 07 de julho de 2022.

MOURA, A. (2003). **Princípios e fundamentos da proposta de apoio ao desenvolvimento sustentável (PEADS): uma proposta que revoluciona o papel da escola diante das pessoas, da sociedade e do mundo**. Glória do Goitá: SERTA, 2003. 112p.

MOURA, A. O Serto e a proposta educacional de apoio ao desenvolvimento sustentável. **Caderno de Formação de Professores e educadores, Educação do Campo**, Módulo 1, Recife, 2005.

MOREIRA, Sarah.; JOMALINIS, Emilia.; ALMEIDA, Marcelo. Caderno 1: Estado e políticas públicas. **Coleção agroecologia e políticas públicas: subsídios para a incidência nos municípios**. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2021. 35p. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2022/01/28/colecao-agroecologia-e-politicas-publicas-subsidios-para-a-incidencia-nos-municipios/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

8. ANEXO

8.1 Anexo I: Relação das Associações Rurais de Bonito

Nº	NOME
01	Associação Comunitária Rural do Alto Bonito e Adjacências.
02	Associação de Moradores da 3º Idade de Alto Bonito – AMTAB.
03	Associação dos Pequenos Agricultores da Pedra Rodeadouro.
04	Associação Cultural Agrícola dos Moradores Riacho Seco I.
05	Associação dos Pequenos Moradores Rurais de Sítio Luzia
06	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Bananeira do Sul.
07	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Sítio Gravatá, Açu e Barriguda.
08	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do engenho Monte Sombril.
09	Associação dos Trabalhadores de Bonito – Guaretama.
10	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Boa Vista.
11	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Olho D’água.

12	Associação dos Moradores de Bentevi.
13	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Água Vermelha.
14	Associação Comunitária dos Produtores Imbiribeira, Viração e Adjacências.
15	Associação Comunitária dos Moradores do Engenho Barbosa.
16	Associação dos Agricultores Familiares, Jovens e Mulheres do Rodeadouro.
17	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais Riacho-escuro, Maravilha e Adjacência.
18	Associação Desportista Cultural Agrícola do Sítio Mucuri.
19	Colônia dos Pescadores de Bonito-Z40.
20	Associação Cultural Agrícola dos Moradores do Sítio Monte Sombril.
21	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sol Nascente e Adjacência.
22	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Mucuri.
23	Associação dos Agricultores Familiares e floricultores do Sítio Pratinha
24	Associação dos Moradores do Povoado de Estreito do Norte.
25	Associação dos Pequenos produtores do Engenho Liberdade.
26	Associação de Desenvolvimento Desp. Agrícola e Cultural do Sítio Pé de Serra.
27	Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sítio Alto Sapé e Adjacência.
28	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Coucho.
29	Associação Cultural e Desportiva do Engenho Pendanga.
30	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Engenho Riachão.
31	Associação Desportiva Cultural e Agrícola do Sítio Quilongá e Adjacência.
32	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Serra dos Ventos.
33	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Viração.
34	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Carrilho I.
35	Associação de Desenvolvimento Cultural Desportiva Agrícola Bananeira do Curvelo e Adjacência.
36	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do engenho Brejão.
37	Associação do Engenho Serro Azul.
38	Associação do Engenho Floresta.
39	Associação do Engenho Mágico e Pará.

40	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Engenho Pendanga I.
41	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Engenho Barra Azul.
42	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rodeadouro.
43	Associação Assentamento Ribeiro Godoy.
44	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Bentevi.
45	Associação dos Pequenos Produtores do Engenho Moscou.
46	Associação do Assentamento Serra dos Quilômbos.
47	Associação Desportiva Cultural Agrícola do Loteamento Frei Damião.
48	Associação das Mulheres de Estreito do Norte.
49	Associação dos Produtores e Produtoras Agroecológica Vida Agroecológica.

FONTE: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Bonito, outubro, 2021.

8.2 Anexo II: Relação das Escolas da Rede Pública de Ensino de Bonito

Nº	UNIDADE DE ENSINO	ENDEREÇO	RURAL/ URBANA	QTDE ALUNOS
01	Colégio Mun. Presidente Tancredo Neves	Av. Joaquim Nabuco, S/N	URBANA	730
02	Escola Municipal Zé Carioca	1ª TV Agamenon Magalhães, n 60	URBANA	391
03	Escola Municipal Artur Tavares de Melo	Rua Abdias Vilar S/N	URBANA	413
04	Escola Municipal Arlindo Cavalcanti	Rua Dr. João Câncio de Melo S/N	URBANA	291
05	Escola Municipal Benjamita Cardona Pereira	Vila da Cohab S/N	URBANA	236
06	Escola Municipal Maria do Carmo Coelho de Melo	Loteamento Camaratuba - Vila da Cohab	URBANA	436
07	Escola Municipal Cícero Franklin Cordeiro	Rua Havaí, nº 500	URBANA	273
08	Creche Municipal Tia Ló	Rua Félix Portela S/N	URBANA	89
09	Creche Municipal Lívia Soares Carneiro Leão	Loteamento Arlindo Cavalcanti	URBANA	75
10	Creche Municipal Pedro Murilo Silva	Alto Bonito	URBANA	268
11	Escola Intermediária João XXIII	Rua Coronel Tibúrcio, S/N Alto Bonito	URBANA	615
12	Escola Municipal Manoel Bernardino Filho	Rua Quirino Rodrigues, nº 85- Alto Bonito	URBANA	199
13	Esc. Mun. Bernardo Sayão	Colônia Rio Bonito	RURAL	296
14	Escola Municipal José Paulino de Melo	Bentivi	RURAL	630
15	Escola Mun. Barra Azul	Engenho Barra Azul	RURAL	188
16	Escola Municipal José Pedro Soares	Sítio Rodeador	RURAL	93
17	Escola Municipal Alberto Cabral de Espíndola	Riachão	RURAL	57

18	Esc. Mun. Manoel de Queiroz Lima	Estreito	RURAL	161
19	Escola Municipal Menelau Coelho	Sítio Papagaio	RURAL	27
20	Escola Municipal José Cabral de Souza Viana	Sítio Boa Vista	RURAL	24
21	Escola Municipal Tabelião Antônio César	Sítio Bananeira do Curvelo	RURAL	14
22	Escola Municipal Dr. Antônio Portela Júnior	Sítio Carrilho	RURAL	42
23	Escola Municipal Djanira Pereira da Silva	Engenho Pendanga	RURAL	47
24	Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição	Sítio Pará	RURAL	38
25	Escola Municipal José Mariano da Silva	Sítio Mucuri	RURAL	27
26	Escola Municipal Hercílio Vila Nova	Engenho Mágico	RURAL	16
27	Escola Municipal Maria José de Souza Leão Antunes	Engenho Serro Azul	RURAL	76
28	Escola Municipal Engenho Moscou	Engenho Moscou	RURAL	50
29	Escola Municipal Dom Hélder Câmara	Sítio Guaretama	RURAL	42
30	Escola Municipal Manoel Marcelino de Lima	Sítio Imbiribeira	RURAL	38
31	Escola Municipal Maria das Mercês	Sítio Viração	RURAL	14
32	Escola Municipal Manoel Batista de Lima	Sítio Quilongá	RURAL	51
33	Escola Estadual EREM Dr. Alexandrino da Rocha	Av Agamenon Magalhães	URBANA	676
34	Escola Estadual ETE Célia de Souza Leão Arraes de Alencar	PE 109	URBANA	533

35	Escola Estadual Pe. José Augusto	Rua Cândido Viana	URBANA	745
TOTAL DE ALUNOS				7.901

FONTE: Secretaria de Educação e Cultura de Bonito, novembro, 2021.